

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

SAMUEL DA SILVA ALVES

“IDEIAS NOVAS PARA PROBLEMAS VELHOS”: A CANDIDATURA E CAMPANHA
ELEITORAL DE LEONEL BRIZOLA AO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1958

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

SAMUEL DA SILVA ALVES

“IDEIAS NOVAS PARA PROBLEMAS VELHOS”: A CANDIDATURA E
CAMPANHA ELEITORAL DE LEONEL BRIZOLA AO GOVERNO DO RIO GRANDE
DO SUL EM 1958

Porto Alegre

2020

SAMUEL DA SILVA ALVES

“IDEIAS NOVAS PARA PROBLEMAS VELHOS”: A CANDIDATURA E
CAMPANHA ELEITORAL DE LEONEL BRIZOLA AO GOVERNO DO RIO GRANDE
DO SUL EM 1958

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Porto Alegre

2020

SAMUEL DA SILVA ALVES

“IDEIAS NOVAS PARA PROBLEMAS VELHOS”: A CANDIDATURA E
CAMPANHA ELEITORAL DE LEONEL BRIZOLA AO GOVERNO DO RIO GRANDE
DO SUL EM 1958

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira (PUCRS) – Orientador

Prof. Dra. Marluza Marques Harres (Unisinus)

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins (PUCRS)

Porto Alegre

2020

Ficha Catalográfica

A474i Alves, Samuel da Silva

"Ideias novas para problemas velhos" : a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958 / Samuel da Silva Alves . – 2020.

228.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira.

1. Leonel de Moura Brizola. 2. Partido Trabalhista Brasileiro. 3. Experiência democrática brasileira. 4. Eleições de 1958 no Rio Grande do Sul. 5. Práticas eleitorais. I. Silveira, Helder Volmar Gordim da. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq, pelo apoio financeiro que propiciou a realização dessa pesquisa com dedicação exclusiva. Saliento com isso a necessidade de luta contra os cortes e retrocessos que temos testemunhado nas áreas de Educação e Ciência, e desejo que, assim como eu, outros jovens pesquisadores tenham o privilégio de desenvolver seus trabalhos nas mais variadas áreas do conhecimento.

À PUCRS, instituição que há dois anos me acolheu e que hoje posso chamar de casa. À coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, representada pelo Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu, e à secretaria do PPGH, pelo apoio e disponibilidade de sempre. Aos professores e professoras do PPGH, que contribuíram grandemente, em cada seminário, palestra ou café, para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira, pela paciência, pela leitura atenta, pelas preciosas considerações e, acima de tudo, por ter acreditado nessa pesquisa desde o início. À Prof. Dra. Marluza Marques Harres e ao Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins que, tão logo convidados, aceitaram ser parte da banca examinadora e contribuíram com valiosos apontamentos e sugestões.

Aos colegas e amigos do grupo de estudos acerca da experiência democrática brasileira, Douglas, Maura, Diego, Anderson, Paulo, Marcos, e Daiane, com os quais ao longo dos últimos anos tenho dividido preciosos momentos de discussão, regados a chopp e café, que agregaram muito a esse trabalho. Aos demais colegas do GT de História Política ANPUH-RS, que em simpósios temáticos, palestras ou confraternizações também contribuíram para a produção dessa dissertação. Também aos colegas da PUCRS, e em especial ao Thiago, Gabbiana, Pedro, Letícia, Pricila, Isadora, Bruna, João, Henrique, Eduardo, Rafael e Nielly, com os quais pude dividir os medos, angústias, anseios e alegrias que envolvem a realização de uma pós-graduação.

Ao já citado colega e amigo Douglas Souza Angeli, que há alguns anos tem me acompanhado em minha trajetória acadêmica. Douglas me indicou as primeiras leituras acerca do período, de Brizola e do PTB, foi um grande parceiro de pesquisa nas visitas aos arquivos e contribuiu de maneira significativa para a elaboração do projeto que deu origem a esse trabalho. Ao longo do mestrado, foi também um parceiro em algumas produções e acompanhou de perto a escrita dessa dissertação, aconselhando, corrigindo e fornecendo apoio e escuta em inúmeros difíceis momentos desse trajeto. Muito obrigado!

Aos meus amigos, aos quais eu chamo de família, Jamerson, Bruna Trentin, Caroline, Paulo, Ingrid, Rita, Aline, Bárbara, Ciro, Eder, Felipe, Gabriela, Giovanna, Jéssica, Samantha, Thalís Valmir, Victória Ramos, Victória Ghignatti, Vinícius e Bruna Lenhard, que me acompanharam em parte dessa jornada, torceram por mim e em inúmeros momentos de descontração, em contraste com a ansiedade e o medo, tornaram mais leve e feliz a vida desse pós-graduando.

À Karoline, minha namorada e melhor amiga. Caminhar ao lado da Karol em parte desse trajeto fez do mestrado, além de uma etapa de crescimento e amadurecimento, também de autoconhecimento. A Karol foi ombro, ouvidos e colo. Segurou minha mão, chorou junto comigo e me disse que ia ficar tudo bem. Não bastasse isso, me auxiliou também nas correções da dissertação. Contudo, mais do que traçar esse caminho e a superá-lo como apenas mais uma etapa, a Karol me ensinou também a apreciá-lo. Obrigado por dividir comigo a vida, os sonhos, os medos, as decepções e também as conquistas. Te amo.

À minha irmã Ana Carolina e ao meu cunhado Felipe. Ana e Felipe estiveram sempre ao meu lado, em momentos de alegria e tristeza. Me incentivaram, sonharam este sonho comigo desde a graduação, sofreram durante a seleção de mestrado e foram suporte ao longo desses dois anos. Eu amo vocês.

Por fim e em especial, agradeço aos meus pais, Rogério e Eunice, amores da minha vida. Desde cedo, ambos me ensinaram acerca do valor da educação e nunca mediram esforços para que hoje eu pudesse estar aqui. Obrigado pelo apoio, psicológico e financeiro, pela paciência e por todo o amor que me dedicaram desde sempre. A vocês, pai e mãe, eu dedico esse trabalho.

RESUMO

No decorrer dos últimos anos a atuação política de Leonel de Moura Brizola durante o período da experiência democrática brasileira (1945-1964) foi objeto de análise de inúmeros estudos. Todavia, estas pesquisas trataram, em sua maioria, dos mandatos de Brizola, abordando de forma parcial os pleitos nos quais concorreu. Visando contribuir para os estudos acerca de Brizola, do PTB e do período que compreende os anos de 1945 e 1964, este trabalho trata de sua atuação enquanto candidato ao longo dessa experiência de democracia. Partindo da teoria do campo político desenvolvida por Pierre Bourdieu, buscou-se analisar a candidatura e campanha eleitoral de Brizola ao governo do Rio Grande do Sul nas eleições de 1958. No decorrer desse estudo, procurou-se compreender como ocorreu a ascensão política de Brizola tanto no interior de seu partido quanto no cenário político sul rio-grandense, assim como identificar as estratégias de mobilização eleitoral e construção de popularidade empregadas por Brizola visando a vitória nesse pleito. Paralelamente, buscou-se também entender o que estas questões revelam acerca da experiência democrática brasileira, do PTB após 1954 e do próprio Brizola.

Palavras-chave: Leonel de Moura Brizola; Partido Trabalhista Brasileiro; experiência democrática brasileira; eleições de 1958 no Rio Grande do Sul; práticas eleitorais.

ABSTRACT

Over the last few years, the political performance of Leonel de Moura Brizola during the period of the Brazilian democratic experience (1945-1964) has been the object of a lot of studies. However, most of these researches have dealt with Brizola's mandates, addressing in a partial way the elections in which he competed. Aiming to contribute to the studies about Brizola, the PTB and this period, this work deals with his performance as a candidate throughout this experience of democracy. Based on the theory of the political field developed by Pierre Bourdieu, we sought to analyze Brizola's candidacy and campaign to the government of Rio Grande do Sul in the 1958 elections. In this study, we sought to understand the Brizola's political rise inside your party and on the political scene of Rio Grande do Sul, as well as identifying the strategies of electoral mobilization and popularity building employed by Brizola in order to obtain victory in this election. At the same time, we also sought to understand what these questions reveal about the Brazilian democratic experience, the PTB after 1954 and also about Brizola.

Keywords: Leonel de Moura Brizola; Partido Trabalhista Brasileiro [Brazilian Labor Party]; Brazilian democratic experience; 1958 elections in Rio Grande do Sul; electoral practices.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP - Aliança Democrática Popular

AIB - Ação Integralista Brasileira

AHPAMV - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DAER - Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

FD - Frente Democrática

FGV - Fundação Getúlio Vargas

HDBN - Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização

LEC - Liga Eleitoral Católica

MCMPA - Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre

MDPTB - Movimento Divergente do Partido Trabalhista Brasileiro

MLRS - Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul

MTR - Movimento Trabalhista Renovador

NPH - Núcleo de Pesquisas em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

NUPERGS - Núcleo de Pesquisa em História Política do Rio Grande do Sul

PC - Partido Comunista

PDC - Partido Democrata Cristão

PL - Partido Libertador

PR - Partido Republicano

PRL - Partido Republicano Liberal Rio-Grandense

PRP - Partido da Representação Popular

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSDA - Partido Social Democrático Autonomista

PSP - Partido Social Progressista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro Independente

STF - Superior Tribunal Federal

UDN - União Democrática Nacional

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USB - União Social Brasileira

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

TRE-RS - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Anúncio do programa radiofônico de Leonel Brizola.....	48
Figura 02 – Propaganda da administração de Leonel Brizola em Porto Alegre.....	49
Figura 03 – Propaganda da administração de Leonel Brizola em Porto Alegre.....	49
Figura 04 – Loureiro da Silva, Leonel Brizola e Fernando Ferrari, lado a lado no aeroporto Salgado Filho.....	60
Figura 05 – Propaganda política de Loureiro da Silva.....	63
Figura 06 – Charge representando o imbróglio jurídico envolvendo a candidatura de Brizola.....	78
Figura 07 – Charge representando a decisão do TRE-RS a favor do registro da candidatura de Brizola.....	80
Figura 08 – Charge representando a decisão do TSE a favor do registro da candidatura de Brizola.....	82
Figura 09 – Visita do prefeito Leonel Brizola à sede do PRP de Porto Alegre em 02/10/1956.....	99
Figura 10 – Charge representando a disputa entre o governo municipal e estadual pelo apoio do PRP.....	102
Figura 11 – Charge representando o empasse do PRP acerca do apoio para a disputa do governo estadual.....	109
Figura 12 – Charge representando a vitória obtida por Brizola sobre a Frente Democrática no que se refere ao apoio do PRP.....	111
Figura 13 – Brizola juntamente com Adhemar de Barros em sua visita a Porto Alegre (Janeiro de 1956).....	117
Figura 14 – Charge representando o assédio da Frente Democrática ao PSP.....	119
Figura 15 – Charge representando a disputa pelo apoio do PSP.....	119
Figura 16 – Charge representando a vitória do PTB sobre a Frente Democrática na Assembleia Legislativa (1958).....	122
Figura 17 – Charge representando a interferência de Adhemar de Barros sobre o PSP gaúcho.....	124

Figura 18 – Charge representando a preocupação dos candidatos quanto ao apoio do PC.....	130
Figura 19 – Charge representando a preocupação dos candidatos quanto ao apoio do PC.....	131
Figura 20 – Charge representando o repúdio de Brizola ao apoio do PC.....	132
Figura 21 – Charge representando o repúdio de Brizola ao apoio de Prestes.....	134
Figura 22 – Registro da visita de Leonel Brizola ao município de São Lourenço.....	147
Figura 23 – Convite para o comício de Brizola e Mondin realizado na cidade de Antônio Prado.....	149
Figura 24 – Roteiro de atividades realizadas por Brizola e Mondin durante sua visita as cidades de Três Passos, Tenente Portela e Crissiumal.....	149
Figura 25 – Plínio Salgado discursando na sede da coligação PTB-PRP-PSP, em Porto Alegre (Julho de 1958).....	151
Figura 26 – Publicação intitulada “A maratona de Brizola e Mondin”.....	153
Figura 27 – Charge representando o a intensa campanha dos candidatos a governador no interior do Estado.....	154
Figura 28 – Charge representando a exaustão dos candidatos ao governo estadual ao final de seus respectivos roteiros de viagens.....	155
Figura 29 – Santinho de Leonel Brizola e Guido Mondin.....	159
Figura 30 – Santinho com calendário de Brizola e Mondin (frente e verso).....	160
Figura 31 – Panfleto da coligação PTB-PRP-PSP.....	160
Figura 32 – Panfleto da Frente Democrática, intitulado “O mar de lama”.....	162
Figura 33 – Panfleto com mensagem de Plínio Salgado aos integralistas do RS.....	162
Figura 34 – Panfleto da coligação PTB-PRP-PSP, intitulado “Atenção colonos”.....	163
Figura 35 – Panfleto da coligação PTB-PRP-PSP, intitulado “Lembra-vos do tempo da guerra”.....	163
Figura 36 – Panfleto da coligação PTB-PRP-PSP intitulado “Descalabro financeiro do governo estadual”.....	164
Figura 37 – Charge representando o excesso de propaganda de rua durante a campanha eleitoral de 1958.....	167

Figura 38 – Charge representando o excesso de propaganda de rua durante a campanha eleitoral de 1958.....	167
Figura 39 – Charge representando o excesso de propaganda de rua durante a campanha eleitoral de 1958.....	168
Figura 40 – Exemplo de <i>A Pedido</i> acerca dos comícios e viagens de Brizola e Mondin pelo Rio Grande do Sul.....	174
Figura 41 – Exemplo de <i>A Pedido</i> acerca dos comícios e viagens de Brizola e Mondin pelo Rio Grande do Sul.....	174
Figura 42 - Recepção a Brizola, Neusa Goulart e Mondin em uma localidade não identificada do interior do Estado.....	175
Figura 43 – Recepção a Brizola e Mondin em Santa Maria, na ocasião do comício de encerramento de sua campanha.....	176
Figura 44 – Comício de Brizola e Mondin em São Francisco de Paula.....	177
Figura 45 – Comício de Brizola e Mondin em Uruguaiana.....	177
Figura 46 – Comício de Brizola e Mondin em Erechim.....	178
Figura 47 – A abraço entre Brizola e uma criança, em visita a Caxias do Sul.....	179
Figura 48 – Brizola ao lado duas crianças em visita ao interior do Estado.....	179
Figura 49 – Convite para colaboração com o programa de governo de Leonel Brizola.....	180
Figura 50 – Divulgação dos pontos do programa de governo de Leonel Brizola.....	182
Figura 51 – Roteiro do programa de governo de Leonel Brizola.....	182
Figura 52 – Divulgação dos pontos do programa de governo de Leonel Brizola.....	183
Figura 53 – Propaganda eleitoral de Brizola acerca do planejamento em sua gestão.....	185
Figura 54 – Propaganda de Brizola acerca das obras realizadas em Porto Alegre durante a sua administração.....	187
Figura 55 – Propaganda de Brizola acerca das obras realizadas em Porto Alegre durante a sua gestão.....	187
Figura 56 – Propaganda de Brizola acerca das obras realizadas em Porto Alegre durante a sua gestão.....	187
Figura 57 – Propaganda de Brizola acerca das obras realizadas em Porto Alegre durante a sua gestão.....	187

Figura 58 – A <i>Pedido</i> intitulado “Brizola romperá com a inércia administrativa”, mandado publicar pela coligação PTB-PRP-PSP.....	188
Figura 59 – A <i>Pedido</i> intitulado “Porque o povo elegerá Brizola”, mandado publicar pela coligação PTB-PRP-PSP.....	188
Figura 60 – A <i>Pedido</i> intitulado “Duas atitudes”, mandado publicar pela coligação PTB-PRP-PSP.....	190
Figura 61 – A <i>Pedido</i> intitulado “Palavras autorizadas, justas e definitivas”, mandado publicar pela coligação PTB-PRP-PSP.....	192
Figura 62 – Charge representando o casal Mariante no momento do anúncio da vitória de Brizola.....	200
Figura 63 – Charge representando a última investida de Guilherme Mariante contra a candidatura de Brizola, agora no STF.....	201

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Votos válidos para prefeito de Porto Alegre em 1951 (%).....	41
Gráfico 02 – Votos válidos para prefeito de Porto Alegre em 1955 (%).....	46
Gráfico 03 – Votação para governador do Rio Grande do Sul em 1954 (%).....	90
Gráfico 04 – Votação válida para governador em cidades da região colonial em 1954 (%).....	91
Gráfico 05 – Votação válida para governador em cidades da região colonial em 1950 (%).....	92
Gráfico 06 – Votação válida para governador em cidades da região colonial em 1947 (%).....	92
Gráfico 07 – Votação para presidente em 1955 no Rio Grande do Sul (%).....	114
Gráfico 08 – Votação para presidente por cidade em 1955 (%).....	115
Gráfico 09 – Votação para governador do Rio Grande do Sul 1958 (%).....	202
Gráfico 10 – Votação dos candidatos a governador do Rio Grande do Sul (1947-1958).....	203
Gráfico 11 – Evolução do eleitorado inscrito, votos válidos e votação obtida pelo PTB nas eleições para governador do Rio Grande do Sul (1947-1958).....	204
Gráfico 12 – Votação válida Pasqualini (1954) x votação válida Brizola (1958) por cidade (%).....	205
Gráfico 13 – Votação válida para governador em cidades da região colonial em 1958 (%).....	206
Gráfico 14 – Diferença % de votos entre Brizola x votação do PRP em 1954 (cidades da região colonial).....	207
Gráfico 15 – Votação para senador pelo Rio Grande do Sul em 1958 (%).....	208
Gráfico 16 – Votos válidos do PTB em 1954 x audiência do programa de Brizola x intenções de voto em Brizola x votos válidos do PTB em 1958.....	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Deputados estaduais eleitos pelo PTB nas eleições de 1947 no Rio Grande do Sul.....	38
Tabela 02 – Deputados estaduais eleitos pelo PTB nas eleições de 1950 no Rio Grande do Sul.....	39
Tabela 03 – Deputados federais eleitos pelo PTB nas eleições de 1950 e 1954 no Rio Grande do Sul.....	42
Tabela 04 – Bancadas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1955-1959).....	96
Tabela 05 – Despesas do Diretório Dr. João Goulart.....	158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - LEONEL DE MOURA BRIZOLA E O PTB: INGRESSO, ASCENSÃO E DISPUTAS INTERNAS (1945-1958)	32
1.1 DA ENTRADA NO PARTIDO À PREFEITURA DE PORTO ALEGRE: A TRAJETÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NO PTB GAÚCHO E A CONSTRUÇÃO DE SUA CANDIDATURA AO GOVERNO ESTADUAL.....	37
1.2 A DISPUTA COM LOUREIRO DA SILVA E A VITÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NA CONVENÇÃO REGIONAL DO PTB	52
1.3 “BRIZOLA ELEGÍVEL”: A TENTATIVA DE IMPUGNAÇÃO DA CANDIDATURA DE LEONEL BRIZOLA E A VITÓRIA NA JUSTIÇA ELEITORAL.....	73
CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DA COLIGAÇÃO PTB-PRP-PSP E O REPÚDIO AO APOIO DO PARTIDO COMUNISTA (PC)	84
2.1 A ALIANÇA COM O PARTIDO DA REPRESENTAÇÃO POPULAR (PRP).....	88
2.2 A ALIANÇA COM O PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)	114
2.3 A REJEIÇÃO AO APOIO DE LUIS CARLOS PRESTES	129
CAPÍTULO 3 – “BRIZOLA IDEALIZA, PLANEJA E CONSTRÓI”: A CAMPANHA ELEITORAL E A VITÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NA DISPUTA PELO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1958	142
3.1 ROTEIROS DE VIAGENS, COMÍCIOS, PANFLETOS E SANTINHOS: A CAMPANHA ELEITORAL DE LEONEL BRIZOLA VAI ÀS RUAS	146
3.2 A IMPRENSA COMO MEIO DE CONSTRUÇÃO DE POPULARIDADE E CONQUISTA DE VOTOS.....	171
3.3 O “FENÔMENO BRIZOLA”: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS ELEITORAIS E DOS POSSÍVEIS FATORES DA VITÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL EM 1958	196
CONCLUSÃO	216
REFERÊNCIAS	222

INTRODUÇÃO

Publicado por Américo Freire e Jorge Ferreira em 2016, a obra intitulada *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*, uma das mais recentes e completas produções acerca de Brizola, contém textos assinados por renomados pesquisadores, que, em suma, buscam refletir acerca da atuação desse político no período pré e pós-ditadura militar. Em suas análises, esses autores – e aqui enfatizamos aqueles textos que tratam desse político no período da chamada *experiência democrática brasileira (1945-1964)* – destacam inúmeras nuances de Brizola. João Trajano de Sento-Sé (2016, p.), por exemplo, o classifica como um político capaz de pôr em cheque instituições, etiquetas e marcos institucionais, conclamar as massas a desafiar o *status quo* e, ao mesmo tempo, se inserir em uma tradição política que “vinha de longe”, no interior de um partido político organizado, no qual galgou as diversas esferas do poder através de disputas eleitorais. Jorge Ferreira (2016, p. 16), por sua vez, aponta para o duplo papel exercido por Brizola durante esse período: o de líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), comandando a sua fração mais à esquerda, e de intelectual, interpretando o trabalhismo à luz das ideias em voga na América Latina na conjuntura da Guerra Fria. Já Angela de Castro Gomes (2016, p. 306), entre outras coisas, insere Brizola no contexto do trabalhismo pós-1954, período no qual, na ausência de Getúlio Vargas, travou-se entre diversas lideranças do PTB uma disputa pela força da legenda, pela redefinição dos conteúdos do trabalhismo e pela herança do carisma de Vargas.

Contudo, tais reflexões, em grande medida, referem-se a um Brizola já consolidado enquanto liderança, tanto no PTB como no cenário político nacional, seja enquanto governador do Rio Grande do Sul (1959-1963), quando, entre outras coisas, liderou a Campanha da Legalidade, ou ainda enquanto deputado federal pelo Estado da Guanabara (1963-1964), quando exerceu um papel de proeminência no contexto da crise política e culminou no golpe-civil militar de 1964. Antes de tornar-se governador do Rio Grande do Sul e deputado federal pelo Estado da Guanabara, Brizola foi eleito duas vezes deputado estadual (1947-1951 e 1951-1955), deputado federal (1955-1956), também pelo Rio Grande do Sul, e prefeito de Porto Alegre (1956-1958). Não nos interessa aqui realizar uma ampla análise da atuação de Brizola no Legislativo e no Executivo (sobre a qual trabalhos no âmbito da pós-graduação em História, como veremos a seguir, já se debruçaram). Para além disso, outro aspecto de sua trajetória política entre os anos de 1945 e 1964 nos instiga à reflexão: as campanhas eleitorais. Como ocorreu a atuação de Brizola enquanto candidato? O que uma

análise mais aprofundada de suas campanhas nos revela acerca da experiência democrática brasileira?

Ao longo dos últimos anos, diversos trabalhos acerca da atuação política de Leonel Brizola durante a experiência democrática foram produzidos no âmbito da pós-graduação em História, especialmente no período que sucede a sua eleição ao governo do Rio Grande do Sul. Acerca de sua administração no Estado gaúcho, incluindo o episódio da Campanha da Legalidade, foram escritas as dissertações *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos* (BEMFICA, 2007), *Imagens do Poder: As Fotografias da Legalidade pelas Lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1961)* (REIS, 2012), e as teses *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio* (HARRES, 2002) e *A Última Revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963* (SILVA, 2015). Já sobre a sua atuação enquanto deputado federal pela Guanabara e a formação dos Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze, foram produzidas as dissertações *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)* (ALMEIDA, 2007), *Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964)* (RIGHI, 2015), *Grupos de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)* (TAVARES, 2013), *Brizola: um percurso na imprensa do norte do Rio Grande do Sul (1961-1964)* (ANTUNES, 2013), e a tese *O Jornal Panfleto e a construção do brizolismo* (SZATIKOSKI, 2008). Por sua vez, acerca de sua atuação política no período anterior às eleições de 1958, foi produzida apenas a dissertação *A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953* (FERNANDES, 2013).

Fora do âmbito da pós-graduação, a atuação política de Brizola também inspirou várias produções. Além do já citado livro organizado por Freire e Ferreira (2016), cabe destacar também as obras *Brizola e o Trabalhismo* (MONIZ BANDEIRA, 1979), *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)* (BRAGA et al, 2004), e *Leonel Brizola uma – uma biografia política: o fio da história (1922-1964)* (BRUST, NASCIMENTO, 2016), que retratam a trajetória política de Brizola não apenas entre os anos de 1945 e 1964, mas também no período pós-ditadura militar.

Todos os trabalhos citados acima caracterizam-se como de suma importância para a compreensão do papel político desempenhado por Leonel Brizola no período, do trabalhismo, do PTB, assim como da própria experiência democrática. Entretanto, percebe-se que tais obras privilegiam, na sua ampla maioria, apenas os mandatos de Brizola, abordando os pleitos nos quais concorreu de maneira superficial, o que gera uma lacuna historiográfica referente à sua trajetória em processos eleitorais, em especial no tempo que antecede o seu Governo no

Rio Grande do Sul. Dessa forma, as campanhas eleitorais de Leonel Brizola emergem como objetos de estudo, que nos permitem pensar e repensar as práticas de campanha do período, o processo de aprendizado político ocorrido na experiência democrática, a mobilização política, a construção da popularidade, a interpelação das massas e o próprio Brizola, entre outras variáveis.

Em 1947, ainda enquanto estudante de engenharia, quando elegeu-se pela primeira vez deputado estadual, Brizola angariou um total de 3.839 votos, sendo apenas o 11º candidato mais votado do PTB. Já no pleito seguinte, em 1950, se reelegeu para a Assembleia Legislativa com um total de 16.691 votos, sangrando-se não apenas o candidato mais votado de seu partido, mas também do Rio Grande do Sul. Quatro anos depois, após ser derrotado na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre, foi eleito o deputado federal mais votado do Estado, obtendo 103.033 votos, a maior votação obtida até aquele momento por um candidato ao cargo. Em 1955, disputou novamente a Prefeitura de Porto Alegre, superando por uma ampla margem (cerca de 23,6% dos votos válidos) o seu adversário. Por fim, nas eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, na qual concorreu a governador do Estado, Brizola obteve um total de 670.003 votos contra 500.944 de Walter Peracchi Barcelos, da Frente Democrática (FD). Tal votação configurou-se como não apenas como a maior obtida até então por um candidato ao cargo, mas também como a maior diferença percentual entre dois postulantes ao Executivo gaúcho¹. Á época, em uma análise desse pleito, o comentarista político Armando Fay de Azevedo² (1960, p. 258) classificou o resultado das eleições no Rio Grande do Sul como o “Fenômeno Brizola”, que segundo Azevedo alçou Brizola ao panteão das grandes lideranças do PTB em nível nacional.

Com base na lacuna historiográfica apontada, referente à trajetória de Brizola no período que compreende os anos de 1945 e 1964, e também na ampla vitória obtida pelo candidato trabalhista nas eleições de 1958, foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: que fatores explicam a ascensão política e a eleição de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958? Dessa, desdobram-se algumas outras questões: como se deu a escalada política de Brizola, da ala-moça do PTB à postulante ao governo estadual, tanto no

¹ Atas dos resultados eleitorais de 1947, 1950, 1954 e 1958 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS; *Diário de Notícias*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

² Entre os anos de 1945 e 1964, Azevedo atuou como analista político, escrevendo uma coluna para o jornal *Correio do Povo*, intitulada *A Semana Política*, e também alguns artigos para a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (DOMINGOS, 2009, p. 170). Todavia, seu vínculo com o *Correio do Povo* data desde, pelo menos, 1934 (KARAWEJCZYK, 2008, p. 234). Nesta mesma década, atuou como deputado constituinte (1935) e deputado estadual na primeira legislatura (1935-1937), vinculado ao Partido Libertador (PL) (TRINDADE, NOLL, 2005, p. 166-177). Além destas atividades, foi também professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DOMINGOS, 2009, p. 170).

interior do próprio partido quanto no contexto sul rio-grandense? Quais as estratégias de mobilização eleitoral e construção de popularidade empregadas por Brizola visando o pleito de 1958? O que isso revela acerca da experiência democrática brasileira, do trabalhismo pós-1954, e do próprio Brizola?

Para fins de análise da ascensão política e eleição de Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958, nosso ponto de partida será com base em reflexões acerca do campo político. Conforme Bourdieu (2002), o campo político configura-se como um “campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”, ou ainda como “o lugar de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos”. No interior do campo, os partidos políticos elaboram e impõe aos cidadãos uma concepção de mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível, o que, por sua vez, faz com que o campo político se configure também como “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos” (BOURDIEU, 2002, p. 163-185).

Segundo Bourdieu (2002, p. 171-180), toda tomada de posição no interior campo é um ato que só ganha sentido relacionalmente, por meio do jogo das oposições e distinções, na diferença e pela diferença, naquilo que o autor classifica como *desvio distintivo*. Para entender uma tomada de posição, um programa, uma intervenção ou um discurso, é necessário conhecer o conjunto de tomadas de posição assumidas no interior do campo, uma vez que “a produção de tomadas de posição depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas”.

Estes partidos políticos, agentes por excelência da luta simbólica travada no interior do campo, são entendidos por Bourdieu (2002, p. 167-180) como organizações *permanentes* orientadas para a conquista do poder. Nesta luta pelo poder, os partidos elaboram ideias acerca do mundo social que visam obter a adesão do maior número de cidadãos, sendo assim essas ideias submetidas à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número. Segundo Bourdieu, os que dominam essa instituição têm interesses ligados tanto à existência e à persistência do partido quanto aos ganhos específicos que o mesmo lhe assegura, neste caso a possibilidade de imporem seus interesses como sendo os interesses de seus mandatários. A mesma estrutura que organiza o campo pode, conforme explica o autor, reproduzir-se no seio do partido. Bem como ocorre com os partidos concorrentes, as tendências no seio dos partidos possuem uma existência relacional, sendo impossível

compreender o que são ou professam sem compreender também o que são e professam seus concorrentes.

Ainda sobre os partidos, Bourdieu (2002, p. 184) entende que toda a organização partidária que almeja o poder, seja participando do poder ou influenciando sobre a distribuição do mesmo, não pode apegar-se ao purismo ou ao radicalismo. Em decorrência disso, a fim de alargar as suas bases para atrair a clientela de partidos concorrentes, ocorre muitas vezes de os partidos não hesitarem em abrir mão de sua “pureza”, o que, por sua vez, faz com que se estabeleça um embate no interior da organização: de um lado, aqueles que defendem a procura por um reforço para o partido e o alargamento de suas bases; de outro, aqueles que denunciam esses compromissos necessários ao aumento de força do partido, que se dá em detrimento de sua originalidade, mediante ao abandono de tomadas de posições distintas, e que pregam o retorno às raízes e a restauração da pureza original.

Mas afinal, com que armas lutam os agentes no interior do campo? De acordo com Céli Regina Jardim Pinto (1996, p. 223), “o campo estrutura-se pelo estado da relação de forças entre os agentes. A matéria prima dessa luta é o *capital* de cada agente”. Bourdieu (2007, p. 107), por sua vez, afirma que a capacidade de mobilização de um capital específico determina no interior de certo campo a posição social e o poder específico atribuído a um agente. Ainda segundo Pinto (1996, p. 223), a relação entre capitais (social, cultural, econômico, político, entre outros) pode ocorrer tanto pela conversão quanto pela possibilidade de aquisição de um capital em decorrência da posse de outro capital. No caso do campo político, Bourdieu (2002, p. 187) acredita tratar-se o capital político de “uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem”. Neste sentido, Bourdieu (2002, p. 190-192) divide o capital político em duas espécies: 1) o capital pessoal de notoriedade e de popularidade, fundado no fato de ser conhecido e reconhecido (reputação, “ter um nome”) e de ter qualificações específicas (condição da aquisição e conservação da boa reputação), sendo frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros campos; e 2) o capital delegado, “produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição”, neste caso o partido, cuja aquisição obedece à lógica da investidura, no qual a instituição/partido consagra o candidato oficial a uma eleição ou marca a transmissão de um capital político. De acordo com o autor, este tipo de capital, o político, apenas pode ser conservado mediante um trabalho constante, não apenas visando o acúmulo de crédito, mas também qualquer espécie de descrédito.

Conforme explica Bourdieu (2002, p. 169-173), para além do acúmulo de capitais, qualquer possibilidade de sucesso no jogo propriamente político está condicionada também à posse de uma competência específica, um modo de pensamento e ação: o *habitus* do político. Este *habitus* consiste tanto em um conjunto de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas e dados econômicos) e capacidades gerais, como o domínio de uma linguagem e de uma retórica política, a qual o autor divide e classifica como do *tribuno* (vital nas relações com os profanos) e do *debater* (imprescindível na relação com os profissionais), quanto em um tipo de *iniciação* (uma série de provas e ritos de passagem), que tende a revelar ao profissional a lógica do campo político e impor a ele uma submissão aos valores, hierarquias e censuras inerentes ao campo, bem como aos seus constrangimentos e formas de controle. Para Bourdieu, essa percepção e adesão à lógica do jogo político, que une todos os iniciados por um conluio originário, são fundamentais aos profissionais inseridos no mesmo, afim de não serem excluídos do jogo e dos ganhos propiciados por ele (tanto o prazer de jogar o próprio jogo quanto as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico). Em resumo, se a luta entre os agentes no interior do campo se dá pela conquista do poder ou pelo direito de influir sobre a distribuição do mesmo, se dá também respeitando as regras do jogo político que visam acima de tudo a preservação do próprio campo.

No tange aos usos de Bourdieu, a ideia aqui não é transportar a teoria do campo político em sua totalidade para a realidade política brasileira entre os anos de 1945 e 1964, mas sim, como nos orienta o próprio autor (2002, p. 60), trata-la “como um *modus operandi* que orienta e organiza praticamente a prática científica”, ou seja, como uma ferramenta para a interpretação da realidade, nesse caso a atuação política de Brizola enquanto candidato. Neste sentido, parte-se do pressuposto de que durante o período estudado havia no Brasil um campo político ainda em formação, vivenciando-se no país aquilo que alguns autores classificam como a *experiência democrática brasileira* (1945-1964), cuja uma das principais características foi a existência de sistema eleitoral competitivo, indo ao encontro de uma das principais características do campo político que é a da competição entre os agentes.

Diferentemente de alguns estudos que apontam para um sistema político em desestruturação, autores como Lavareda, Gomes e Ferreira entendem que esta época foi marcada pela consolidação de uma democracia liberal – apesar da existência de certas limitações e restrições –, interrompida pelo golpe civil-militar (LAVAREDA, 1991; GOMES, 2009; GOMES, FERREIRA, 2018). As diversas eleições ocorridas neste intervalo de tempo, periódicas e ininterruptas, seja no plano federal, estadual ou municipal, contribuíram para a

consolidação dessa primeira experiência democrática, que expressava as diversas correntes de opinião e também a expansão do número de eleitores (FERREIRA, 2011; GOMES, FERREIRA, 2018). Isto, por sua vez, propiciou aquilo que Gomes (2009, p. 36) classifica como um “aprendizado da política eleitoral, em novos e mais amplos marcos”.

Sobre eleições, é possível afirmar que o período que vai de 1945 a 1964 foi marcado por uma ampliação sem precedentes do eleitorado³, especialmente nos grandes centros urbanos, e pela consequente necessidade de conquista do mesmo, que era agora protagonista dos processos eleitorais (LAVAREDA, 1991; NICOLAU, 2002; GOMES, FERREIRA, 2018)⁴. Esta necessidade de convencimento, por sua vez, fez com que fossem desenvolvidos nesse período inúmeros mecanismos voltados à construção de uma imagem de popularidade, à mobilização eleitoral e à conquista de votos. Uma série de práticas que, mesmo coexistindo com outras práticas coercitivas e clientelísticas, remanescentes de períodos anteriores, estabeleciam um novo tipo de relação entre partidos, candidatos e eleitores (CANÊDO, 2012, p. 538).

De acordo com Gomes e Ferreira (2018, p. 59), um dos fatores que fundamenta o reconhecimento desta experiência democrática entre os anos de 1945 e 1964 é a imprevisibilidade dos processos eleitorais. De acordo com estes autores, em outros períodos as eleições eram controladas pelo governo, que ganhava todos os pleitos apesar da existência de uma oposição forte. Já a partir de 1945, seja pelo aumento exponencial do eleitorado ou pelas mudanças na legislação eleitoral, o governo passou a sofrer derrotas eleitorais, ao mesmo tempo em que a oposição, pela primeira vez, passou a ter possibilidade de vitória nas urnas, o que revela o caráter competitivo destes pleitos, próprio de uma democracia liberal.

Paralelamente ao anúncio das primeiras eleições pós-Estado Novo, ainda em 1945, passaram a ser organizados os primeiros partidos nacionais de massa, com programas

³ Em 1934, por exemplo, votaram nas eleições para o Poder Legislativo da União um total de 1.992.949 eleitores (5% da população nacional). Já em 1945, dos 7.474.542 eleitores inscritos (16,5%), compareceram às urnas 6.160.254 eleitores (13,6%). Este aumento proporcional do número de eleitores inscritos e comparecimento às urnas mantiveram-se no decorrer da experiência democrática: em 1950, dos 11.612.772 eleitores inscritos (22,3%), votaram 8.254.989 (15,9%); em 1955, por sua vez, dos 15.104.604 inscritos (25,8%), compareceram às urnas 9.887.873 eleitores (16,9%); já em 1960, dos 15.543.332 eleitores inscritos (21,9%), votaram 12.586.354 eleitores (17,7%); por fim, nas últimas eleições antes do golpe-civil militar de 1964, em 1962, dos 18.560.699 inscritos (24,6%), compareceram às urnas 14.747.221 eleitores (19,6%). Fonte: Estatísticas do Século XX: representação política – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/representacao-politica.html>>. Acesso em: 20/01/2019.

⁴ Como chave explicativa para esse crescimento do eleitorado, Nicolau (2002) apresenta duas hipóteses: a obrigatoriedade de alistamento e voto (já prevista em 1934 para homens e funcionárias públicas, porém ineficaz em decorrência da Constituição ter sido promulgado dois meses antes da eleição) mediante ao pagamento de multa (que variava de 100 a 1.000 cruzeiros); e a ampla utilização do método *ex-officio* por parte dos interventores estaduais e sindicatos (21% dos eleitores foram cadastrados por esse sistema).

definidos. Tais partidos passaram a intensificar tanto as relações entre o eleitor (obrigado a votar) e o candidato (que tem necessidade do voto), quanto entre os próprios candidatos (frente à necessidade dos partidos de apresentar o maior número de candidaturas, a fim de aumentar sua audiência). Além disso, estes partidos passaram a desempenhar um papel proeminente na mobilização eleitoral: em primeiro lugar, difundindo um interesse específico pelas questões políticas (reunindo eleitores em torno de uma plataforma, representada por siglas e símbolos); em segundo lugar, reforçando o trabalho de socialização cívica (convencendo o eleitor da importância do comparecimento às urnas) (CANÊDO, 2010, 537-538). Indo ao encontro da análise de Canêdo, Gomes e Ferreira, em seus estudos, apontam para a existência, neste período, de partidos políticos com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado. Conforme estes autores, aqueles que votavam no PTB votavam também no nacionalismo, pela reforma agrária e pela manutenção e ampliação dos direitos sociais. Semelhantemente, aqueles que optavam pela União Democrática Nacional (UDN) votavam contra o trabalhismo, com sentimento anticomunista e por uma abertura do Brasil ao capital estrangeiro (FERREIRA, 2011; FERREIRA, 2012; GOMES, FERREIRA, 2018). Também devido a essa identificação crescente do eleitorado com os partidos políticos, Gomes (2009, p. 49) entende que esta experiência democrática caminhava rumo à consolidação, até ser interrompida pelo golpe civil-militar de 1964.

A partir da utilização do conceito de *experiência democrática*, não nos comprometemos nesse trabalho com aquilo que podemos chamar de “concepção clássica” de populismo, presente em obras como as de Francisco Weffort (1978), e que tem em seu cerne categorias como *demagogia* e *manipulação*. Tal concepção foi, até os anos 80, amplamente utilizada como chave interpretativa para a política brasileira, ou mais especificamente para a relação entre líderes políticos e massas, de 1930 a 1964. Neste sentido, buscamos nos alinhar aos estudos de autores como Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, que pregam o abandono desse conceito.

Na compreensão de Gomes (2002, p. 63-64), o populismo caracteriza-se como uma das construções míticas mais importantes do imaginário político e social brasileiro. Para a autora, esta mitologia populista evoca a desesperança e o ceticismo, pois retrata uma espécie de “pacto perverso” entre as elites brasileiras e o povo, ambos marcados pela ausência de atributos positivos de forma verdadeiramente ontológica, sendo assim uma narrativa que rebaixa a sociedade e a política brasileira, e por isso um conceito a ser abandonado. Em decorrência disso, em *A Invenção do Trabalhismo* (1988), Gomes (2002, p. 59) afirma ter buscado refutar a ideia de uma classe trabalhadora passiva e sem consciência de classe, e por

isso suscetível à manipulação de políticos demagogos, que, sem bases populares, fundavam a sua representatividade em seu prestígio pessoal. Em oposição a isso, a autora diz ter procurado enfatizar a ideia de uma classe trabalhadora “sujeito de sua história”, que se relacionava com políticos cujas bases excediam o personalismo e que se combinavam com partidos políticos, organizações sindicais e políticas públicas de alcance social, ou seja, uma relação dinâmica entre classe trabalhadora e Estado.

Indo ao encontro das análises de Gomes e de sua compreensão do conceito de populismo como um mito político, Ferreira (2001, p. 63-64) não o entende como um fenômeno determinante para a relação entre Estado e sociedade no período que vai de 1930 a 1964, ou ainda como uma característica da política nacional neste intervalo temporal. Para o autor, trata-se de “uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e, portanto, construída para explicar esta mesma política” (FERREIRA, 2001, p. 64). A utilização do conceito de populismo como chave explicativa da política brasileira no referido momento, na visão de Ferreira (2012, p. 319-320), acarreta na perda das especificidades e historicidades de cada projeto político. Em virtude disto, o autor propõe, assim como Gomes, o abandono do conceito e a utilização dos termos nativos, ou seja, das expressões utilizadas pela sociedade brasileira em determinado momento, para se referir a estes protagonistas do passado (trabalhistas, pessedistas, comunistas, udenistas, socialistas, etc).

Ao refutarmos a utilização do conceito de populismo e nos alinharmos aos estudos desses autores, refutamos também as interpretações que vinculam a capacidade de mobilização eleitoral de Leonel Brizola a esse conceito. O populismo esteve ligado a muitas leituras realizadas ao longo das décadas acerca da atuação política de Brizola durante o período que compreende os anos de 1945 e 1964. Um exemplo dessas produções é a obra de Guita Grin Debert (1979), intitulada *Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. Nesta obra, em suma, a autora aponta certo vazio da noção de manipulação, presente na “concepção clássica” do conceito de populismo, buscando, em decorrência disso, analisar as características ideológicas de alguns líderes “populistas” do período, assim como as formas através das quais esses políticos buscaram estabelecer um diálogo com as massas populares. Dentre esses líderes populistas, a autora situa Brizola.

Outro conceito amplamente utilizado para explicar a atuação política de lideranças populares ao longo do século XX é o de *carisma*, conforme concebido por Max Weber. Conforme explica Weber (2002, p. 61), a dominação carismática – uma das três espécies de dominação legítima das quais trata o autor – configura-se como aquela que tem como base “dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança

estritamente pessoais depositadas em alguém que se diferencia por qualidades prodigiosas, por heroísmo, ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe”. Esse poder é, no plano político, exercido “pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido por meio de plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político”. Inúmeros trabalhos de consagrados autores têm se inspirado nessa concepção, tais como os de Sento-Sé (2000), intitulado *Brizolismo: estetização da política e carisma*, e Maria Celina D’Araújo (1996), intitulado *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*, nos quais ambos enquadram Brizola na categoria de “político carismático”. Não desconsideramos aqui a importância desses e de outros trabalhos para os estudos acerca de Brizola e do PTB. Contudo, entendemos haver no conceito de carisma também certo vazio, e por isso optamos nessa dissertação por não tratar Brizola, à luz dessa concepção, como um “político carismático”.

Os periódicos caracterizaram-se como fontes primordiais para a realização dessa pesquisa. Contudo, nosso intuito aqui não foi tomá-los enquanto objeto de análise, mas enquanto fonte de informação. Deste modo, foram utilizadas majoritariamente entrevistas, notícias, notas e as propagandas pagas, chamadas de *A Pedidos*. Optou-se ao longo de grande parte da análise, pela utilização dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. A escolha se deu pelo fato de serem jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul, estado onde ocorreu a eleição aqui analisada. O recorte temporal escolhido foi o de janeiro de 1956, quando Brizola assumiu o cargo de prefeito de Porto Alegre, até outubro de 1958, mês no qual ocorreu o pleito. No caso do *Correio do Povo*, foram consultados, dia a dia, os exemplares físicos custodiados no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV). Já no que se refere ao *Diário de Notícias*, foram consultados os exemplares disponíveis online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), também referentes ao período que vai de janeiro de 1956 a outubro de 1958. Neste caso, diferentemente do *Correio do Povo*, realizou-se a pesquisa através da busca por palavras, ferramenta disponível no site consultado. Contudo, por vezes, tais periódicos não forneceram informações suficientes para a análise proposta. Desta feita, foi consultado em momentos específicos o periódico católico *Jornal do Dia*, também disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Aqui, a consulta também ocorreu por meio do mecanismo de busca por palavras. Para além desses, foram consultadas também cópias digitalizadas dos jornais *Voz Operária* e *A Tribuna*, salvaguardados no Núcleo de Pesquisas Históricas (NPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para fins de análise envolvendo o Partido Comunista (PC) e

Luís Carlos Prestes, e também exemplares da revista *O Cruzeiro*, disponível na HDBN, quando analisada a aliança com o Partido da Representação Popular (PRP).

No que tange aos periódicos, buscou-se seguir alguns dos cuidados metodológicos apontados por Tânia Regina de Luca (2008) e Claudio Pereira Elmir (1995). Para Luca (2008, p. 131-142), ao historiador que se propõe a trabalhar com esse tipo de material, faz-se necessária: a) a atenção para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade); b) a caracterização do material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; c) a caracterização do grupo responsável pela publicação; d) a identificação dos principais colaboradores; e) a identificação do público a que se destinava; e f) a identificação das fontes de receita, entre outros. Elmir (1995, p. 21-27), por sua vez, chama a atenção para: a) a necessidade de uma leitura intensiva, meticulosa, exaustiva, e não extensiva, a exemplo da leitura cotidiana de periódicos; b) a noção de si enquanto leitor empírico, e não como leitor modelo do jornal analisado; c) a distinção entre o que é significativo para a compreensão do objeto de análise e o que é casual; d) a suspeição, de forma moderada, em relação ao que está sendo lido; e) a utilização, em conjunto, de outras fontes e obras bibliográficas; e f) a contextualização dessas fontes.

Foram também utilizadas nesta pesquisa cartas e relatórios, oriundos de acervos particulares de políticos de destaque no período, em sua maioria ligados ao PTB. No cruzamento com as fontes impressas, tal material nos permite um olhar sobre os bastidores da política, e sobre aquilo que não é manifesto de forma pública. São estes acervos: acervo particular de João Neves da Fontoura e acervo particular de Francisco de Paula Brochado da Rocha (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS); acervo particular de José Loureiro da Silva (Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre - MCOMPA); acervo particular de José Diogo Brochado da Rocha (Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul - MLRS); acervo particular de Alberto Pasqualini (Museu Alberto Pasqualini).

Para fins de análise do material oriundo dos acervos particulares, buscou-se seguir alguns dos cuidados metodológicos apontados por Carlos Bacellar (2008). Segundo este autor (2008, p. 63-71), ao utilizar este tipo de fonte, o historiador deve, em suma, atentar para: a) a contextualização da fonte e a interpretação à luz de sua época; b) a atenção na interpretação de pesos, medidas e volumes; c) a discussão acerca dos critérios adotados por quem produziu tal documento; d) o cruzamento com diferentes fontes; e) o levantamento de possibilidades da fonte analisada; e f) a identificação dos indivíduos nela presentes.

Além das correspondências/relatórios oriundos dos acervos particulares e das fontes de imprensa, foram utilizados nesse trabalho fontes coletadas em inúmeros outros acervos, tais como: panfletos e santinhos (dos acervos particulares de Francisco de Paula Brochado da Rocha e Walter Peracchi Barcelos, custodiados no AHRS, e também do Arquivo AIB/PRP que encontra-se salvaguardado no Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS); entrevistas (do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, e do Arquivo AIB/PRP que encontra-se salvaguardado no Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS); livros com resultados eleitorais, processos de registros de candidaturas e atas de convenção (do arquivo e biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul - TRE-RS); banco de dados eleitorais (do Núcleo de Pesquisa em História Política do Rio Grande do Sul da UFRGS - NUPERGS); pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em 1958 (do Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP); e Estatísticas do Século XX (do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

No que se refere à estrutura do texto, o mesmo foi dividido em três capítulos, cada qual dividido em outros três subcapítulos. Neles, buscamos seguir uma ordem mais ou menos cronológica dos fatos referentes ao pleito analisado. O recorte dentro do qual se enquadra a análise realizada vai de janeiro de 1956 a janeiro de 1959.

No capítulo 1, buscamos primeiramente entender de que forma ocorreu a ascensão de Brizola no interior do PTB e no cenário político sul rio-grandense, em um recorte que vai de seu ingresso no partido, em 1945, até a sua indicação como pré-candidato ao governo do Rio Grande do Sul, no início de 1957. Na sequência, buscamos analisar sua disputa com Loureiro da Silva pelo posto de candidato trabalhista, em um período que vai do início de 1956 a outubro de 1957, quando ocorreu a Convenção Regional do PTB, da qual Brizola saiu vencedor. Por último, buscamos também verificar como se deu o movimento pela impugnação da candidatura de Brizola. Um movimento que, se não oriundo do interior do PTB, teve em seu cerne o próprio trabalhismo, sendo capitaneado por Guilherme Mariante, ex-deputado estadual pelo PTB, dissidente desde 1954, e pelo Movimento Divergente do Partido Trabalhista Brasileiro (MDPTB), liderado pelo mesmo, que entendemos, bem como no caso de Loureiro, se inserir no contexto das disputas que envolveram o PTB e o trabalhismo no período pós-1954. No caso desse subcapítulo, o recorte temporal vai de março de 1958 (ainda que o tema já estivesse em pauta desde meados de 1957), a agosto de 1958 (quando o TSE decidiu em favor da candidatura de Brizola).

No capítulo 2, por sua vez, pretendemos investigar a constituição das alianças feitas por Brizola e pelo PTB para esse pleito. Nesse sentido buscamos entender quais fatores conduziram o PTB à busca por alianças com o PRP e com o Partido Social Progressista (PSP), as razões que levaram esses partidos a coligarem-se com os trabalhistas, bem como a forma como cada acordo foi realizado. Além disso, buscamos analisar também o posicionamento de Brizola frente ao apoio declarado do PC e de Luis Carlos Prestes à sua candidatura. Aqui, o recorte temporal selecionado é amplo, indo do início de 1956 (quando se iniciaram os primeiros movimentos em direção ao PRP) até às vésperas do pleito (quando Brizola e o PTB de toda forma buscaram repudiar e desvincularem-se dos comunistas, que desde abril de 1958 haviam abertamente concedido apoio aos trabalhistas no Rio Grande do Sul).

Já no capítulo 3, buscamos identificar e analisar as estratégias de mobilização eleitoral empregadas na campanha eleitoral de Brizola, bem como também os resultados obtidos pelo candidato trabalhista no pleito. Em um primeiro momento, num recorte que vai de março a outubro de 1958, o foco desta análise são viagens pelo interior, comícios, cortejos, inaugurações de comitês e jantares, bem como a distribuição de panfletos, santinhos, flâmulas, e a colagem de cartazes e pichações. No segundo, o fio condutor é a imprensa, rádio e periódicos, assim como os usos feitos por Brizola destes meios de comunicação, em um período que vai do anúncio de sua candidatura, na Convenção Regional, até o pleito. Por fim, nos propomos não apenas a uma leitura dos resultados, mas também a compreender os fatores que conduziram Brizola à vitória nestas eleições.

CAPÍTULO 1 - LEONEL DE MOURA BRIZOLA E O PTB: INGRESSO, ASCENSÃO E DISPUTAS INTERNAS (1945-1958)

Ao longo das últimas décadas, diversos estudos têm buscado compreender e definir o trabalhismo no Brasil. Na visão de autores como Gomes (2016) e Ferreira (2012), o trabalhismo à brasileira pode ser entendido de diferentes formas: como um projeto político nacional-estatista, formulado com a intenção de superar a relação de dependência existente entre o país e as grandes potências, envoltas na Segunda Guerra Mundial, e dar à nação certo grau de autonomia no cenário mundial; como uma ideologia e uma tradição política, frutos do Estado Novo em seu segundo momento, que envolveram um conjunto de crenças, valores, vocabulário e práticas festivas; ou ainda como um projeto que se vincula ao nacionalismo e à promessa de justiça social, centrada nos direitos trabalhistas.

Em 1945, após o fim do Estado Novo e a reorganização partidária, buscou-se criar um partido capaz de abrigar tal ideologia, alicerçada na figura de Getúlio Vargas. Assim nasceu o PTB. Um dos principais partidos políticos do período, ao lado Partido Social Democrático (PSD)⁵ e da UDN⁶, o PTB foi concebido como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro e como forma de canalizar os esforços investidos por Vargas, durante o Estado Novo, na organização sindical (GOMES, 2005; GOMES, D'ARAÚJO, 1989). Suas proposições programáticas, segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (2001, p. 175-176), deixam claro, já em 1945, que o partido possuía no eixo de suas preocupações as questões sociais e a organização tutelada da classe trabalhadora. Indo ao encontro das análises dessas autoras, Ferreira (2005, p. 376) afirma que, durante o período da experiência democrática, o PTB atuou como um canalizador de demandas operárias e populares, promovendo a interlocução entre o Estado e estas classes.

Em território gaúcho, segundo análise realizada por Miguel Bodea (1992, p. 20-31), a formação do PTB ocorreu, entre os anos de 1945 e 1946, a partir da confluência de três diferentes vertentes: a corrente *sindicalista* (composta por lideranças sindicais do Estado-Novo ou anteriores, originou-se da ala trabalhista do PSD, formando o núcleo inicial do PTB,

⁵ Partido político pró-Vargas, criado em meados de 1945 e composto por elementos oriundos do Estado Novo, sob a liderança dos interventores estaduais. No Rio Grande do Sul, em sua fase inicial, teve como principais lideranças políticas nomes como Protásio Vargas – irmão de Getúlio –, Ernesto Dornelles – primo de Vargas –, Walter Jobim, Cylon Rosa, entre outros (GOMES, D'ARAÚJO, 1989; BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005).

⁶ Partido político criado ainda na primeira metade de 1945, como frente de oposição ao Estado Novo. Quando de sua fundação, era composta por cinco diferentes grupos: oligarquias destronadas em 1930; antigos aliados de Vargas, marginalizados após 1930 ou 1937; elementos que compuseram o Estado Novo e se desligaram do mesmo antes de 1945; esquerdas; e grupos liberais com forte identificação regional. No Rio Grande do Sul, passou a se organizar também a partir de 1945, tendo a sua frente importantes lideranças regionais anti-Vargas, tais como Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Borges de Medeiros (BENEVIDES, 1981; BODEA, 1992).

sob a liderança de nomes como José Vecchio e Silvio Sanson), a corrente *doutrinário-pasqualinista* (composta por um grupo de políticos progressistas, sob a liderança de Alberto Pasqualini, oriundos da União Social Brasileira (USB)⁷ e que no decorrer de 1946 se fundiriam ao PTB), e a corrente *pragmático-getulista* (composta por políticos oriundos do PSD e que, sob a inspiração de Vargas, passaram a migrar para o PTB a partir de 1946, tais como Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha). Sob a influência destas três correntes formadoras do trabalhismo, surgiu uma das principais alas do partido nesse período, a chamada “ala acadêmica”, composta por estudantes universitários, dentre os quais se encontravam Leonel Brizola e Fernando Ferrari, que viriam a sobrepujar as antigas lideranças e dominar o partido durante a segunda metade da experiência democrática brasileira (BODEA, 1992, p. 44-45).

Diferentemente de Bodea (1992) em nível estadual e Delgado (1989)⁸, em nível nacional, que chamam a atenção para os embates entre tendências no seio do PTB, Maria Celina D’Araújo (1996, p. 20) ressalta o caráter carismático destas lutas ocorridas no interior do partido, que, centrado na personalidade e ideias varguistas, conviveu, desde a sua fundação, com inúmeras disputas entre facções de seguidores, o que, segundo a autora, não raro resultou na exclusão política dos perdedores. Tais embates tiveram o seu ápice no período posterior a 1954, quando, após o suicídio de Vargas e sob o comando de João Goulart, inúmeras lideranças passaram a disputar o controle partidário, e também justificam-se, segundo a autora, pelo centralismo decisório do PTB, que por sua vez propiciava a formação destas facções que se colocavam em disputa.

Indo ao encontro do que diz D’Araújo, Gomes (1994, p. 133-136) entende que o período que sucedeu o suicídio do ex-presidente foi de intensas transformações para o PTB. O ato de Vargas, segundo a autora, desorientou não apenas o eleitorado, que perdeu sua principal referência simbólica, mas também membros e lideranças do partido, que, ainda em 1954, amargou expressivas derrotas em nível estadual e nacional. No intuito de torná-lo um partido bem sucedido eleitoralmente, foram necessárias reformas de cunho organizacional (que exigiam a reestruturação e expansão da máquina do partido) e ideológico (a luta pelo

⁷ Partido criado em torno das ideias políticas e sociais de Alberto Pasqualini, em 1945. Seu programa baseava-se, em suma, no princípio solidarista, visando a superação do “capitalismo individualista. Já na segunda metade de 1945, iniciou um processo de fusão com o PTB, que veio a efetivar-se, de fato, no contexto das eleições estaduais de 1946 (BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005)

⁸ Acerca das correntes nacionais do trabalhismo, ver DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB, do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

monopólio do carisma de Vargas⁹ e a simultânea distinção entre o getulismo e o trabalhismo). Esta reorganização partidária, porém, implicou em uma série de disputas entre lideranças políticas pelo controle nacional e/ou estadual da organização, pela redefinição dos conteúdos do trabalhismo e pela herança do carisma varguista.

Tendo como base na Carta Testamento de Vargas, estes embates tornaram-se polarizados: de um lado, um eixo centrado na defesa das reformas estruturais e do nacionalismo; de outro, um eixo calcado na parentela, no nepotismo e no clientelismo. Com isso, cada facção buscou apropriar-se do carisma e rotinizá-lo de acordo com a fórmula mais ao seu alcance, não se apegando necessariamente a posições diametralmente opostas, mas posicionando-se segundo interesses específicos, ora apelando aos laços familiares para reivindicar a herança varguista (quando ameaçados por políticos mais ideológicos), ora aderindo a um discurso ideológico (especialmente quando a pauta eram disputas eleitorais ou a defesa do ideário de Getúlio) (D'ARAÚJO, 1996, p. 20).

Sob esta lógica de disputas internas, o período pós-1954 caracterizou-se por mudanças significativas também na seção gaúcha do PTB. A morte de Vargas e o desaparecimento político de Alberto Pasqualini (derrotado no pleito de 1954 e já muito doente) abriram caminho para a ascensão de novas lideranças, tais como João Goulart, Fernando Ferrari, Rui Ramos e Leonel Brizola, que passaram a concorrer entre si e também com lideranças sindicalistas e veteranos trabalhistas, como José Diogo Brochado da Rocha e José Loureiro da Silva (CORTÉS, 2007; BOMBARDELLI, 2016)¹⁰. Nesta disputa, de acordo com Bodea (1992, p. 170-171), Jango e Brizola¹¹ impuseram-se como líderes máximos do PTB em nível nacional e regional, respectivamente, através da eleição e reeleição do primeiro à vice-presidência da República, em 1955 e 1960, e da eleição do segundo a Prefeitura de Porto

⁹ Carisma que, segundo D'Araújo (1996, p. 103-104), foi disperso por Vargas ainda em vida a esses líderes secundários, aos quais delegou a tarefa de falar em nome do getulismo e do trabalhismo. Uma dispersão que, simultaneamente, garantiu a sobrevivência do partido, após a morte do líder, e gerou inúmeras e intensas lutas no interior do mesmo.

¹⁰ Sobre o PTB gaúcho, Igor Gastal Grill (2008, p. 156-158) afirma que, em 1954, após a saída de cena de Vargas e Pasqualini, identificados como fundadores da tradição trabalhista no Estado, iniciou-se um processo de afirmação dos candidatos a sucessores e a formação de cisões e rupturas em nome da herança, que culminou em disputas pelo legado e em tentativas de reinvenção do trabalhismo. Na busca pela proximidade com os líderes e encarnação do legado, o autor destaca alguns condicionantes os quais considera decisivos. Nos casos bem sucedidos desse processo de sucessão – João Goulart, Leonel Brizola e Fernando Ferrari –, Grill aponta para a presença de três registros que interagem entre si: usos do parentesco, itinerários pessoais políticos e partidários ascendentes e a difusão e reconhecimento da proximidade com os fundadores da tradição. Tais registros poderão ser verificados no item 1.1 deste texto, no qual abordaremos a trajetória política e ascensão de Brizola na seção gaúcha do PTB.

¹¹ Na visão de D'Araújo (1996, P. 20), Brizola foi a figura paradigmática dos dilemas engendrados pela dificuldade de rotinizar o carisma de Vargas, devido a sua divisão entre a lealdade à parentela e à facção partidária mais ideológica. Neste sentido, a autora afirma que Brizola encontrou no apelo direto à mobilização das massas a forma de afirmar sua liderança no PTB.

Alegre, em 1955, e ao Governo do Estado, em 1958 – quando, nas prévias do partido ocorridas em outubro de 1957, superou o veterano Loureiro da Silva, também postulante a candidato trabalhista.

Estas disputas vão de encontro ao que nos diz Bourdieu (2002, p. 178-180) acerca do campo político e dos partidos. Conforme já referido por esse autor, a mesma estrutura que organiza o campo no seu conjunto, com partidos como agentes por excelência da luta simbólica travada no interior do mesmo, pode reproduzir-se no seio do partido, em cada um dos seus grupos. É o caso das diversas facções que pós-1954 originaram-se no interior do PTB, tais como as comandadas por João Goulart e Fernando Ferrari em nível nacional, das quais, como veremos a seguir, Brizola e Loureiro, postulantes a candidato pelo PTB, eram representantes em nível estadual.

Sobre Leonel Brizola, como dito anteriormente, apesar da extensa produção historiográfica, especialmente acerca de seu governo no Rio Grande do Sul (1959-1963) e de sua atuação enquanto deputado estadual federal pela Guanabara (1963-1964) no período que antecedeu o golpe civil-militar, poucos são os trabalhos que visam refletir sobre a sua trajetória política e ascensão no PTB em um período anterior a 1958. Por sua vez, no que se refere às eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, a historiografia apenas de uma forma sucinta tem abordado a sua inserção e relevância no contexto dos embates internos do PTB pós-1954. Alguns autores, como Maria Mercedes Loguercio Cánepa (2005), em sua obra *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*, ignoram a disputa entre Brizola e Loureiro da Silva. Outros, como Carlos Cortés (2007), em seu livro *Política Gaúcha (1930-1964)*, ou Bodea (1992), em sua obra *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*, citam o embate entre estas duas lideranças trabalhistas na Convenção Regional de 1957, todavia sem um maior aprofundamento quanto à complexidade desta disputa. Já Maura Bombardelli (2017), em sua dissertação de mestrado, intitulada *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao “trabalhismo renovador” (1945-1960)*, traz à baila este embate, tendo, todavia, como fio condutor de sua análise, o então deputado federal Fernando Ferrari, aliado de Loureiro, que na época se encontrava em atrito com as cúpulas nacional e regional do partido.

No que segue, com base nos apontamentos acima, buscamos refletir acerca das seguintes questões: como se deu o ingresso de Brizola na política da experiência democrática/campo político? De que forma o mesmo ascendeu no interior da seção gaúcha do PTB e no cenário político sul rio-grandense? Quais os meios pelo quais Brizola construiu-se enquanto candidato ao governo estadual para as eleições de 1958? Como se deu a disputa

entre Brizola e Loureiro da Silva pelo posto de candidato a governador pelo PTB no pleito de 1958? De que forma a luta entre esses agentes políticos reflete os embates internos do PTB pós-1954? Quais os efeitos desta cisão na seção gaúcha do PTB sobre o processo eleitoral?

1.1 DA ENTRADA NO PARTIDO À PREFEITURA DE PORTO ALEGRE: A TRAJETÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NO PTB GAÚCHO E A CONSTRUÇÃO DE SUA CANDIDATURA AO GOVERNO ESTADUAL

Leonel de Moura Brizola¹² nasceu em 1922, no povoado de Cruzinha, que corresponde atualmente ao município de Carazinho, no Rio Grande do Sul. De origem humilde, filho de agricultores, enfrentou desde muito cedo uma série de dificuldades no que diz à educação, tendo iniciado seu processo de alfabetização em casa, passando por escolas de diversos municípios, até concluir o ensino primário, em 1933, em sua cidade natal. Em 1936, Brizola mudou-se para Porto Alegre. Na capital gaúcha, após alguns meses, matriculou-se no Instituto Agrícola de Viamão/RS, onde se diplomou técnico rural em 1939. Após isso, trabalhou como graxeiro em uma refinaria de óleo em Gravataí/RS e como funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura de Porto Alegre. A fim de dar continuidade em seus estudos, Brizola matriculou-se no Colégio Júlio de Castilhos, concluiu o curso supletivo e ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1945 (MONIZ BANDEIRA, 1977; BRUST, NASCIMENTO, 2016).

Com o fim do Estado Novo e a reorganização dos partidos políticos, Brizola adentrou as fileiras do PTB, ainda em 1945. Juntamente com um grupo de sindicalistas de Porto Alegre, fundou o primeiro núcleo do partido no Rio Grande do Sul. Nesta mesma época, participou também da criação da ala estudantil do PTB. Em 1947, ainda como acadêmico de engenharia, Brizola foi lançado candidato a deputado estadual pela mesma ala estudantil (MONIZ BANDEIRA, 1979; BRUST, NASCIMENTO, 2016). Segundo Bodea (1992, p. 45), na ocasião do lançamento público de sua candidatura, em cerimônia que contou com a presença de Alberto Pasqualini, candidato ao governo do Rio Grande do Sul, o discurso de Brizola foi transmitido por uma emissora de rádio local, em um estilo próprio, que o faria, nos anos que se sucederiam, ascender em termos de penetração popular e eleitoral, e, por consequência, no interior do próprio PTB. Tal fato evidencia, já desde o início de sua vida pública, o domínio de um *habitus* político, ou seja, certa linguagem e retórica política, a do *tribuno*, que adaptada a este meio de comunicação de massas se tornaria um dos principais trunfos de sua meteórica carreira.

¹² Para tratar da trajetória de Leonel Brizola, serão utilizadas, entre outras, biografias políticas, perfis e testemunhos orais, tais como as obras *Brizola e o Trabalhismo* (1977), do já citado Moniz Bandeira, autor que entrevistou Brizola em seu retorno do exílio, *Leonel Brizola: perfil, discursos e testemunhos (1922-2004)* (2004), perfil parlamentar escrito por Braga et. al e publicado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS), e *Leonel Brizola: uma biografia política* (2016), recentemente publicada por Hari Alexandre Brust e Nilton Nascimento.

Neste pleito, Brizola elegeu-se deputado estadual, sendo apenas o 11º parlamentar mais votado do PTB, atrás de nomes já destacados da política gaúcha, como José Diogo Brochado da Rocha, e de jovens políticos, a exemplo de Fernando Ferrari e João Goulart, que como ele iniciavam ali suas trajetórias e com os quais dividiria e disputaria protagonismo no interior do partido nos anos que se sucederiam. A tabela abaixo nos mostra a relação dos 23 deputados estaduais eleitos pelo PTB neste pleito, bem como o número de votos obtidos por cada candidato:

Tabela 01 – Deputados estaduais eleitos pelo PTB nas eleições de 1947 no Rio Grande do Sul

Nº	Nome	Votos	Nº	Nome	Votos
1º	José Diogo Brochado da Rocha	20.446	13º	Raimundo Fiorello Zanin	3.624
2º	Celeste Gobato	8.582	14º	Ataliba de Figueiredo Paz	3.515
3º	Fernando Ferrari	6.694	15º	Floriane Neves da Fontoura	3.472
4º	Odílio Martins de Araújo	6.198	16º	João Nunes de Campos	3.395
5º	Aquiles Mincaroni	5.962	17º	Cesar José dos Santos	3.389
6º	Egídio Michaelsen	5.505	18º	Jorge Germano Sperb	3.322
7º	Álvaro Ribeiro Pereira	5.382	19º	Rodrigo Magalhães dos Santos	3.320
8º	Guido Giacomazzi	5.049	20º	Humberto Gobbi	3.050
9º	João Goulart	4.150	21º	Afonso Assunção Vianna	2.874
10º	Paulo da Silva Couto	4.010	22º	Guilherme Mariante	2.866
11º	Leonel de Moura Brizola	3.839	23º	João Lino Braun	2.819
12º	Unírio Carrera Machado	3.704			

Tabela organizada pelo autor. Fonte: Atas dos resultados eleitorais de 1947 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

No que se refere à atuação de Brizola durante seu primeiro mandato como deputado estadual, Fernandes (2013, p. 113) afirma que a mesma foi marcada por um tom altamente oposicionista. Segundo o autor, diante do contexto de insatisfação popular gerado pela grave crise econômica que atingia o Estado, assim como da repressão aos movimentos sociais, suas manifestações estiveram, na maioria dos casos, permeadas por críticas ao Executivo estadual, representado na época por Walter Jobim, do PSD. Todavia, para além das críticas, Fernandes (2013, p. 70) aponta também para a defesa, por parte de Brizola, de uma série de projetos voltados à juventude e aos estudantes.

O período que compreende os pleitos de 1947 e 1950 foi marcado por uma diminuição de influência da ala sindicalista do PTB e por uma substituição, em nível de direção partidária, por políticos egressos do PSD e da USB, e ainda jovens ativistas da ala moça,

como Brizola¹³. Com isso, em meados de 1950, Brizola passou a compor a nova executiva estadual do PTB, juntamente com João Goulart, presidente da executiva estadual, e Egydio Michaelson, com os quais articulou, no Rio Grande do Sul, a campanha eleitoral de Getúlio Vargas à presidência da República (BODEA, 1992, p. 60-66). Além disso, o ano de 1950 foi marcado também por outro importante evento na trajetória política de Brizola: o casamento com Neusa Goulart, irmã de Jango, que teve Vargas como padrinho (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 54). No pleito deste mesmo ano, Brizola foi reeleito deputado estadual, sendo o candidato mais votado do PTB e também do Estado, obtendo 16.691 votos, mais que o dobro dos votos do segundo colocado de seu partido. A tabela a seguir mostra a relação dos 21 deputados do PTB eleitos na ocasião, bem como número de votos angariados pelos respectivos candidatos:

Tabela 02 – Deputados estaduais eleitos pelo PTB nas eleições de 1950 no Rio Grande do Sul

Nº	Nome	Votos	Nº	Nome	Votos
1º	Leonel de Moura Brizola	16.691	12º	Zacharias Albuquerque de Azevedo	4.550
2º	Unirio Carrera Machado	7.779	13º	Ruben Bento Alves	4.537
3º	Daniel Dipp	7.377	14º	Mario Carlos de Bem Osorio	4.527
4º	Osmar da Rocha Grafulha	6.969	15º	Waldomiro Vasconcelos Domingues	4.459
5º	João Caruso Scuderi	6.339	16º	Croacy Cavalheiro de Oliveira	4.392
6º	Raul Antônio Armando Pereira	6.261	17º	Wilson Vargas da Silveira	4.353
7º	Suely Gomes de Oliveira	5.582	18º	Siegfried Emanuel Heuser	4.267
8º	Rui Rocha Noronha de Mello	5.515	19º	João Lino Braun	4.247
9º	Miguel Olivé Leite	5.066	20º	Theobaldo Neuman	4.176
10º	Adilio Martins Vianna	4.895	21º	Alfredo Leandro Carlson	4.168
11º	Silvio Umberto Ulderico Sanson	4.794			

Tabela organizada pelo autor. Fonte: Atas dos resultados eleitorais de 1950 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

Durante seu segundo mandato, Brizola adotou um posicionamento amplamente mais moderado. Se no decorrer da primeira legislatura o deputado trabalhista sustentou um discurso de oposição ao governo de Walter Jobim, neste segundo momento na Assembleia Legislativa, já como líder da bancada do PTB, Brizola buscou defender os interesses dos governos de

¹³ Esta substituição na direção partidária acarretou no afastamento de figuras como José Vecchio – militante do movimento sindical gaúcho, um dos fundadores do PTB no Rio Grande do Sul e ex-vice-presidente do diretório regional – que se empenhou na formação de um “Centro Cívico Trabalhista” e, posteriormente, do Partido Trabalhista Brasileiro Independente (PTBI) (BODEA, 1992, p. 60-61), que em 1951, contra Brizola, veio a apoiar o candidato da Frente Democrática à prefeitura de Porto Alegre.

Ernesto Dornelles, em nível estadual, e de Getúlio Vargas, em nível nacional (FERNANDES, 2013, p. 111). Contudo, a atuação de Brizola no Legislativo gaúcho durante seu segundo mandato foi abreviada em decorrência da disputa pela prefeitura de Porto Alegre e, posteriormente, pela sua nomeação à Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Deputado estadual mais votado na capital e no interior, líder da bancada trabalhista e apoiado por João Goulart, que já despontava não apenas como liderança estadual, mas também nacional, Brizola passou rapidamente a preparar sua candidatura à Prefeitura de Porto Alegre, organizando, na capital gaúcha, inúmeros diretórios zonais e núcleos de bairro trabalhistas. Além disso, articulou juntamente com Jango alianças com partidos menores, como o PRP e o PSP – aos quais daremos uma maior ênfase no capítulo seguinte deste trabalho –, no intuito de expandir as bases eleitorais trabalhistas, visando, inclusive, o pleito de 1954. Entretanto, apesar do apoio de Goulart e do domínio da máquina partidária municipal, sua candidatura não foi unânime entre os trabalhistas, sofrendo forte oposição de vários líderes sindicais, como o dissidente José Vecchio, que veio a apoiar Ildo Meneghetti, candidato da recém-formada Frente Democrática¹⁴ (BODEA, 1992, p. 96-100). Chegando o momento do pleito, Brizola acabou derrotado por uma pequena margem de votos, como é possível verificar no gráfico a seguir¹⁵:

¹⁴ Segundo Bodea (1992, p. 100), uma das causas da resistência da ala sindicalista, comandada por Vecchio, à candidatura de Brizola, foi justamente a aliança com o PRP. Contudo, em depoimento ao CPDOC, José Vecchio afirmou que a oposição à candidatura de Brizola foi reflexo da disputa entre a ala sindicalista e lideranças em ascensão, como Brizola e Wilson Vargas, pelo domínio da máquina partidária. Deste embate, o segundo grupo saiu vencedor, enquanto os liderados por Vecchio organizaram uma dissidência, denominada PTBI, que atuou de maneira contrária à Brizola no pleito para prefeitura de Porto Alegre em 1951. Na ocasião, de acordo com Vecchio, a dissidência apoiou a candidaturas a vice-prefeito de Manoel Vargas, do PTB, e a prefeito de Ildo Meneghetti, da recém-formada Frente Democrática, que concorreu contra Brizola. Na visão de Vecchio, o apoio a Meneghetti e a contra-campanha realizada pela dissidência foram decisivos para a derrota de Brizola, uma vez que Meneghetti recebeu o mesmo número de votos de Manoel Vargas, do PTB. Indo ao encontro da afirmação de Vecchio, o próprio Meneghetti, de acordo com Bodea (1992, p. 100), admitiu ter se beneficiado do apoio de parte dos trabalhistas da capital gaúcha.

¹⁵ Não foi possível, pela fonte jornalística, diferenciar os votos brancos e nulos.

Gráfico 01 – Votos válidos para prefeito de Porto Alegre em 1951 (%).

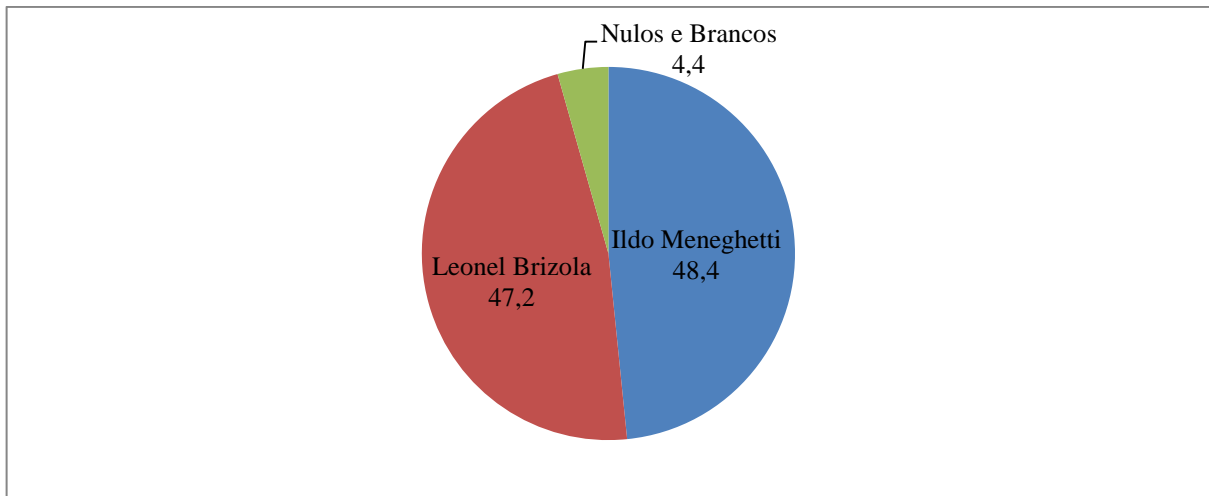


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Diário de Notícias*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No ano seguinte, Brizola assumiu a Secretaria de Obras do governo de Ernesto Dornelles, função que exerceu até 1954. Neste período, atuou com proeminência na política gaúcha, elaborando o pioneiro Plano de Obras do governo trabalhista, que inaugurou no Estado a ideia de integração do planejamento de curto, médio e longo prazo com estudos de viabilidade, técnicos e socioeconômicos. Tal plano resultou, em todo o Rio Grande do Sul, na construção de inúmeras pontes (incluindo o projeto e o início da construção da Ponte do Guaíba), estradas, portos lacustres e fluviais, escolas e prédios públicos, além do Aeroporto Salgado Filho, da estação ferroviária de Diretor Pestana e do quartel do Corpo de Bombeiros, do reaparelhamento rodoviário do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) e da implantação dos trens diesel-hidráulicos (BODEA, 1992; KLÖCKNER, 2007).

Ainda em 1954, menos de dois meses após a crise política que culminou suicídio de Vargas, Brizola foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 56). Nesta ocasião, foi novamente o candidato mais votado do partido superando com ampla margem de votos o segundo colocado do PTB e também do Estado, Fernando Ferrari. Além disso, considerando o aumento do eleitorado inscrito entre 1950 e 1954 – que passou de 987.236 para 1.224.761 –, obteve, na comparação com José Diogo Brochado da Rocha – candidato federal mais votado do PTB e também no Estado no pleito anterior –, praticamente o dobro dos votos válidos e mais que o dobro de votos totais, como nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 03 – Deputados federais eleitos pelo PTB nas eleições de 1950 e 1954 no Rio Grande do Sul

Deputados federais eleitos pelo PTB - 1950				Deputados federais eleitos pelo PTB - 1954			
Nº	Nome	Votos	%	Nº	Nomes	Votos	%
1º	José Diogo Brochado da Rocha	44.812	6,2	1º	Leonel de Moura Brizola	103.033	12,3
2º	João Goulart	39.832	5,5	2º	Fernando Ferrari	39.744	4,7
3º	Ruy Ramos	23.955	3,3	3º	Cesar Prietto	22.919	2,7
4º	Fernando Ferrari	21.434	3,0	4º	Unirio Carrera Machado	21.983	2,6
5º	Henrique Pagnoncelli	13.433	1,9	5º	Adilio Martins Vianna	17.063	2,0
6º	Paulo da Silva Couto	12.697	1,8	6º	Croacy C. de Oliveira	14.457	1,7
7º	Achylles Mincarone	12.194	1,7	7º	Victor Loureiro Issler	13.065	1,5
8º	Sylvio da Cunha Echenique	10.802	1,5	8º	Silvio Sanson	12.473	1,4
9º	Cesar José dos Santos	10.449	1,4	9º	Daniel Dipp	12.366	1,4
10º	Germano Dockhera	10.399	1,4	10º	João Lino Braun	10.167	1,2
				11º	João Baptista Fico	9.202	1,1

Tabela organizada pelo autor. Fonte: Atas dos resultados eleitorais de 1950 e 1954 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

Na Câmara Federal, Brizola notabilizou-se, segundo Moniz Bandeira (1979, p. 56), por seus embates com Carlos Lacerda, da UDN, que na época advogava em favor do adiamento das eleições para presidente e vice-presidente da República, a serem realizadas em outubro de 1955. Entretanto, sua passagem pela capital federal foi breve. Ainda em 1955, Brizola retornou ao Rio Grande do Sul para, novamente, disputar a eleição à Prefeitura de Porto Alegre.

Para além apenas dos cargos eletivos ocupados por Brizola neste primeiro momento, interessa-nos aqui refletir acerca de sua inserção na experiência democrática, e no próprio campo político, e também de sua trajetória ascendente do interior desse mesmo campo, tanto na seção gaúcha do PTB quanto no cenário político sul rio-grandense. O ponto de partida para essa reflexão é o já citado conceito de capital, matéria prima da luta entre os agentes políticos no interior do campo, passível de conversão (PINTO, 1996, p. 223), e que tem em sua capacidade de mobilização uma determinante para a posição social e para o poder específico atribuído a um agente no interior desse mesmo campo (BOURDIEU, 2007, p. 107).

Com base no que foi exposto até aqui, é possível afirmar que o seu ingresso na política ocorreu, especialmente, a partir de um capital cultural e social adquirido junto a Faculdade de Engenharia, convertido em capital político de notoriedade e popularidade: primeiramente, conforme explica Fernandes (2013, p. 112-113), sua formação propiciou-lhe ingressar no funcionalismo público, onde teve contato com importantes figuras da política gaúcha, tais

como Antônio Brochado da Rocha e Loureiro da Silva; após isso, sua atuação enquanto líder estudantil e representante da juventude porto-alegrense permitiu-lhe candidatar-se e eleger-se à Assembleia Legislativa do Estado. Já sob a forma de um capital cultural institucionalizado, também convertido em capital político de notoriedade e popularidade, o título de engenheiro obtido em 1949 acompanhou Brizola durante toda a sua trajetória, sendo amplamente utilizado, por exemplo, em propagandas eleitorais.

Bem como sua entrada, sua ascensão no campo político também pode ser explicada através do acúmulo e da conversão de capitais. Inicialmente parte de um segundo escalão do PTB gaúcho, Brizola iniciou sua escalada no PTB já nas eleições de 1950: aproveitando-se do vácuo político deixado por nomes como José Diogo Brochado da Rocha, Fernando Ferrari e João Goulart (lideranças estaduais e candidatos eleitos a deputado federal naquele pleito), Brizola obteve expressiva votação, tornando-se o candidato mais votado do PTB e também do Estado. Uma votação que, de acordo com Bodea (1992, p. 90), lhe alçou ao patamar das grandes lideranças populares e à direção máxima da seção gaúcha do PTB, apenas abaixo de Vargas e Pasqualini e em condições de ombrear com outros líderes estaduais, como Loureiro da Silva e Brochado da Rocha. No ano seguinte, esta credencial permitiu ainda a Brizola, tornar-se o candidato do PTB na disputa pela prefeitura da capital gaúcha, da qual, como dito anteriormente, saiu derrotado.

Mas, afinal, como ocorreu essa expansão de capital, que permitiu a Brizola dar continuidade à sua trajetória ascendente na política gaúcha e no interior do PTB, partindo de 11º candidato mais votado do partido em 1947, e tornando-se, em 1950, o candidato a deputado estadual mais votado do Estado, liderança do PTB no legislativo gaúcho, candidato a prefeito de Porto Alegre em 1951 e um dos principais nomes do trabalhismo no Rio Grande do Sul? Um dos fatores que nos auxiliam na compreensão dessa ascensão é o já citado casamento com Neusa Goulart. Como nos mostra Fernandes (2013, p. 113), a partir da união com a irmã de Jango, que teve como padrinho o próprio Vargas, Brizola criou uma rede de contatos que lhe possibilitou não apenas ser parte de uma elite social e política estadual, mas também ascender no interior do PTB.

Em outras palavras, a proximidade com duas das principais lideranças trabalhistas permitiu a Leonel Brizola ampliar seu capital social, o qual converteu em capital político delegado, o que por sua vez lhe possibilitou ter acesso aos meios de controle da máquina partidária – sendo parte da executiva estadual do PTB – e também às relações políticas de Jango e Getúlio – fidelidades e alianças políticas. Parte da executiva estadual e um dos arquitetos da campanha de Vargas no Estado, Brizola pôde viajar a diversos municípios e

circular no interior de inúmeros diretórios, o que, conseqüentemente, pode ter influenciado a sua votação para deputado estadual, tanto em Porto Alegre quanto no interior. Votado em 47 municípios nas eleições de 1947, Brizola foi lembrado por eleitores de 63 cidades no pleito de 1950. Tendo obtido mais de 200 votos em apenas 4 municípios no pleito de 1947, Brizola angariou a mesma quantidade em mais de 14 cidades nas eleições de 1950. Em Porto Alegre, sua principal base eleitoral, pulou de 1727 votos nas eleições de 1947 para 5098 votos no pleito de 1950¹⁶.

Cabe aqui uma pequena observação no que diz respeito ao capital político delegado. Conforme já referido por Bourdieu (2002, p. 191-192), esse capital consiste no resultado da transferência, limitada e provisória, de um capital detido e controlado por uma instituição, neste caso o partido, cuja aquisição obedece à lógica da investidura, no qual a instituição/partido consagra o candidato oficial a uma eleição ou marca a transmissão de um capital político. Segundo nos mostram diversos estudos acerca do tema, especialmente entre os anos de 1945 e 1954, o PTB e o trabalhismo confundiam-se muitas vezes com Vargas e com o getulismo. Desta feita, Vargas aqui atua como uma instituição, o próprio PTB, que sobre Jango e Brizola, ainda em vida, investiu o direito de falar em nome do partido.

Os reflexos da conversão deste capital social em capital político delegado podem ser percebidos também durante e após as eleições de 1954, quando Brizola foi eleito deputado federal mais votado do Estado. Outrora liderança em ascensão, Brizola consolidou-se, após este momento e nos anos que se sucederam, como principal nome do PTB no Rio Grande do Sul. Com a morte do presidente, em agosto daquele mesmo ano, e também o desaparecimento político do já adoentado Pasqualini, a direção máxima do partido foi, como já referido, assumida pelos “herdeiros de Vargas”: a partir de um capital político delegado investido sobre ambos por Getúlio, Jango consolidou-se enquanto maior nome do partido em nível nacional, enquanto Brizola afirmou-se a partir de então como líder máximo do PTB em nível regional (BODEA, 1992, p. 130), passando a falar não apenas em nome do trabalhismo, mas também de seu padrinho, Vargas, e de seu cunhado, João Goulart.

Entretanto, sua ascensão no campo político, representada tanto na expressiva votação em 1954, quanto em sua consolidação como liderança trabalhista no Estado, não se resumiram apenas ao acúmulo de cargos eletivos e capital político delegado decorrente da proximidade com os dois líderes trabalhistas. Associado a isso, o exercício do cargo de secretário de Obras Públicas do governo de Ernesto Dornelles possibilitou a Brizola a ampliação de seu capital

¹⁶ Banco de dados eleitorais – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense – NUPERGS.

político de notoriedade e popularidade, seja sob a forma de competências específicas necessárias a um administrador, que lhe conferiram legitimidade para tratar sobre o tema no espaço público, seja sob a forma de visibilidade, dada a possibilidade de percorrer uma série de municípios e contar com uma série de recursos, tais como verbas, cargos, entre outros (recursos estes que lhe permitiram a ampliação de suas bases políticas). Tais elementos, para além da vultosa soma de votos obtida em 1954, o permitiram posteriormente ascender aos cargos de prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul.

Como já referido, após menos de um ano na Câmara Federal, Brizola candidatou-se pela segunda vez à Prefeitura da capital gaúcha. Valendo-se do capital político de notoriedade e popularidade acumulado enquanto secretário de Obras Públicas, Brizola desenvolveu uma campanha focada nos principais problemas de infraestrutura enfrentados pela capital gaúcha durante a administração de Ildo Meneghetti (MONIZ BANDEIRA, 1979; BRUST, NASCIMENTO, 2016). Nesta ocasião, teve como um dos principais trunfos para a mobilização popular o jornal *O Clarim*, fundado pelo próprio Brizola e distribuído durante o ano de 1955, no qual o candidato trabalhista criticava os grandes problemas da capital e apresentava a sua candidatura e experiência na secretaria de Obras Públicas como solução para os mesmos (MARÇAL, 2004; BRAGA, et. al, 2004). Cabe aqui chamar a atenção para a percepção e utilização deste modelo de periódico, por parte de Brizola, como canal de interpelação e mobilização das massas populares, estratégia adotada posteriormente também através do *Panfleto*, durante o seu mandato enquanto deputado federal pela Guanabara e a crise política que culminou no golpe-civil militar de 1964.

Diferentemente de 1951, ao final deste pleito Brizola sagrou-se vencedor. Nesta ocasião, superou com ampla vantagem os candidatos Euclides Triches, da Frente Democrática, Cândido Norberto, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e Edmundo Marques, do Partido Democrata Cristão (PDC), como nos mostra o gráfico abaixo¹⁷:

¹⁷ Não foi possível, pela fonte jornalística, diferenciar os votos brancos e nulos.

Gráfico 02 – Votos válidos para prefeito de Porto Alegre em 1955 (%).

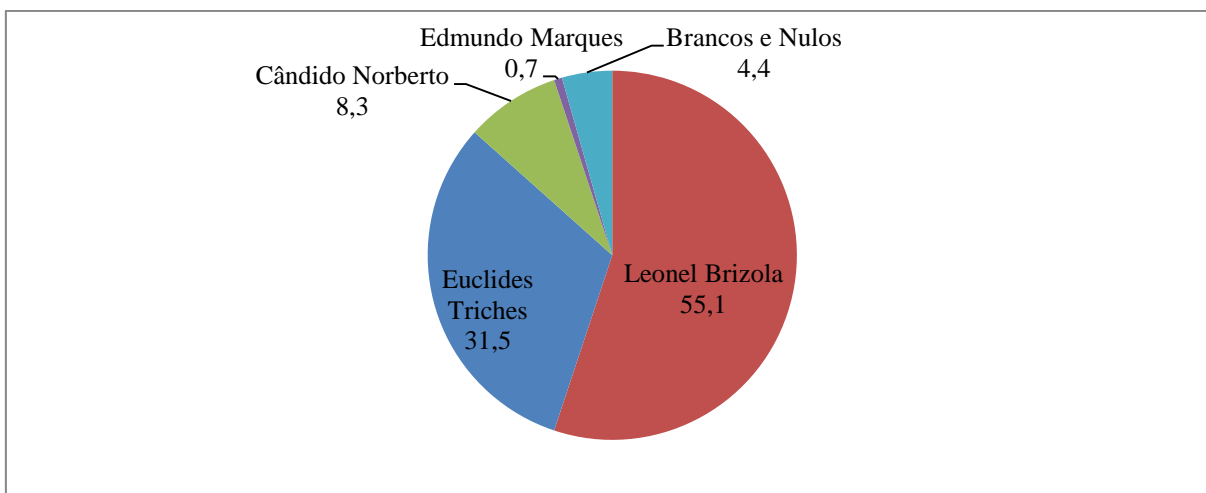


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Diário de Notícias*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Indo ao encontro de suas promessas de campanha, sua administração ficou marcada pela implementação do Plano de Obras, aprovado e sancionado em novembro de 1955, que ocasionou na realização de uma série de investimentos em áreas como saúde, águas e saneamento, pavimentação, praças e jardins, transporte público e especialmente educação, com a criação de dezenas de escolas – muitos destes projetos oriundos ainda de sua gestão enquanto secretário de Obras Públicas (MONIZ BANDEIRA, 1979; BODEA, 1992; BRAGA, et. al, 2004; BRUST, NASCIMENTO, 2016). Tais realizações foram amplamente exploradas por Brizola, tanto na construção de sua candidatura, entre os anos de 1956 e 1957, quanto no decorrer de 1958 em sua campanha eleitoral, sob o lema do *Planejamento*, como veremos no subcapítulo 3.2 deste trabalho.

Contudo, a atuação de Brizola enquanto prefeito de Porto Alegre não se limitou apenas ao âmbito municipal. A soma destes capitais políticos de notoriedade/popularidade e delegado, obtidos ao longo de sua trajetória política, propiciou a Brizola interferir, junto ao governo federal, sobre assuntos de âmbito estadual (BRAGA, et. al, 2004; BRUST, NASCIMENTO, 2016). Para além das inúmeras – e frequentes – viagens ao Rio de Janeiro e reuniões com o Executivo nacional, registrados pela imprensa durante os anos de 1956 e 1957, três acontecimentos ilustram esta atuação de Brizola para além da Prefeitura de Porto Alegre: primeiramente, em 1956, Brizola envolveu-se, juntamente com Jango, o ministro do trabalho, líderes classistas, empregados e empregadores nas negociações acerca da fixação do

salário mínimo no Estado¹⁸; já em 1957, o então prefeito de Porto Alegre interferiu junto ao governo federal em prol da importação de máquinas rodoviárias, destinadas a 75 municípios do Rio Grande do Sul¹⁹, e também participou das negociações acerca do preço do trigo gaúcho, atuando como um mediador entre o vice-presidente, os moageiros e as autoridades federais²⁰.

Como referido anteriormente, já em 1947, o jovem Brizola, então candidato a deputado estadual, demonstrava extrema aptidão na utilização do rádio enquanto ferramenta de mobilização eleitoral (BODEA, 1992). Durante seu mandato como prefeito de Porto Alegre, já a partir de 1956, este meio de comunicação de massas constituiu-se como um importante instrumento na construção de sua popularidade e imagem enquanto postulante ao cargo de governador do Rio Grande do Sul no pleito seguinte (CORTÉS, 2007, p. 252). Sob a forma de palestras, realizadas às sextas-feiras à noite na sede do Diretório Metropolitano do PTB e transmitidas pela Rádio Farroupilha, o programa comandado por Brizola tratou dos mais variados temas. Durante os anos de 1956 e 1957, Brizola buscou dar destaque, entre outras coisas, às realizações de sua gestão nas áreas de transporte público, educação, segurança, energia elétrica, entre outros; realizar a prestação de contas de sua administração; e também debater acerca dos problemas enfrentados pelo Estado durante a gestão da Frente Democrática. Já durante a campanha eleitoral, como veremos no subcapítulo 3.2 desta dissertação, este meio de comunicação de massas caracterizou-se como um importante mecanismo para a conquista de votos, podendo ser considerado um elemento chave para a ampla vitória obtida por Brizola sobre Walter Peracchi Barcelos.

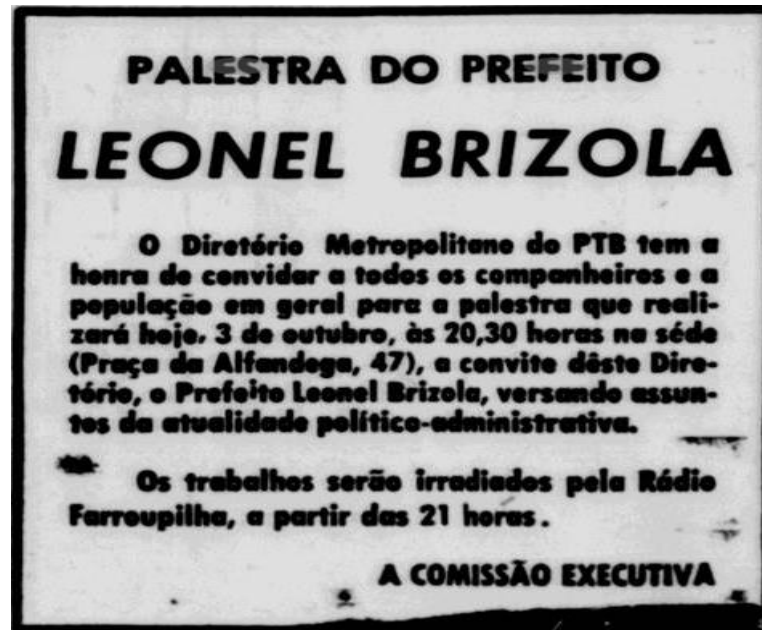
Tais palestras eram anunciadas quase que diariamente nos principais jornais da capital. Abaixo, consta um convite para uma das palestras proferidas por Brizola, assinado pela Comissão Executiva do Diretório Metropolitano do PTB e publicado no *Diário de Notícias*:

¹⁸ *Diário de Notícias*, 12/07/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁹ *Diário de Notícias*, 26/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁰ *Diário de Notícias*, 01/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 01 – Anúncio do programa radiofônico de Leonel Brizola



Fonte: *Diário de Notícias*, 03/10/1956.
 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Afora o rádio, a grande imprensa escrita, para além da divulgação das palestras proferidas por Brizola e ainda que de forma mais sucinta, foi utilizada como canal de construção da imagem do então prefeito de Porto Alegre enquanto administrador e possível candidato ao governo do Estado. Especialmente durante o ano de 1957, slogans como “Realização” e “Dinamismo”, referindo-se aos feitos de Brizola na Secretaria de Obras Públicas e na Prefeitura de Porto Alegre, foram amplamente explorados para tal, como nos mostram as propagandas abaixo, recorrentes nas páginas de periódicos como *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*²¹ durante esse período, nas quais Brizola e sua capacidade de administração são apresentadas ao leitor como a “esperança do Rio Grande” para dias melhores.

²¹ As primeiras propagandas desta espécie encontradas datam de meados de maio de 1957.

Figura 02 – Propaganda da administração de Leonel Brizola em Porto Alegre.



Fonte: *Diário de Notícias*, 19/05/1957.
 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 03 – Propaganda da administração de Leonel Brizola em Porto Alegre.



Fonte: *Correio do Povo*, 19/05/1957.
 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Já consolidado no interior do campo político, tanto como liderança política sul rio-grandense quanto da seção gaúcha do PTB, Brizola continuou a ascender no interior do mesmo, tendo como trunfos um capital político de notoriedade/popularidade – adquirido especialmente a partir da Secretaria de Obras Públicas – e um capital político delegado – a investidura de Vargas e, posteriormente, de Jango, que o permitiu falar em nome do

trabalhismo no Rio Grande do Sul e projetar-se no interior do PTB, dominando a máquina partidária estadual –, acumulados no decorrer de sua trajetória, que o possibilitaram eleger-se prefeito de Porto Alegre.

Conforme já explicado por Bourdieu (2002, p. 189), a conservação dessa espécie de capital, o político, requer daqueles que o detêm um trabalho constante, não apenas visando o acúmulo de crédito, mas também qualquer espécie de descrédito. É o que podemos constatar a partir dessa breve análise da trajetória de Brizola. Uma vez na prefeitura da capital gaúcha, Brizola buscou ampliar seu capital político de notoriedade e popularidade, a fim de fazer-se ainda mais conhecido e reconhecido por suas realizações enquanto administrador, amplamente divulgadas por meio da imprensa, especialmente do rádio (a partir do qual realizou, por exemplo, inúmeras análises, comentários, e também demonstrou, na relação com os profanos, um amplo domínio de um *habitus* político do *tribuno*), através da qual o líder trabalhista era mostrado como detentor de competências específicas necessárias a um postulante ao governo estadual.

Ainda segundo Bourdieu (2002, p. 179) toda tomada de posição no interior campo é um ato que só ganha sentido relacionalmente, por meio do jogo das oposições e distinções. No caso de Brizola, devemos considerar este apontamento do autor a fim de compreender suas tomadas de posição enquanto prefeito de Porto Alegre. Em oposição ao governo da Frente Democrática, que durante a gestão de Ildo Meneghetti enfrentou inúmeros e graves problemas econômicos (frutos, em grande medida, do Plano de Metas implementado pelo governo de Juscelino Kubistchek e da crise entre os diretórios regional e nacional do PSD, gerada a partir de 1955)²², Brizola buscou colocar-se, ainda em 1956, como opção ao Executivo estadual na disputa que viria a ocorrer em 1958, visando com isso transformar a relação de forças que conferia ao campo naquele momento a sua estrutura, ou seja, o domínio da Frente Democrática sobre o Estado. Para isso, novamente teve como principal trunfo o acúmulo de capitais de notoriedade e popularidade e também delegado, oriundos de sua gestão na Prefeitura de Porto Alegre, bem como da sua atuação junto ao governo federal neste

²²O Plano de Metas de JK, implementado a partir de 1956, concentrou-se na indústria pesada e na infraestrutura de energia e transportes da região Centro-Sul do país. Ao Rio Grande do Sul, por sua vez, foram negados os benefícios do programa e do surto de investimentos estrangeiros, tendo recebido apenas 2% do montante (apesar dos altos impostos aos quais era submetido). Para além do Plano de Metas, o Rio Grande do Sul sofreu ainda as consequências das eleições de 1955, quando a Frente Democrática, e em especial o PSD, do então governador Ildo Meneghetti, foi oposição à candidatura de JK, eleito na ocasião. Como forma de retaliação ao governo gaúcho, por exemplo, o governo federal negou permissão para a importação de máquinas, quando da do início do programa de construção de rodovias da gestão de Meneghetti, não concedeu licença para importação de gado, quando da seca que dizimou os rebanhos gaúchos, e ainda proibiu a exportação de lã, forçando o Estado a vender seu produto para as indústrias com sede em São Paulo (MÜLLER, 1979; CORTÉS, 2007).

período em prol dos problemas do Estado. Nesta disputa antecipada, como visto anteriormente e a exemplo do que nos diz Bourdieu (2002, p.164) acerca das características do campo político, foram geradas por parte de Brizola inúmeras análises, comentários, entre outros produtos políticos, difundidos especialmente através do rádio e de impressos.

Ainda durante o ano de 1956, uma possível candidatura de Leonel Brizola foi pauta da imprensa gaúcha em inúmeras ocasiões. Nos primeiros dias de 1957, estas especulações confirmaram-se e o nome de Brizola foi lançado pelo Diretório Metropolitano para concorrer à convenção do PTB como candidato a governador do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o agora postulante a candidato do PTB ao governo estadual agradeceu a lembrança de seu nome e disse ainda estar à disposição para desenvolver o melhor dos seus esforços em prol do bem-estar popular²³.

Entretanto, antes mesmo de um enfrentamento com a Frente Democrática, foi necessário travar outro embate no interior do próprio PTB com José Loureiro da Silva, liderança histórica do partido, que por anos foi preterido como candidato do PTB ao governo estadual em detrimento de nomes como Alberto Pasqualini, em 1947 e 1954, e Ernesto Dornelles, em 1950. Concomitantemente a Brizola, Loureiro buscou construir-se durante os anos de 1956 e 1957 enquanto postulante a candidato do PTB ao governo do Rio Grande do Sul, realizando uma ampla campanha em todo Estado, que culminou na Convenção Regional do PTB, em outubro de 1957, quando foi escolhido o candidato trabalhista para o pleito do ano seguinte, como veremos a seguir.

²³ *Diário de Notícias*, 05/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

1.2 A DISPUTA COM LOUREIRO DA SILVA E A VITÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NA CONVENÇÃO REGIONAL DO PTB

Bacharel em direito, Loureiro da Silva foi um político oriundo do antigo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que, ainda na década de 1930, exerceu um papel de destaque na política gaúcha. Inicialmente, atuou como prefeito de Gravataí/RS (1931-1933). Posteriormente, já no Partido Republicano Liberal Rio-Grandense (PRL), exerceu o cargo de deputado estadual (1935-1937), e, nos últimos anos da administração de Flores da Cunha, liderou a Dissidência Liberal Pró-Vargas. Durante o Estado Novo, foi nomeado prefeito de Porto Alegre (1937-1943). Na capital gaúcha, sua administração ficou marcada, entre outras coisas, pela construção de um avançado sistema de artérias e avenidas. Ainda durante o Estado Novo, foi também nomeado diretor de crédito industrial e agrícola do Banco do Brasil (1944-1945), posto que posteriormente, já durante o governo democrático de Vargas, voltou a ocupar (1951-1954). O exercício deste cargo o permitiu viajar por todo interior do Rio Grande do Sul e expandir, para além da capital gaúcha, seu capital político de notoriedade e popularidade (BODEA, 1992; DE GRANDI, 2002; CORTÉS, 2007).

Seu ingresso na política da experiência democrática, e em consequência nesse campo político que se gestava, ocorreu a partir desse capital político oriundo de um período anterior. Após a queda de Vargas e a reorganização partidária, Loureiro da Silva ingressou no PSD, semelhantemente a outros políticos gaúchos favoráveis a Vargas. Já em 1946, foi convencido por Getúlio a migrar para o PTB. No PTB, foi alçado por Vargas ao posto de “reestruturador do partido” e passou a organizar inúmeros diretórios nas cidades médias do interior do Estado, o que fez com que o PTB, que até então apenas possuía representatividade em Porto Alegre e na Região Metropolitana, se expandisse por todo o Rio Grande do Sul (BODEA, 1992; DE GRANDI, 2002; CORTÉS, 2007). Para além da organização dos diretórios, Loureiro também exerceu um papel decisivo tanto na fusão com a USB e no ingresso de Alberto Pasqualini no partido – quando atuou enquanto mediador, frente à oposição da ala sindicalista – (DE GRANDI, 2002, p. 144), quanto no processo de “desgetulização” do PSD, no qual inúmeros membros – e até diretórios inteiros – fiéis a Vargas migraram para o PTB, fortalecendo assim o trabalhismo gaúcho (BODEA, 1992, p. 30).

Contudo, apesar de sua extrema relevância na seção gaúcha do PTB, Loureiro da Silva acumulou, no decorrer do período democrático, uma série de frustrações políticas, especialmente no que se refere à possibilidade de concorrer ao governo do Rio Grande do Sul, sendo preterido em três ocasiões por outros postulantes ao cargo de candidato do PTB ao

Executivo estadual: em 1947, o escolhido foi Alberto Pasqualini; em 1950, por sua vez, a indicação de Vargas foi Salgado Filho e, posteriormente, após o seu falecimento, Ernesto Dornelles; em 1954, por fim, o selecionado foi novamente Pasqualini (BODEA, 1992; DE GRANDI, 2002; CORTÉS, 2007).

Apesar de preterido pela terceira vez em 1954, Loureiro da Silva, diferentemente de José Diogo Brochado da Rocha, que se desvinculou do PTB para concorrer ao governo pelo PSP, não rompeu com o partido e aguardou até pleito seguinte, em 1958, para lançar-se candidato. Contudo, ainda em 1956, iniciaram-se, por conta da questão sucessória, uma série de embates na seção gaúcha do PTB protagonizados por Loureiro da Silva, vinculado em âmbito nacional a uma facção partidária liderada pelo deputado federal Fernando Ferrari, e Leonel Brizola, então prefeito de Porto Alegre e ligado ao grupo comandado por João Goulart, vice-presidente da República e presidente do Diretório Nacional do PTB, que a essa altura já exercia forte influência sobre a máquina partidária estadual.

Mesmo com a ascensão de novas lideranças após 1954, a centralização de poder, que passara das mãos de Vargas para João Goulart, impedia que novos líderes, como Ferrari, assumissem um posicionamento diferente do novo chefe. Com isso, a partir especialmente da VIII Convenção Nacional, ocorrida em 1955, Ferrari iniciou uma trajetória de enfrentamento com Jango, dentro do diretório nacional, e com a ala janguista, especialmente no interior da seção gaúcha do PTB. Se, conforme afirma Bourdieu (2002, p. 180), a mesma estrutura que organiza o campo em seu conjunto pode reproduzir-se no seio do partido, é correto afirmar também que este embate iniciado por Ferrari tinha como principal intuito modificar a correlação de forças no PTB a partir da diminuição do poder de João Goulart sobre a agremiação.

Assumindo ainda que a mesma estrutura que organiza o campo em seu conjunto pode reproduzir-se no seio do partido, pode-se afirmar também, novamente com base em Bourdieu (2002, p. 178-179), que as tomadas de posições dos agentes no interior dessas organizações apenas tem sentido relacionalmente, dependendo assim das tomadas de posição assumidas por seus concorrentes no mesmo partido. Este pressuposto é primordial para entendermos as estratégias adotadas por Ferrari e seu grupo. Se Jango e seus aliados detinham o poder sobre a máquina partidária, os principais recursos mobilizados por Ferrari nesta disputa interna giravam em torno daquilo que classificava como o “trabalhismo verdadeiro ou autêntico”, palavras que juntamente com “renovação”, passaram a habitar seus discursos, bem como o de seus aliados, como era o caso de Loureiro da Silva no Rio Grande do Sul. Enquanto Leonel Brizola, como vimos anteriormente, obtinha visibilidade e popularidade à frente da Prefeitura

da capital, construindo-se enquanto candidato a governador para o pleito de 1958, Loureiro desenvolveu, entre os anos de 1956 e 1957, uma intensa campanha por todo o Rio Grande do Sul. Nesta disputa interna com Brizola, a fim de distinguir-se de seu opositor, Loureiro apelou a este “trabalhismo ideológico” como recurso político, dando indícios, bem como Ferrari em âmbito nacional, da insatisfação de parte do PTB gaúcho com os rumos tomados pelo partido e com a liderança de Brizola (GOMES, 1994; D’ARAÚJO, 1996; BOMBARDELLI, 2016).

Contudo, antes mesmo das disputas propriamente eleitorais envolvendo estas duas facções trabalhistas, um acontecimento político movimentou a segunda metade de 1956 e colocou em rota de colisão os dois postulantes a candidato do PTB no pleito de 1958: a nomeação de Mário Meneghetti (irmão do governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti), para o cargo de Ministro da Agricultura. Após a renúncia de Ernesto Dornelles, Ferrari, juntamente com a bancada do partido, tentou influir sobre a escolha do sucessor, indicando, sem sucesso, um membro do PTB gaúcho: Loureiro da Silva (D’ARAÚJO, 1996; BOMBARDELLI, 2017)²⁴.

Insatisfeito com a sua não indicação, Loureiro passou a criticar publicamente a cúpula nacional do PTB, capitaneada por Jango, que por sua vez foi defendido, também publicamente, por Brizola. Um exemplo destas críticas iniciais encontra-se em um telegrama, datado do início de outubro de 1956 e reproduzido pelo *Diário de Notícias*. Nele, Loureiro respondeu, agradecido, a uma mensagem de apoio da bancada trabalhista da Câmara Municipal de Santo Ângelo, na qual lhe pediam que aceitasse a pasta da agricultura, dizendo não ser possível atender aos apelos dos parlamentares: “Embora com afirmativas em contrário, foi meu nome vetado pela alta direção Nacional do partido por motivos de ordem pessoal já tornado públicos”.²⁵

Nos dias que se seguiram, Brizola, em entrevista coletiva concedida quando de seu retorno de uma viagem ao Rio de Janeiro, também tratou do assunto. Sem citar o nome de Loureiro da Silva nesta ocasião, o prefeito de Porto Alegre afirmou que nenhum nome foi vetado pela direção nacional do PTB, tendo sido todos considerados e apresentados pela alta direção trabalhista²⁶. Três dias depois Brizola voltou a se pronunciar acerca do assunto, desta vez respondendo à manifestação de Loureiro da Silva. Em nota publicada no *Diário de*

²⁴ Segundo D’Araújo (1996, p. 123), a indicação de Mario Meneghetti para o Ministério da Agricultura estaria relacionada às disputadas internas da seção gaúcha do PTB, representadas de um lado por Ferrari e Loureiro da Silva, e de outro por Brizola e Jango. Conforme a autora, a indicação de Meneghetti teria dois objetivos: evitar que a escolha de um trabalhista vinculado a um dos dois grupos obscurecesse o brilho do outro, e também melhorar a relação do PSD gaúcho com o governo federal, abalada desde as eleições presidenciais de 1955.

²⁵ *Diário de Notícias*, 04/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁶ *Diário de Notícias*, 14/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Notícias, Brizola afirmou que Loureiro da Silva não possuía nenhuma razão em suas declarações, estando o mesmo “sangrando na veia da saúde”. Para o prefeito de Porto Alegre, Loureiro foi injusto com a direção nacional do PTB e, em especial, com o vice-presidente João Goulart, pois seu nome, assim como o de nenhum outro trabalhista, foi vetado pela cúpula do partido. Veiculados por agentes da Frente Democrática com o intuito de dividir o PTB e criar dissensões no partido, tais boatos poderiam, se assim fosse da vontade de Loureiro da Silva, ser esclarecidos quando de uma futura visita do presidente JK ao Rio Grande do Sul. Por fim, referindo-se ao histórico de conduta política Loureiro, o prefeito da capital ironizou, dizendo:

“Sua brilhante vida pública está marcada por passagens e gestos quase legendários por uma extraordinária capacidade realizadora, mas também por algumas depressões muito características. [...] Ele pode estar querendo brigar conosco, mas nós não brigaremos com ele. Como de outras vezes, depois de recobrar a serenidade, verificará que não tinha nenhuma razão em formular as acusações contidas em sua entrevista e que vem tão ao agrado da frente democrática que não servem ao Partido nem aos ideais que defendemos”.²⁷

Frente às declarações de Brizola, Loureiro da Silva veio a público, por meio de entrevista, responder ao prefeito de Porto Alegre. Conforme Loureiro, esse “esclarecimento” junto ao presidente da República, proposto por Brizola, seria inviável, uma vez que o mesmo não pertencia ao PTB e, no que tange ao Ministério da Agricultura, apenas acatava as indicações da direção nacional do partido. Tratando-se de um acordo entre PTB e PSD, o conhecimento de um possível veto e esclarecimentos acerca do mesmo apenas poderiam ser prestados por duas pessoas, que não Brizola: o presidente nacional do partido, João Goulart, e Fernando Ferrari, líder do PTB no legislativo nacional. Apesar da negação de Jango acerca do veto a qualquer nome, Loureiro disse ter uma série de indícios, oriundos de pronunciamentos públicos de Wilson Vargas (líder do partido na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul), Fernando Ferrari e do próprio Mario Meneghetti, que apontariam para tal. Além disso, indo de encontro ao que disse Brizola, afirmou também que as notícias acerca de um possível veto nada tinham a ver com a Frente Democrática e que tal afirmação por parte do prefeito nada mais era do que uma “transmissão de reponsabilidades”.²⁸

Adiante em sua manifestação, Loureiro disse não esperar outra coisa de Brizola além de “não querer briga”, uma vez o próprio, direta ou indiretamente, nas duas vezes que disputou o pleito para a prefeitura de Porto Alegre, obteve o seu apoio para tal. Por fim,

²⁷ *Diário de Notícias*, 17/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁸ *Diário de Notícias*, 19/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

afirmando não se tratar de um embate pessoal, mas sim ideológico, Loureiro, pela primeira vez – ao menos publicamente –, vinculou a sua luta na seção gaúcha do PTB a uma purificação do trabalhismo, ao retorno a um trabalhismo verdadeiro e autêntico, e à defesa do legado de Vargas, dizendo ser:

“[...] uma luta ideológica, de reação alta e digna contra a injustiça dos processos intempestivos e personalistas, que desvirtuam as finalidades de qualquer grande agremiação política. [...] Trata-se de tomar posição, com franqueza e lealdade, contra os que, consciente ou inconscientemente, estão deturpando e distorcendo o grande espólio de ideias do Presidente Vargas [...]. [...] Estou formalmente decidido a ocupar o meu lugar nos destinos do Partido. Não estou pensando em cargos, pois para estes há sempre um pequeno grupo ávido e insaciável, que, se pudesse, hipertrofiaria todas as funções. Ao invés disso, estou pensando nos rumos gerais de orientação que devem ser traçados ao grande Partido [...]”.²⁹

Sobre esta última declaração de Loureiro da Silva à imprensa, Brizola também se manifestou, novamente de forma irônica, em entrevista publicada no *Diário de Notícias*. Nela, o prefeito de Porto Alegre disse receber com muita alegria o conteúdo da entrevista concedida pelo veterano trabalhista, afirmando:

“Já melhorou muito em relação ao seu pronunciamento anterior, candento, apaixonado e até agressivo. Como de outras vezes, já está recuperando a serenidade. Amanhã, há de verificar por inteiro o quanto foi e está sendo injusto com o chefe Nacional do Partido e com os seus amigos e companheiros”.³⁰

Reiterando alguns pontos da entrevista anterior, Brizola disse não ter havido veto a nenhum dos membros do partido. Pelo contrário, devido ao grande número de correligionários com um largo histórico de contribuições à agremiação, nenhum pôde ser esquecido, não sendo assim a escolha de determinado nome um desprestígio aos demais. Além disso, referindo-se à afirmação de Loureiro acerca de ocupar o seu lugar nos destinos do PTB e travar, no interior do partido, uma luta contra o personalismo, a demagogia e o mercantilismo das ideias de Vargas, afirmou:

²⁹ *Diário de Notícias*, 19/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁰ *Diário de Notícias*, 20/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

“Pode contar, cem por cento, conosco e tenho a certeza, com toda a nossa companheirada. Servirei com muita honra, sob seu comando, como de outras vezes no trabalho e na luta pelas boas causas. [...] Contará intransigentemente – continuou o Prefeito – com todos nós na sua anunciada luta contra o personalismo, contra o predomínio do “eu” de certos políticos, contra os que brigam quando não vão para os cargos, contra os ambiciosos e os portadores da chamada “mosca azul”, enfim contra todos estes aspectos inferiores de nossa incipiente vida partidária, em particular, quando se trata de um partido de massas, com ideias reprovadoras, como é o caso do Partido Trabalhista Brasileiro”.³¹

Tão logo as candidaturas foram sendo postas, ainda que não oficializadas, iniciaram-se as primeiras manifestações de apoio a ambos os candidatos, oriundas dos mais variados diretórios espalhados pelo Estado e publicadas nos principais periódicos do Rio Grande do Sul, o que reforça a existência, já naquele momento, de uma divisão na seção gaúcha do PTB. Não apenas entre diretórios municipais, esta cisão passou a ser evidenciada, por exemplo, entre os diretórios Regional e Municipal de Porto Alegre. Em edição do dia 04/12/1956, o *Diário de Notícias* publicou uma nota do Diretório Municipal de Porto Alegre (vinculado a Brizola), na qual o mesmo repreendeu o então 1º vice-presidente do Diretório Regional, Rui Ramos (vinculado ao grupo de Loureiro da Silva e Fernando Ferrari), que em entrevista, dias antes, teceu duras críticas à direção nacional do PTB e, em especial, ao presidente nacional da agremiação, João Goulart. Juntamente, na mesma edição, o periódico veiculou outra entrevista de Rui Ramos, em resposta ao Diretório Municipal da capital, na qual se defendeu das críticas a ele dirigidas, dizendo não ser de seu interesse dar continuidade a essas discussões e pedindo aos seus correligionários serenidade e equilíbrio de linguagens e atitudes, pois declarações como essas apenas estimulariam discórdias e criariam germes de divisões irremediáveis.³²

Após estes eventos envolvendo Brizola e Loureiro, os diretórios municipal e estadual e também a oficialização das respectivas candidaturas, é possível perceber uma mudança no tom dos discursos, não apenas dos candidatos, como também de outros membros do PTB, que, ao menos publicamente, passaram a ser mais amenos. No lugar de ataques mútuos, a defesa da unidade partidária passou a ocupar um espaço considerável em suas manifestações. Ainda ao final do mês de novembro, por exemplo, Loureiro da Silva, em entrevista coletiva, confirmou a sua candidatura. Justificando-a, afirmou não tratar-se de um movimento desejo individual, mas coletivo, de inúmeros deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores e

³¹ *Diário de Notícias*, 20/10/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³² *Diário de Notícias*, 04/12/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

diretórios, sendo, desta forma, não uma luta no interior do partido, mas sim um movimento de opinião, cujo interesse, de forma alguma era causar cisões no interior do PTB.³³

Já ao término do mês de dezembro, isto é, poucos dias antes do prefeito de Porto Alegre, Loureiro teve a sua candidatura oficializada. Em edição do dia 27/12/1956, o *Diário de Notícias* repercutiu a inauguração do *Comitê Central Pró Candidatura José Loureiro da Silva*, que contou com a presença de destacadas figuras do partido, tais como Fernando Ferrari, Leocadio Antunes, Temperani Pereira, Siegfried Heuser, Manoel Corrêa Soares, Dinarte Dornelles, entre outros. Em seu discurso, ao buscar atribuir sentido à sua campanha, disse ser um dos objetivos unificar e fortalecer o PTB no Estado, a fim de fortalecê-lo também em âmbito nacional, bem como seu grande chefe, João Goulart.³⁴

No decorrer do ano de 1957, a invocação de uma coesão partidária continuou presente nos discursos dos postulantes a candidatos trabalhistas. Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias* quando de sua visita ao município de Três de Maio, por exemplo, ainda no início deste ano, Loureiro buscou fortalecer a ideia da existência de uma unidade na seção gaúcha do PTB. Na ocasião, falou acerca do sentido político de sua campanha, das próximas etapas da mesma, e afirmou acreditar em um desfecho harmonioso e favorável na disputa com Leonel Brizola, pois, no seio do PTB, não havia incompatibilidades fundamentais³⁵. O mesmo Loureiro, em entrevista publicada no *Diário de Notícias*, já em meados de 1957, fez questão de ressaltar a união dos trabalhistas gaúchos. Entre outras coisas, quando questionado acerca da Convenção Regional e de uma possível indicação de seu nome, disse: “Iremos à convenção, debater os nossos problemas num clima democrático, e sairemos unidos, com bom entendimento entre todos os companheiros, porque, no momento atual não há obstáculos intransponíveis para esse entendimento”³⁶.

Semelhantemente, Brizola, ainda em um número reduzido de pronunciamentos, na comparação com Loureiro da Silva, saiu também defesa da unidade partidária trabalhista. Em entrevista concedida também ao *Diário de Notícias*, quando questionada acerca de sua possível candidatura ao governo gaúcho, afirmou não pleitear postos e que não ficaria aborrecido caso não fosse o escolhido pelo partido. Disse ainda que tanto para ele quanto para seus demais companheiros de PTB, não haveria problemas na escolha do candidato ao

³³ *Diário de Notícias*, 21/11/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁴ *Diário de Notícias*, 27/12/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁵ *Diário de Notícias*, 22/01/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁶ *Diário de Notícias*, 05/06/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Executivo estadual e que, independentemente do desfecho, estariam todos unidos na linha de frente desta disputa³⁷.

Além dos candidatos, outros membros do partido, como, João Nunes de Campos, líder trabalhista da zona sul do Estado e constituinte em 1947, também se manifestou sobre a disputa entre Loureiro e Brizola. Afirmou Nunes de Campos, em entrevista ao *Diário de Notícias*, ser esse embate um movimento democrático dos mais puros e legítimos. Seus nomes, como os de quaisquer outros que almejassem disputar o pleito, seriam submetidos à Convenção Regional que, soberana, escolheria o candidato trabalhista para as eleições de 1958. Para finalizar, Nunes de Campos disse ainda que nem mesmo os grandes líderes, a exemplo de Brizola e Loureiro, poderiam causar dissidências no PTB, de modo que suas ações ficariam restritas ao círculo de suas relações pessoais³⁸.

Apesar das evidentes rupturas internas, o PTB e seus membros, como é possível perceber nas declarações acima, buscaram ao menos publicamente transparecer um sentimento de coesão no seio do partido, seja no intuito de não enfraquecer-se diante da opinião pública e da oposição, seja ainda na intenção de evitar maiores cisões. A imagem abaixo, publicada no *Diário de Notícias* em ocasião da reunião do Diretório Regional, ilustra essa tentativa. Nela, perfilados, os então adversários políticos Loureiro da Silva, Leonel Brizola e Fernando Ferrari, posam para uma fotografia, acompanhada da seguinte legenda: “Cordialidade entre trabalhistas – os altos próceres do petebismo, srs. Loureiro da Silva, Leonel Brizola e Fernando Ferrari, ontem, no aeroporto Salgado Filho, evidenciam sorridentes o ambiente de cordialidade na agremiação trabalhista”.

³⁷ *Diário de Notícias*, 25/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁸ *Diário de Notícias*, 14/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 04 – Loureiro da Silva, Leonel Brizola e Fernando Ferrari, lado a lado no aeroporto Salgado Filho.



Fonte: *Diário de Notícias*, 14/05/1957.
 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Esta defesa da unidade partidária, realizada não apenas pelos candidatos, mas também por outras importantes lideranças da seção gaúcha do PTB, não impediu, contudo, que embates como o ocorrido entre os diretórios Regional e municipal de Porto Alegre, ainda ao final de 1956, se reproduzissem em diversos outros diretórios municipais, ocasionando uma série de cisões no interior dos mesmos, divididos entre os dois postulantes trabalhistas. Em sua edição do dia 12/03/1957, por exemplo, o *Correio do Povo*, através de um *A Pedido*, deu conta da divisão ocorrida no diretório de Cachoeira do Sul, que acarretou, inclusive, na renúncia do presidente deste diretório³⁹. Já em edição do 19/04/1957, o mesmo periódico noticiou outra cisão, desta vez ocorrida no diretório municipal de Candelária⁴⁰.

Se, por um lado, durante o ano de 1957, as declarações públicas dos postulantes a candidato pelo PTB contaram com ausência de ataques pessoais diretos e com a defesa da unidade partidária, por outro lado, e especialmente as de Loureiro da Silva, foram marcadas pelo apelo ao já citado “trabalhismo ideológico” a defesa do legado varguista. Na imprensa, esta invocação fica evidenciada, por exemplo, na coluna política do jornal *Correio do Povo*, datada de 21/03/1957. Nela, é reproduzida a resposta de Loureiro a uma mensagem de apoio oriunda da cidade de Guaíba, veiculada na mesma edição desse periódico, na qual Loureiro elencou algumas razões pelas quais desenvolvia sua campanha a candidato do PTB no pleito

³⁹ *Correio do Povo*, 12/03/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁴⁰ *Correio do Povo*, 19/04/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

de 1958. Dentre estas, Loureiro apontou seu anseio, e de seus apoiadores, de dar ao PTB uma estrutura ideológica requerida pelas contingências sociais, políticas e administrativas, bem como defender o legado deixado por Vargas e Pasqualini, lutar contra toda espécie de personalismo existente no interior do PTB, entre outras⁴¹.

Assim como na imprensa, em sua documentação particular a defesa de um verdadeiro trabalhismo, assim como a ideia de uma regeneração do PTB no Estado, foram uma constante durante este ano. Em carta datada de 13/07/1957, destinada aos correligionários de Iraí, por exemplo, Loureiro da Silva adjetiva sua campanha como um ato “pela sobrevivência e fortalecimento dos princípios doutrinários do PTB” e a sua tentativa de ser governador do Rio Grande do Sul não como um ato visando o poder pelo poder, mas como “um instrumento imprescindível para a realização dos grandes ideais do trabalhismo”. Em outra correspondência, também sem data, enviada ao deputado federal Fernando Ferrari, Loureiro associa sua campanha a uma tentativa de preservação do trabalhismo, dizendo ser seu mais sincero desejo “salvaguardar um patrimônio ideológico e político que, por vaidades, inexperiência e uma deformada apreciação de possibilidades eleitorais, vai ser jogado fora”, frente a uma possível vitória de Leonel Brizola na Convenção Regional. Já em carta datada de 19/03/1957, destinada a um provável correligionário da cidade de Itaqui, a quem denomina apenas como Dr. Júlio, Loureiro da Silva, ao buscar atribuir sentido à sua campanha, afirma ser a mesma “decisiva para renovação do PTB, dentro das grandes ideias que nortearam a vida do nosso inolvidável chefe Getúlio Vargas”.⁴²

Paralelamente ao discurso de renovação do trabalhismo no Rio Grande do Sul, fica explícita também em sua documentação particular, diferentemente de seus pronunciamentos públicos e apesar da ausência de nomes, a insatisfação de Loureiro da Silva com a liderança de Brizola, apoiado por Jango, sobre a seção gaúcha do PTB. Em carta destinada a um correligionário ao qual chama apenas de Castelo, por exemplo, Loureiro, comentando acerca do andamento de sua campanha, afirma estar sofrendo, no interior do PTB, “resistência por parte dos mesmos navegadores do rio de lama que afundou Getúlio”. Em correspondência a outro correligionário ao qual chama apenas de Gilberto, datada de 21/03/1957, na qual também trata do andamento de sua campanha, Loureiro diz seguir firme, disposto a ir até o fim, juntamente com seus companheiros, para tirar do trabalhismo a sujeira que está encardindo a sua estrutura. Em uma terceira correspondência, desta vez destinada a um correligionário a quem chama apenas de Dr. Amarílio, Loureiro afirma que, a partir de sua

⁴¹ *Correio do Povo*, 21/03/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁴² Acervo Particular José Loureiro da Silva. Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre.

campanha, busca opor “uma barreira aos desmandos, à falta de ética, à deslealdade, aos processos de baixa política e administração, que enegrecem as melhores páginas de nossa vida pública”.⁴³

Tão logo anunciada sua candidatura, Loureiro da Silva, como é possível verificar a partir da imprensa e de sua documentação particular, passou a desenvolver uma intensa campanha pelo Rio Grande do Sul, especialmente nas cidades interioranas. Enquanto Brizola, através da Prefeitura de Porto Alegre, solidificava-se como administrador e construía-se enquanto postulante ao governo estadual, Loureiro realizou inúmeras viagens pelo Estado, participando de inúmeras reuniões, palestras, almoços, jantares, e inaugurações de comitês eleitorais, momentos nos quais, segundo o próprio, buscou apresentar-se aos seus correligionários, realizar estudos acerca dos problemas rio-grandenses, expor suas ideias político-administrativas, e também debater acerca dos assuntos do PTB. Uma estratégia que, à luz do que nos diz Bourdieu (2002, p. 189) acerca do capital político e da necessidade de um trabalho constante visando seu acúmulo, preservação e qualquer espécie de descrédito, pode ser compreendido como uma estratégia de Loureiro de, após anos afastado da política partidária estadual, reaver junto aos diretórios municipais do interior (muitos deles organizados pelo mesmo), um prestígio anteriormente detido por ele. Concomitantemente a isto e à medida que os meses avançaram, intensificaram-se na imprensa, e em especial nos periódicos *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, as manifestações de apoio oriundas de diversos diretórios municipais e comitês recém-formados, em prol dos dois candidatos.

Chama a atenção, neste sentido, as evidências da interferência de Loureiro junto a estas manifestações, presentes em suas correspondências particulares (não constatadas, no caso de Brizola, em decorrência da falta de acesso à sua documentação privada). Em diversos casos, Loureiro solicitou aos diretórios e comitês declarações de apoio, a fim de que pudesse estar publicando-as em jornais da capital e do interior, bem como também realizando sua leitura nas mais diversas rádios espalhadas pelo Estado. Em correspondência expedida a Daniel Dipp, datada de 25/03/1957, por exemplo, na qual trata da atuação deste político junto aos diretórios da região de Passo Fundo, Loureiro solicita, conforme combinado em reunião do Comitê Central, o envio, com urgência, de algumas manifestações de apoio. Da mesma forma, em outra carta, enviada a um correligionário de São Luís, ao qual chama apenas de Floriano, Loureiro relembra e agradece a estadia e reuniões junto aos trabalhistas daquela região, fazendo, contudo, a seguinte ressalva: “Desde que voltei, sempre estive aguardando o

⁴³ Acervo Particular José Loureiro da Silva. Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre.

pronunciamento dos elementos do Diretório daí, fiado na boa recepção que aí me fizeram. Como até agora nada houve, entrego o assunto às tuas mãos. Pelo menos aguardo a solidariedade pública de todos aqueles companheiros que estiveram, à noite, na tua casa”. Por fim, em outras duas correspondências, destinadas a correligionários de Lagoa Vermelha e São Luiz, é possível verificar o destino dado por Loureiro a estas manifestações de apoio. No primeiro caso, agradece a manifestação de apoio enviada por inúmeros trabalhistas daquela localidade, concluindo: “Quero ver se, como as outras, os jornais publicam a fim de valer, psicologicamente, junto às demais comunas rio-grandenses”. No segundo, também agradecendo o envio de “solidariedades” dos companheiros daquela região, afirma: “A publicidade foi feita devidamente pelos jornais da capital e pelas rádios Farroupilha, Gaúcha e Itaí. Acho que devem fazê-la, também, pela rádio daí e pela de São Luiz”.

Além destas manifestações de apoio, através das quais procurou dar visibilidade a sua campanha, bem como vincular a ela uma ideia de adesão entre os trabalhistas, outro meio, via imprensa, a partir do qual Loureiro buscou construir-se enquanto candidato ao governo do Rio Grande do Sul foram as propagandas pagas, chamadas de *A Pedidos*. Abaixo, segue um *A Pedido*, publicado no *Correio do Povo*, que ilustra a utilização deste meio de comunicação como instrumento para obtenção de visibilidade e popularidade por parte do veterano trabalhista⁴⁴.

Figura 05 – Propaganda política de Loureiro da Silva



Fonte: *Correio do Povo*, 30/06/1957.
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁴⁴ *Correio do Povo*, 30/06/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Abaixo da fotografia de Loureiro da Silva, é possível verificar uma legenda que faz referência à experiência política dos dois postulantes a candidato pelo PTB: enquanto Loureiro já teria realizações passadas como garantia, Brizola seria um experimento, devido tanto à sua juventude quanto ao pouco tempo de realizações administrativas (a esta altura, Brizola completava um ano e seis meses a frente da Prefeitura de Porto Alegre). Além da imagem e legenda, este *A Pedido* é composto também por um longo texto acerca do prócer trabalhista. Nele, sua trajetória, incluindo o papel desempenhado na construção do PTB no Estado e a sua administração na capital gaúcha durante o Estado Novo, é amplamente explorada e exaltada. Além disso, sua relação com Vargas, e em especial o convite para organizar a seção gaúcha do PTB e dirigir o Banco do Brasil são destacadas pela publicação. Assim, Loureiro não apenas é apresentado como detentor de competências e saberes específicos próprios de um administrador, indispensáveis a quem postula o cargo de governador do Estado, ou seja, um capital político de notoriedade e popularidade, mas também investido de um capital político delegado pelo próprio Getúlio. Bem como no caso de Brizola, Vargas aqui simboliza a instituição, o próprio PTB, que o convidar o mesmo para estruturar o partido no Estado, investe sobre ele a sua “benção” para liderar o trabalhismo no Rio Grande do Sul.

Ainda sobre o a propaganda de Loureiro da Silva, acima destacada, cabe uma análise comparativa em relação à propaganda política de seu opositor nesta disputa pelo posto de candidato trabalhista ao governo estadual, Leonel Brizola (figuras 02 e 03). Enquanto a propaganda de Loureiro da Silva era composta por um cliché com a sua foto e completada por uma legenda e um título que não se diferenciavam da diagramação dos periódicos e da forma como os mesmos colocavam suas demais legendas e títulos, a de Leonel Brizola é composta por um cliché que traz outra forma de combinar imagens e palavras. Com base nisso, é possível supor que os responsáveis pela campanha de Loureiro tenham entregue ao periódico uma foto do mesmo e um texto, e solicitado ao jornal que realizasse o anúncio, enquanto a de Brizola já entregou um cliché pronto, com a combinação de imagens e letras. Isso, por sua vez, nos permite pensar não apenas em níveis de organização diferentes das respectivas campanhas, mas, sendo os candidatos oriundos de gerações distintas, em posturas diferentes mediante a necessidade de conquista do eleitorado, própria da experiência democrática. De um lado, Loureiro da Silva, apostando em uma forma tradicional de propaganda. Do outro, Brizola, buscando estabelecer uma nova forma de propaganda e uma nova linguagem capaz de atingir estes eleitores.

Para além propriamente da imagem de Loureiro, esta forma de propaganda paga foi utilizada também para enquadrar sua campanha a candidato do PTB no já citado embate em torno das redefinições do trabalhismo pós-Vargas. Um exemplo é o *A Pedido* publicado no *Correio do Povo*, em sua edição do dia 26/05/1957, intitulado “Porque lutam os homens que defendem a candidatura de Loureiro”. Nele, a campanha de Loureiro é posta em oposição ao suposto paternalismo histórico do PTB, bem como à sua falta de coesão e objetividade programática, tendo como base, especialmente, as propostas de reforma interna apresentadas ainda em 1956 pelo deputado Fernando Ferrari⁴⁵. A partir dela, segundo a publicação, este personalismo dominante no partido seria substituído por um sistema de ideias capaz de comunicar à sua estrutura interna estabilidade e disciplina, assim como conferir-lhe um programa de ação, capaz de lhe dar bom desempenho em suas tarefas de partido popular.⁴⁶

Afora o trabalhismo ideológico e a unidade partidária, outros dois temas relevantes para a compreensão do desfecho desta disputa com Brizola foram pauta de algumas declarações realizadas por Loureiro durante a sua campanha. O primeiro deles diz respeito a uma possível inelegibilidade de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul por conta de seu parentesco com João Goulart, defendida com base nos artigos 139 e 140 da Constituição (assunto que será aprofundado na sequência deste trabalho). Ainda em meados de 1957, Loureiro pronunciou-se publicamente quanto ao assunto. Em entrevista concedida ao um correspondente, quando de uma viagem ao Rio de Janeiro, e reproduzida pelo *Correio do Povo* em sua edição do 26/05/1957, Loureiro exaltou o prefeito de Porto Alegre, realizando, contudo, algumas ressalvas quanto à sua possível candidatura ao governo do Rio Grande do Sul:

“[...] penso que não será candidato à convenção, salvo modificarmos a Constituição ou o ilustre presidente do PTB João Goulart renunciar em tempo, duas hipóteses que afasto. [...] A Constituição é clara nesse ponto. Não em matéria opinativa e sim em decisão do Supremo Tribunal Federal.”⁴⁷

⁴⁵ Em reunião do Diretório Regional ocorrida em meados de maio de 1956, que contou com a presença de deputados de federais, estaduais, representantes dos diretórios do interior e outras lideranças, foi aprovado um plano de trabalho apresentado pelo grupo ligado a Fernando Ferrari, contendo 13 pontos, entre os quais estão a promoção de uma “campanha de doutrinação para definir os ideais programáticos”; a interpretação e divulgação sistemática do testamento político de Vargas, bem como de sua obra de governo; a aproximação com o operariado; a aproximação com os trabalhadores rurais; a conquista de novos adeptos e reaproximação com antigos correligionários; uma maior colaboração entre a executiva nacional e as executivas municipais; a escolha criteriosa de candidatos ou daqueles que fossem desempenhar outras funções públicas; o estímulo ao desenvolvimento do espírito de equipe na vida partidária e ao entendimento, à ética e a paz social entre as diversas correntes partidárias estaduais (BOMBARDELLI, 2016; BOMBARDELLI, 2017).

⁴⁶ *Correio do Povo*, 26/05/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁴⁷ *Correio do Povo*, 26/05/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Aproximando-se a data da Convenção Regional, este assunto veio novamente à baila nas manifestações de Loureiro da Silva, desta vez em correspondências expedidas pelo veterano trabalhista a Fernando Ferrari e a um correligionário ao qual chama apenas de Gilberto. Em ambas, Loureiro já se mostrava incrédulo quanto a uma vitória sua na Convenção de outubro, porém esperançoso quanto à sequência dos acontecimentos e uma possível impugnação da candidatura de Brizola. No primeiro caso, a Ferrari, Loureiro afirma:

“Murmura-se que esta Convenção do dia 24, não será definitiva; que ela tem o simples objetivo de demonstrar prestígio e força, e que em março se faria uma outra onde se indicaria o nome de Antonio Brochado da Rocha, pois a candidatura de Brizola é quase inviável, em face da lei e das discutíveis possibilidades políticas.”⁴⁸

Semelhantemente, na segunda correspondência, datada de 16/10/1957, Loureiro mantém o mesmo posicionamento. Nela, afirma não crer que o assunto se daria por encerrado na Convenção de outubro, ficando a decisão para o ano seguinte e cabendo a ele, Loureiro, aguardar o desenrolar dos fatos.⁴⁹

Um segundo assunto que permeou algumas das falas de Loureiro da Silva, especialmente na reta final de sua campanha, foi a atuação de João Caruso Scuderi, vinculado a ala de Leonel Brizola, enquanto 1º vice-presidente do Diretório Regional (eleito ainda em meados de maio de 1957)⁵⁰. Como já referido, é possível detectar nas correspondências de Loureiro da Silva, expedidas já durante o mês de outubro, certo pessimismo quanto à sua escolha como candidato ao governo estadual pelo PTB. Tal ceticismo explica-se, em grande medida, como é possível verificar também em sua documentação particular, pela atuação de Caruso junto aos diretórios municipais, especialmente os do interior. Em carta sem data, endereçada a Fernando Ferrari, por exemplo, Loureiro afirma:

“Perdeu-se muito tempo em tudo, não por mim que sempre estive disposto a ir a todas, como fui, mas por negligência dos meus companheiros de cruzada. Na própria estruturação dos diretórios, quando já tinham seus prazos de vigência terminados, ao tempo da gestão do Rui Ramos, praticamente nada foi feito, caindo tudo nas mãos do Caruso que está agindo ao seu bel prazer.”⁵¹

⁴⁸ Acervo Particular José Loureiro da Silva. Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre.

⁴⁹ Acervo Particular José Loureiro da Silva. Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre.

⁵⁰ *Diário de Notícias*, 14/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵¹ Acervo Particular José Loureiro da Silva. Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre

Indo ao encontro do conteúdo escrito a Ferrari, Loureiro, na já citada correspondência enviada a Gilberto, novamente admite levar o que classifica como “uma grande surra”, devido à negligência de Rui Ramos, que permitiu a Caruso, em poucos meses, organizar de cerca de 80 diretórios. Desta forma, segundo Loureiro, apesar de possuir uma imensa maioria da opinião partidária e pública, sua derrota seria irremediável, uma vez que a máquina foi montada para favorecer Brizola⁵².

Diferentemente de sua documentação particular, não foi possível verificar nas fontes de imprensa analisadas nenhuma declaração de Loureiro acerca do assunto. Contudo, em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, publicada em sua edição do dia 14/10/1957, isso é, aproximadamente na mesma semana das cartas citadas acima, João Caruso manifestou-se acerca de uma suposta declaração de Loureiro à imprensa, na qual o veterano trabalhista haveria lhe feito acusações com este teor. Em sua manifestação, Caruso negou qualquer parcialidade na organização dos diretórios municipais, convidando Loureiro a formalizar sua denúncia, para que possíveis medidas fossem tomadas, e colocando-se, enquanto presidente da seção gaúcha do PTB, de forma neutra na disputa entre ele e Brizola, apesar de admitir possuir um candidato. Além disso, bem como outros trabalhistas o fizeram anteriormente, reforçou a existência de uma unidade partidária entre os petebistas, dizendo acreditar que o partido sairia fortalecido da Convenção do dia 24 e destacando o caráter democrático da escolha no interior de cada diretório municipal⁵³.

Indo ao encontro do pessimismo de Loureiro quanto a sua vitória, a imprensa, às vésperas da Convenção Regional, já dava como certa a vitória do prefeito de Porto Alegre. Em 24/10/1957, isto é, o dia de abertura da Convenção trabalhista, o amplo favoritismo de Brizola estampava a capa de periódicos como o *Diário de Notícias*, com a chamada “Apoio de 90% do PTB à candidatura de Brizola”. Na ocasião, o periódico informou não existir, no interior do PTB, dúvidas acerca da vitória de Brizola sobre Loureiro, uma vez que pelo menos 100 dos 109 diretórios municipais já haviam se manifestado e votariam no prefeito de Porto Alegre. Na mesma notícia, o periódico destacou ainda a tese acerca de uma possível inelegibilidade Brizola, que faria com que também a Frente Democrática se interessasse pelos rumos da convenção trabalhista, a ser iniciada no início daquela mesma tarde⁵⁴.

Conforme a ata da primeira sessão, a Convenção Regional do PTB foi aberta às 14h do dia 24/10/1957 e dirigida inicialmente pelo 1º vice-presidente do Diretório Regional, João

⁵² Acervo Particular José Loureiro da Silva. Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre

⁵³ *Diário de Notícias*, 14/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁴ *Diário de Notícias*, 24/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Caruso Scuderi. De imediato, Caruso citou os diretórios que participariam da Convenção com direito a voto – 108, uma vez que o município de Caçapava do Sul não se encontrava devidamente credenciado –, e realizou também uma “prestação de contas” de sua gestão até aquele momento, tratando especialmente das estruturações dos diretórios municipais pelo Estado, ocorridas desde a sua posse, em maio daquele mesmo ano (uma possível resposta ao partido acerca das acusações sofridas por parte de Loureiro dias antes). Segundo Caruso, quando de sua posse, apenas 43 municípios contavam com diretórios municipais, sendo que, em muitos dos casos, os mandatos ultrapassavam a data daquela convenção, impossibilitando-os assim de participar da mesma. Além disso, alegou também a existência de 9 diretórios sem legalização perante o TRE-RS e também 2 Comissões Executivas Provisórias. Assim, restavam ainda 64 municípios onde o partido não possuía diretórios ou nos quais ou que findariam seus mandatos antes do início daquela Convenção. Desta forma, afirmou Caruso, iniciou-se ainda em maio daquele ano um árduo trabalho de estruturação destes diretórios, cujos frutos estavam sendo colhidos naquela Convenção, com a presença de 109 municípios gaúchos representados.⁵⁵

Antes da votação para candidato a governador, contudo, cabe destacar dois importantes momentos da Convenção relatados na ata da mesma. Primeiramente, tratou-se da questão das alianças partidárias. Segundo Caruso, apenas o PRP, até aquele momento, havia sido procurado pelo PTB, tendo sido ventiladas apenas algumas compensações eleitorais, bem como o lançamento de um candidato em comum ao Senado e à suplência. Tais questões, conforme a ata, constaram em relatório, aprovado em sua integralidade, na sequência da Convenção, pela maioria do plenário. A seguir, ocorreu um pronunciamento de Loureiro da Silva. Nele, o postulante a candidato pelo PTB sintetizou suas principais propostas e realizou um balanço de sua campanha, bem como dos motivos que levaram à sua realização. Sob a forma de *A Pedido*, este discurso foi publicado posteriormente no *Correio do Povo* e lido por Fernando Ferrari na Câmara (BOMBARDELLI, 2016)⁵⁶. Leonel Brizola, ao contrário de

⁵⁵ Ata da primeira sessão da Convenção Regional do PTB/RS – Tribunal Regional Eleitoral – TRE-RS.

⁵⁶ Sobre este discurso, Bombardelli (2017, p. 103) atenta para argumentos já preconizados no plano de trabalho do diretório do PTB gaúcho e aprofundados na carta-renúncia de Ferrari, utilizados por Loureiro a fim de diferenciar-se de seu oponente: a recuperação do partido, conquistando novos quadros e atraindo de volta quadros antigos; a crítica ao espólio de ideias do partido; a crítica ao personalismo e ao mercantilismo do ideário de Vargas; o posicionamento do partido diante de graves assuntos nacionais (tais quais os problemas da Amazônia e do Nordeste, as migrações internas, as tarifas alfandegárias, a moeda e a questão cambial, a questão agrária, o municipalismo e a previdência social); a crítica à aliança com o PSD em âmbito nacional; e a redefinição do programa partidário e conteúdo ideológico.

Loureiro, não discursou, retirando-se da Convenção, em andamento, alegando motivos de força maior⁵⁷.

Chegado o momento de escolha do candidato do PTB para a disputa ao governo do Rio Grande do Sul em 1958, compareceram à cabine 215 delegados dos 108 diretórios votantes (cada diretório representado por dois delegados, exceto Jaguarão que possuía apenas 01 voto). Ao final da votação, Leonel Brizola foi proclamado vencedor, por um placar de 177 votos, contra 38 de Loureiro da Silva. Após muitos aplausos, Brizola foi conduzido novamente ao recinto da convenção, seguido pelo candidato derrotado, Loureiro da Silva.⁵⁸

Daí ao final da sessão, este primeiro dia da Convenção Regional do PTB foi marcado, segundo a ata já citada, por uma série de discursos que, bem como nos meses que a antecederam, iam em direção à já citada defesa da unidade partidária. Rui Ramos, o primeiro a se pronunciar, disse que, se até aquele momento o Diretório Regional dividia-se entre dois candidatos, constituía-se agora como um único bloco para levar a vitória o candidato do PTB, Leonel Brizola, o candidato de todos os trabalhistas a partir daquela data. Alinhado ao discurso de Rui Ramos, Loureiro da Silva afirmou que a sua presença ali atestava a sua intenção de engrandecer o partido, sendo que, finalizada a sua campanha, iniciaria outra, em prol do candidato Leonel Brizola. Já Brizola, o último a discursar, agradeceu a indicação, dizendo existir, no partido, diversos outros companheiros com melhores qualidades que as suas, e prometendo, em campanha ou em um possível governo, honrar a confiança nele depositada.⁵⁹

No dia seguinte, a esmagadora vitória de Brizola já estampava as capas dos principais periódicos do Estado, como o *Diário de Notícias*, que enfatizou não apenas a ampla diferença de votos entre os dois postulantes, mas também os discursos dos candidatos e alguns dos principais líderes trabalhistas no Estado, permeados, como verificado anteriormente, pela defesa da unidade partidária. Contudo, na mesma notícia, interessa-nos atentar, apesar destes discursos, para os embates que, segundo o periódico, ocorreram entre as duas alas, especialmente durante o primeiro dia de trabalhos, não relatados pela ata de Convenção. O primeiro destes aconteceu durante a escolha do presidente da Convenção, para a qual a “ala Brizola”, na pessoa de Wilson Vargas, indicou o nome de Rubem Bento Alves, enquanto a “ala Loureiro”, representada por Fernando Ferrari, propôs o nome de João Caruso Scuderi, que até o momento presidia a sessão, sendo escolhido, ao final de acaloradas discussões,

⁵⁷ Ata da primeira sessão da Convenção Regional do PTB/RS – Tribunal Regional Eleitoral – TRE-RS.

⁵⁸ Ata da primeira sessão da Convenção Regional do PTB/RS – Tribunal Regional Eleitoral – TRE-RS.

⁵⁹ Ata da primeira sessão da Convenção Regional do PTB/RS – Tribunal Regional Eleitoral – TRE-RS.

Bento Alves. Contudo, conforme o *Diário de Notícias*, o ápice da disputa entre as duas correntes deu-se em torno de um tema específico: a senatoria. Enquanto a “ala Brizola” defendia a continuidade das negociações com o PRP (alinhados ao relatório apresentado por Caruso, citado anteriormente), a “ala Loureiro” sugeria uma candidatura própria. Os convencionais dividiram-se e os ânimos exaltaram-se. Muitos sugeriram uma reeleição de Pasqualini, a qual Caruso disse ser inviável, em decorrência de seu estado de saúde. Nisso, o mesmo envolveu-se em uma série de ofensas com o representante do diretório de Três de Maio e a confusão generalizou-se. Em meio ao tumulto, Wilson Vargas ameaçou sacar o revólver. Após a intervenção da mesa diretora e de líderes como Ferrari, os ânimos arrefeceram-se. Posta em votação a moção de Wilson Vargas, a mesma foi aprovada, autorizando a Executiva estadual a seguir com as negociações junto ao PRP, envolvendo uma vaga ao Senado.⁶⁰

Uma vez escolhido o candidato do PTB à disputa pelo Executivo estadual, cabia agora à Frente Democrática a sua indicação. Após meses de intensas negociações entre os partidos que compunham a coligação, já na segunda metade de dezembro de 1957, decidiu-se pelo nome de Walter Peracchi Barcelos, já citado inúmeras vezes ao longo desse trabalho⁶¹. Chefe do Gabinete Militar do interventor Cordeiro de Farias durante o Estado Novo (1938-1945), Peracchi Barcelos exerceu o cargo de deputado estadual entre os anos de 1951 e 1959. Nesse mesmo período, atuou como líder da bancada do PSD, vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa, e secretário do Interior e Justiça do governo de Meneghetti⁶².

Voltando ao embate entre os trabalhistas, mais do que apenas um movimento eleitoral, interessou-nos aqui situar a tentativa de candidatura de Loureiro da Silva e a disputa com Brizola como parte de um contexto mais amplo, de disputa pelo domínio da seção gaúcha do PTB, ligada também a um embate pelo controle do partido em âmbito nacional. Se, conforme explica Bourdieu (2002, p. 164), o campo é, entre outras coisas, um local de lutas que visam transformar a relação de forças que confere ao campo a sua estrutura, e esta estrutura, segundo o mesmo autor (2002, p. 180) pode reproduzir-se em cada um de seus pontos no interior dos partidos, então o movimento iniciado por Loureiro visando o pleito de 1958, bem como em nível nacional envolvendo Ferrari e Jango, pode ser compreendido como uma tomada de

⁶⁰ *Diário de Notícias*, 25/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶¹ *Diário de Notícias*, 19/12/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶² Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 27/11/2019.

posição que visava modificar a correlação de forças na seção gaúcha do PTB através da diminuição da influência de Brizola e seu grupo sobre o partido no Estado.

A fim de diferenciar-se de seu opositor, naquilo que Bourdieu (2002, p. 179) classifica como o jogo das oposições e das distinções, Loureiro recorreu a um movimento em andamento, de oposição ao grupo liderado por João Goulart, capitaneado nacionalmente por Fernando Ferrari, buscando legitimar-se a partir do apelo ao “trabalhismo ideológico”: à redefinição do programa partidário e conteúdo ideológico, à luta contra o personalismo e a demagogia, bem como à defesa do ideário de Vargas. Tal movimento vai ao encontro das reflexões de D’Araújo (1996, p. 20) acerca destas disputas intrapartidárias, que para além da clivagem entre tendências, aponta para o caráter carismático destas lutas, nas quais os agentes aderiram ora ao discurso ideológico, ora a parentela, ao nepotismo e ao clientelismo, como em diversos momentos fez Loureiro da Silva.

Já no âmbito propriamente eleitoral, assim como Brizola, Loureiro buscou, de diferentes maneiras, mobilizar seu capital político a fim de construir-se enquanto postulante a candidato do PTB na disputa pelo governo estadual: enquanto Brizola lançou mão tanto de um capital político delegado, adquirido pela proximidade com Vargas e Jango, quanto de um capital político de notoriedade e popularidade, obtido especialmente pela sua passagem pela Secretaria de Obras Públicas e pelo exercício do cargo de prefeito de Porto Alegre, Loureiro buscou valer-se tanto um capital político de notoriedade e popularidade, obtido quando de sua administração em Porto Alegre durante o Estado Novo, quanto também um capital político delegado, investido sobre ele por Vargas, seja em decorrência da nomeação como prefeito da capital gaúcho ou diretor do Banco do Brasil, seja em decorrência da designação para estruturar o PTB no Rio Grande do Sul. Neste sentido, assim como também no caso de Brizola, a imprensa, configurou-se como uma importante via de propagação de análises, comentários, entre outros produtos políticos divulgação do discurso político de Loureiro da Silva, gerado na concorrência entre esses agentes no seio do partido, e que visavam tanto a difusão de sua imagem enquanto experiente administrador e político vinculado a Vargas, quanto a inclusão de sua campanha neste movimento de renovação/purificação do trabalhismo.

Outro ponto passível de reflexão a partir das fontes acima citadas diz respeito às razões da vitória de Brizola sobre Loureiro na Convenção Regional. Se Loureiro da Silva aderiu ao “trabalhismo ideológico” a fim de angariar apoio no interior do partido, algumas das manifestações anteriormente elencadas apontam para a utilização da máquina partidária por parte de Brizola a fim obter sucesso na Convenção Regional. Apesar de ter sido,

originalmente, o organizador da maioria dos diretórios do partido, a ascensão de Brizola na seção gaúcha do PTB a partir de 1950, especialmente através da executiva estadual do partido e da secretaria de Obras Públicas do Governo Dornelles (abordada no tópico 1.1 deste trabalho), permitiu ao mesmo exercer forte influência sobre esses diretórios municipais, em um momento em que Loureiro manteve-se afastado da política partidária, ocupando, por exemplo, apenas o cargo de diretor do Banco do Brasil. Este domínio sobre a máquina do PTB gaúcho veio a consolidar-se a partir da eleição de João Caruso Scuderi, da ala Brizola, à 1º primeiro vice-presidente do diretório regional, quando o número de novos diretórios, organizados sobre a influência desta ala, aumentou de forma substancial. Apesar de contar com um amplo capital político e inúmeros apoiadores no interior do partido, a máquina, neste momento, estava nas mãos do então prefeito de Porto Alegre. Tal fato pode, ao que tudo indica, ter levado a um direcionamento dos votos desses diretórios à candidatura de Brizola.

Por fim, outra questão que permeou toda esta disputa diz respeito à defesa, ao menos de forma pública, da unidade partidária. Conforme explica Bourdieu (2002, p. 172-173), a luta entre os agentes no interior do campo se dá sob uma série de regras que o regem, e que visam a preservação do jogo político, dos privilégios de se jogar o jogo e do próprio campo. Bem como em outros casos, é possível transportar esse pressuposto para uma análise partidária, nesse caso do PTB gaúcho. Mesmo em meio a uma batalha aberta entre as duas facções partidárias, seus membros buscaram a todo o momento, do final de 1956 à Convenção Regional, de 1957, a preservação da imagem do partido, a fim de que essa cisão não favorecesse seus adversários da Frente Democrática. Apesar disso, entretanto, essas rupturas que se mantiveram no decorrer do processo eleitoral e culminaram, como veremos na sequência deste trabalho, em uma tentativa de impugnação da candidatura de Brizola, aventada por Loureiro antes mesmo da Convenção, oriunda do interior do próprio trabalhismo.

1.3 “BRIZOLA ELEGÍVEL”: A TENTATIVA DE IMPUGNAÇÃO DA CANDIDATURA DE LEONEL BRIZOLA E A VITÓRIA NA JUSTIÇA ELEITORAL

Um dos acontecimentos mais relevantes ocorridos durante o processo eleitoral de 1958 no Rio Grande do Sul, apesar não explorado pela historiografia, foi a tentativa de impugnação da candidatura de Leonel Brizola ao governo estadual, sob a alegação de inelegibilidade, por conta de seu parentesco com João Goulart. Pauta de discussões já em 1957, tanto fora quanto no interior do próprio PTB, como é possível verificar a partir da documentação particular de Loureiro de Silva e de algumas de suas manifestações à imprensa, tal tese alicerçou-se, como dito anteriormente, nos artigos 139, II, b, e 140, I, b da Constituição de 1946:

Art. 139. São também inelegíveis:

II - Para governador e vice-governador:

b) até um ano depois de afastados definitivamente das funções, o Presidente, o Vice-Presidente da República e os substitutos que hajam assumido a presidência;

Art 140 - São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior, o cônjuge e os parentes, consangüíneos ou afins, até o segundo grau:

I - do Presidente e do Vice-Presidente da República ou do substituto que assumir a presidência:

b) para Governador;⁶³

Indo ao encontro da correspondência expedida por Loureiro, na qual citou Antônio Brochado da Rocha como um possível indicado pela ala adversária caso comprovada a inelegibilidade Brizola, ainda no início de 1957, outros nomes já eram especulados pela imprensa para substituir o prefeito de Porto Alegre em uma disputa interna. Em forma de nota política, o *Diário de Notícias*, mediante a este impeditivo legal, informou que já se cogitava entre os apoiadores do prefeito de Porto Alegre, a indicação de nomes não apenas como o de Antônio Brochado da Rocha, mas também de Rubem Berta.⁶⁴

Além de diversas outras personalidades, como juristas e políticos de outros partidos, este assunto foi pauta das manifestações de outros importantes nomes do PTB, como o vice-presidente do Diretório Regional, João Caruso Scuderi. Em um parecer publicado no *Diário de Notícias* em meados do ano de 1957, Caruso teceu uma longa tese acerca do assunto e defendeu a viabilidade da candidatura do prefeito de Porto Alegre, alegando, que Brizola seria inelegível apenas se Jango exercesse a presidência da República um ano antes do pleito.⁶⁵

⁶³ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 07/08/2019.

⁶⁴ *Diário de Notícias*, 25/01/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁵ *Diário de Notícias*, 26/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Às vésperas da Convenção Regional do PTB, este assunto também foi pauta da imprensa. Ao abordar o início da mesma na tarde do dia 24/10/1957, o *Jornal do Dia* noticiou, apesar de uma forte tendência de vitória de Leonel Brizola, a esperança dos partidários de Loureiro da Silva, quanto à possibilidade de uma reviravolta, devido a uma possível inelegibilidade de Brizola, durante ou após a Convenção (indo ao encontro das expectativas do próprio Loureiro, expressas em sua correspondência expedida, na qual o postulante a candidato pelo PTB mostrava-se certo da inviabilidade da candidatura de Brizola e de uma decisão final acerca do assunto apenas no ano seguinte).⁶⁶

Em correspondência enviada pelo Dr. Ruy Rosado de Aguiar, advogado gaúcho a Leonel Brizola, datada de 08/11/1958, este tema também foi pauta de discussão. Com base nesse documento, é possível perceber um intenso debate entre o advogado e o recém-escolhido candidato trabalhista ao governo do Rio Grande do Sul, o que por sua vez aponta para certa apreensão de Brizola no que se refere a uma possível impugnação de sua candidatura.⁶⁷

Após alguns meses, a possibilidade de impugnação da candidatura de Brizola novamente veio à tona na imprensa, dias antes do envio de seu registro ao TRE-RS. Em sua edição de 07/03/1958, o *Correio do Povo*, por meio de sua coluna política, já relatava a apreensão em torno do registro de Brizola (a ser realizado, segundo o periódico, na semana seguinte), bem como as diversas opiniões em torno de sua elegibilidade ao cargo de governador do Estado⁶⁸. Nesta mesma linha, a edição do dia 12/03/1958 (ou seja, na data em que o registro da candidatura de Brizola seria, teoricamente, enviado ao TRE-RS) do *Jornal do Dia*, também em sua coluna política, destacou a expectativa em torno do registro trabalhista e de sua possível impugnação. Neste sentido, o periódico destacou as diferentes visões em torno de uma possível inelegibilidade de Brizola, que se dividiam em dois grupos: aqueles que, como João Caruso em parecer já referido, acreditavam que Brizola se tornaria inelegível apenas mediante o exercício da presidência por parte de Jango; e aqueles que, com base no artigo 140 da Constituição, já viam Brizola como inelegível.⁶⁹

Interessado no registro de candidatura de Brizola, Loureiro da Silva manteve-se atento aos rumos tomados pelo mesmo, como é possível verificar a partir de sua documentação particular, e, em especial, em uma correspondência expedida a um afilhado, a quem chama apenas de Gilbertinho, também datada de 12/03/1958. Contudo, diferentemente das

⁶⁶ *Jornal do Dia*, 23/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁷ Acervo Francisco Brochado da Rocha – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs.

⁶⁸ *Correio do Povo*, 07/03/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁶⁹ *Jornal do Dia*, 12/03/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

correspondências expedidas em outubro do ano anterior, nas quais se mostrava otimista quanto a uma mudança no quadro político, nesta carta Loureiro revelou-se descrente quanto a uma possível impugnação da candidatura do prefeito de Porto Alegre, afirmando: “Aqui estamos aguardando o resultado da inscrição do Brizola que foi requerido hoje. Há dúvidas a respeito, mas não acredito em tribunais e juízes, penso que o homem será registrado, - embora correndo o risco de um recurso da Frente Democrática, o que é quase certo”⁷⁰. Importa aqui destacar a não citação, neste ou em outras cartas, dos nomes de Guilherme Mariante e Alzira Mariante, responsáveis pela impugnação da candidatura de Brizola, ou ainda do MDPTB, movimento por ele liderado (acerca dos quais falaremos a seguir). Semelhantemente, não foi possível verificar na imprensa nenhuma conexão de Ferrari ou Loureiro com os Mariante. Tais fatos nos dão indícios, portanto, da não participação de Loureiro, ao menos de forma direta, deste processo.

Após alguns dias de atraso, tendo como base as datas informadas pela imprensa, foram entregues ao TRE-RS em 18/03/1958 o registro de candidatura de Leonel Brizola, juntamente com os de Guido Mondin – candidato ao Senado pela coligação PTB-PRP-PSP, acerca do qual falaremos no capítulo a seguir – e mais 22 candidatos a deputado estadual pelo PTB⁷¹. Ao noticiar este fato, o *Diário de Notícias* tratou acerca da possibilidade de impugnação da mesma em um prazo de até 48h após publicação no *Diário Oficial do Estado*. Neste sentido, informou também, naquele momento, acerca de desinteresse da Frente Democrática de impugnar a candidatura de Brizola, suscitando, porém, a possibilidade de um protesto por parte da coligação opositora nos últimos dias da campanha eleitoral, no intuito de criar um clima desfavorável a candidatura trabalhista⁷².

Tão logo publicado o pedido de registro de candidatura de Brizola no *Diário Oficial do Estado*, veio o pedido de impugnação do mesmo, impetrado pelos já citados Guilherme Mariante e sua esposa, Alzira Mariante⁷³. Mas afinal, quem era Guilherme Mariante? Sindicalista no âmbito rural⁷⁴ e um dos fundadores do PTB no Rio Grande do Sul⁷⁵, foi eleito deputado estadual pelo mesmo partido em 1947, angariando um total de 2.866 votos (sendo

⁷⁰ Acervo Particular José Loureiro da Silva. Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre.

⁷¹ Registro de candidatura de Leonel de Moura Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

⁷² *Diário de Notícias*, 19/03/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁷³ Não foram verificadas nas fontes analisadas, bibliográficas e primárias, referências acerca de Alzira Guimarães Mariante.

⁷⁴ *Correio do Povo*, 30/11/1946. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁷⁵ Ata de fundação do Diretório Estadual do PTB no Rio Grande do Sul (1945) - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

apenas o 22º candidato mais votado do partido no pleito)⁷⁶. Nas eleições de 1950 (paralelamente a ascensão de novos quadros, como Leonel Brizola e João Goulart, sobre as antigas lideranças sindicais), concorreu novamente à Assembleia Legislativa pelo PTB e não se elegeu, obtendo um total de 2286 votos nesta ocasião. Após 1951, não exerceu nenhum outro cargo eletivo. Em 1954, conforme nos mostra Bombardelli (2017, p. 110), envolveu-se de forma direta nos embates em torno da escolha do candidato trabalhista ao governo estadual para as eleições daquele mesmo ano, sendo, após a cisão decorrente desta disputa, afastado do partido juntamente com outros “dioguistas”. Correspondências presentes no acervo particular de José Diogo também dão conta desta ligação com o prócer trabalhista. Em carta recebida em meados de setembro de 1957, por exemplo, Mariante, cujo remetente não identificado afirma estar intransigentemente contra a candidatura de Brizola, é citado como um amigo próximo a Brochado da Rocha⁷⁷. Não ligado a Ferrari ou Loureiro (ao menos pelo que nos informam as fontes consultadas), Mariante compunha outro grupo divergente, que, bem como o capitaneado pelos dois, já em 1954 demonstrou-se insatisfeito com o domínio de Goulart e Brizola sobre o PTB gaúcho. Contudo, para o pleito de 1958, para além desta antiga divergência, as razões que levaram Guilherme e Alzira Mariante a este movimento são incertas.

Cabe ressaltar nesse sentido o fato de, conforme apontam especialmente as fontes de imprensa, o movimento contrário à candidatura de Brizola, iniciado por Mariante após a Convenção Regional, não se configurou enquanto um ato individual. Em suas edições do dia 31/05/1958, por exemplo, o *Diário de Notícias*⁷⁸ e o *Jornal do Dia*⁷⁹ noticiaram o apoio do MDPTB⁸⁰, liderado por Guilherme Mariante, à candidatura de Walter Peracchi Barcelos, da Frente Democrática. Em suas publicações, ambos destacaram a troca de correspondências entre este movimento e o candidato frentista, nas quais Mariante, juntamente com Joaquim Gomes Miranda, secretário do movimento, explicava o apoio a Peracchi, ressaltando sua experiência, capacidade política e a possibilidade de continuidade da administração estadual em curso, sem citar em momento algum o nome de Brizola ou fazer qualquer paralelo a possível inelegibilidade do mesmo no pleito de 1958. O mesmo grupo viria a aparecer novamente no decorrer da campanha eleitoral, especialmente a partir da publicação de *A Pedidos*, contrários à candidatura de Brizola.

⁷⁶ Atas dos resultados eleitorais de 1947 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

⁷⁷ Acervo José Diogo Brochado da Rocha. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

⁷⁸ *Diário de Notícias*, 31/05/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁷⁹ *Jornal do Dia*, 31/05/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸⁰ Nas fontes e bibliografia consultadas, não foi possível obter maiores informações acerca deste movimento e de seus integrantes.

Se é inviável dar como certa, para além da declaração de apoio citada acima, qualquer ligação entre Guilherme e Alzira Mariante com a Frente Democrática, o mesmo não se pode dizer do interesse da coligação em torno do pedido de impugnação por eles impetrado. Inúmeras, por exemplo, foram as declarações dadas por políticos ligados aos partidos que compunham a Frente à imprensa, contrárias a candidatura de Brizola e em confluência com os argumentos expostos por Guilherme e Alzira (os quais detalharemos a seguir). Para além do Rio Grande do Sul, a atuação da Frente junto à imprensa estendeu-se também a outras localidades, como o Rio de Janeiro, especialmente a partir de João Neves da Fontoura, que passou a agir junto a periódicos com *O Globo* e o *Correio da Manhã* contra a candidatura de Brizola, como é possível verificar a partir da documentação pessoal deste político⁸¹.

Em contrapartida, o prefeito de Porto Alegre e seus aliados, também para além apenas da imprensa local, passaram a atuar junto a periódicos cariocas, como é possível perceber em carta conjunta, sem emissário, destinada a Brizola, Francisco Brochado da Rocha e João Caruso. Nela, este emissário do PTB no Rio de Janeiro afirmou estar atuando junto ao *A Última Hora*, em contato direto com Samuel Weiner, para a publicação de entrevistas, reportagens e editoriais, naquilo que classificou como uma “ofensiva” sobre o registro. Além do *A Última Hora*, este emissário informou também acerca do alinhamento com outros jornais, como o *Diário Carioca*, e da tentativa frustrada de conversações com o *Correio da Manhã*, que, como visto anteriormente, já encontrava-se alinhado com a Frente Democrática, atuando como um dos principais agentes de oposição a candidatura de Brizola no centro do país.⁸²

Sobre o teor do pedido de impugnação, importa aqui destacar os argumentos utilizados por Guilherme e Alzira Mariante. No que tange a preliminar, alegaram ser o pedido de registro de Brizola prematuro, uma vez que ainda não haviam sido baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) as instruções necessárias para o pleito daquele ano. Estando as instruções anteriores revogadas, só possuíam vigência para as eleições de 1954. Desta forma, o referido processo, deveria ser suspenso, até divulgadas as novas instruções, sobre as quais o TSE, conforme boletim eleitoral, já estava trabalhando, especialmente a partir da designação de um novo relator responsável por apresentar sugestões ou um novo projeto de resolução sobre o registro de candidatos. Quanto ao mérito, ambos embasaram-se no artigo 139, II, b, e 140, que na visão dos requerentes tornavam inelegíveis os parentes consanguíneos até 2º grau do Vice-Presidente da República, e, no caso de governadores, até um ano depois do

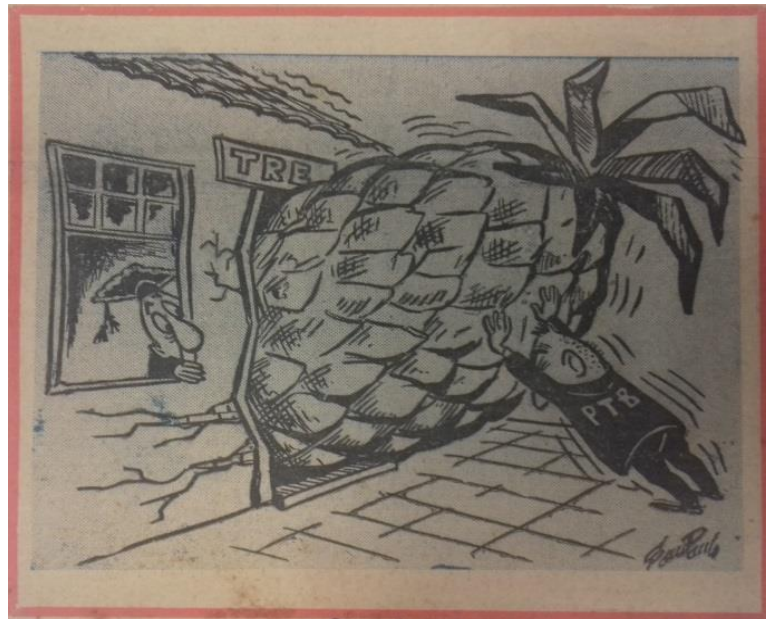
⁸¹ Acervo João Neves da Fontoura – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.

⁸² Acervo Francisco Brochado da Rocha – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.

afastamento definitivo do Vice-Presidente de suas funções. Além disso, protestou Alzira Mariante também acerca da forte influência político-partidária de Goulart sobre as altas esferas políticas e administrativas (exemplificando com a influência do vice-presidente sobre determinados ministérios, como no episódio da pasta da Agricultura, já citado anteriormente) seu reflexo sobre questões estaduais, que seriam potencializados a partir de uma possível eleição de seu cunhado Leonel Brizola.⁸³

Os dias que se sucederam foram de um intenso acompanhamento deste processo por parte da imprensa sul rio-grandense, especialmente o *Correio do Povo*, que quase diariamente noticiou acerca do caso, informando, por exemplo, para além do teor de do pedido de impugnação por parte de Mariante, também sobre a escolha do relator do processo – Dr. João Campos Duhá –, e a data de apreciação do mesmo – 28 do mês corrente. Por meio de charge assinada por SamPaulo, o *A Hora* também buscou retratar esse imbróglio jurídico. Nela, um homem, representando o PTB, empurra para dentro do TRE-RS um abacaxi, ali simbolizando a candidatura de Brizola, enquanto, pela janela, um juiz o observa apreensivo.

Figura 06 – Charge representando o imbróglio jurídico envolvendo a candidatura de Brizola



Fonte: *A Hora*, 20/03/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS

Com base na documentação presente no acervo particular de Francisco Brochado da Rocha (cartas, pareceres, cópias de requerimentos e recursos, entre outros), é possível

⁸³ Registro de candidatura de Leonel de Moura Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

verificar uma ampla movimentação em torno do tema, bem como a formação de uma espécie de “equipe” jurídica, liderada por Francisco Brochado da Rocha. Tal corpo jurídico contava ainda, pelo que nos mostra tal documentação, com a participação de ilustres figuras do meio jurídico e político, tais como San Tiago Dantas, Nereu Ramos, João Caruso, o já citado Ruy Rosado de Aguiar, entre outros.⁸⁴

Chegada a data de apreciação pelo TRE-RS, decidiu-se, por um placar de 5 votos a 1, aceitar o registro da candidatura de Leonel Brizola. Conforme a maioria dos juízes, todas as formalidades legais e estatutárias haviam sido preenchidas, não sendo o parentesco com João Goulart suficiente para torna-lo inelegível, uma vez que o mesmo não havia assumido a Presidência da República no decurso do decurso do prazo de um ano antes da eleição⁸⁵.

Conforme nos mostra uma correspondência enviada por Francisco Brochado da Rocha a um remetente a quem chama apenas de Palmeiro, tal decisão, tanto por seu placar quanto por suas “manifestações sem vacilações”, surpreendeu até mesmo os envolvidos na defesa de Brizola. Além disso, Brochado também deixa clara a certeza de que Mariante iria ao TSE, um movimento o qual afirma considerar interessante, uma vez que, percorrendo todas as instâncias jurídicas, “acabaria com possíveis chicanas, na hipótese de diplomação”.⁸⁶

Tão logo divulgado o resultado da apreciação, pelos microfones da Rádio Farroupilha, em uma das suas tradicionais palestras de sextas-feiras à noite, Brizola manifestou-se acerca do mesmo. Afirmou o então prefeito de Porto Alegre ter encarado esta questão, desde o início, com a mais absoluta serenidade e confiança. Tecendo inúmeros elogios aos membros do judiciário gaúcho, Brizola disse receber com humildade tal decisão e acreditar ter sido feita justiça por parte dos membros do TRE-RS, embora, caso tal sentença fosse contrária a sua candidatura, a acataria também com o devido respeito⁸⁷.

Para além da entrevista de Brizola, a decisão judicial repercutiu de forma ampla em alguns dos principais periódicos gaúchos, como o *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Dia*, com destaque para os votos de cada um dos juízes, para os pareceres do relator do processo, João Campos Duhá, e do procurador eleitoral, Geraldo Otávio Rocha, bem como para a comemoração de muitos correligionários de Brizola, ocorrida pelas ruas de Porto Alegre após o anúncio. A decisão do TRE gaúcho a favor do prefeito de Porto Alegre repercutiu também no *A Hora*, novamente sob a forma de charge assinada por SamPaulo.

⁸⁴ Acervo Francisco Brochado da Rocha – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.

⁸⁵ ⁸⁵ Registro de candidatura de Leonel de Moura Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

⁸⁶ Acervo Francisco Brochado da Rocha – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.

⁸⁷ *Correio do Povo*, 07/03/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Nela, um homem – possivelmente Guilherme Mariante – busca abater com uma espingarda uma ave, representando ali a candidatura trabalhista. Contudo, o tiro sai pela culatra.

Figura 07 – Charge representando a decisão do TRE-RS a favor do registro da candidatura de Brizola



Fonte: *Diário de Notícias*, 30/03/1958.
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Entretanto, não se esgotaram aí os esforços de Guilherme Mariante contra o registro de candidatura de Leonel Brizola. Na mesma edição em veiculou o veredito do TRE-RS sobre o caso, o *Diário de Notícias* informou também acerca de um possível recurso por parte Mariante e sua esposa ao TSE⁸⁸, que veio a confirmar-se nos primeiros dias do mês de junho. Algumas semanas após o envio deste recurso ao TSE, Brizola, em entrevista reproduzida pelo *Correio do Povo* em seu noticiário político, manifestou-se sobre o mesmo, afirmando estar confiante em uma decisão favorável por parte do mais alto órgão da Justiça Eleitoral, tendo deixado o assunto aos cuidados de duas autoridades no tema: Francisco Brochado da Rocha e San Tiago Dantas⁸⁹. Para além desta entrevista de Brizola, ínfima foi a repercussão do assunto nos periódicos analisados.

Em seu recurso, diversos foram os argumentos de Guilherme e Alzira Mariante para que o tema fosse revisto pela instância superior da Justiça Eleitoral. Primeiramente, afirmaram que uma decisão dessa envergadura não poderia restringir-se apenas ao âmbito regional, sendo necessária também uma análise por parte do TSE. A seguir, insistiram na

⁸⁸ *Diário de Notícias*, 29/03/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸⁹ *Correio do Povo*, 12/07/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

prematuridade do registro, e, baseados em uma série de pareceres e teses orquestradas por juristas, políticos e jornalistas, sustentaram a inelegibilidade de Brizola, discordando especialmente do método de análise aplicado pelos juízes do tribunal gaúcho. Por fim, sustentaram o veto à candidatura de Brizola alegando tanto o interesse de Jango sobre uma possível eleição de seu cunhado, visando o fortalecimento do PTB, do qual era o líder máximo em nível nacional, e a ampliação de sua influência sobre o Rio Grande do Sul enquanto vice-presidente da República, quanto possíveis benefícios a Brizola, em detrimento de outras localidades do país, por conta desse parentesco.⁹⁰

Em sessão realizada ainda no início do mês de agosto, os juízes do TSE, indo ao encontro do veredito proferido pelo TRE-RS, decidiram por unanimidade não reconhecer o recurso interposto por Guilherme e Alzira Mariante⁹¹. Bem como o veredito dado em âmbito estadual, a decisão do TSE repercutiu de maneira maciça nos primeiros periódicos do Estado. Semelhantemente também à primeira instância, logo após a decisão do tribunal Brizola pronunciou-se através da imprensa. Em entrevista reproduzida pelo *Jornal do Dia*, em sua edição de 05/08/1958, Brizola afirmou ter plena convicção de que a justiça não lhe negaria o direito de ser candidato, decidindo pelo princípio democrático e em favor da liberdade, e que, com essa decisão, mais do que ele, Brizola, quem ganhava era o povo rio-grandense⁹².

No *A Hora*, a decisão do TSE que confirmou o registro da candidatura de Brizola repercutiu, mais uma vez, sob a forma de charge. Nela, Guilherme Mariante é representado como alguém que foi “surrado”, após mais uma derrota nos tribunais, dessa vez por unanimidade, enquanto outro homem, em sua frente, aparentemente realiza a leitura da decisão em um periódico.

⁹⁰ Registro de candidatura de Leonel de Moura Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

⁹¹ Registro de candidatura de Leonel de Moura Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

⁹² *Jornal do Dia*, 05/08/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 08 – Charge representando a decisão do TSE a favor do registro da candidatura de Brizola



Fonte: *Diário de Notícias*, 05/08/1958.
 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Os mesmos pressupostos do campo político, explicados anteriormente por Bourdieu, de que as lutas ocorridas no campo têm em vista transformar a relação de forças que confere ao campo a sua estrutura em dado momento (BOURDIEU, 2002, p. 164) e de que a mesma estrutura que organiza o campo em seu conjunto pode reproduzir-se no seio dos partidos (BOURDIEU, 2002, p. 180), aplicados no caso de Loureiro da Silva, podem ser aqui também utilizados para compreensão do caso envolvendo Guilherme Mariante. Insatisfeito com o domínio de João Goulart e Brizola sobre a máquina partidária estadual, Mariante, juntamente com outros “dioguistas”, insurgiu-se contra cúpula partidária no intuito de modificar a correlação de forças na seção gaúcha do PTB, sendo, contudo, afastado da agremiação. Contudo, uma vez excluído do jogo político e dos benefícios de se jogar o jogo, ou seja, do PTB, a lógica de adesão ao jogo e de preservação do jogo e próprio campo político, ou partido, também apontada por Bourdieu (2002, p. 172-173), não se aplica a Mariante, fazendo não apenas com que o mesmo busque a impugnação da candidatura de Brizola, mas crie um movimento de oposição ao PTB, também intitulado trabalhista, e declare apoio a Frente Democrática contra o seu antigo partido.

Para além do descontentamento de longa data com a ascensão destas novas lideranças sobre a seção gaúcha do PTB, que também enquadra-se no contexto de disputas em torno do trabalhismo ocorridas pós-1954, é impossível apontar, com base nas fontes analisadas, outras razões que levaram a este movimento. Como dito anteriormente, é também inviável afirmar

qualquer ligação de Loureiro da Silva e Fernando Ferrari – também oposição ao domínio de Jango e Brizola sobre os diretórios nacional e estadual, respectivamente – com Mariante ou ainda com MDPTB. Contudo, como foi possível verificar na documentação analisada, a possibilidade de impugnação do registro da candidatura de Brizola, tentado dissidente trabalhista, já em 1957 aparecia como uma variável dos cálculos realizados por Loureiro visando uma reversão da decisão tomada na Convenção Regional daquele mesmo ano, o que acabou não se concretizando. Da mesma forma, é impossível atestar, afora o apoio declarado no decorrer da campanha eleitoral, qualquer conexão entre Mariante e o movimento divergente por ele capitaneado com a Frente Democrática. Entretanto, a coligação situacionista fez-se valer, como é possível verificar especialmente através da imprensa, tanto do apoio como dos argumentos utilizados por Mariante contra a candidatura trabalhista.

Depois de aceito o registro de sua candidatura na instância superior da Justiça Eleitoral, Brizola deu continuidade a sua campanha, agora como representante oficial do PTB na disputa pelo governo do Rio Grande do Sul. Este processo teria, porém, após o pleito, o seu terceiro round, acerca do qual trataremos no item 3.3 desta dissertação. Todavia, paralelamente à construção da candidatura de Leonel Brizola, à disputa com Loureiro da Silva pelo posto de candidato trabalhista ao governo estadual e também à tentativa de impugnação da candidatura trabalhista, abordadas neste capítulo, alianças com outros partidos políticos foram sendo costuradas, tanto pelo PTB quanto pelo próprio Brizola. Já em meados de 1956, iniciaram-se as primeiras aproximações com o PRP e o PSP, agremiações com as quais as negociações adentraram o ano de 1958, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DA COLIGAÇÃO PTB-PRP-PSP E O REPÚDIO AO APOIO DO PARTIDO COMUNISTA (PC)

Conforme nos mostra Antônio Lavareda (1991), as eleições para governadores durante a experiência democrática brasileira foram marcadas por uma distribuição de apoio preponderantemente bipolar (com uma pequena variação do número de Estados que escapavam a essa classificação). O Rio Grande do Sul, na análise do autor, surge como um dos Estados que, entre os pleitos de 1950 e 1958, manteve-se bipolarizado (LAVAREDA, 1991, p. 58-61). Em consonância com a análise de Lavareda, autores como Bodea (1992), Noll e Trindade (1995), Cánepa (2005) e Cortés (2007) destacam em suas obras a proeminência de partidos como o PSD e o PTB na política gaúcha entre os anos de 1945 e 1964, em torno dos quais se agruparam legendas de menor expressão como PL, UDN, PRP, PSP, PSB, PDC, entre outros, tornando-se assim catalizadores de alianças e coligações.

Diversos estudos acerca deste período dão conta da proliferação de alianças e coligações a partir do pleito de 1950, bem como do aumento contínuo dos votos dados às mesmas (SOARES, 1964; SOUZA, 1976; LIMA JUNIOR, 1983; SOUSA, 2006). Nessas obras, os autores são unânimes ao afirmarem que as eleições majoritárias estimulavam muito mais a formação de coligações, na comparação com as eleições proporcionais. Entretanto, não há entre essas obras um consenso acerca do nível de recorrência da formação dessas coligações, ou seja, se a composição dessas alianças se dava com mais frequência a partir das eleições federais ou estaduais.

As disputas eleitorais no Rio Grande do Sul seguem, em grande medida, a lógica esboçada por estes autores. Após algumas experimentações nos pleitos estaduais de 1947 e 1950, organizou-se em 1951, na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre, um bloco liberal-conservador denominado Frente Democrática, capitaneado pelo PSD juntamente com a UDN e o PL. Na ocasião, Ildo Meneghetti, candidato da Frente Democrática, derrotou Leonel Brizola, candidato do PTB apoiado pelo PRP. Posteriormente, em 1954, na disputa ao governo do Estado, a coligação foi reeditada, elegendo novamente Meneghetti, que na ocasião superou o também trabalhista Alberto Pasqualini (CÁNEPA, 2005; CORTÉS, 2007).

Nas eleições de 1958, por sua vez, diferentemente de outros pleitos e especialmente de 1954, quando em candidatura solo concorreu e foi superado pela Frente Democrática, o PTB buscou aliar-se com partidos menores, tais como o PRP e o PSP (que em 1954, a exemplo do

PTB, mantiveram candidatura própria), formando a chamada “Frente Populista”⁹³. Paralelamente à formação desta coligação, a campanha trabalhista ao Executivo gaúcho foi marcada (ao menos de forma pública) pelo distanciamento do comunismo e a recusa ao apoio oferecido por Luís Carlos Prestes, principal nome do PC (ZANFELIZ, 1980; CÁNEPA, 2005).

Proveniente da Ação Integralista Brasileira (AIB), o PRP possuía forte penetração nas zonas de colonização alemã e italiana, onde predominavam pequenas e médias propriedades rurais, e contava com o apoio de uma parcela considerável do clero das paróquias destas regiões (apesar da inclinação da hierarquia eclesiástica ao PSD), devido, em grande medida, à defesa do mundo rural com relação ao comunismo e às novas ideias (BODEA, 1992, p. 19-20). Integrante das alianças PSD-PRP-PC e PSD-UDN-PRP nas eleições estaduais de 1947 e 1950, respectivamente, o PRP marchou sozinho no pleito de 1954, tendo como candidato ao governo do Estado Wolfram Metzler. Entretanto, apesar do distanciamento para com o PTB nos processos eleitorais estaduais, em nível municipal é possível perceber um alinhamento do partido com os trabalhistas e, especialmente, com Brizola: primeiramente em 1951, quando apoiou Brizola na disputa contra Meneghetti pela Prefeitura de Porto Alegre; posteriormente, a partir de 1956, compondo o secretariado de Brizola, eleito prefeito da capital gaúcha em 1955 (BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005; KLÖCKNER, 2007; CARDOSO, 2009).⁹⁴

Por sua vez, o PSP, fundado em 1946, possuiu em São Paulo seu principal nicho eleitoral, tendo, entre os anos de 1945 e 1964, governado o estado paulista em três oportunidades. Adhemar de Barros, principal nome e fundador do partido, governou o Estado em dois momentos, além de ter concorrido à presidência da república em 1955 e 1960

⁹³ Conforme nos explica Jorge Ferreira (2001, p. 115-116), ser um “líder populista” neste período, tal como Vargas e Jango, não significava utilizar como recursos a mentira, a demagogia e a manipulação. Do contrário, a expressão pode ser traduzida para os dias atuais como “líder popular”, aquele que representa os “anseios políticos populares” ou dos “movimentos populares”. Apesar de, especialmente na imprensa, o nome “Frente Populista” ter sido amplamente empregado, ao longo desse trabalho nos referiremos a ela apenas como “coligação PTB-PRP-PSP”.

⁹⁴ Acerca da aliança entre PTB e PRP, cabe citar aqui trabalhos como *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)* (CÁNEPA, 2005), *Política Gaúcha (1930-1964)* (CORTÉS, 2007), *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964* (ZANFELIZ, 1980), *O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945-1965)* (CARDOSO, 2009) e *Processos Eleitorais no Rio Grande do Sul - o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962* (CARDOSO, 2015). Nos dois primeiros casos, Cánepa e Cortés não se aprofundam nas razões que levaram tais partidos a se coligarem e nos caminhos que levaram a esta união. Além disso, especialmente no caso de Cánepa, abordam a formação destas alianças como processos simples e rápidos. No terceiro caso, por sua vez, Zanfeliz (1980) aborda de forma sucinta tanto os motivos que conduziram o PTB e o PRP à essa aliança quanto os meios pelos quais a mesma se concretizou. Já no quarto e quinto casos, Cardoso realiza uma extensa e detalhada análise do processo de formação da coligação PTB-PRP, atentando, no entanto, para as discussões internas do PRP e para os conflitos gerados a partir da construção desta aliança, além dos resultados obtidos pelo partido no pleito.

(COSTA, 1982). No Rio Grande do Sul, entretanto, o partido nunca ocupou um papel de destaque, compondo o grupo dos pequenos partidos juntamente com o PRP, o PSB, PR, entre outros. Em 1947, estreando eleitoralmente no estado gaúcho, o PSP não atingiu o quociente eleitoral para entrar na Assembleia Legislativa, e também não integrou nenhuma das coligações que disputaram o governo do Estado. Em 1950, em decorrência de um acordo nacional costurado entre Getúlio Vargas e Adhemar de Barros para as eleições presidenciais, apoiou a candidatura de Ernesto Dornelles, do PTB, também apoiado por uma ala dissidente do PSD, o PSDA. Já em 1954, o partido lançou a candidatura de José Diogo Brochado da Rocha, um dos expoentes do PTB no Rio Grande do Sul que deixou o partido para concorrer ao governo do Estado (BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005; CORTÉS, 2007).⁹⁵

Já o PC, fortemente ligado ao movimento sindical, caracterizou-se, quando de sua criação, como um partido organizado em grandes centros industriais, de ampla concentração operária (tais como Porto Alegre, Rio Grande, entre outros), porém eleitoralmente inexistente e fortemente rechaçado nas regiões de colonização alemã e italiana. Amplamente combatido no Rio Grande do Sul por setores conservadores e, em especial, pela Liga Eleitoral Católica (LEC), o partido possuiu neste período vida curta, tendo seu registro cassado em 1947 (PANDOLFI, 1994; BODEA, 1992). Ainda na legalidade, o PC integrou nas eleições de 1947 a já citada aliança PSD-PRP-PC. Em 1950, já na ilegalidade (na qual permaneceu durante o restante do período democrático), optou pela neutralidade, e em 1954 manifestou apoio ao candidato do PTB, Alberto Pasqualini (BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005; CORTÉS, 2007).⁹⁶

É impossível conhecer todas as motivações que conduziram cada um desses agentes políticos à formação da coligação PTB-PRP-PSP. Entretanto, no que segue, busca-se aprofundar algumas hipóteses já colocadas por outros autores, assim como algumas questões abordadas parcialmente pela historiografia, tanto no que tange à tal coligação quanto no que se refere ao repúdio de Brizola e do PTB ao apoio comunista: que fatores conduziram o PTB à busca por alianças? Quais os benefícios desta coligação para os partidos envolvidos? Que caminhos levaram à sua formação? Houve, de fato, um distanciamento real com relação ao

⁹⁵ No caso do PSP, não existem trabalhos específicos sobre a sua atuação no Estado e, especificamente, sobre a aliança com o PTB em 1958. Em trabalhos como os de Cánepa (2005) e Cortés (2007), a formação de tal coligação é apenas citada. Já na obra de Zanfeliz (1980), bem como no caso do PRP, tanto os motivos que conduziram os partidos a essa aliança quanto os meios pelos quais a mesma foi firmada são tratados de forma sucinta.

⁹⁶ Já no que se refere ao PC, além da obra de Cánepa, que realiza uma breve análise do repúdio e da utilização deste apoio por parte da Frente Democrática contra o PTB, cabe destacar a já citada obra de Zanfeliz (1980), na qual a autora dedica um subcapítulo à atuação do PC nas eleições de 1958, e também *O Diabo é Vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)* (1996), de Carla Rodeghero na qual a autora realiza uma ampla análise dos usos de propaganda comunista nos pleitos do Rio Grande do Sul, incluindo as eleições de 1958.

PC e a Luís Carlos Prestes? Quais as estratégias adotadas por Brizola e pelo PTB neste sentido?

2.1 A ALIANÇA COM O PARTIDO DA REPRESENTAÇÃO POPULAR (PRP)

O que se percebe é que o eleitorado trabalhista se mantém mais ou menos constante, pelo menos até agora. Ha, no Rio Grande, um equilíbrio de forças, de modo que a vitória é sempre residual, o que a faz depender do elemento flutuante ou de partidos tipo o PRP. Quem contar com êle, poderá ter a certeza da vitória no proximo round.

Alberto Pasqualini, 1955.

A citação que inaugura este subcapítulo, retirada de uma correspondência expedida pelo então senador Alberto Pasqualini poucos dias após as eleições para a Prefeitura de Porto Alegre, em outubro 1955, lança certa luz sobre os motivos que levaram o PTB a aliar-se com o PRP. Na carta, Pasqualini discorre acerca da vitória de Brizola sobre Euclides Triches e também realiza um prognóstico acerca das eleições estaduais que ocorreriam no prazo de três anos. Refletindo sobre este próximo pleito, Pasqualini verifica um equilíbrio de forças na política gaúcha e vê o PRP, já naquele momento, como um aliado em potencial para o pleito de 1958, capaz de romper com esta estabilidade.⁹⁷

Semelhantemente a Pasqualini, porém já em meados de julho de 1957, Loureiro da Silva, outra liderança trabalhista, manifestou-se, sem citar o PRP, sobre a necessidade de alianças do PTB com outras agremiações. Em entrevista concedida ao jornal *Diário de Notícias*, na qual falou dos rumos tomados pelo partido visando o pleito de 1958, Loureiro foi veemente ao afirmar: “O PTB, sozinho, dificilmente sobrepujará seus adversários unidos. O candidato deve, conseqüentemente, levar consigo além de outras forças, se possível, a massa do eleitorado flutuante que hoje, sendo de tal modo volumosa, decide o pleito”.⁹⁸

Se na entrevista anteriormente citada Loureiro não se refere diretamente ao PRP, em correspondência expedida a Fernando Ferrari a necessidade de alianças políticas e a possibilidade de uma coligação com os perrepistas entraram, ainda que de forma secundária, na pauta de discussão entre as duas lideranças do PTB. Comentando acerca de uma provável vitória de Brizola na Convenção e do apoio do PRP ao prefeito de Porto Alegre na disputa com a Frente Democrática, Loureiro dá indícios não apenas da importância desta aliança para

⁹⁷ Acervo de Alberto Pasqualini. Museu Alberto Pasqualini – Ivorá/RS.

⁹⁸ *Diário de Notícias*, 26/07/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

o partido, mas também de um possível alinhamento, já em curso, entre trabalhistas e perrepistas.⁹⁹

Para além das lideranças trabalhistas, órgãos de imprensa como o *Diário de Notícias*, com antecedência, manifestaram-se a respeito da proeminência do PRP no pleito de 1958, colocando-o como o fiel da balança na política gaúcha. Em edição publicada ainda em janeiro de 1957, o impresso destacou duas questões: em primeiro lugar, o equilíbrio entre as duas legendas polarizadoras, o PSD (que contava com o apoio do PL e da UDN) e o PTB; em segundo lugar, a votação obtida pelo PRP nas eleições de 1954, que o colocava como a quarta força política estadual. Frente a esse equilíbrio e ao potencial eleitoral apresentado pelo PRP, afirmou que para onde pendessem seus próceres, penderia também a vitória nas urnas em 1958. Neste sentido, o jornal chamou a atenção para a disputa antecipada e em andamento entre PTB e PSD pelo apoio perrepista, salientando um possível acordo em nível nacional entre João Goulart e Plínio Salgado, que faria com que no Rio Grande do Sul o PRP pendesse à candidatura trabalhista.¹⁰⁰

Outro periódico, a revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, também tratou de, na edição de setembro de 1957, destacar esta disputa antecipada entre a Frente Democrática e o PTB pelo apoio do PRP para o pleito de 1958 e o papel de destaque a ser exercido pelos perrepistas nesta eleição. Em edição publicada em meados de 1957, a revista apontou os quase 90 mil votos que o partido detinha no Estado como capazes de desequilibrar o pleito estadual. Esta era, conforme o periódico, a razão do interesse do PTB e da Frente Democrática em uma aliança com o mesmo, diante das incertezas quanto ao resultado das eleições futuras. Além disso, a exemplo do *Diário de Notícias*, salientou também um provável acordo em nível nacional entre os dois líderes máximos do PTB e do PRP, João Goulart e Plínio Salgado, que, em troca do apoio perrepista ao candidato do PTB ao governo do Rio Grande do Sul, garantiria ao segundo a possibilidade de concorrer ao Senado coligado aos trabalhistas.¹⁰¹

Desde muito cedo, portanto, a necessidade de alianças políticas para as eleições de 1958 e a importância de uma aproximação com o PRP se fizeram presentes nos discursos e nas articulações realizadas por notáveis lideranças trabalhistas e repercutidas na imprensa. Seus posicionamentos, mesmo que individuais, podem, dada a relevância de ambos no contexto partidário, evidenciar também uma leitura do próprio PTB sobre a conjuntura política do Rio Grande do Sul. Nesta mesma direção, as análises realizadas pela imprensa,

⁹⁹ Acervo de José Loureiro da Silva. Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS.

¹⁰⁰ *Diário de Notícias*, 29/01/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰¹ *O Cruzeiro*, 07/07/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

com considerável antecedência, já destacavam a influência a ser exercida pelo PRP sobre os futuros resultados eleitorais e relatavam não apenas uma disputa em curso entre o PTB e a Frente Democrática pelo apoio perrepista, mas também um acordo prévio entre estes e os trabalhistas. Se, conforme explica Bourdieu (2002, p. 164), as lutas travadas no interior do campo visam transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, então o PRP passou a ser visto – a partir de 1955, pelo que nos apontam as fontes – pelo PTB e por suas principais lideranças como um elemento capaz de desequilibrar a balança da política gaúcha em favor dos trabalhistas, alterando a relação de forças estabelecida no Rio Grande do Sul, ou seja, o domínio da Frente Democrática sobre o Executivo estadual.

Em grande medida, os diagnósticos realizados por ambos se basearam nos resultados da disputa pelo governo do Estado em 1954. Nela concorreram, como já citado, Ildo Meneghetti, da Frente Democrática, Alberto Pasqualini, do PTB, Wolfram Metzler, do PRP, e José Diogo Brochado da Rocha, do PSP. O gráfico abaixo mostra os resultados, por legenda, deste pleito:

Gráfico 03 – Votação para governador do Rio Grande do Sul em 1954 (%)

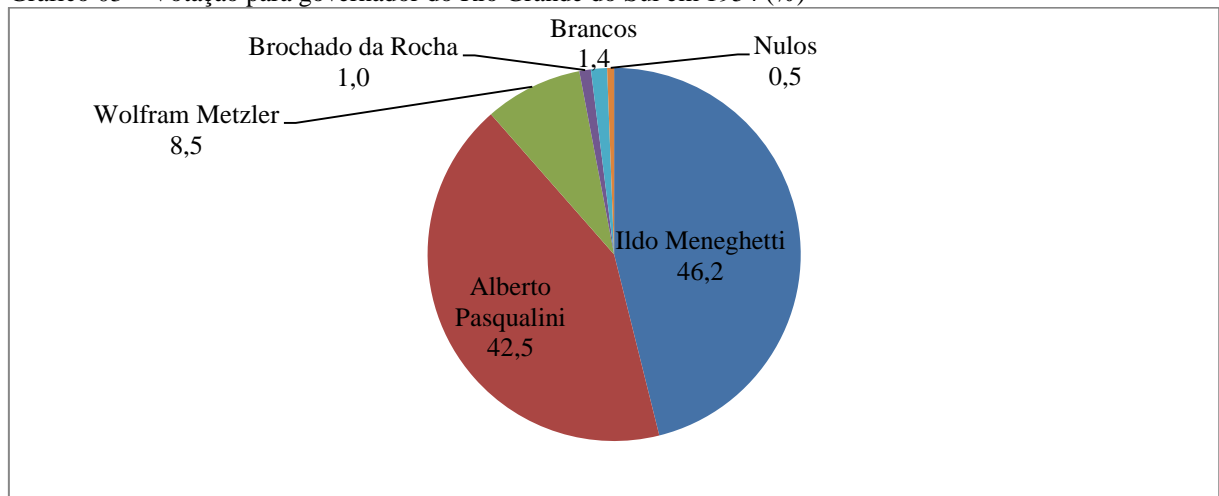


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Ata das eleições de 1954 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

Com base nas análises realizadas por lideranças trabalhistas e pela imprensa, na diferença de 3,6% dos votos que separou Pasqualini e Meneghetti (equivalente a 30.638 votos), e no percentual de votos obtidos pelo PRP nas eleições de 1954 (equivalente a 71.110 votos), ambos expostos no gráfico 04, uma primeira hipótese para a aproximação do PTB em relação ao PRP, já aventada, por exemplo, em trabalhos como os de Zanfeliz (1980), Bodea

(1992) e Cortés (2007), aponta para uma tentativa de “transferência” de votos, através da qual seria possível ao PTB, por uma diferença considerável, superar a Frente Democrática no pleito de outubro de 1958. O gráfico abaixo, referente a votação nas zonas de colonização (tradicionais recintos do PRP e onde historicamente os trabalhistas possuíam baixo desempenho eleitoral nas disputas pelo Executivo estadual) em 1954 reforça esta hipótese e demonstra uma possível tentativa do PTB de captar votos teoricamente pertencentes ao PRP nesta região:

Gráfico 04 – Votação válida para governador em cidades da região colonial em 1954 (%)

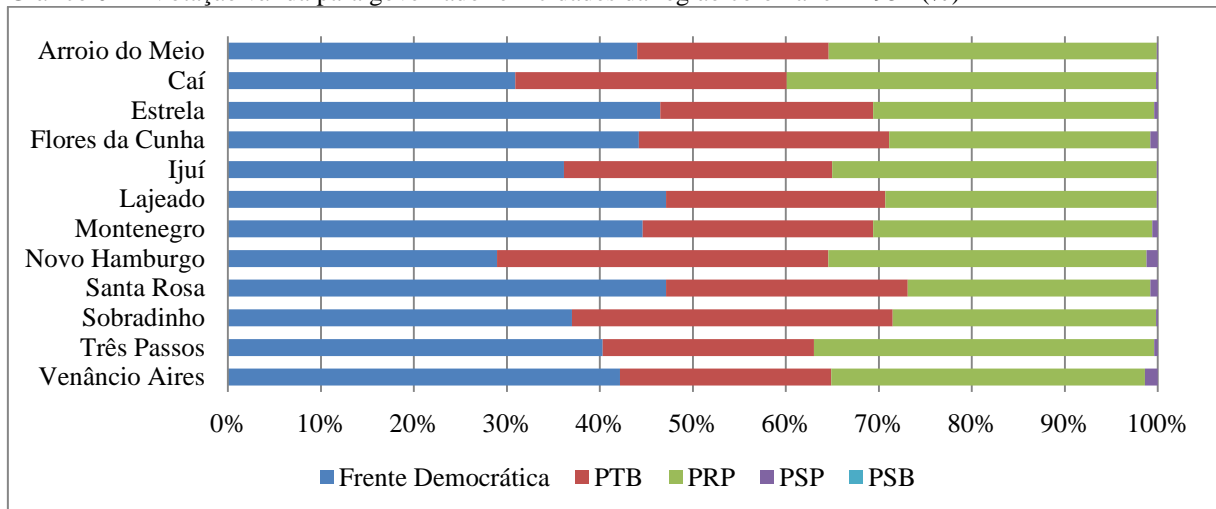


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL, TRINDADE, 1995).

No gráfico 04¹⁰² constam as 12 cidades, todas de colonização italiana ou alemã, onde o PRP atingiu os seus mais altos percentuais de voto em 1954. Destas, 7 cidades (Arroio do Meio, Estrela, Flores da Cunha, Lajeado, Santa Rosa, Três Passos e Venâncio Aires) são aquelas onde o PTB obteve seus piores resultados neste pleito. Apesar da supremacia da Frente Democrática na maioria delas, a soma dos votos do PTB e do PRP permitiria a estes suplantar a coligação adversária, o que fortalece a hipótese levantada acima. A fragilidade eleitoral do PTB nestes municípios (ao menos no que se refere a disputa pelo governo do Estado), bem como a força do PRP nas mesmas localidades, podem também ser constatadas se analisados os resultados das eleições anteriores, de 1947 e 1950, conforme nos mostram os gráficos 05 e 06¹⁰³:

¹⁰² Nas fontes analisadas, não aparecem discriminados os votos brancos e nulos.

¹⁰³ Nas fontes analisadas, não aparecem discriminados os votos brancos e nulos.

Gráfico 05 – Votação válida para governador em cidades da região colonial em 1950 (%)

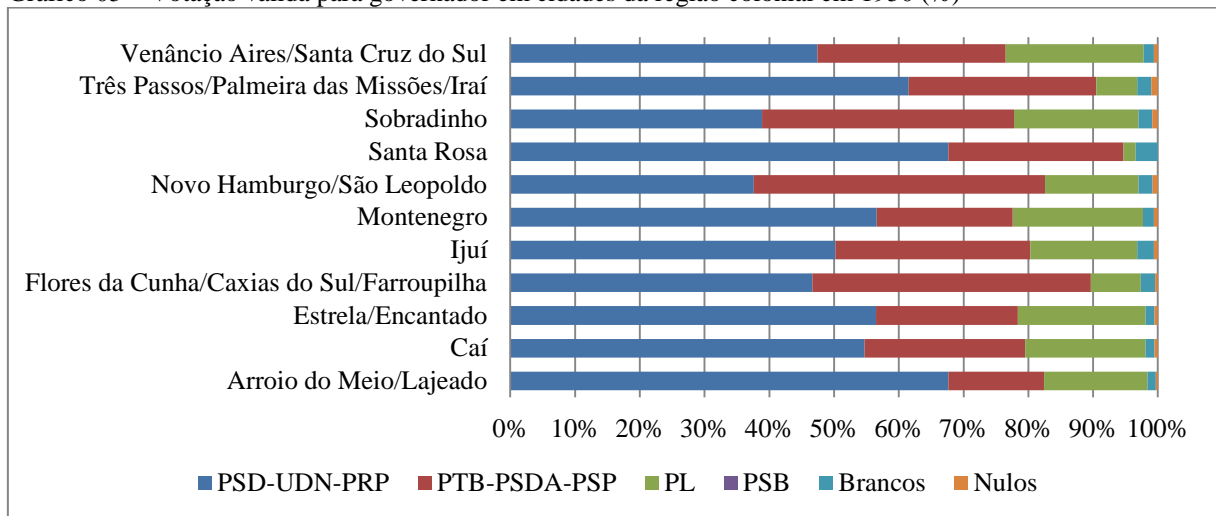


Gráfico elaborado pelo autor. Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL, TRINDADE, 1995).

Gráfico 06 – Votação válida para governador em cidades da região colonial em 1947 (%)

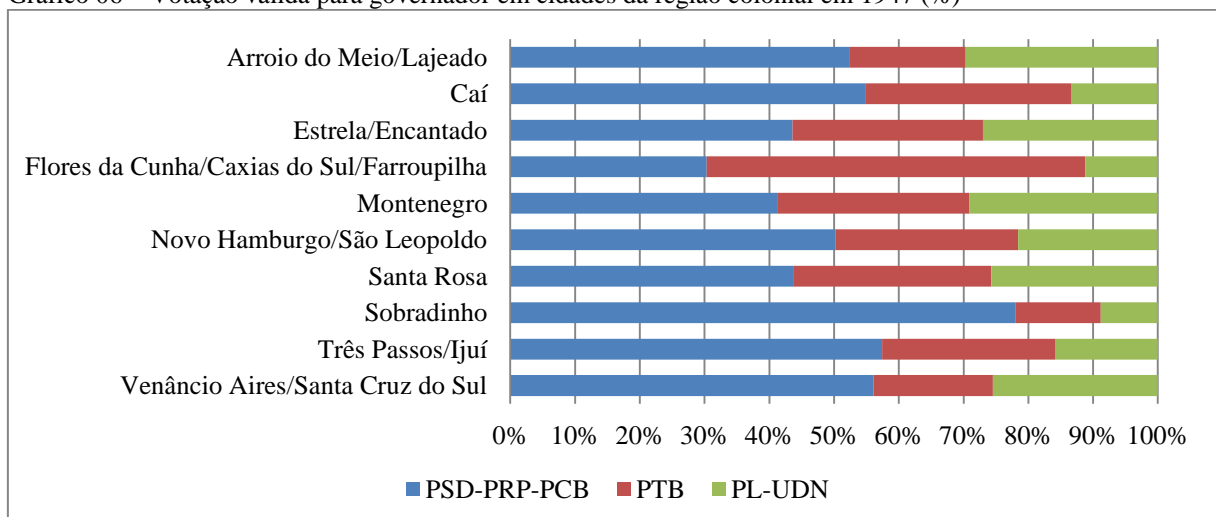


Gráfico elaborado pelo autor. Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL, TRINDADE, 1995).

Como nos mostra o gráfico 05, referente a eleição de 1950, com exceção de Novo Hamburgo/São Leopoldo, a coligação capitaneada pelo PTB foi suplantada nos demais municípios pela coligação da qual fazia parte o PRP. Nestas localidades, a coligação PTB-PSDA-PSP obteve alguns de seus piores resultados no pleito, diferentemente da aliança PSD-UDN-PRP, que alcançou nestes mesmos municípios alguns de seus mais altos percentuais de votação. Já no gráfico 06, concernente ao pleito de 1947, com exceção de Flores da Cunha/Caxias do Sul/Farroupilha, o PTB foi também derrotado por um amplo percentual de votos (com exceção de Estrela/Encantado, onde se verificou certo equilíbrio) pela coligação

na qual estava presente o PRP¹⁰⁴. Para além apenas de 1954, tais dados evidenciam, como já referido, ao menos no que tange a disputa pelo Executivo gaúcho, uma fragilidade histórica do PTB na zona de colonização, bem como a força do PRP na mesma, que, quando em candidatura solo, obteve altos percentuais de votação, e, quando coligado, potencializou os resultados da aliança nesta região.

Esta hipótese vai ao encontro ao que diz Clay Hardman de Araújo¹⁰⁵ (1984) em depoimento concedido ao CPDOC. Comentando acerca das eleições de 1958, Araújo entende a aliança com o PRP como o resultado de um aprendizado retirado do pleito anterior. Para o entrevistado, o não alinhamento com a Igreja¹⁰⁶ – e especialmente com Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, que vetou a candidatura trabalhista devido a uma suposta “infiltração esquerdista” – e com partidos conservadores como o PRP (alinhado com a Igreja), ambos hegemônicos no interior do Estado e especialmente na zona colonial, caracterizaram-se como um dos principais fatores da derrota de Pasqualini em 1954. Com base nisto e nos mais de 70 mil votos obtidos pelos perrepistas em 1954, o PTB, segundo Araújo, buscou a aliança com o PRP a fim de penetrar e conquistar o eleitor destas regiões.¹⁰⁷

De uma forma mais ampla e em diálogo com a lógica eleitoral da experiência democrática, esta hipótese alinha-se a diversos estudos que entendem o aumento do número de alianças e coligações não como irracionalidade ou inexistência de estruturação nos comportamentos das organizações partidárias, mas, pelo contrário, como uma crescente racionalização destes comportamentos durante este período (SOARES, 1964; SOUZA, 1976; LIMA JUNIOR, 1983). Comportamentos estes que seguiram aquilo que Lima Junior (1983, p. 77) chama de “estratégias de racionalidade política contextual”: racionais porque seus principais objetivos eram maximizar o apoio eleitoral; contextuais porque não se orientavam por uma estratégia partidária nacional, mas, pelo contrário, eram tomadas localmente, à luz dos resultados da eleição prévia, sendo a força local relativa de um partido o determinante principal para toda tomada de decisão referente à formação de alianças.

¹⁰⁴ Diferentemente de 1954, nos pleitos de 1947 e 1950 inúmeros destes municípios ainda não se encontravam emancipados. Neste sentido, utilizou-se aqui a divisão por juntas e municípios proposta por Noll e Trindade (1995).

¹⁰⁵ Membro do PC entre os anos de 1945 e 1950. Atuou como diretor do serviço de assistência educacional da Comissão do Imposto Sindical do Ministério do Trabalho (1953-1954), delegado do ministério no Rio Grande do Sul (1955-1956) e secretário de Habitação e Trabalho do governo Leonel Brizola (1959-1963). Após filiar-se ao PTB, elegeu-se deputado federal em 1962.

¹⁰⁶ Ao longo desse trabalho, ao falarmos da Igreja, estaremos nos referindo especificamente ao clero gaúcho. Além disso, ao utilizarmos o termo, não estaremos tomando tal instituição como homogênea, mas composta por diversas correntes e, por isso, de interesses distintos.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Clay Hardman. Clay Hardman de Araújo (depoimento). Rio, FGV/CPDOC – História Oral, 1984.

Por fim, esta hipótese vai ao encontro das análises realizadas por autores como Maria do Carmo Campello de Souza, referentes à formação de coligações por partes de partidos chamados de “populistas”, como o PTB, durante a experiência democrática. Segundo a autora, tais partidos possuíam como suporte social os trabalhadores urbanos, insuficientes em termos absolutos e relativos para que estes partidos pudessem almejar por si sós uma vitória eleitoral, o que, por sua vez os conduzia a um comportamento aliancista. Conforme estes mesmos estudos, o PTB recorreu às alianças, de maneira sistemática, como forma de penetração em cidades médias e no interior (SOUZA, 1976, p. 155-159).

Entretanto, a partir do depoimento de Araújo (1984), uma segunda hipótese para explicar a busca por parte do PTB de uma aliança com o PRP, também já sugerida, por exemplo, em obras como as de Zanfeliz (1980), tem como cerne o anticomunismo, ou mais especificamente o seu uso contra as candidaturas trabalhistas no pleito anterior. O veto da LEC à candidatura de Rui Ramos ao Senado e seu apoio explícito à candidatura de Armando Câmara colocaram Igreja e PTB em campos opostos no pleito de 1954. Esta situação foi agravada pela declaração de apoio dos comunistas a Pasqualini na reta final da campanha eleitoral. Isto veio a impactar diretamente na votação obtida pelo mesmo na zona colonial, onde partidos como o PRP, que possuíam estreitas relações com o clero local, eram dominantes. Aproveitando disso, do clima de turbulência gerado após a morte de Vargas, e dos discursos radicais e inflamados proferidos pelos não católicos Brizola e Rui Ramos, a Frente Democrática, com o beneplácito de ampla parcela do clero e principalmente da LEC, aderiu a um discurso de defesa da “ordem e tranquilidade”, da propriedade privada, da família e da religião e produziu uma intensa e extensa propaganda anticomunista contra o PTB e seus candidatos. Com isso, alcançou o eleitorado flutuante e indeciso (BODEA, 1992; RODEGHERO, 1996; CÁNEPA, 2005; ASTURIAN, 2011; ASTURIAN 2019).

Conforme explica Araújo (1984) em seu depoimento, uma possível aliança com o PRP, para além da captação de votos que o partido possuía nessas localidades, ajudaria a relativizar possíveis propagandas anticomunistas e desmanchar a imagem de suspeição do PTB no interior, devida em grande medida às posições reformistas adotadas pelo partido, e em particular à reforma agrária, que por sua vez fomentavam em meio ao eleitorado conservador a ideia de um alinhamento com o comunismo. Os relatos contidos em *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história* (KLÖCKNER, 2007) corroboram com a fala de Araújo e com esta hipótese. Nesta obra, Sereno Chaise, um dos articuladores da campanha trabalhista em 1958, afirma que, ainda na Prefeitura de Porto Alegre, em fase de planejamento da campanha eleitoral, chegou-se à conclusão da conveniência de uma aliança com o PRP,

devido aos fortes ataques (especialmente a associação ao comunismo) que o PTB sofria na região colonial. Uma aliança com o PRP, segundo Chaise, seria um antídoto para estes ataques, pois mostraria que o PTB nada tinha a ver com o PC (KLÖCKNER, 2007, p. 46).

Para ilustrar a hipótese levantada, elencamos duas declarações de Plínio Salgado (ou ao menos a ele atribuídas), principal liderança do PRP, que tiveram como intuito blindar o candidato da coligação PTB-PRP-PSP contra qualquer associação ao PC. Na primeira, em entrevista publicada na edição de 19 de julho de 1958 no *Diário de Notícias*, na ocasião de sua visita a Porto Alegre, Plínio manifestou-se acerca do apoio comunista a Brizola (acerca do qual trataremos no subcapítulo 2.3 deste trabalho), dizendo não acreditar na cooperação dos comunistas para eleger o então prefeito de Porto Alegre. Adiante, ainda afirmou de forma enfática: “Minha presença aqui é prova de que não acreditamos em tal apoio ao nosso candidato ao governo do Estado”¹⁰⁸. Já às vésperas do pleito, em um *A Pedido* publicado em edição do dia 02/10/1958 no *Correio do Povo* (possível mensagem telegráfica enviada pelo líder perrepista), Plínio Salgado se posicionou em defesa das candidaturas de Brizola e Mondin, candidato do PRP ao Senado na ocasião, opondo-as ao comunismo, afirmando:

Sou católico e cristão, nessa qualidade, em nome de 26 anos de luta contra o comunismo russo, sendo o único homem odiado pelo ateísmo vermelho e o único que já sofreu atentados, por ordem de Moscou, insisto em proclamar ao Povo Gaúcho que as candidaturas de Brizola e Mondin são aquelas que garantem o Brasil contra o comunismo, Ou bem que somos inteligentes, ou bem que nos tornaremos instrumentos de Moscou. Patrícios do Rio Grande! Cerrai fileiras, por Deus e pela pátria, com Brizola e Mondin!¹⁰⁹

Como veremos no subcapítulo 2.3 dessa dissertação, além das declarações de Plínio Salgado, diversas outras manifestações, especialmente sob a forma de *A Pedido* e assinadas por lideranças políticas ou diretórios do PRP, foram publicadas em defesa de Brizola quando do apoio de Luís Carlos Prestes à sua candidatura e serviram como uma possível “blindagem” contra propagandas anticomunistas. Outro fator importante, não relacionado diretamente ao PRP, mas sim ao anticomunismo, foi o posicionamento adotado pela Igreja no contexto eleitoral, acerca do qual trataremos também no subcapítulo 2.3 desta dissertação. Quando do repúdio de Brizola ao apoio comunista, Dom Vicente Scherer parabenizou Brizola publicamente. Além disso, diferentemente de 1954, a Igreja, especialmente na figura de Dom Vicente Scherer, adotou um discurso de neutralidade quanto a disputa pelo governo do

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*, 19/07/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰⁹ *Correio do Povo*, 02/10/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Estado, recomendando aos seus fiéis as candidaturas de ambos os candidatos. Tais fatos, como veremos no decorrer deste trabalho, foram amplamente explorados pelo PTB em sua propaganda política.

Contudo, seria apenas o número de votos obtidos pelo PRP em 1954, a força do partido na zona colonial, e o fator anticomunismo as únicas razões que levaram o PTB à busca de uma aliança com o PRP? Tendo como base a entrevista de Araújo (1984), uma terceira hipótese, não excludente às duas primeiras e já aventada na obra de Zanfeliz (1980), se apresenta. Tal hipótese aponta para uma tentativa de Leonel Brizola e do PTB de, ainda em campanha eleitoral, obterem uma maioria na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Apesar de ser isoladamente o partido majoritário do legislativo gaúcho, o PTB era minoria, devido à união das bancadas de partidos como o PSD, a UDN, o PL e o próprio PRP em torno do governo Meneghetti. A tabela abaixo nos mostra a composição da Assembleia entre os anos de 1955 e 1959:

Tabela 04 – Bancadas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1955-1959).

Partido	Nº de cadeiras
PTB	23
PSD	15
PL	07
PRP	04
UDN	03
PSP	02
PSB	01

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Resultados das eleições de 1954. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

Mas afinal, por quais motivos, de forma tão antecipada, Leonel Brizola e o PTB articulou-se iam no intuito obter essa maioria na Assembleia Legislativa? Segundo Araújo (1984), tendo em vista as relações estremecidas entre o Rio Grande do Sul e o governo federal, assim como entre JK e o próprio Brizola¹¹⁰, buscou-se antecipadamente o apoio de

¹¹⁰ Segundo Muller (1979, p.386), após a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, a industrialização intensiva foi o rumo tomado pelo governo. O Plano de Metas de JK, aderindo às aspirações da classe proprietária nacional, vinculada, variavelmente, aos grandes grupos econômicos internacionais, acelerou, no Centro-Sul do país, a implantação de blocos básicos de desenvolvimento industrial. Já no extremo sul, este processo converteu a industrialização em um problema central do desenvolvimento desta região. A partir de 1956, “acumulam-se os desequilíbrios estruturais, institucionais, setoriais e regionais, com o acelerado e constante aumento de preços”.

partidos como PRP (que fora da Frente Democrática era o partido com o maior número de cadeiras no legislativo gaúcho) e o PSP (acerca do qual falaremos no subcapítulo 2.2), visando a aprovação da reforma administrativa do Estado, que, uma vez aprovada, resultaria na criação de novas secretarias, no desdobramento de determinados serviços e, especialmente, na criação do plano de obras do Estado. Custeado por taxas específicas sobre as áreas de educação, transportes e energia elétrica, que resultariam em um montante superior ao próprio orçamento do Estado, este plano e seu orçamento próprio davam ao governador uma maior flexibilidade na movimentação de determinados serviços, o que não ocorria com orçamento “oficial” do Estado, funcionando assim como um orçamento paralelo, que permitiria ao chefe do Executivo gaúcho uma maior independência com relação ao governo federal.

Ainda em novembro de 1958, isto é, posteriormente à eleição, tal projeto foi levado à votação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Após forte oposição da Frente Democrática e intensos debates que duraram em torno de 72 horas, o projeto de lei apresentado pelas bancadas do PTB, PRP e PSP, que dispunha sobre um investimento de 35 bilhões de cruzeiros para o II Plano de Obras do Estado, foi aprovado por um placar de 29 votos a favor e 26 votos contra, isto é, com unanimidade das bancadas perrepista e pessepista¹¹¹.

Corroborando com esta hipótese aventada a partir do depoimento de Araújo, Zanfeliz, em seus estudos acerca do Governo de Brizola, destaca a importância da aprovação desta reforma administrativa. Segundo a autora (1980, p. 58-59), tal reforma foi crucial para o governo que se iniciava, tanto por conta do considerável montante que permitiu investimentos em áreas estratégicas como infraestrutura, educação e saúde, quanto pela possibilidade de criação de 12 novas Secretarias de Estado (Saúde, Administração, Segurança Pública, Economia, Transportes, Trabalho e Habitação, Energia e Comunicação), que vieram a atender os compromissos assumidos antes das eleições no que diz respeito à distribuição de cargos públicos, dentre os quais encontram-se as Secretarias entregues ao PRP (Secretaria de Obras e Secretaria da Agricultura) e ao PSP (Secretaria da Saúde). Para além disso, a autora aponta também para o benefício prévio da aliança com o PRP, sem o qual a aprovação desta reforma, antes mesmo do início da gestão de Brizola, não teria sido possível.

Sobre o PRP, verifica-se, assim como no caso do PTB, tomadas de decisão movidas por uma racionalidade contextual. Em resumo, é provável que as razões pela qual o partido

Estas questões, entre outras, estremeceram as relações entre o Estado e União, assim como o então prefeito de Porto Alegre e posteriormente governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e o presidente JK.

¹¹¹ *Diário de Notícias*, 16/11/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

aderiu a coligação com o PTB se debrucem não apenas no resultado das eleições para o governo do Estado em 1954, mas no histórico de tentativas de candidatura solo do partido no Rio Grande do Sul, incluindo também as candidaturas ao Senado. No que tange à disputa pelo Executivo estadual, as eleições de 1954, na qual Wolfram Metzler obteve 8,5% dos votos, demonstraram a inviabilidade do partido para tal, frente à crescente polarização entre o PTB e a Frente Democrática. Da mesma forma, tanto as eleições de 1954 quanto o pleito de 1947 confirmaram também a incapacidade do PRP de sozinho eleger um candidato ao Senado, vistos os 7,2% dos votos obtidos por Nestor Rodrigues em 1954 e os 7,8% obtidos por Felix Contreiras Rodrigues em 1947 (em contraste com 1950, quando, coligado ao PSD e a UDN, apesar de derrotado, Plínio Salgado obteve 34% dos votos).

Se, por um lado, tais pleitos confirmaram a certa insuficiência eleitoral do PRP, por outro, e especialmente as eleições de 1954, confirmaram a “fidelidade” do eleitorado perrepista, que se manteve a margem da polarização política, assim como o próprio partido, que saiu intacto das eleições deste ano e com poder de barganha com ambos os blocos para o pleito de 1958 (BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005; CORTÉS, 2007). Juntamente com o PSP, o PRP é, na história política gaúcha, compreendido por Zanzfeliz (1980, p. 36) como um “partido de leilão”. Indo ao encontro do que dizem estes autores, a sequência deste subcapítulo buscará destacar as negociações ocorridas entre o PRP, o PTB e a Frente Democrática, iniciadas ainda em 1956, centradas na tentativa de obtenção de apoio dos dois blocos a um possível candidato do PRP ao Senado, mas também em outros benefícios, como a presidência da Assembleia Legislativa, Secretarias de Estado, já citadas, e cargos no Governo Federal.

É impossível, como dito no início deste capítulo, apontar todas as motivações pelas quais o PTB lançou-se, já em 1956, na busca pelo apoio do PRP, bem como aquelas que fizeram os perrepistas optarem por apoiar os trabalhistas. Todavia, como exposto acima, é possível perceber nesta aliança, com maior ou menor intensidade, uma série de vantagens que podem ter sido consideradas por esses agentes políticos ao traçarem suas estratégias eleitorais para o pleito de 1958, a fim de obterem sucessos em suas respectivas disputas no interior do campo. Dito isto, outro questionamento se apresenta: que caminhos que conduziram a esta aliança? Quais as estratégias adotadas pelo PTB e pela Frente Democrática no intuito de atrair o PRP a marchar ao seu lado nestas eleições?

Por parte do PTB, é possível afirmar que as primeiras movimentações ocorreram em âmbito municipal, ainda no início de 1956. No início do mesmo ano o PRP, na figura do engenheiro Mario José Maestri, então presidente do Diretório Municipal do PRP, passou a

compor o secretariado de Leonel Brizola em Porto Alegre, sendo nomeado secretário de Águas e Saneamento. Em depoimento ao Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido da Representação Popular, o próprio Maestri afirma que a sua nomeação e o movimento de Brizola em direção do PRP, na época próximo ao grupo de partidos que compunham a Frente Democrática, tratou-se de uma estratégia do mesmo para a composição de uma aliança futura, visando já naquele momento os cerca de setenta mil votos que o partido detinha no Rio Grande do Sul¹¹². Abaixo, o registro de uma visita de Brizola à sede do Diretório Municipal do PRP de Porto Alegre, acompanhado de Guido Mondin, que como referido anteriormente viria a ser candidato ao Senado pela chapa PTB-PRP no pleito de 1958, e Mario Maestri, que compunha o secretariado de Brizola.

Figura 09 – Visita do prefeito Leonel Brizola à sede do PRP de Porto Alegre em 02/10/1956.

Constam na foto, da esquerda para direita, Guido Mondin, Arno Arnt, Mário Maestri, Leonel Brizola e Affonso Anschau.



Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Para além da esfera municipal, o ano de 1956 caracterizou-se, em âmbito estadual, conforme nos mostra Cardoso (2015, p. 19), pelo início de uma crescente e contínua disputa pelo apoio perrepista entre o PTB e a Frente Democrática. Neste aspecto, a votação para a Mesa da Assembleia Legislativa ocupou um espaço de destaque neste embate. Em meados do mês de abril os debates em torno do assunto passaram a ocupar boa parte do noticiário político de jornais gaúchos como o *Diário de Notícias*, *Jornal do Dia* e *Correio do Povo*. Em

¹¹² Depoimento de Mario José Maestri. DELFOS – PUCRS.

suas páginas, estampavam, entre outras coisas, possíveis negociações do PRP com o PTB e a Frente Democrática (que no caso desta última envolveriam um posto no governo estadual, os departamentos de saúde ou estatística), debates em torno da escolha de possíveis candidatos, e por fim a concretização da aliança entre PTB-PRP-PSP.

Chegado o momento da votação, o bloco PTB-PRP-PSP apresentou a candidatura de Osmar Grafulha, que enfrentou Manuel Braga Gastal, candidato da Frente Democrática. Apesar de juntas as bancadas do PTB, PRP e PSP contarem com 29 votos, contra 26 da Frente Democrática, Gastal derrotou Grafulha por 27 votos a 25, sendo 3 votos em branco. Conforme a análise realizada em coluna assinada por Wilson Muller, os 3 votos em branco saíram da bancada trabalhista, uma vez que os dois deputados do PSP e 3 dos 4 deputados do PRP (Onil Xavier votou em Gastal) identificaram seus votos. Ainda segundo a mesma análise, estes 3 votos saíram dentre os 11 nomes que se posicionaram contrários ao esquema proposto pelo PRP e pelo PSP, uma vez que eram favoráveis da candidatura de Temperani Pereira. Tal atitude acabou gerando a renúncia do líder da bancada do PTB, Wilson Vargas¹¹³.

Além da votação da Mesa da Assembleia, outro acontecimento relevante destacado por Cardoso (2015, p. 21), ocorrido em 1956, foi a XI Convenção Regional do PRP. De acordo com a autora, realizou-se na ocasião uma série de deliberações referentes ao pleito que se aproximava. Entre as propostas definidas em reunião privada (que contou apenas com as presenças dos chefes de delegação, membros dos diretórios regional e deputados do partido), enviadas e aprovadas segundo parecer da “Comissão Política”, estiveram aquelas que versavam acerca da independência partidária ou que não a feriam. Entretanto, Cardoso chama a atenção para o conjunto destas propostas, as quais considera conflitantes entre si, pois, para além da independência partidária, possibilitavam também uma possível busca por alianças. Ainda no que se refere à ambiguidade do posicionamento do PRP, a autora destaca que se, por um lado, o partido optou, naquele momento, pela independência partidária e pelo não entendimento com outros partidos, por outro lado a sessão final da mesma convenção contou com a presença de Rui Ramos, presidente do Diretório Regional do PTB, único representante de outro partido presente na reunião (apesar de, dias antes, em reunião do Diretório Regional, a maioria dos seus membros ter sido contrária a participação externa na plenária de encerramento).

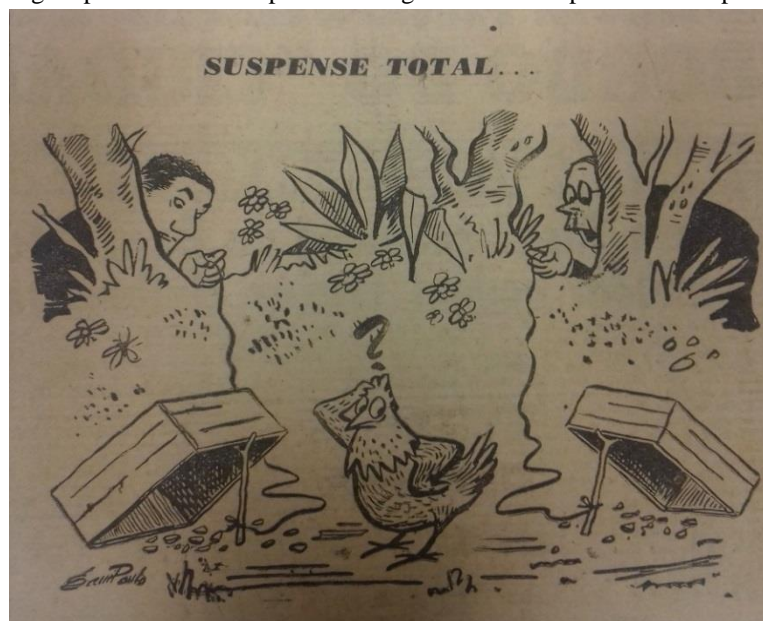
Sobre a escolha para a presidência da Assembleia, Cardoso (2015, p. 20) ressalta a diferença de postura do PRP na votação ocorrida nesse ano, uma vez que em 1954 e 1955 o

¹¹³ *Diário de Notícias*, 21/04/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

partido optou pela independência partidária. Se por um lado estes fatos indicam um esforço do PTB em prol de uma aproximação em âmbito estadual com o PRP, se submetendo a chancela do mesmo para a indicação de seu candidato à presidência do legislativo, apontam também, já em 1956, para certa suscetibilidade do PRP à composição de uma aliança futura. Associadas a isso, as questões relativas à XI Convenção do PRP e à participação do partido na administração da capital reforçam a ideia de certa predisposição do PRP – ou de parte dele – à formação de uma aliança para as eleições de 1958 (apesar do discurso público de independência partidária), de uma tendência de aproximação com o PTB e de uma preocupação dos trabalhistas no que diz respeito às alianças políticas para o pleito seguinte.

Amplamente mais movimentado que 1956, o ano de 1957 foi marcado, segundo Cardoso (2015, p. 20-24), por um posicionamento oscilante do PRP, votando ora com a Frente Democrática, ora com o PTB, assim como por uma série de barganhas com ambos, que demonstraram o quão conhecedor o partido era da sua força eleitoral e do quanto a mesma poderia impactar sobre o resultado das próximas eleições. Acenos que, de acordo com a autora, buscavam iludir as duas grandes forças políticas gaúchas e que foram constantes até o início da de 1958. A charge abaixo, assinada por SamPaulo e publicada no jornal *A Hora* sintetiza este período de disputa entre os dois blocos, que, de diferentes formas, buscaram valer-se de suas influências em nível municipal, estadual e federal para atrair o apoio perrepista. Nela, Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul, e Leonel Brizola, prefeito de Porto Alegre e cunhado do vice-presidente João Goulart, ambos escondidos, observam à distância as armadilhas postas para “capturar” o PRP, representado pela galinha, antigo símbolo integralista, que, indecisa, as observa.

Figura 10 – Charge representando a disputa entre o governo municipal e estadual pelo apoio do PRP.



Fonte: *A Hora*, 29/08/1957.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Seguindo as diretrizes estabelecidas na XI Convenção Regional, o partido iniciou o ano distanciando-se, ao menos publicamente, de qualquer acordo prévio com ambos. Em nota oficial do Diretório Regional, publicada no *Diário de Notícias*, o partido afirmou considerar prematura, lamentável e inconveniente as discussões acerca do processo sucessório no Rio Grande do Sul, em face dos problemas enfrentados pelo Estado. Além disso, reafirmou o posicionamento já esboçado quando da Convenção Regional, de que a questão sucessória seria apreciada posteriormente, também em convenção, e de que todos os diretórios municipais estavam orientados a não se envolverem neste tipo de manifestação¹¹⁴.

Todavia, apesar deste posicionamento do PRP, diversas foram as notícias e especulações que surgiram na imprensa no decorrer de 1957 acerca de possíveis negociações, visando o pleito de 1958, entre os perrepistas e os dois grandes grupos políticos do Rio Grande do Sul. Ao final do mês de agosto, por exemplo, os jornais *Correio do Povo*¹¹⁵ e *Diário de Notícias*¹¹⁶, noticiaram uma primeira aproximação formal do PTB com relação ao PRP, representados nas figuras de João Caruso e Wolfram Metzler, que, em reunião, discutiram os primeiros pontos de uma possível aliança, que segundo o periódico estaria condicionada à vaga para senatoria ao PRP, além do apoio do PTB de Santa Catarina a Plínio Salgado, também candidato ao Senado. Entretanto, notícias relativas a uma possível aliança

¹¹⁴ *Diário de Notícias*, 13/01/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹¹⁵ *Correio do Povo*, 25/08/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹¹⁶ *Diário de Notícias*, 25/08/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

entre PRP e Frente Democrática também foram pauta da imprensa. Um exemplo encontra-se na edição do dia 07/09/1957 do *Correio do Povo*, na qual o periódico, dias depois de informar acerca das primeiras tratativas do PRP com o PTB, noticiou também uma primeira aproximação da Frente Democrática com os perrepistas, em reunião ocorrida entre Décio Martins Costa, presidente do PL, e Wolfram Metzler¹¹⁷.

Tantas quantas as especulações referentes ao apoio do PRP foram as manifestações dúbias de suas principais lideranças acerca do tema, que se posicionaram por vezes favoráveis a Frente Democrática, por vezes ao PTB, deixando o caminho aberto para uma futura coligação com ambos os blocos. O já citado Wolfram Metzler, presidente do Diretório Regional do PRP, por exemplo, foi uma dessas lideranças. Em entrevista ao *Correio do Povo*, publicada em edição de 25/08/1957, Metzler admitiu a possibilidade de um acordo com o PTB e também ter aberto negociações com os trabalhistas, representados pelo presidente do diretório Regional, João Caruso, ressaltando, entretanto, que as primeiras discussões permaneceram no campo dos problemas enfrentados pelo Rio Grande do Sul e que, portanto, nenhum compromisso havia ainda sido firmado¹¹⁸. Contudo, dias depois, em entrevista concedida ao mesmo periódico e publicada em sua edição de 07/09/1957, Metzler assumiu ter conversações em andamento também com a Frente Democrática, representada por Décio Martins Costa, com quem já havia se reunido, não negando a possibilidade de um acordo com a coligação, porém adiando a decisão para a convenção regional a ser realizada¹¹⁹.

Descartando qualquer acordo prévio com o PTB e a Frente Democrática e posicionando-se ora favorável a um, ora favorável a outro, o PRP passou, como referido anteriormente por Cardoso (2015), a barganhar com ambos os blocos. Novamente, a eleição para a Mesa da Assembleia aparece como um dos eventos chave no desenrolar desse processo. Nesta ocasião, de forma antecipada, ainda no mês de março, os principais periódicos do Estado, *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, em seus noticiários políticos, passaram a informar acerca das primeiras negociações entre partidos e nomes de possíveis candidatos, destacando principalmente a possibilidade de candidatura de um dos deputados do PRP, Arno Arnt e Alberto Hoffmann.

Já no mês de abril, tanto as negociações quanto as repercussões das mesmas nos periódicos gaúchos se intensificaram. Em seus noticiários políticos, os dois periódicos acima citados, juntamente com o *Jornal do Dia*, destacaram principalmente as tratativas entre a

¹¹⁷ *Correio do Povo*, 07/09/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹¹⁸ *Correio do Povo*, 25/08/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹¹⁹ *Correio do Povo*, 07/09/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Frente Democrática e o PRP, chamando a atenção inicialmente para uma suposta oferta da Secretaria de Saúde do Estado (ainda a ser criada) aos perrepistas, em troca de seu apoio ao candidato do bloco, e posteriormente da Frente Democrática a Alberto Hoffmann, deputado do PRP, que veio a ser selado alguns dias antes da eleição. Em 20/04/1957, ocorreu a votação para a presidência da Assembleia, vencida por Hoffmann sobre o candidato trabalhista Teobaldo Neumann, por um placar de 30 votos contra 23¹²⁰. Após a votação, o PRP, na figura de seu presidente estadual, Wolfram Metzler, fez questão de salientar que a eleição de Hoffmann não implicava em qualquer compromisso, visando as eleições ao governo do Estado de 1958, entre o PRP e os partidos da Frente Democrática, ratificando o posicionamento anteriormente adotado¹²¹. Diferentemente de 1956, cabe ressaltar a inexistência de evidências, ao menos na imprensa, que comprovem qualquer possibilidade de acordo entre o PRP e o PTB nesta ocasião, bem como qualquer esforço por parte PTB (tal qual abrir mão de sua candidatura, como fez a Frente Democrática) para a concretização do mesmo.

Já aventada ser entregue ao PRP durante as negociações para a eleição da Mesa da Assembleia, a Secretaria de Saúde do Estado configurou-se durante os anos de 1957 e 1958 como um meio através do qual a Frente Democrática, através do governo de Ildo Meneghetti, buscou atrair o apoio do PRP para o pleito que se aproximava. Tal tema foi amplamente explorado pelos jornais da capital. Em edição de 18/05/1957, por exemplo, o *Diário de Notícias* informou as primeiras discussões, envolvendo o governador e seu secretariado, acerca da criação desta secretaria e do possível oferecimento da mesma ao PRP, na figura de Wolfram Metzler¹²². Dias depois, o mesmo periódico informou acerca do posicionamento contrário do PTB à criação da mesma, manifesto pelo líder da bancada, Wilson Vargas, que disse considerar tal criação um ato político e não visando o bem público¹²³. Apesar dos vários esforços, este movimento acabou não tendo um desfecho positivo em favor da Frente Democrática, o que, no entanto, não impediu que a mesma utilizasse, no decorrer de 1957, da possibilidade de criação desta secretaria enquanto instrumento de barganha para a consolidação de uma aliança. Contudo, após inúmeros debates na Assembleia Legislativa, marcados pela forte oposição do PTB, que se estenderam até o final de 1958 e foram noticiados de forma extensiva pela imprensa, o projeto foi aprovado apenas em meados de novembro, isto é, posteriormente à consolidação da aliança PTB-PRP-PSP e à vitória de

¹²⁰ *Diário de Notícias*, 21/04/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹²¹ *Correio do Povo*, 21/04/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹²² *Diário de Notícias*, 18/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹²³ *Diário de Notícias*, 22/05/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Leonel Brizola no pleito. Cabe destacar neste caso o posicionamento favorável das bancadas do PTB, inicialmente contrário à criação da mesma, PRP e PSP (a quem, como já referido, a Secretaria recém-criada foi entregue por Brizola no início de 1959) ao projeto, bem como a contrariedade da Frente Democrática, idealizadora do mesmo.

Se a Frente Democrática buscou se fazer valer de sua força no âmbito estadual, oferecendo ao PRP a possibilidade de presidir a Assembleia Legislativa e aventando entregar ao mesmo a futura Secretaria de Saúde do Estado, o PTB buscou utilizar de sua influência na esfera nacional, especialmente a partir do vice-presidente João Goulart, para tentar atrair o PRP às suas fileiras nas eleições de 1958. Conforme explica Zanfeliz (1980, p. 31), Jango, diferentemente do presidente Juscelino Kubitschek, que adotou uma postura de neutralidade, atuou, em diversos Estados, de maneira direta para a formação de coligações partidárias visando o pleito de 1958. Neste sentido, o convite a Wolfram Metzler, presidente do diretório regional do PRP, para dirigir o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) parece ter desempenhado um papel decisivo nos rumos das negociações no Rio Grande do Sul.

Ao final do mês de setembro, a imprensa já repercutia o convite a Metzler para dirigir a INIC, bem como a sua possível relação com o contexto político-eleitoral do Rio Grande do Sul. Em edição do dia 02/10/1957, o *Diário de Notícias* informou acerca da provável ligação desta nomeação a um acordo, costurado em nível nacional entre as duas maiores lideranças dos partidos, João Goulart e Plínio Salgado, visando o apoio do PRP ao PTB na eleição ao governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1958¹²⁴. Já o *Correio do Povo*, em edição de 04/10/1957, aventou (bem como outros periódicos o fizeram anteriormente), para além da nomeação para a INIC, também o apoio do PTB a um candidato perrepista ao Senado como contrapartida ao apoio PRP ao candidato trabalhista para o governo do Estado¹²⁵. Em meio a tais especulações, Metzler, em entrevista ao *Diário de Notícias* publicada em 09/10/1957, assim como em outros momentos, tratou de negar qualquer aspecto eleitoral de sua nomeação, apesar de, entretanto, afirmar que a sua indicação partiu do vice-presidente da República e presidente do Diretório Nacional do PTB, João Goulart¹²⁶.

Esta influência do contexto político-eleitoral gaúcho, aventada pela imprensa, assim como a influência de Brizola nesta indicação, fica evidenciada também no já citado depoimento de Mário José Maestri. Nele, Maestri relata uma conversa com Brizola, na qual o então prefeito de Porto Alegre o questionou acerca do que fazer para que Metzler “virasse”

¹²⁴ *Diário de Notícias*, 02/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹²⁵ *Correio do Povo*, 04/10/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹²⁶ *Diário de Notícias*, 09/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

para o lado trabalhista, referindo-se ao apoio do PRP no contexto de polarização política que se apresentava no Rio Grande do Sul. Segundo Maestri, sua resposta foi que o desejo de Metzler era ser diretor do INIC¹²⁷. Dias antes de sua indicação, conforme noticiou o *Diário de Notícias*, os mesmos Brizola e Metzler, acompanhados de João Caruso Scuderi, reuniram-se a fim de, entre outras coisas, discutirem pontos da plataforma de governo apresentada por Metzler no pleito anterior, com o qual Brizola haveria concordado em todos os pontos¹²⁸. Indo ao encontro destas especulações realizadas pela imprensa e também do depoimento de Maestri, Luis Compagnoni, deputado federal pelo PRP, relatou, em discurso na Câmara, a participação de Brizola, juntamente com Jango, na indicação de Metzler ao presidente JK (CARDOSO, 2015, p. 34).

Concomitantemente a indicação de Metzler, ocorreu a Pré-Convenção do PRP, em outubro de 1957, na qual se debateram questões relativas ao pleito de 1958. Nela, decidiu-se, entre outras coisas, que caberia a Plínio Salgado e ao Diretório Nacional a decisão final acerca do apoio do PRP nesta eleição, uma vez que a mesma não poderia ser dissociada do esquema político de âmbito nacional. Reafirmaram-se também as posições anteriormente adotadas, de que a decisão final acerca do apoio perrepista apenas seria anunciada na XII Convenção Regional e de que o apoio a nenhum dos blocos estava vetado, além de uma série de condições para a formação de uma futura coligação, enviadas por carta a João Caruso e Décio Martins Costa (CARDOSO, 2015, p. 35).

Apesar do posicionamento de neutralidade sustentado pelo partido, é interessante destacar uma entrevista concedida por Metzler ao *A Hora* e reproduzida pelo *Diário de Notícias* ao final da Pré-Convenção, na qual o ex-presidente do Diretório Regional do PRP e agora diretor da INIC afirmou: “a tendência do diretório é favorável ao Partido Trabalhista Brasileiro. Esse é o pensamento de uma expressiva maioria dos nossos companheiros. [...] Somente um fato novo poderá levar o partido a reexaminar o assunto e reformar essa decisão”¹²⁹. Uma declaração que, por um lado, pode demonstrar o peso da indicação do mesmo à INIC em favor do PTB, mas também, por outro, como busca demonstrar Cardoso (2015, p. 36-37), expor uma divisão interna no PRP quanto ao assunto, visto o posicionamento oficial do partido (de cautela em relação a qualquer manifestação de apoio anterior a Convenção de janeiro de 1958) e de outras lideranças perrepistas, como Alberto Hoffman e o próprio Metzler, que tendiam a Frente Democrática e ao PTB, respectivamente.

¹²⁷ Depoimento de Mario José Maestri. DELFOS – PUCRS.

¹²⁸ *Diário de Notícias*, 27/09/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹²⁹ *Diário de Notícias*, 13/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Poucos dias após a sua nomeação e a referida Pré-Convenção, contudo, Wolfram Metzler faleceu. Mesmo com isso, o acordo entre o governo federal e o PRP manteve-se, sendo permitido a Plínio Salgado indicar o substituto de Metzler, que veio a ser o também gaúcho Walter Cechela (CARDOSO, 2015, p. 34). A manutenção desse acordo e do direito de escolha do novo comandante do INIC a Plínio Salgado, bem como a decisão em Pré-Convenção de que caberia também a Plínio a palavra final acerca do apoio perrequista no Rio Grande do Sul denota o controle centralizado e a ausência de democracia presente no PRP, já abordada por Gilberto Grassi Calil (2005). Conforme explica este autor (2005, p. 341-343), o partido constituiu uma estrutura interna autoritária, na qual Plínio Salgado detinha o controle absoluto. Além disso, o autor afirma que o Diretório Nacional impunha periodicamente aos diretórios estaduais e municipais silêncio em relação as políticas de aliança a serem adotadas em pleitos futuros e mantinha seus parlamentares sob um rígido controle, exigindo homogeneidade, o que explica em partes algumas declarações dadas ao longo de 1956 e 1957, de neutralidade do partido com relação aos dois blocos. O fato é que, apesar de muitos de seus membros provavelmente possuírem interesses específicos sobre possíveis alianças e terem negociado inúmeros benefícios tanto com o PTB quando com a Frente Democrática, caberia a Plínio a palavra final sobre o tema.

Nos dias que se seguiram, ocorreu também a Convenção Regional do PTB, que escolheu Leonel Brizola como candidato ao governo do Estado. Cabe destacar, neste sentido, a fala de abertura da Convenção, realizada por João Caruso Scuderi, vice-presidente do diretório regional, na qual explicou a não escolha de um candidato ao Senado e à suplência naquela ocasião. Conforme Caruso, o não posicionamento do partido no que tange a essas vagas se dava em decorrência das conversações em andamento com o PRP e do possível apoio do partido ao PTB, que viria seguido de uma compensação eleitoral, neste caso a vaga ao Senado, confirmando não apenas conversações avançadas com o PRP, como também alguns boatos referentes à senatoria, aventados pela imprensa no decorrer do ano de 1957 e citados anteriormente¹³⁰.

Correspondências oriundas do acervo particular de João Neves da Fontoura, importante figura do PSD gaúcho e nacional, apontam também para uma inclinação do PRP, já nesse momento, ao PTB. Em carta enviada a João Dêntice, datada de 11/10/1958, isto é, logo após a nomeação de Metzler, João Neves da Fontoura relata uma conversa com os senadores Daniel Krieger e Mem de Sá, na qual ambos lhe acreditaram numa aliança entre PTB e

¹³⁰ Ata da primeira sessão da Convenção Regional do PTB/RS – Tribunal Regional Eleitoral – TRE-RS.

PRP. Além disso, disse considerar a nomeação de Metzler por parte de JK um movimento que poderia beneficiar ao PSD. Contudo, em outra correspondência a Dêntice, datada de 29/11/1958, João Neves mostra-se muito mais pessimista quanto ao tema. Nela, trata da nomeação de Metzler com parte de um possível acordo entre PTB e PRP. Além disso, relata também um encontro entre ele, Plínio e Compagnoni, no qual ambos fizeram inúmeros elogias a Jango, o que o fez compreender que ambos estavam “feitos” (o que nos permite inferir que ambos já estavam acordados com o PTB).¹³¹

As questões envolvendo a indicação de um candidato do PRP ao Senado ocuparam boa parte dos noticiários políticos no restante de 1957, juntamente com as repetidas declarações de algumas lideranças perrepistas que negavam qualquer acordo prévio com um dos blocos. Em edição de 29/10/1957, por exemplo, o *Diário de Notícias* noticiou ser essa a condição chave para um possível acordo tanto com o PTB quanto com a Frente Democrática. Além disso, frente ao recente falecimento de Metzler, possível indicação do PRP para concorrer ao cargo, informou acerca do surgimento de dois novos postulantes perrepistas a senatoria: Guido Mondin, vice-prefeito de Caxias do Sul e favorito na disputa, e Alberto Hoffmann, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa¹³². Já ao início do mês de dezembro, o *Correio do Povo* reproduziu uma entrevista concedida por Brizola quando sua chegada ao Rio de Janeiro naquela semana, na qual o então prefeito de Porto Alegre e candidato trabalhista ao governo estadual mostrou-se confiante quanto à concretização de um acordo com os perrepistas, lembrando acerca da participação do partido em sua administração na capital gaúcha, representado por Mario Maestri (indicação esta que salientou não ter relação com o âmbito estadual ou significar qualquer compromisso político), e da possibilidade de apoio a um candidato do PRP ao Senado (frente à deliberação realizada pela convenção realizada há algumas semanas)¹³³.

Iniciado o ano de 1958 e aproximando-se a data da XII Convenção Regional do PRP, os debates em torno do apoio perrepista para a disputa ao governo estadual voltaram à tona: quem seria o escolhido? O PTB ou a Frente Democrática? A charge abaixo, assinada por SamPaulo e publicada no *A Hora* dias antes da referida Convenção, dá o tom da apreensão que cercava o assunto no início de janeiro daquele ano, bem como de uma suposta indecisão por parte dos integralistas. De um lado, o jovem prefeito trabalhista, Leonel de Moura Brizola; de outro, Walter Perachi Barcelos, uma das lideranças do PSD no Rio Grande do Sul

¹³¹ Acervo João Neves da Fontoura – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.

¹³² *Diário de Notícias*, 29/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹³³ *Correio do Povo*, 05/12/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

e agora oficialmente candidato da Frente Democrática; ao centro, novamente a galinha verde, antigo símbolo integralista, sobre qual a dúvida pairava.

Figura 11 – Charge representando o empasse do PRP acerca do apoio para a disputa do governo estadual.



Fonte: *A Hora*, 11/01/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Poucos dias antes da XII Convenção Regional do PRP, o último movimento visando a formação de uma aliança com ambos os blocos ocorreu por parte do PRP. Em edição de 10/01/1958, o *Diário de Notícias*, em nota, deu conta do envio de cartas ao PTB e a Frente Democrática, assinadas pelo presidente do Diretório Regional, Juracy Machado, na qual o PRP manifestou, definitivamente, seu ponto de vista sobre o pleito, apresentando a ambos os partidos uma série de reivindicações de ordem programática e eleitoral, incluindo o apoio integral dos partidos ao candidato do PRP ao Senado. Como única diferença entre as cartas, o periódico destacou, no caso da Frente Democrática, o não ingresso do PRP em uma possível coligação. Nesta mesma edição, o jornal também confirmou, a partir de entrevista com Juracy Machado, uma reunião ocorrida no dia anterior entre parte cúpula trabalhista e perrepista, que contou com a presença do candidato Leonel Brizola e do vice-presidente João Goulart, onde se tratou de questões envolvendo o problema sucessório.¹³⁴

Nos dias posteriores, o mesmo jornal divulgou as respostas de ambos os blocos à correspondência enviada pelo PRP. No que se refere a Frente Democrática, o periódico

¹³⁴ *Diário de Notícias*, 10/01/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

informou um “aceite parcial” das condições impostas pelos perrepistas, atentando para um exame posterior de determinadas questões programáticas apresentadas pelo PRP¹³⁵. No que tange ao PTB, o *Diário de Notícias* destacou o aceite de todas as requisições do PRP, destacando alguns trechos da carta trabalhista na qual o partido, na figura do presidente do Diretório Regional, confirmou entendimentos prévios no âmbito estadual e nacional, envolvendo Metzler e Plínio Salgado, que incluíam o apoio ao candidato perrepista ao Senado e as áreas eleitorais livres.¹³⁶

Ocorrida nos dias 12 e 13/01/1958 a XII Convenção Regional do PRP, decidiu-se, em votação secreta, pelo apoio ao PTB, por um placar de 94 votos a favor e 14 contra¹³⁷. No caso do candidato ao Senado, definiu-se o nome de Guido Mondin, tendo como suplente Geraldo Guimarães Lindgren¹³⁸. Vinculado ao PRP desde o início de sua trajetória política, Mondin havia até aquele momento atuado como deputado estadual (1951-1955), deputado federal (1956) e vice-prefeito de Caxias do Sul (1957-1958). Porém, antes de iniciar as suas atividades como parlamentar, teve significativa atuação classista no Sindicato dos Comerciários, um ponto importante em sua biografia para pensar sua escolha enquanto candidato na chapa PTB-PRP¹³⁹. Sobre a decisão de aliança com o PTB, a ata da 1ª da XII Convenção Regional do PRP nos traz alguns aspectos importantes, dentre as quais destacamos uma fala do presidente do Diretório Regional, Juracy de Assis Machado, na qual justifica a escolha pelos trabalhistas no Rio Grande do Sul com base em posicionamentos adotados pela UDN e pelo PSD em âmbito nacional, bem como no alinhamento entre PTB e PRP nacionalmente¹⁴⁰, o que novamente evidencia a influência de Plínio Salgado e do Diretório Nacional sobre esta decisão, apontada anteriormente ao longo desse texto (CARDOSO, 2015, p. 41).

Manifestando-se acerca da decisão do PRP, João Goulart, em entrevista ao *Diário de Notícias*, mostrou-se otimista, mas limitando-se apenas a afirmar que o apoio do PRP serviria de estímulo ao PTB na caminhada eleitoral. Já a Frente Democrática, derrotada nesta disputa, disse acreditar na vitória de seu candidato mesmo sem o apoio do PRP, e que a busca pela

¹³⁵ *Diário de Notícias*, 11/01/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹³⁶ *Diário de Notícias*, 12/01/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹³⁷ *Correio do Povo*, 12/04/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹³⁸ *Correio do Povo*, 13/04/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹³⁹ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 27/11/2019.

¹⁴⁰ Ata da 1ª sessão da XII Convenção Regional do PRP - Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

aliança com os perrepistas se deu apenas por uma margem de segurança, a fim de se obter uma vitória mais ampla¹⁴¹.

No *A Hora*, a vitória trabalhista repercutiu novamente sob a forma de charge, assinada por SamPaulo. Nela, o candidato do PTB, Leonel Brizola, delicia-se com uma galinha verde, representando o PRP, enquanto o candidato derrotado, Walter Peracchi Barcelos, chupa os dedos ao observar o candidato trabalhista.

Figura 12 – Charge representando a vitória obtida por Brizola sobre a Frente Democrática no que se refere ao apoio do PRP.



A Hora, 13/01/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Para além da imprensa, a concretização desta aliança teve seus reflexos no meio partidário, tanto no interior do PRP, quanto no seio do PTB e da Frente Democrática. Como foi possível verificar até aqui, o apoio a nenhuma das partes foi unanimidade no PRP durante todo esse processo. Especialmente através da imprensa, por meio de *A Pedido*, conforme nos mostra Cardoso (2015, p. 43-47), inúmeros políticos e grupos perrepistas passaram a criticar a decisão tomada por Plínio e pelas demais lideranças partidárias, acusando-os de terem “vendido sua alma” em prol de interesses particulares e fazendo referência a uma possível proximidade do PTB com os comunistas. Além disso, o acordo entre os dois partidos gerou uma série de dissidências entre os perrepistas. Já fora do PRP, segundo a autora, estas críticas também mantiveram-se durante todo o período eleitoral, sendo publicadas com frequência na

¹⁴¹ *Diário de Notícias*, 14/01/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

imprensa sob a forma de entrevistas ou *A Pedidos*. Britto Velho, candidato da Frente Democrática, por exemplo, afirmou tratar-se não de uma aliança entre partidos, mas de apetites. Por sua vez, um grupo ligado ao PTB, denominado “velhos trabalhistas fiéis aos ideais de Getúlio Vargas” emitiram um *A Pedido* repudiando tal acordo e acusando Plínio Salgado de “traidor da pátria”. Em decorrência disso, como veremos na sequência deste trabalho, uma das principais preocupações de Brizola em sua campanha eleitoral foi a defesa dessa coligação.

Essas tensões acima relatadas vão ao encontro ao que nos explica Bourdieu (2002, p. 184) acerca da dinâmica interna dos partidos políticos. Segundo o autor, no intuito de alargar as bases e atrair o eleitorado de outras organizações partidárias, como ocorre no caso das alianças eleitorais, muito partidos acabam abrindo mão de sua pureza, o que por sua vez gera no interior dessas agremiações um embate entre aqueles que defendem medidas pragmáticas que permitam esse alargamento das bases e aqueles que denunciam o abandono da originalidade, das tomadas de posições distintivas e que pregam pelo retorno às raízes e a pureza original. No caso da aliança entre PTB e PRP, se por um lado foi possível observar inúmeros agentes políticos que desde muito cedo entenderam essa aliança como primordial para o alcance dos interesses de ambos, que trabalharam em prol da sua concretização e que posteriormente buscaram defendê-la, por outro lado é possível verificar também diversos outros agentes políticos, oriundos das duas agremiações, que durante e após a concretização dessa coligação posicionaram-se contra e denunciaram os compromissos firmados, caracterizando tal aliança como um ultraje ao “verdadeiro getulismo” ou ao “integralismo genuíno”, ou ainda simplesmente como infundada, que almejava o poder pelo poder.

Como demonstrado ao longo deste subcapítulo, ainda no princípio de 1956 o PRP passou a ser visto não apenas pelo PTB e pela Frente Democrática, mas também pela imprensa, como o “fiel da balança”, como um elemento imprescindível tanto à transformação quanto à manutenção da relação de forças que conferia ao campo político a sua estrutura, e por isso um aliado em potencial para a disputa governamental de 1958. Seja na esfera municipal, estadual e federal, os agentes políticos em questão PTB e Frente Democrática, buscaram valer-se de sua força política para barganhar com o PRP. No caso do PTB, tanto as influências do partido no âmbito municipal, com o então prefeito de Porto Alegre e pretendo candidato ao governo do Estado, Leonel Brizola, quanto no âmbito federal, com o vice-presidente da República, João Goulart, foram decisivas para a concretização do acordo entre os dois partidos, costurado no decorrer de dois anos. O PRP, por sua vez, usando de um discurso de independência partidária, adiou ao máximo a decisão sobre a sucessão

governamental, podendo usufruir benefícios oferecidos por ambos (tais como a presidência da Assembleia Legislativa e da INIC), optando ao final pelo PTB (mediante a concessão de outro benefício, a vaga de candidato ao Senado pela coligação), com o qual, apesar do discurso de independência partidária e de conversações abertas com a Frente Democrática, manteve uma maior tendência de aproximação entre os anos de 1956 e 1958.

Por sua vez, as hipóteses levantadas acerca das razões que levaram o PTB e o PRP a coligarem-se dialogam com alguns dos pressupostos do campo político já apontados por Pierre Bourdieu. Segundo esse autor (2002, p. 174), os partidos políticos, agentes por excelência da luta simbólica que se trava no interior do campo, orientam-se pela conquista do poder, que é a da mobilização do maior número. Frente à polarização política na disputa pelo governo estadual e a incapacidade de sozinho eleger um candidato ao Senado, o PRP buscou valer-se da força eleitoral do PTB, oferecendo em troca da possibilidade concorrer à senatoria o seu apoio na disputa ao Executivo. Além disso, este acordo possibilitou ao partido a ocupação de outros espaços de poder durante a gestão de Brizola, como as secretarias de obras públicas e agricultura. Já o PTB, frente ao equilíbrio de forças com a Frente Democrática no âmbito estadual e com base em um cálculo previamente realizado, buscou a captação dos cerca de setenta mil votos dos quais o PRP era detentor na região de colonização, localidade onde historicamente o PTB possuía baixo rendimento eleitoral.

Também de acordo com Bourdieu (2002, p. 171-178), toda tomada de posição no interior campo é um ato que, como já referido, só ganha sentido relacionalmente, uma vez que está diretamente ligada às tomadas de posição propostas pelos agentes políticos concorrentes. Este pressuposto, no caso analisado, pode ser tomado também para a compreensão da previsão de uma possível tomada de posição. Concomitantemente à penetração na região colonial e uma transferência de votos do PRP, esta coligação foi vislumbrada pelos trabalhistas como forma de blindagem à possíveis propagandas anticomunistas, das quais, por exemplo, o partido havia sido alvo no pleito anterior. Neste caso, o capital simbólico do PRP e de seu líder, Plínio Salgado, de luta contra o comunismo, tornou-se um escudo contra os ataques da oposição, e também uma arma na luta pelos votos do eleitorado das zonas coloniais e também indecisos.

Por fim, afora o contexto eleitoral e em busca de governança a partir da aprovação da reforma administrativa do Estado, Brizola e o PTB almejaram através de uma aproximação com o PRP a predominância na Assembleia Legislativa, compondo uma maioria também com o PSP, acerca do qual trataremos a seguir.

2.2 A ALIANÇA COM O PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

Bem como no caso do PRP, é inviável apontar todas as motivações pelas quais o PTB buscou o apoio do PSP para o pleito de 1958, bem como as razões que fizeram os pessepistas optarem por apoiar a candidatura de Leonel Brizola. Entretanto, como no caso anterior, buscase no decorrer deste subcapítulo apontar algumas vantagens que esta coligação poderia ter oferecido aos agentes políticos envolvidos, como os caminhos que conduziram a concretização desta aliança.

Diferentemente do caso perrepista, não existem, entre as fontes mapeadas, sejam elas oriundas de acervos particulares ou imprensa, evidências que apontem para um cálculo eleitoral prévio que tenha levado o PTB à busca pelo apoio do PSP. No que tange ao pleito de 1954, é provável que o resultado obtido pelo PSP nestas eleições, quando José Diogo Brochado da Rocha angariou aproximadamente 1% dos votos, pouco tenha influenciado sobre a decisão do PTB de coligar-se com o mesmo. Neste caso, a primeira hipótese para esta aproximação do PTB para com o PSP repousa sobre outra eleição, para a presidência da República, em 1955. Nesta ocasião, apesar de derrotado, Adhemar de Barros – figura chave para a construção da aliança entre os dois partidos em 1958 – obteve um percentual considerável dos votos no Rio Grande do Sul, como nos mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 07 – Votação para presidente em 1955 no Rio Grande do Sul (%).

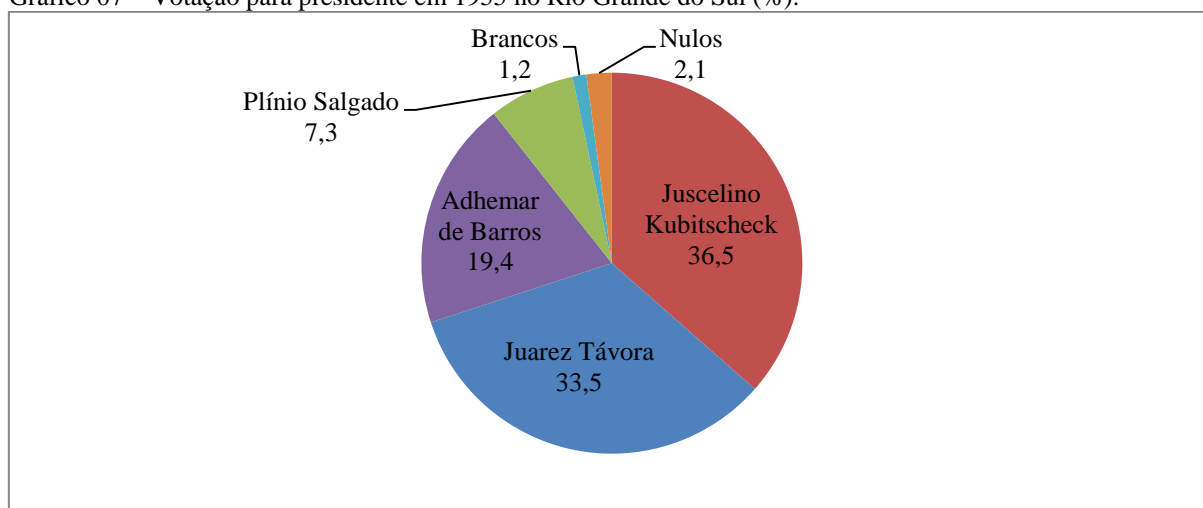


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL, TRINDADE, 1995).

Para além do total de votos angariados, que expressa, em tese, a força eleitoral de Adhemar de Barros no Rio Grande do Sul, cabe atentar também para o alto percentual de

votos obtidos pelo líder do PSP em grandes centros urbanos do Estado, localidades onde tradicionalmente o PTB era hegemônico. O gráfico abaixo ilustra esses resultados:

Gráfico 08 – Votação para presidente por cidade em 1955 (%).

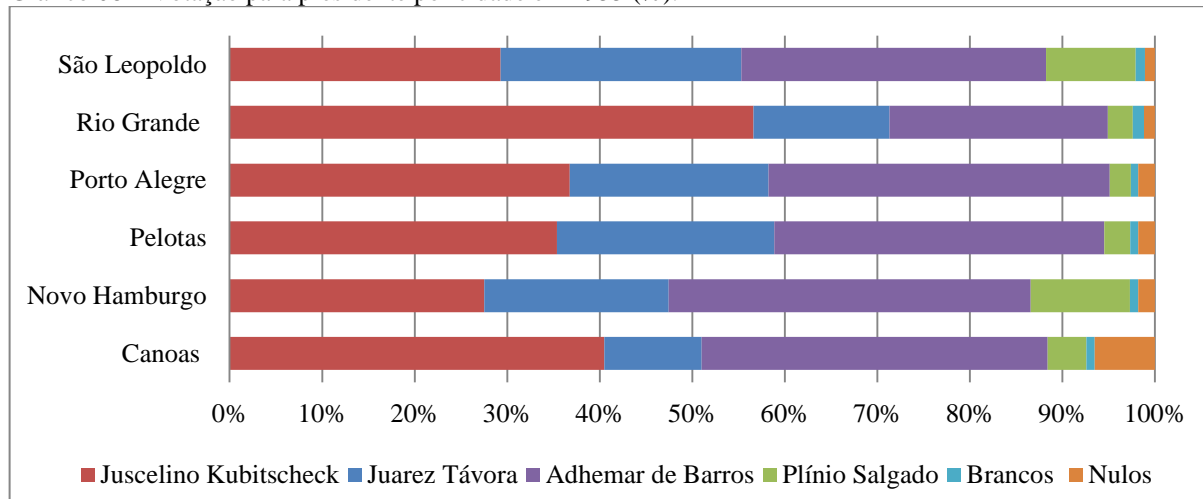


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL, TRINDADE, 1995).

Como é possível verificar no gráfico acima, a votação obtida por Adhemar de Barros na maioria destas cidades equiparou-se a de Juscelino Kubitschek, candidato da coligação PSD-PTB, tendo, inclusive, superado-a em alguns casos. Com base nestes dados eleitorais, é possível aventar que, para além de apenas contar com os votos de um eleitorado adhemarista, a busca de uma aliança com o PSP tenha possivelmente se dado no intuito de não dividir os votos destes grandes centros urbanos com os pessepistas em caso de uma candidatura própria do PSP ou do apoio do mesmo à outra coligação. Bem como no caso do PRP, esta hipótese alinha-se à já citada tese de uma racionalização das organizações partidárias no que diz respeito a alianças e coligações durante o período da experiência democrática (SOARES, 1964; SOUZA, 1976; LIMA JUNIOR, 1983). Uma racionalidade contextual que, como citado anteriormente por Lima Junior (1983, p. 77), não apenas objetivava maximizar o apoio eleitoral, mas também se orientava pelos resultados eleitorais prévios, ou seja, pela força local relativa de um partido demonstrada no último pleito, neste caso os quase 1/5 dos votos totais obtidos por Adhemar de Barros. Além disso, esta hipótese dialoga com a tese de Souza (1976, p. 155), de que os partidos chamados populistas – que possuíam como suporte social os trabalhadores urbanos –, por si só, não poderiam almejar uma vitória eleitoral, mesmo porque competiam entre si. Neste caso, associada a uma tentativa de penetração nas zonas coloniais a partir da aliança com o PRP, a não divisão do eleitorado dos grandes centros urbanos foi uma

das prováveis estratégias adotadas pelo PTB para maximizar seus resultados no pleito de 1958. Desta forma, à luz de Bourdieu, assim como o PRP, pode-se afirmar que o PSP foi percebido, do ponto de vista eleitoral, como outro importante elemento para a transformação das relações de força que naquele momento estruturavam o campo, ou seja, o domínio da Frente Democrática.

Porém, para além das questões propriamente eleitorais, outra hipótese para a busca de uma aproximação com o PSP, já apontada a partir do depoimento de Clay Hardman de Araújo (1980) e detalhada no item 2.1, diz respeito a uma tentativa dos trabalhistas de, ainda em campanha eleitoral, obter uma maioria na Assembleia Legislativa a fim de, entre outras coisas, aprovar a reforma administrativa do Estado, que permitiria ao futuro governador uma maior governabilidade e independência orçamentária em relação ao governo federal. Detentor de duas cadeiras no legislativo estadual, o PSP pode ser considerado, nesse processo, uma peça chave para as pretensões trabalhistas, uma vez que apenas com o apoio do PRP a formação da almejada maioria na Assembleia não seria possível (caso o PSP apoiasse a Frente Democrática, ambos os blocos contariam com 27, sobrando o voto do PSB, detentor de 1 cadeira). Assim como referido anteriormente, a aprovação desta reforma administrativa, ainda em 1958, foi amplamente favorável ao PSP, que se beneficiou da criação da Secretária de Saúde do Estado, a qual assumiu no início da gestão de Brizola, em 1959.

No que tange ao PSP, verifica-se, bem como com o PTB e o PRP, uma tomada de posição influenciada pela já citada racionalidade política contextual, baseada tanto no contexto sul-rio-grandense quanto no contexto nacional, que envolveu tanto questões propriamente eleitorais quanto administrativas. No Rio Grande do Sul, os cerca de 1% dos votos obtidos por José Diogo Brochado da Rocha em 1954, assim como no caso do PRP, demonstraram a inviabilidade do partido para a disputa do Executivo, frente à polarização estabelecida entre o PTB e a Frente Democrática. Em nível estadual, como veremos a seguir, uma vez estabelecido o acordo com o PRP para a senatoria, coube à seção gaúcha do PSP barganhar com o PTB uma série de benefícios visando este acordo, que envolveram tanto a administração trabalhista em Porto Alegre quanto a Assembleia Legislativa, além da já citada Secretaria da Saúde. Já em âmbito nacional, a eleição para o governo de São Paulo e o apoio da seção paulista no PTB à candidatura de Adhemar de Barros estiveram no centro das negociações, gerando atritos entre os diretórios estadual e nacional.

Mas afinal de contas, como se deu a aproximação entre os dois partidos para o pleito de 1958? Entre 1956 e 1958, é possível verificar, especialmente através da imprensa, inúmeros encontros entre Leonel Brizola e Adhemar de Barros, seja em Porto Alegre ou São

Paulo. Tais encontros podem ser interpretados, por parte do então prefeito de Porto Alegre e de seu partido, como a percepção do PSP enquanto um aliado em potencial para as eleições estaduais 1958, e também como tentativas prévias de aproximação com o mesmo. Ainda no segundo semestre de 1956, por exemplo, o *Diário de Notícias* noticiou uma viagem de Adhemar de Barros a Porto Alegre, na qual foi hóspede do então prefeito Brizola. Em entrevista concedida ao mesmo periódico nesta ocasião, ao explicar os motivos de sua visita à capital gaúcha, o líder pessepista disse ter vindo a Porto Alegre tanto para agradecer aos votos recebidos pelos eleitores do Rio Grande do Sul quando das eleições para a presidência em 1955, quanto para retribuir o carinho recebido durante o exílio, no qual aqueles que mais o escreveram e estimularam foram os sul rio-grandenses. Acerca de uma reedição da “Frente Populista” – aliança firmada em 1950 com o PTB – no Estado, Adhemar foi categórico ao afirmar que a interrupção da mesma não seu em decorrência dele, e que seu retorno estaria sujeito à vontade do povo, deixando assim aberta a possibilidade de uma nova aliança entre PTB e PSP para 1958¹⁴².

Figura 13 – Brizola juntamente com Adhemar de Barros em sua visita a Porto Alegre.



Fonte: *Diário de Notícias*, 25/09/1956.
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Estes encontros mantiveram-se no decorrer dos anos seguintes. Ainda no início de 1957, por exemplo, o *Diário de Notícias* veiculou uma viagem de Leonel Brizola à capital

¹⁴² *Diário de Notícias*, 25/09/1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

paulista, a fim de participar dos comícios eleitorais de Adhemar de Barros, então postulante à prefeitura de São Paulo. Neste sentido, o periódico destacou a importância da aproximação de Brizola com Adhemar, tendo em vista a disputa pelo governo do Rio Grande do Sul, que ocorreria no ano posterior¹⁴³. Ainda no mesmo ano, mais especificamente no mês de outubro, o líder pessepista retornou ao Rio Grande do Sul, entretanto desta vez sem nenhum encontro formal com Leonel Brizola (ao menos não registrado pela imprensa). Porém, em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, apesar do discurso de independência partidária, Adhemar teceu inúmeros elogios a Brizola, por quem disse ter muito respeito, consideração e simpatia, e a quem disse considerar um grande cidadão¹⁴⁴. Já na primeira semana de dezembro de 1957, em entrevista no Rio de Janeiro e reproduzida pelo *Correio do Povo*¹⁴⁵, Brizola teceu inúmeros elogios a Adhemar de Barros, disse ser o clima entre PTB e PSP no Rio Grande do Sul de entendimento e cooperação e afirmou estar confiante quanto a um possível acordo com os pessepistas. Por fim, no início de 1958, o mesmo periódico informou acerca de uma rápida passagem de Adhemar de Barros por Porto Alegre, na qual, segundo o periódico, o líder do PSP conferenciou durante horas com Leonel Brizola¹⁴⁶.

Afora esta aproximação de Brizola com Adhemar de Barros e ao contrário do PRP, com o qual as negociações em torno de uma aliança para o pleito de 1958 perduraram durante os anos de 1956 e 1957, as primeiras manobras mais incisivas do PTB em direção ao PSP iniciaram-se no começo de 1958, paralelamente a concretização da aliança com os perrepistas. Esta busca pelo apoio do PSP, bem como no caso do PRP, repercutiu de forma ampla nos periódicos gaúchos. As duas charges abaixo, por exemplo, assinadas por SamPaulo e publicadas no *A Hora*, retratam esta tentativa de aproximação, e colocam a Frente Democrática na disputa pelo apoio pessepista. Na primeira charge, o PSP é representado por uma criança, uma provável alusão do autor ao fato do mesmo ser o que poderia se considerar um partido “pequeno”. Nela, Walter Peracchi Barcelos, candidato da Frente Democrática, bate à porta do PSP, buscando atraí-lo para fora: com uma das mãos, oferece-lhe um sorvete em casca; com a outra, o candidato frentista esconde atrás de si uma rede para captura-lo. Já na segunda, ambos os candidatos, caminhando em direções opostas, dividem o PSP, partido ao meio por um serrote.

¹⁴³ *Diário de Notícias*, 20/03/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴⁴ *Diário de Notícias*, 24/10/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴⁵ *Correio do Povo*, 05/12/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹⁴⁶ *Correio do Povo*, 11/01/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Figura 14 – Charge representando o assédio da Frente Democrática ao PSP.



Fonte: *A Hora*, sem data.
Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Figura 15 – Charge representando a disputa pelo apoio do PSP.



Fonte: *A Hora*, 21/03/1958.
Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

No que se refere a Frente Democrática, não existem evidências, nas fontes coletadas, que apontem para uma tentativa de aproximação da Frente Democrática com o PSP antes de 1958. Já após 1958, especialmente a partir da imprensa, nota-se que a possibilidade de uma aliança manteve-se apenas no campo das conversações e especulações, sem existência de

movimentos concretos que pudessem levar a uma coligação. Em meados de janeiro deste ano, o *Diário de Notícias* divulgou uma entrevista concedida a Assunção Viana, então presidente do diretório estadual do PSP (enviado por Adhemar ao Rio Grande do Sul para reestruturar o partido), na qual o mesmo falou sobre o problema sucessório o posicionamento do partido quanto ao pleito. Conforme Viana, naquele momento o eleitorado do PSP encontrava-se dividido entre o PTB e a Frente Democrática, e o partido por sua vez já possuía conversações com ambos os blocos, estando seu apoio condicionado a uma série de variáveis. No caso do PTB, segundo o entrevistado, o apoio do PSP à candidatura de Brizola envolveria como contrapartida, no plano nacional, o apoio do PTB à candidatura de Adhemar de Barros em São Paulo, além do apoio do PTB a um candidato do PSP ao Senado pelo Rio Grande do Sul (uma vez que, neste momento, a mesma estava em aberto)¹⁴⁷.

Esta fala do presidente do Diretório Estadual do PSP nos dá indícios dos interesses do Diretório Nacional e de seu líder, Adhemar de Barros, sobre o pleito no Rio Grande do Sul, mas também de interesses particulares do próprio Assunção Viana, que posteriormente viria a entrar em rota de colisão com outros membros do diretório estadual e do diretório municipal de Porto Alegre, que também tinha interesses específicos sobre um possível acordo com os trabalhistas. Dias antes da entrevista concedida por Viana, citada acima, foi publicado no *Correio do Povo* um *A Pedido*, assinado por membros do Diretório Estadual do PSP, de apoio a um movimento iniciado pelo Comitê Popular Getúlio Vargas pró-candidatura de Assunção Viana ao Senado¹⁴⁸, vaga esta que, como visto anteriormente, foi posta na fala de Viana como uma das condições de uma possível aliança com o PTB.

Para além do plano nacional (acerca do qual falaremos posteriormente), ambos os blocos buscaram, utilizando de suas influências em nível estadual e municipal, formas de aproximação com o PSP visando o pleito de outubro. Ainda no início do de 1958, parte da imprensa do Estado já noticiava o clima de disputa em torno do apoio pessepista para as eleições ao Executivo gaúcho, bem como a utilização das administrações estadual e municipal como forma de barganha, elencando possíveis benesses a serem oferecidas ao PSP em troca de seu apoio: de um lado a Frente Democrática e as possíveis entregas de órgãos como o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais ou o Departamento Estadual de Saúde nas mãos do PSP; de outro, o PTB e os possíveis convites aos pessepistas para comandarem o Departamento da Casa Popular ou a Companhia Carris Porto-alegrense¹⁴⁹.

¹⁴⁷ *Diário de Notícias*, 11/01/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴⁸ *Correio do Povo*, 21/12/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹⁴⁹ *Diário de Notícias*, 09/02/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Por parte do PTB nesta disputa, de forma concreta, o uso da administração da capital gaúcha e a eleição para a Mesa da Assembleia como objeto de barganha podem ser considerados pontos chave para a consolidação de uma aliança com o PSP, ou ao menos para selar um pacto com os diretórios municipal e estadual do partido. Neste caso, a primeira aproximação ocorreu com o Diretório Municipal de Porto Alegre, ainda na segunda metade de janeiro. Em entrevista ao *Diário de Notícias*, José Pinheiro Cabral, então presidente do Diretório Municipal e vice-presidente do Diretório Regional do PSP, falou acerca da possibilidade de participação dos pessepistas na administração de Porto Alegre. Segundo Cabral, diferentemente do início do governo trabalhista em 1956, agora organizado o PSP pleitearia participar da administração de Leonel Brizola, ao qual, segundo o mesmo, o partido vinha prestando todo o apoio na Câmara Municipal através da atuação de seus dois representantes. Contudo, conforme o líder pessepista, uma possível participação na administração da capital nada teria a ver com o problema sucessório estadual, apesar de admitir que se atendidas as reivindicações do PSP, Brizola daria um grande passo em direção à consolidação de uma aliança com os adhemaristas¹⁵⁰. Duas semanas depois, o mesmo periódico, ao tratar da guerra travada nos bastidores entre o PTB e a Frente Democrática, noticiou a aceitação, por parte de Leonel Brizola, da participação dos pessepistas no governo da capital, sendo entregues aos mesmos uma secretaria e uma diretoria¹⁵¹.

Já em nível estadual, como dito anteriormente, o principal acordo entre os respectivos partidos se deu em torno da eleição para a Mesa da Assembleia, ocorrida em abril do mesmo ano, e teve ampla repercussão na imprensa do Estado. Ainda no início de março, periódicos como o *Correio do Povo* já estampavam em suas páginas o clima de agitação naquele momento tomava conta dos bastidores do legislativo gaúcho, com a possibilidade da formação do bloco PTB-PRP-PSP, o que por sua vez poderia influenciar diretamente os rumos das eleições de outubro. Como condição para unir-se ao PTB e ao PRP, o mesmo informou o desejo dos pessepistas de ocuparem a presidência da Assembleia Legislativa – que seria oferecida a Adalmiro Moura, devido à incompatibilidade doutrinária de Lamaison Porto com o PRP –, uma vez que o PTB já havia indicado o candidato ao governo do Estado e o PRP o candidato ao Senado¹⁵². Ao final de março, isso é, cerca de um mês antes da eleição, a candidatura de Adalmiro já era dada como certa pela imprensa, frente ao desinteresse do PTB

¹⁵⁰ *Diário de Notícias*, 19/01/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁵¹ *Diário de Notícias*, 04/02/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁵² *Correio do Povo*, 08/03/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

e do PRP de lançarem-se na disputa (confirmado pelos presidentes das respectivas agremiações) e as divergências de Lamaison com os perrepistas¹⁵³.

Chegado o dia da eleição, Adalmino Moura foi eleito, derrotando o candidato da Frente Democrática pelo placar de 29 votos a 25, confirmando assim a informação de que a totalidade de deputados do bloco votaria no candidato do PSP¹⁵⁴. Na disputa com a Frente Democrática pelo apoio pessepista, esta pode ser considerada, como já dito anteriormente, uma das grandes vitórias de Leonel Brizola. A importância deste acontecimento fica evidenciada na charge abaixo, assinada por SamPaulo e publicada no jornal *A Hora*. Nela, Brizola marca mais um gol, a formação do bloco PTB-PRP-PSP na Assembleia Legislativa, sobre Walter Peracchi Barcelos, representante da Frente Democrática. Tal gol soma-se a um já marcado anteriormente, a conquista do apoio do PSP na Câmara Municipal, que passou a compor a gestão de Brizola em Porto Alegre.

Figura 16 – Charge representando a vitória do PTB sobre a Frente Democrática na Assembleia Legislativa (1958).



Fonte: *A Hora*, 23/04/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Se os diretórios municipal de Porto Alegre e estadual possuíam interesses muito específicos neste acordo com os trabalhistas, o Diretório Nacional, na figura de Adhemar de Barros, também possuía o seu: o apoio do PTB de São Paulo á sua candidatura ao governo

¹⁵³ *Diário de Notícias*, 26/03/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁵⁴ *Diário de Notícias*, 22/04/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

estadual. Também com o foco no Rio Grande do Sul e na eleição de Brizola, João Goulart tinha interesse em uma composição com o partido de Adhemar em solo paulista (BENEVIDES, 1989, p. 65). Assim como afirma Zanzfeliz (1980, p. 31-34), o vice-presidente da República (bem como no caso da aliança com o PRP, no qual interferiu de forma direta, negociando cargos em nível nacional, como a presidência do INIC) teve também uma atuação decisiva nas tratativas com o Diretório Nacional do PSP, com o qual negociou o apoio trabalhista em troca do apoio dos pessepistas a Brizola.

Mesmo à distância, estas tratativas concernentes às eleições de São Paulo tiveram ampla repercussão na imprensa do Rio Grande do Sul. Em sua edição do dia 20/06/1958, o *Diário de Notícias* noticiou a conclusão deste pacto e uma possível relação do mesmo com o pleito gaúcho. Sem revelar nomes, o periódico trouxe à baila as declarações de um prócer do trabalhismo gaúcho presente na reunião em que se concretizou tal aliança, que confirmou, mediante ao apoio do PTB à candidatura de Adhemar, o apoio dos pessepistas no Rio Grande do Sul à candidatura de Leonel Brizola¹⁵⁵. Indo ao encontro do que foi publicado pelo *Diário de Notícias*, Ivete Vargas, em entrevista ao CPDOC, afirma ter sido esta aliança uma imposição do Diretório Nacional, uma manobra de João Goulart para beneficiar o PTB gaúcho e a candidatura de Brizola ao governo do Rio Grande do Sul, em detrimento dos interesses paulistas¹⁵⁶. Entretanto, uma manifestação oficial do PTB, conforme nos mostra o *Diário de Notícias* em sua edição do dia 29/07/1958, ocorreu apenas ao final deste mês. Em Convenção Regional, decidiu-se, por um placar de 292 contra 2, apoiar a candidatura de Adhemar de Barros¹⁵⁷. Este atraso pode, em tese, ter adiado também uma manifestação oficial de apoio à candidatura de Brizola no Rio Grande do Sul, como veremos adiante.

Todavia, apesar de firmado apenas em meados de 1958, as raízes desse acordo que em tese beneficiou a seção gaúcha do PTB datam da disputa para a prefeitura da capital paulista, em 1957. Bem como no caso de Brizola, que de forma antecipada buscou aproximar-se de Adhemar de Barros, já em 1957 é possível perceber em São Paulo as primeiras tentativas de aproximação entre trabalhistas e pessepistas. Ao longo dos meses de fevereiro e março, periódicos como o *Diário de Notícias* já informavam acerca de um possível apoio, sob as ordens de João Goulart, do PTB paulista à candidatura de Adhemar de Barros à prefeitura, bem como uma série de divergências entre o Diretório Nacional e o Diretório Regional

¹⁵⁵ *Diário de Notícias*, 20/06/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁵⁶ VARGAS, Ivete. Ivete Vargas (depoimento). Rio, FGV/CPDOC – História Oral, 1979.

¹⁵⁷ *Diário de Notícias*, 29/07/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

oriundas desta imposição¹⁵⁸. Ao final, esta aliança acabou não se concretizando, tendo o a seção paulista do PTB vencido a queda de braços com Jango e sustentado a candidatura de Prestes Maia. Com isso, em uma chapa exclusivamente partidária, Adhemar elegeu-se prefeito da capital paulista (SAMPAIO, 1982, p. 91). Porém, apesar do insucesso da tentativa de composição com o PSP na ocasião, este fato já dava indícios acerca de tomadas de posição a serem adotadas para o pleito de 1958, bem como da atenção e interferência de João Goulart junto a estas questões.

Segundo Calil (2005, p. 341), bem como o PRP, o PSP possuía uma estrutura interna extremamente autoritária, estando o poder concentrado quase que em sua totalidade nas mãos de Adhemar de Barros. Porém, como mostrado até aqui, os diretórios, municipal de Porto Alegre e Regional, possuíam interesses distintos do Diretório Nacional no que diz respeito às eleições no Rio Grande do Sul. Apesar de atendidas as reivindicações por parte do PTB, isso não impediu que a decisão de apoiar, ou não, a candidatura de Leonel Brizola gerasse no interior do partido uma série de divergências entre os diretórios. A charge abaixo, assinada por SamPaulo e publicada no *A Hora*, retrata este enfrentamento, a ser detalhado na sequência deste trabalho. Nela, uma mesa de jogos representa o PSP do Rio Grande do Sul. Em torno dela, estão assentados seus membros. De pé, Adhemar de Barros, líder nacional do partido, de forma áspera, bate a mesa afirmando ser ele novamente a dar as cartas na seção gaúcha do partido, enquanto seus correligionários o observam com olhar de espanto.

Figura 17 – Charge representando a interferência de Adhemar de Barros sobre o PSP gaúcho.



Fonte: *A Hora*, 09/04/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

¹⁵⁸ *Diário de Notícias*, 06/02/1957. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Tanto em nível municipal quanto estadual, é possível verificar, no decorrer dos anos que antecederam a disputa eleitoral de 1958, uma proximidade do PSP com o PTB, bem como uma preferência de seus membros por Leonel Brizola, em detrimento de um candidato da Frente Democrática. Em contrapartida, em nível nacional, especialmente na figura de Assunção Viana, representante de Adhemar de Barros no Rio Grande do Sul, buscou-se negar qualquer acordo prévio com ambos os blocos visando o pleito de 1958. Um exemplo disso é uma entrevista de Assunção Viana, publicada no *Diário de Notícias* em 14/03/1958, na qual o mesmo transmitiu uma mensagem enviada por Adhemar de Barros aos correligionários gaúchos. Ao mesmo tempo em que a participação dos pessepistas consolidava-se na administração municipal e iniciavam-se as conversas acerca da possibilidade do PSP presidir o legislativo gaúcho, Adhemar, em mensagem transmitida por Viana, dava ordens para que se deixasse a questão sucessória em aberto e pedia para que seus correligionários aguardassem sua palavra final, que dependeria de acordos em outros estados¹⁵⁹.

Tão logo Adhemar manifestou-se acerca do problema sucessório, iniciaram-se os embates entre os diretórios, conforme publicado em edição do *Diário de Notícias* de 15/01/1958. Em reunião da qual participaram inúmeras lideranças dos diretórios municipal e estadual, Assunção Viana trouxe ao conhecimento dos próceres ali presentes as ordens de Adhemar, sofrendo forte oposição dos mesmos, e especialmente de Lamaison Porto, que defendeu o apoio a Leonel Brizola e teceu inúmeras críticas aos candidatos da Frente Democrática, Walter Peracchi Barcelos e Brito Velho. Em meio a intensas discussões, Viana abandonou a reunião, que passou a ser presidida por Bellomo Filho. Após a apresentação e defesa da proposta de apoio a Brizola, a mesma foi aceita por unanimidade dos presentes, sob a ressalva de que a mesma apenas poderia ser revogada em Convenção Regional¹⁶⁰.

Logo após o ocorrido, iniciou-se uma batalha no interior do PSP, registrada pela imprensa em inúmeros *A Pedidos*, notas e entrevistas, que duraria até a Convenção Regional do partido. Publicado em edição do dia 21/03/1958 no *Correio do Povo*, por exemplo, um *A Pedido* mandado transcrever por “um grupo de adhemaristas” dava conta da anulação, por parte de Assunção Viana, da reunião do PSP na qual se votou pelo apoio a Brizola, sob a justificativa de que várias das assinaturas constantes em ata não correspondiam aos membros dos diretórios¹⁶¹. Por sua vez, em nota oficial do PSP assinada por Bellomo Filho, publicada no mesmo periódico no dia seguinte, o Diretório Regional Provisório do PSP defendeu a

¹⁵⁹ *Diário de Notícias*, 14/03/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶⁰ *Diário de Notícias*, 15/03/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶¹ *Correio do Povo*, 21/03/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

legalidade da reunião realizada na semana anterior, e também ratificou o posicionamento nela tomado, de apoio à candidatura de Brizola¹⁶².

Depois de alguns meses de embates entre esses grupos, ocorreu, em 21/07/1958, a Convenção do PSP, sob a expectativa de discussão acerca do problema sucessório. Entretanto, tal assunto pouco foi apreciado na ocasião. Conforme noticiou o *Diário de Notícias* no dia posterior à Convenção, a pauta de discussões centrou-se na escolha do novo Diretório Regional (disputa essa vencida pela corrente comandada por Lamaison Porto, apoiador de Brizola). Sobre a questão sucessória estadual, devido à divisão entre inúmeros diretórios pró-Brizola e pró-Peracchi, a tendência, segundo apurado pelo periódico, foi a de manutenção da questão em aberto, a fim de preservar a unidade partidária e evitar possíveis cisões e dissidências. Neste caso, apenas um possível pronunciamento de Adhemar, mediante a participação de Jango em seus comícios e de um posicionamento mais firme do PTB de São Paulo acerca de sua candidatura, seria capaz de alterar esse quadro (visto que uma manifestação oficial do PTB, em convenção, viria a ocorrer apenas na semana posterior)¹⁶³. Porém, mesmo após esse evento, as negociações entre Brizola e os pessepistas continuaram. Em suas edições de 26/07/1958, tanto o *Correio do Povo*¹⁶⁴ quanto o *Diário de Notícias*¹⁶⁵ deram conta de uma série de reuniões realizadas entre o candidato trabalhista e as principais lideranças do PSP no Estado visando a concretização deste acordo.

A partir então, verifica-se nas fontes analisadas uma lacuna referente ao desfecho dessas tratativas entre PTB e PSP. Entretanto com base em informações fornecidas pela imprensa, é possível inferir um resultado positivo aos anseios da seção gaúcha do PSP, favorável ao acordo, e Leonel Brizola, fortemente influenciado pela manifestação de apoio da seção gaúcha do PTB a candidatura de Adhemar de Barros. Poucos dias antes da eleição, em edição de 20/09/1958, o *Diário de Notícias*, por exemplo, informou a realização de um grande comício em prol da candidatura de Brizola, que contaria com a presença de João Goulart, além de inúmeras lideranças perrespistas e pessepistas. Na ocasião, seria realizada a leitura de uma carta de Adhemar de Barros em apoio à candidatura trabalhista¹⁶⁶. No mesmo periódico, em edição do dia 21/09/1958, a mensagem lida no comício foi publicada, sendo republicada inúmeras vezes até o pleito¹⁶⁷. Além do posicionamento público de Adhemar, verifica-se também uma série de manifestações favoráveis vindas do PSP, como a do Diretório

¹⁶² *Correio do Povo*, 22/03/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹⁶³ *Diário de Notícias*, 22/07/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶⁴ *Correio do Povo*, 26/07/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹⁶⁵ *Diário de Notícias*, 26/07/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶⁶ *Diário de Notícias*, 20/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶⁷ *Diário de Notícias*, 21/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Municipal de Porto Alegre, publicada em edição do dia 28/09/1958 também no *Diário de Notícias*, na qual Bellomo Filho, presidente do mesmo, conclama o eleitorado pessepista a eleger Brizola e Mondin, os candidatos de Adhemar de Barros no Rio Grande do Sul¹⁶⁸.

Bem como no caso do PRP, é possível verificar, desde meados de 1956, um princípio de aproximação do PTB para com o PSP, tanto em nível municipal e estadual, com Brizola, quanto federal, com Jango. Assim como no caso do PRP, o PTB buscou valer-se de sua influência nestas esferas para atrair o PSP às suas fileiras, oferecendo aos pessepistas postos na Câmara Municipal de Porto Alegre, na Assembleia Legislativa, secretarias em uma futura gestão e também apoio a Adhemar na disputa pelo Governo de São Paulo. No interior do PSP, apesar de, ao final, serem atendidas todas as demandas, é possível verificar uma série de embates entre os diretórios, que, possuindo diferentes interesses nessa aliança, entraram em rota de colisão. Cabe ressaltar no caso do PSP, diferentemente do ocorrido com o PRP, a ausência de uma disputa concreta entre o PTB e a Frente Democrática, ficando a possibilidade de um acordo com este segundo bloco apenas no campo das suposições e conversações.

Conforme já referido por Bourdieu (2002, p. 174), os partidos políticos, agentes por excelência da luta simbólica que se trava no interior do campo, orientam-se pela conquista do poder, que é a da mobilização do maior número. Aplicado anteriormente ao caso do PRP, este pressuposto aplica-se também à formação da aliança entre PTB e PSP. Eleitoralmente incapaz de eleger um candidato ao Executivo no Rio Grande do Sul, o PSP buscou utilizar seu apoio em solo gaúcho para barganhar o apoio do PTB à candidatura de Adhemar de Barros ao governo de São Paulo. O PTB, por sua vez, no intuito de derrotar a Frente Democrática e em decorrência do equilíbrio estabelecido entre os dois blocos, pode ter buscado essa aproximação visando a não divisão do eleitorado em grandes centros urbanos onde o partido era tradicionalmente hegemônico e o PSP havia obtido resultados amplamente satisfatórios nas eleições presidenciais de 1955. Neste caso, como ficou evidenciado na reta final da campanha eleitoral, especialmente através da imprensa, o prestígio de Adhemar de Barros, ou seja, seu capital político de notoriedade e popularidade, perceptível na ampla votação obtida pelo mesmo no Rio Grande do Sul nas eleições presidenciais de 1955, foi a arma a partir da qual o PTB buscou a aglutinação deste eleitorado, vide a aproximação prematura de Brizola com Adhemar, ainda em 1956, e os esforços realizados a fim de obter o apoio público do líder pessepista.

¹⁶⁸ *Diário de Notícias*, 28/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Afora questões envolvendo diretamente o pleito de 1958, a formação dessa aliança, ao que tudo indica, foi motivada também por outras questões. No caso do PSP, buscou-se, através das negociações anteriormente citadas, a conquista de outros espaços de poder, como na administração da capital gaúcha e na Assembleia Legislativa. Já o PTB, conforme a hipótese anteriormente aventada, buscou tal aproximação a fim de obter a maioria na Assembleia Legislativa e com isso aprovar a reforma administrativa do Estado ainda em 1958.

Contudo, não pela busca de alianças com outros partidos ficou marcada a campanha eleitoral de Brizola. Como referido no início deste capítulo, uma das marcas da campanha trabalhista ao governo estadual em 1958 foi, segundo parte da historiografia existente a respeito do tema, a rejeição ao apoio oferecido por Luís Carlos Prestes, líder comunista (ZANFELIZ, 1980; CÁNEPA, 2005; BRAGA, et. al, 2004). A seguir, buscaremos aprofundar algumas das questões já discutidas, bem como aventar algumas hipóteses acerca dessa tomada de posição de Brizola e seu partido.

2.3 A REJEIÇÃO AO APOIO DE LUIS CARLOS PRESTES

Partindo dos já citados estudos de Zanfeliz (1980), Cánepa (2005) e Braga (2004), buscaremos, nas páginas a seguir, refletir acerca de algumas questões: quais motivos levaram o PC a apoiar a candidatura trabalhista? Por que motivos Brizola e o PTB refutaram o apoio comunista? Quais as repercussões das manifestações de Prestes e Brizola? Para além do que informa esta historiografia, houve, de fato, um distanciamento real do PTB com relação ao PC?

Sobre o PC, o apoio à candidatura trabalhista no Rio Grande do Sul pode ser compreendido não apenas com base no contexto estadual, mas a partir de uma estratégia do partido em nível nacional. Quando na ilegalidade, o apoio a candidatos considerados democráticos e nacionalistas, independentemente do partido, configurou-se enquanto uma das estratégias do PC a fim de ampliar sua área de influência e com isso obter um maior poder de barganha (ZANFELIZ, 1980; PANDOLFI, 1994). Especificamente acerca do PTB, Pandolfi (1994, p. 152-184) afirma que a atenção especial dispensada sobre os trabalhistas – mesmo que isso não significasse a concretização de alianças – se dava devido ao apelo popular do PTB, visto pelos comunistas como uma possibilidade de ampliação de sua base social. Este apoio eleitoral, seja ao PTB ou a outros partidos, baseou-se, segundo a autora, na *Declaração de Março de 1958*, a partir da qual o PC passou a apostar na “ação consciente das massas”, priorizando a via pacífica para chegar o socialismo.

Já no caso do PTB, é possível afirmar que os motivos que levaram o partido a rejeitar publicamente o apoio comunista, afora o fato do PC estar na ilegalidade, repousem sobre alguns pontos já abordados no tópico 2.1 deste trabalho, enquadrando-se em um conjunto de estratégias de racionalidade política contextual. Conforme exposto no referido subcapítulo, duas das hipóteses para explicar as razões que levaram o PTB a buscar o apoio do PRP apontam para uma tentativa de captação dos votos do PRP na região de colonização, amplamente conservadora, anticomunista e sob forte influência da Igreja, bem como para uma tentativa de desmanchar a imagem de suspeição que pairava sobre o PTB devido a suas posições reformistas e blindar o partido de possíveis e prováveis propagandas anticomunistas. Desta forma, a repulsa pública às declarações de Prestes pode ser compreendida como uma via “natural”, uma vez que a aceitação ou até mesmo o não repúdio a este apoio poderiam neutralizar os esforços empreendidos em prol da aliança com o PRP.

Independentemente do partido, contar com o apoio dos comunistas em uma disputa eleitoral ou a eles ser associado, especialmente após 1947, caracterizou-se como um

“problema” a ser superado por inúmeros candidatos ao longo da experiência democrática. Conforme nos mostra Carla Simone Rodeghero (1996, p. 131-161), propagandas eleitorais de cunho anticomunista estiveram presentes de forma intensiva e extensiva nos pleitos 1947, 1950 e 1954 no Rio Grande do Sul. Em ambos os casos, tanto quanto atacar seus adversários, adjetivando-os de comunistas ou de colaboradores de seus interesses, importou aos agentes políticos, partidos e candidatos, dissociarem-se do PC e da figura de Luís Carlos Prestes. Nas eleições estaduais de 1958 não foi diferente, especialmente por parte de Brizola e do PTB, alvos do apoio de Prestes. As charges abaixo, assinadas por SamPaulo e publicadas no *A Hora*, ilustram esta preocupação dos candidatos ao governo estadual em se desvincularem do comunismo. Na primeira, Walter Peracchi Barcelos e Leonel Brizola oferecem a um jogador, que representa o PC, a camisa do time adversário, pedindo-o que a vista. Nota-se com isso não apenas a uma tentativa de associação do oponente ao comunismo, mas também uma desassociação de si do partido de Prestes. Na segunda, os candidatos, ironicamente, conversam ao telefone acerca da possibilidade de lançamento de uma terceira candidatura, a qual o PC pudesse se vincular, no intuito de, em um esforço conjunto, afastar o espectro do comunismo de ambas as candidaturas.

Figura 18 – Charge representando a preocupação dos candidatos quanto ao apoio do PC.



Fonte: *A Hora*, 08/04/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Figura 19 – Charge representando a preocupação dos candidatos quanto ao apoio do PC.



Fonte: *A Hora*, 04/06/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

A polêmica em torno do apoio comunista à candidatura de Brizola iniciou-se ainda em março de 1958, após entrevista coletiva concedida por Luís Carlos Prestes quando da revogação do pedido de sua prisão preventiva. Nela, o líder do PC, entre outras coisas, ao comentar sobre a possibilidade de uma candidatura por outra legenda no pleito de outubro, afirmou: “Aceitaria minha candidatura por qualquer partido. O mais difícil seria o PRP. Mas mesmo assim estamos prontos a marchar ao seu lado, em torno da candidatura nacionalista de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul”.¹⁶⁹

Esta manifestação de Prestes, apesar de sucinta, repercutiu de forma ampla e negativa no Estado gaúcho, fazendo também com que Brizola se pronunciasse quanto ao apoio oferecido pelo líder comunista. Também em entrevista coletiva, Brizola repudiou o apoio de Prestes, negando qualquer entendimento prévio entre o PTB e o PC, e afirmando ser, desde o início de sua trajetória política, um combatente na luta contra a ideologia comunista. Frente a isso, Brizola disse não entender declaração do líder do PC, alegando estar ele ou mal informado, ou agindo de má fé. Além disso, afirmou ainda entender a declaração de Prestes como uma manobra eleitoral, em conluio a Frente Democrática, para denegrir a sua

¹⁶⁹ *Voz Operária*, 29/03/1958. Núcleo de Pesquisa em História UFRGS – NPH.

candidatura e confundir o eleitorado do gaúcho, como já feito anteriormente, segundo o candidato trabalhista, na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre.¹⁷⁰

Assim como a manifestação de Prestes, a resposta de Brizola ao líder comunista teve ampla repercussão no Rio Grande do Sul, nos mais variados meios – partidos políticos, Igreja, imprensa. Sob a forma de charge, assinada por SamPaulo, o *A Hora* buscou ilustrar o ocorrido. Nela, um urso, simbolizando o comunismo russo, caminha em direção a Brizola no intuito de abraçá-lo. O candidato trabalhista, por sua vez, com os braços estendidos à frente, busca distanciar-se do mesmo, repudiando sua aproximação.

Figura 20 – Charge representando o repúdio de Brizola ao apoio do PC.



Fonte: *A Hora*, 17/04/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Principal arma de Brizola na busca pelo voto do eleitorado conservador, em especial aquele oriundo das zonas de colonização, o PRP, historicamente anticomunista, também se posicionou em relação ao apoio declarado de Prestes à candidatura trabalhista e ao repúdio do mesmo por parte do candidato do PTB. Em nota publicada no *Diário de Notícias*, o partido congratulou as declarações incisivas de Brizola, contrárias a manifestação de apoio de Prestes, que segundo os perrepistas possuía como interesse apenas confundir o eleitorado gaúcho. Além disso, o PRP aproveitou para reiterar o que foi dito por Brizola acerca do seu histórico

¹⁷⁰ *Diário de Notícias*, 10/04/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

político, de luta contra a doutrina comunista¹⁷¹. Por sua vez, Plínio Salgado, em entrevista concedida quando de sua visita a capital gaúcha, já citada no tópico 2.1 deste trabalho, afirmou não crer em uma aliança entre trabalhistas e comunistas e que, tanto a união do PTB com o PRP quanto a sua presença no Estado para apoiar Brizola constituíam-se enquanto prova disto¹⁷².

Se, por um lado, o apoio de Prestes foi rechaçado e criticado por Brizola e seus aliados, aos seus adversários da Frente Democrática a fala do líder comunista, daquele momento até o pleito, serviu como fomento à propaganda anticomunista (RODEGHERO, 1996; CÁNEPA, 2005). Diversas, por exemplo, foram as declarações dadas à imprensa por membros da coligação situacionista, nas quais acusavam Brizola e o PTB de estarem acordados com Prestes. Da mesma forma, inúmeros também foram os *A Pedidos* e panfletos, produzidos pela Frente Democrática e seus apoiadores, nos quais associavam os trabalhistas aos comunistas, como veremos de uma forma mais aprofundada no item 3.2 desta dissertação.

As declarações de Prestes quanto à candidatura trabalhista, contudo, não se limitaram a esta de abril. Em entrevista coletiva, concedida quando de sua vinda ao Rio Grande do Sul na segunda semana de setembro, o líder do PC reiterou o seu apoio a Brizola. Conforme Prestes, apesar da ausência de entendimentos com a seção gaúcha do PTB, apoiar a candidatura nacionalista do então prefeito de Porto Alegre era a única forma de derrotar as forças golpistas no Estado. Questionado acerca do repúdio de Brizola à sua primeira declaração de apoio, Prestes justificou seu posicionamento com base na defesa dos interesses nacionais. Segundo o mesmo, a defesa de posições nacionalistas, adotadas pelo PTB, fez com que os comunistas, em busca de unidade, marchassem ao lado dos trabalhistas em todo país, apesar do que disse considerar um posicionamento anacrônico de alguns políticos do PTB, anticomunistas (uma clara referência ao repúdio de Brizola). Além de reiterar o apoio a Brizola, Prestes também comentou acerca do voto católico no Rio Grande do Sul. Disse o líder do PC não crer que o apoio comunista provocasse uma mobilização da Igreja Católica em prol da candidatura de Peracchi Barcelos. De acordo com Prestes, apesar da existência de alguns reacionários, contrários a Brizola, a grande maioria dos católicos, democratas e nacionalistas, votaria nas candidaturas nacionalistas.¹⁷³

Através de um *A Pedido*, publicado no *Jornal do Dia* e repercutido por outros órgãos de imprensa da capital, Brizola se pronunciou acerca desta nova declaração de Luís Carlos

¹⁷¹ *Diário de Notícias*, 11/04/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁷² *Diário de Notícias*, 19/07/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁷³ *A Tribuna*, 09/1958. Acervo João Batista Marçal. Núcleo de Pesquisa em História UFRGS – NPH.

Prestes. Nesta ocasião, o candidato trabalhista novamente recusou o apoio oferecido pelo líder comunista, reiterou seu histórico de lutas contra o comunismo e apontou uma série de diferenças doutrinárias e políticas que afastavam seu partido, o PTB, do PC. Além disso, Brizola também acusou Prestes de estar atuando juntamente com a Frente Democrática, no que classificou como “obra de má fé, grosseira e ridícula exploração política”, contra a sua candidatura.¹⁷⁴

Bem como em abril, essa segunda onda de manifestações de Prestes e o novo repúdio de Brizola à mesma repercutiram novamente na imprensa, como é possível ver na charge abaixo, assinada por SamPaulo e publicada no *A Hora*. Nela, ao rádio, o líder comunista realiza uma série de elogios a Brizola. Enquanto o candidato da Frente Democrática, Walter Peracchi Barcelos, há menos de um mês da eleição, comemora saltitante tal pronunciamento, o candidato trabalhista, enraivecido e com um machado em mãos, encontra-se prestes a destruir o aparelho radiofônico.

Figura 21 – Charge representando o repúdio de Brizola ao apoio de Prestes.



Fonte: *A Hora*, 10/09/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Principal liderança do PTB em âmbito nacional, João Goulart, em visita a Porto Alegre para participar de um comício da Brizola e Mondin, ao final de setembro, também reagiu à declaração de apoio oferecida por Prestes. Seguindo a linha do que foi dito por

¹⁷⁴ *Jornal do Dia*, 10/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Brizola, Jango repudiou o apoio do líder comunista, desmentindo Prestes e dizendo não ter autorizado, sob nenhuma hipótese, o acordo de qualquer seção do PTB com o PC. Neste sentido, Jango lembrou os acordos firmados para o pleito de 1958 entre o PC e os adversários do PTB em inúmeros estados brasileiros. Por fim, o líder trabalhista ainda chamou a atenção para o uso deturpado destas informações por parte de seus adversários e dos descabidos ataques sofridos, de associação entre trabalhistas e comunistas.¹⁷⁵

Bem como diante da primeira manifestação de Luís Carlos Prestes, o PRP, por meio de um *A Pedido* publicado no *Diário de Notícias* e assinado por diversas lideranças do Diretório Regional, saiu novamente em defesa das candidaturas de Brizola e Mondin. Na publicação, embasando seu posicionamento em seu histórico de lutas contra a ideologia comunista, o partido declarou ser o apoio de Prestes uma forma de exploração política para, juntamente com a Frente Democrática, confundir a opinião pública do Rio Grande do Sul. Ainda segundo este *A Pedido*, o passado dos referidos candidatos, Leonel Brizola e Mondin, atestava as afirmações por eles realizadas¹⁷⁶.

Por sua vez, a Igreja Católica, também influente sobre o eleitorado conservador – em particular o das zonas de colonização – e citada por Prestes em sua segunda manifestação, posicionou-se a respeito através do arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Em nota oficial, publicada no *Diário de Notícias*, Dom Vicente Scherer, entre outras coisas, parabenizou Brizola pelo posicionamento frente ao que considerou uma coação moral, criada por Prestes ao oferecer-lhe publicamente o apoio do eleitorado comunista¹⁷⁷.

Sobre a Igreja e o comunismo, cabe aqui realizar algumas breves considerações. Conforme já explicado em obras já consagradas como as de Bodea (1992) e Rodeghero (1996), a Igreja Católica, especialmente através da LEC, exerceu um papel de proeminência nas eleições estaduais de 1947, 1950 e 1954 no Rio Grande do Sul, especialmente devido ao seu caráter anticomunista. Em 1954, por exemplo, como referido no subcapítulo 2.1 dessa dissertação, o veto da LEC à candidatura de Rui Ramos ao Senado e seu apoio explícito à candidatura de Armando Câmara colocaram a Igreja e o PTB em campos opostos, o que, somado ao apoio declarado do PC à candidatura de Alberto Pasqualini e uso feito pela Frente Democrática na produção de propaganda anticomunista, influenciou diretamente sobre o resultado obtido pelo candidato trabalhista ao final do pleito. Não nos interessa aqui realizar um extenso debate historiográfico acerca da atuação da Igreja Católica na história política do

¹⁷⁵ *Diário de Notícias*, 21/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁷⁶ *Diário de Notícias*, 28/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁷⁷ *Diário de Notícias*, 14/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Rio Grande do Sul, mas sim atentar para a diferença de posicionamento da mesma em 1958 na comparação com os pleitos anteriores, e em particular no que se refere ao candidato trabalhista, bem como as possíveis razões para tal.

De acordo com os trabalhos já referidos, era comum, em suma, que a Igreja, através da LEC, indicasse candidatos alinhados à doutrina cristã e declaradamente anticomunistas. Contudo, no que tange ao processo eleitoral de 1958, ao analisarmos as fontes levantadas para essa dissertação, especialmente as de imprensa, não foram encontradas publicações com esse teor. Da mesma maneira, ao analisarmos as manifestações públicas das principais lideranças católicas do Estado, e em especial de Dom Vicente Scherer, é possível verificar, especialmente sobre a disputa pelo Executivo estadual, a busca pela neutralidade entre as candidaturas de Leonel Brizola e Walter Peracchi Barcelos. Abaixo, buscaremos elencar alguns exemplos.

Em declaração publicada no *Correio do Povo* em sua edição do 1/06/1958 e reproduzido em outras edições do periódico, por exemplo, inúmeros bispos do Estado, capitaneados pelo arcebispo metropolitano de Porto Alegre, buscaram orientar os católicos para o pleito que se aproximava. Em resumo, o documento afirmava ser necessário aos eleitores cristãos, como nunca na história política do país, ter equilíbrio, serenidade, inteligência discernimento e prudência na escolha de seus candidatos. Segundo o documento, não bastando mais apenas a indicação de candidatos por parte da LEC, a qual afirma ter prestado inúmeros serviços nesse campo nos pleitos anteriores, era necessário refletir acerca do ato do voto e optar, segundo sua própria consciência, por candidatos que, entre outras, se posicionassem contrários ao aborto, ao divórcio, o monopólio estatal do ensino, a abolição das escolas católicas, ao socialismo e ao comunismo. Em nenhum momento, entretanto, tal documento faz referência a algum candidato específico, seja ele ao Executivo ou Legislativo¹⁷⁸. Já em entrevista concedida quando de uma reunião dos bispos brasileiros, no Rio de Janeiro, reproduzida pelo *Diário de Notícias*, Dom Vicente Scherer novamente foi categórico ao dizer-se neutro quanto à disputa entre Leonel Brizola e Peracchi Barcelos. Sobre um possível apoio ao candidato trabalhista, divulgado por alguns jornais da capital, Dom Vicente Scherer negou, dizendo ter congratulado Brizola apenas quando deu seu repúdio às declarações de apoio de Luís Carlos Prestes a candidatura trabalhista¹⁷⁹.

Mas afinal, o que explica esta mudança de postura Igreja e da própria LEC no que diz respeito às eleições de 1958, e em especial à disputa pelo cargo de governador do Estado? Ao

¹⁷⁸ *Correio do Povo*, 01/06/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹⁷⁹ *Diário de Notícias*, 24/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

analisarmos alguns dos principais periódicos do Estado, como o *Diário de Notícias*, o *Correio do Povo* e o *Jornal do Dia*, emergem alguns indícios que apontam para um possível “acordo informal” entre o candidato trabalhista, então prefeito de Porto Alegre, e a Igreja, na figura Dom Vicente Scherer, principal liderança católica do Rio Grande do Sul, que envolveu desde subsídios a obras e ações realizadas pela Igreja até a inclusão de questões específicas, cruciais à mesma, no programa administrativo de um futuro governo trabalhista.

Em meados do junho de 1958, o *Diário de Notícias* noticiou o envio de uma carta em que o líder da Igreja no Estado solicitou o auxílio da Prefeitura de Porto Alegre para a conclusão das obras da Catedral Metropolitana. No documento, em suma, Dom Vicente Scherer alegou que desde o início das obras, em 1922, nenhuma contribuição havia sido dada pelo município e, que todas as obras até então realizadas haviam sido feitas mediante a contribuição de entidades de caridade e subvenções do Estado¹⁸⁰. Pouco mais de uma semana depois, o mesmo periódico reproduziu um ofício de Leonel Brizola em resposta a Dom Vicente Scherer, no qual o prefeito da capital concordou em contribuir com a concretização de tais obras¹⁸¹. Por fim, também no *Diário de Notícias*, já no início do mês de agosto, foi noticiado o envio de um ofício de Dom Vicente Scherer a Brizola, no qual agradeceu ao mesmo pelos dois milhões de cruzeiros concedidos pela Prefeitura de Porto Alegre, via decreto nº1585, às obras da catedral metropolitana, afirmando ser a atitude do prefeito de Porto Alegre digna de aplausos, não apenas da população católica, mas de todos os gaúchos¹⁸².

Além desse auxílio concreto da Prefeitura a catedral metropolitana, esta relação de Brizola com o clero durante o período eleitoral foi marcada também por promessas para o pós-eleições. Durante uma sabatina realizada junto à Ação Católica na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brizola foi questionado acerca do plano de construção de moradias populares pela arquidiocese de Porto Alegre, a chamada “Cidade de Deus”, e de um possível auxílio do Poder Público nessas obras. Neste sentido, Brizola tece inúmeros elogios a atuação da Igreja no âmbito social e foi categórico ao afirmar que, após o pleito de outubro, ganhando ou perdendo, seja como prefeito de Porto Alegre ou governador eleito do Rio Grande do Sul, auxiliaria na execução do plano de moradias da arquidiocese¹⁸³.

Afora questões financeiras, a busca por um alinhamento com a Igreja por parte de Brizola deu-se também no campo das ideias, envolvendo questões apontadas pelo documento

¹⁸⁰ *Diário de Notícias*, 21/06/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁸¹ *Diário de Notícias*, 29/06/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁸² *Diário de Notícias*, 29/06/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁸³ *Jornal do Dia*, 23/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

anteriormente citado, assinados pelos bispos do Estado, como primordiais na escolha dos candidatos por parte dos eleitores católicos. Além do repúdio ao comunismo, expresso nas falas de Brizola anteriormente elencadas, o candidato trabalhista procurou inserir-se, de forma favorável à Igreja, em um embate público acerca da questão educacional, travado entre Dom Vicente Scherer e Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), amplamente divulgado pela imprensa ao longo do ano de 1958. Acerca disso, não nos aprofundaremos aqui no conteúdo desses embates, mas sim na forma como Brizola posicionou-se em relação a essa disputa e a reação do líder católico as manifestações do candidato trabalhista.

Como veremos no decorrer desta dissertação, a educação caracterizou-se como um dos carros chefes da campanha eleitoral de Brizola e de seu programa de governo, e foi amplamente abordada e divulgada por Brizola em entrevistas concedidas ou na propaganda veiculada pela imprensa, especialmente sob a forma de *A Pedidos*. Parcerias entre Estado, municípios e instituições privadas, estímulo às iniciativas particulares e valorização da doutrina cristã no ensino estiveram entre as principais propostas de Brizola para a área. Este posicionamento de Brizola resultou no envio de uma carta por parte do arcebispo metropolitano ao prefeito de Porto Alegre, na qual Dom Vicente Scherer congratulou Brizola, tanto por suas manifestações públicas referentes ao assunto e apoio a ele no embate envolvendo Anísio Teixeira, quanto pela elaboração de um programa administrativo que tratava da educação com base em princípios defendidos pela Igreja¹⁸⁴.

Com base na documentação disponível, é impossível confirmar a existência desse acordo. Contudo, especialmente por conta dessa mudança de postura da Igreja, tais fatos não podem ser desconsiderados, uma vez que tanto o desenrolar dos fatos relativos à Catedral Metropolitana quanto aos embates com Anísio Teixeira ocorreram antes das declarações de Dom Vicente Scherer favoráveis a Brizola, podendo ser ela interpretada como uma possível consequência da “solidariedade” prestada por Brizola à Igreja. Tanto a neutralidade da Igreja no pleito quanto às diversas manifestações públicas de sua principal liderança no Estado em favor do candidato trabalhista (principalmente no que diz respeito ao repúdio ao apoio comunista, amplamente explorada por Brizola e o PTB em sua propaganda eleitoral, especialmente através dos *A Pedidos*, como veremos no subcapítulo 3.2 dessa dissertação), somadas também à aliança com um partido conservador como o PRP, podem ser considerados

¹⁸⁴ *Diário de Notícias*, 12/06/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

fatores primordiais na compreensão da ineficácia da propaganda anticomunista difundida pela Frente Democrática.

De volta ao repúdio de Brizola ao apoio comunista, cabe aqui uma problematização do mesmo: até que ponto este distanciamento com relação ao PC e a Luís Carlos Prestes foi, de fato, concreto? A partir do já citado depoimento de Clay Hardman de Araújo (1984), é possível problematizar e relativizar o posicionamento de Brizola e do PTB. Nele, Araújo, que participou de forma intensa da campanha eleitoral de Brizola, revelou uma relação de proximidade entre o PTB e os comunistas, apesar da rejeição pública expressa por Brizola. Segundo o depoente, havia no interior do PTB a ideia de que uma campanha agressiva do PC contra Brizola, tanto explorando a aliança com o PRP (em decorrência de seu passado integralista) quanto lançando um candidato próprio por outra legenda, poderia fazer com que muitos votos migrassem para o candidato da Frente Democrática ou ainda dividir o eleitorado dos grandes centros urbanos, neutralizando assim os mais de 70 mil votos possivelmente obtidos em uma aliança com o PRP. Entretanto, ao mesmo tempo, um entendimento aberto com o PC poderia botar a perder todo o esforço empenhado em prol de uma aliança com os perrepetistas. Conforme Araújo, coube a ele, com vasta experiência no meio, fazer o intermédio entre o PTB e movimento sindical, mantendo-o sob controle apesar das manifestações públicas de repúdio do candidato trabalhista. Além disso, Araújo também comentou sobre a relação do próprio Brizola com os sindicatos. De acordo com o depoente, Brizola manteve o diálogo com o movimento sindical durante toda a campanha eleitoral. Nestas conversações, inclusive, ficou acertada, em caso de vitória de Brizola, a criação da Secretaria do Trabalho e Habitação, cujo secretário seria indicado em comum acordo com os sindicatos. Em troca deste apoio, Araújo afirma que os comunistas nada receberam, a não ser aquilo que mais prezavam: liberdade de atuação e uma série de reivindicações atendidas durante o governo de Brizola.

O depoimento de Araújo vai ao encontro aos estudos de Zanfêliz (1980), no qual, entre outras coisas, a autora analisou o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e a sua relação com movimento sindical. De acordo com Zanfêliz (1980, p. 66-67), desde o início da gestão de Brizola houve uma relação de apoio recíproco entre Governo e sindicatos. Inúmeras bandeiras defendidas pelo governo estadual foram, aos poucos, sendo incorporadas pelo movimento sindical, tais como a modificação da política econômico-financeira, a limitação da remessa de lucros para o estrangeiro, mudanças na política cambial, ampliação do comércio exterior e estímulo ao mercado interno. Concomitantemente, Governo de Brizola prestou inteiro apoio a todas as reivindicações do movimento sindical, relacionadas a questões

salariais, custo de vida, regulamentação do direito de greve, mudança na Lei de Previdência, entre outras.

Corroborando com o que diz Araújo acerca da proximidade de Brizola e do PTB com o PC, temos também, oriunda do interior do próprio trabalhismo, uma denúncia de Lutero Vargas, filho do ex-presidente Getúlio Vargas, reproduzida pelo *Diário de Notícias* há menos de uma semana do pleito. Nela, o deputado trabalhista acusou João Goulart de ter negociado o apoio comunista aos candidatos trabalhistas na eleição de 3 de outubro, além de ter concordado com inserção de comunistas no quadro de candidatos do PTB nesta eleição. Em entrevista coletiva concedida em Porto Alegre, publicada na mesma edição do referido periódico, Jango respondeu as acusações de Lutero. Na ocasião, Goulart novamente negou qualquer acordo com o PC, disse submeter as candidaturas à aprovação dos Diretórios Regionais e ainda afirmou esperar haver um grande equívoco nas declarações concedidas pelo deputado¹⁸⁵.

Desde as primeiras declarações de Prestes, Brizola repudiou veementemente seu apoio, adotando por vezes, inclusive, uma postura anticomunista. Semelhantemente a Brizola, João Goulart, chefe nacional do PTB, adotou a mesma postura, negando de maneira incisiva qualquer acordo com os comunistas. Contudo, com base nas declarações como a de Clay Hardman de Araújo, ligado ao movimento sindical e partícipe ativo da campanha de Brizola, e de também de Lutero Vargas, importante figura do trabalhismo em nível nacional, é possível aventar a possibilidade de um distanciamento apenas público de Brizola com relação aos comunistas.

Para Bourdieu (2002, p. 171-178), toda tomada de posição no interior campo é, como já explicado, um ato que só ganha sentido relacionalmente, uma vez que as tomadas de posições dos agentes políticos estão vinculadas às tomadas de posições assumidas por seus adversários. Este pressuposto, assim como no caso do PRP, pode ser tomado também para a compreensão da previsão de possíveis tomadas de posições da Frente Democrática e do próprio PC. A fim evitar ou amenizar uma possível propaganda anticomunista por parte da Frente Democrática, da qual foi alvo em outros pleitos, Brizola buscou refutar as declarações de Prestes, tão logo oferecido o apoio pelo líder comunista. Contudo, prevendo também por parte do PC uma possível campanha contra a sua candidatura, que tivesse como alvo especialmente o PRP e o seu passado integralista, Brizola procurou também, especialmente

¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, 27/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

através da atuação de Clay Hardman de Araújo, arrefecer possíveis ânimos exaltados dos comunistas, garantindo-lhes liberdade de atuação durante uma possível gestão sua.

Esta atuação em “duas frentes”, assim como nos casos do PRP e PSP, baseou-se naquilo que autores como Lima Junior (1983, p. 77) classificam como “estratégia de racionalidade política contextual”. Da mesma forma, estas tomadas de posição por parte de Brizola e do PTB orientaram-se, a exemplo do que nos diz Bourdieu (2002) acerca da atuação dos partidos no interior do campo, pela lógica de conquista do poder, que conforme explicado por esse autor, é também a lógica da mobilização do maior número de cidadãos. Se por um lado, ao menos de forma pública, se fez essencial afastar o espectro do comunismo, a fim de, entre outras coisas, fortalecer a aliança com o PRP, alinhar-se à Igreja, e com isso conquistar tanto o eleitorado das zonas coloniais quanto o eleitorado indeciso e flutuante do restante do Estado, por outro se fez necessário a Brizola e ao PTB também manter sob controle o PC, que apesar da pouca força eleitoral, poderia em uma campanha agressiva contra a candidatura Brizola, como já dito, reverter votos em favor da Frente Democrática, ou ainda, em caso de lançamento de um candidato por outra legenda, dividir o eleitorado dos grandes centros urbanos, também compartilhado com o PTB.

Paralelamente à formação de alianças (especialmente com o PSP, cujo acordo foi firmado na segunda metade do ano, poucos meses antes da eleição) e ao repúdio as manifestações de apoio por parte dos comunistas, Brizola deu início, de fato, à sua campanha eleitoral. De final de outubro de 1957, quando foi oficializada a sua candidatura na Convenção Regional do PTB, até o início de outubro de 1958, Brizola desenvolveu uma intensa campanha, seja pelas mais diversas localidades do Estado ou ainda através da imprensa, que, como já referido, culminou em uma ampla vitória do candidato trabalhista sobre o candidato da Frente Democrática, Walter Peracchi Barcelos, como veremos no próximo capítulo desse trabalho.

CAPÍTULO 3 – “BRIZOLA IDEALIZA, PLANEJA E CONSTRÓI”: A CAMPANHA ELEITORAL E A VITÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NA DISPUTA PELO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1958

Conforme nos mostram trabalhos já consagrados, como os de Bodea (1992), Noll e Trindade (1995), Cánepa (2005) e Cortés (2007), o período que compreende os anos de 1945 e 1964 no Rio Grande do Sul foi marcado por “revezamento” no poder entre o PSD – e o bloco por ele capitaneado, a Frente Democrática – e o PTB: em 1947, Walter Jobim, candidato pela aliança PSD-PRP-PC superou por cerca de 20 mil votos (229.129 contra 209.164) o candidato do PTB, Alberto Pasqualini¹⁸⁶; já em 1950, Ernesto Dornelles, candidato pela aliança PTB-PSDA-PSP, obteve 329.884 votos, contra 283.942 do candidato da aliança PSD-UDN-PRP, Cylon Rosa; em 1954, por sua vez, Ildo Meneghetti, da Frente Democrática, superou por pouco mais de 30 mil votos (386.821 contra 356.183) o candidato o candidato do PTB, Alberto Pasqualini; por fim, em 1958, pleito sobre o qual se debruça essa análise, Leonel Brizola, da coligação PTB-PRP-PSP, superou por uma ampla margem de votos seu adversário, Walter Peracchi Barcelos, obtendo 670.003 votos contra 500.944 do candidato da Frente Democrática.

Estas obras acima citadas, apesar de sua extrema relevância para a compreensão do contexto político sul rio-grandense durante o período, não se aprofundam em uma análise das campanhas e das práticas eleitorais empregas por partidos e candidatos ao longo das mesmas, ou mais especificamente daquela aqui proposta: as eleições de 1958. Já no âmbito da pós-graduação, verificar-se uma escassa e fragmentada produção historiográfica no que tange aos processos eleitorais ocorridos durante a experiência democrática no Estado, que em muitos casos tratam das práticas empregadas nos processos eleitorais, mas também não se debruçam sobre o pleito de 1958. Dentre as principais produções no âmbito da pós-graduação em História estão as teses de doutorado denominadas *O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945-1965)* (CARDOSO, 2009); *O*

¹⁸⁶ Em 1947, além de Jobim e Pasqualini, concorreu também ao cargo de governador do Estado, pela aliança PL-UDN, o candidato Décio Martins Costa, que obteve 105.062 votos. Já em 1950, além de Dornelles e Rosa, pleitearam também ao posto os candidatos Edgar Schneider, do PL, que angariou 80.798 votos, e Mendonça Lima, do PSB, que obteve 858 votos. Em 1954, por sua vez, além de Meneghetti e Pasqualini, como já citado no subcapítulo 2.1 dessa dissertação, pleitearam ao cargo de governador do Estado os candidatos Wolfran Metzler, do PRP, que obteve 71.110 votos, e José Diogo Brochado da Rocha, do PSP, que angariou um total de 7.396 votos. Posteriormente á eleição de Brizola, outro candidato do bloco capitaneado pelo PSD, agora chamado de Aliança Democrática Popular (ADP), Ildo Meneghetti, venceu novamente o pleito para governador do Estado, superando com 502.356 votos os candidatos Egydio Michaelsen, do PTB, que obteve 480.131 votos, e Fernando Ferrari do MTR, que angariou um total de 290.384 votos (NOLL, TRINDADE, 1995; CÁNEPA, 2005, CORTÉS, 2007)

PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias (OLIVEIRA, 2008); e *O Rio Grande do Sul dividido : conflitos políticos eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual* (ASTURIAN, 2019); e as dissertações intituladas “*O preço da liberdade é a eterna vigilância*”: *a UDN no Rio Grande do Sul* (OLIVEIRA, 2001); *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)* (ASTURIAN, 2011); *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul* (CRUZ, 2010); *Os Vanguardeiros do Anticomunismo: O PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966)* (FLACH, 2003); e *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao "trabalhismo renovador" (1945-1960)* (BOMBARDELLI, 2016). Com ênfase no âmbito municipal, destacam-se as dissertações *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)* (ANGELI, 2015); e *Os vereadores do PTB em Canoas: radicalização e disputa política (1961-1964)* (TORRES, 2017).

De acordo com René Rémond (2003, p. 49), a campanha eleitoral configura-se como parte integrante da eleição, sendo o seu primeiro ato. Segundo esse autor, não se trata apenas da “manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos”, mas do momento da “entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”, que, ainda segundo Rémond, “modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças”. Sendo assim, configura-se também como um momento de maior tensão do campo político. Como já citado reiteradas vezes, as disputas entre os agentes no interior do campo político – nesse caso, as eleições – visam, entre outras coisas, transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento. Nesses embates, os partidos políticos elaboram e impõe aos cidadãos uma concepção de mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível, o que por sua vez faz com que sejam produzidos, na luta travada entre os profissionais pelo voto dos profanos, uma série de produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos (BOURDIEU, 2002, p. 163-185).

Estes pressupostos do campo político elencados por Bourdieu, bem como os apontamentos realizados por Rémond acerca das campanhas eleitorais, podem nos auxiliar na compreensão lógica política brasileira entre os anos de 1945 e 1964, e especialmente no que se refere às práticas eleitorais do período. Denominado por alguns autores como experiência democrática brasileira, este período ficou marcado, entre outras coisas, conforme já referido, por uma ampliação sem precedentes do eleitorado, pela realização de eleições diretas e

periódicas, pela competitividade eleitoral e pela conseqüente necessidade de conquista de voto desse eleitorado que era agora protagonista dos processos eleitorais (LAVAREDA, 1991; NICOLAU, 2002; GOMES, FERREIRA, 2018). Esta necessidade de convencimento, por sua vez, fez com que os agentes políticos desenvolvessem nesse período inúmeros mecanismos voltados à construção de uma imagem de popularidade, à mobilização eleitoral e à conquista de votos. Uma série de práticas que, mesmo coexistindo com outras práticas coercitivas e clientelísticas, remanescentes de períodos anteriores, estabeleciam um novo tipo de relação entre partidos, candidatos e eleitores (CANÊDO, 2012, p. 538).

Em seus recentes estudos acerca das campanhas eleitorais ocorridas durante a experiência democrática brasileira, tanto em âmbito municipal, na cidade de Canoas/RS (1951-1963), quanto em âmbito estadual, no Rio Grande do Sul (1947-1954), Douglas Souza Angeli (2015; 2018a; 2018b) identifica algumas destas práticas destinadas à mobilização eleitoral: caravanas, comícios, inauguração de comitês, caminhadas e churrascos, além da propaganda de rua, que incluía a distribuição de panfletos, cédulas e santinhos, a colocação e cartazes, e também pichações. Além dessas atividades, voltadas à mobilização em conformidade com a lei, o autor detecta em suas pesquisas uma série de outras práticas já tidas como ilegais na época, tais como a destruição de propaganda dos adversários, brigas, oferecimento de vantagens, distribuição de alimentos, especialmente injúrias, publicadas e distribuídas sob a forma de panfletos ou através da imprensa, além da colagem de cartazes e pichações ilegais. Tanto em nível municipal quanto estadual, conforme nos mostram os estudos desse autor, estes mecanismos configuravam-se como elementos centrais na competição eleitoral.

Para além destas práticas, outra importante ferramenta para a conquista de votos nesse período foi a imprensa. Em um contexto no qual a televisão ainda não exercia um papel de proeminência, outros meios de comunicação, como os jornais, as revistas e o rádio atuaram no desenvolvimento de laços de identificação partidária e na distribuição de informações políticas sobre candidatos, programas e governos (LAVAREDA, 1991, p. 127). Ao lado de obras já consagradas, como as de Bodea (1992), Cánepa (2005) e Cortés (2006), outros recentes trabalhos produzidos no âmbito da pós-graduação, também referentes ao contexto eleitoral sul-rio-grandense entre os anos de 1945 e 1964, tais como os de Oliveira (2010), Cruz (2010), Angeli (2015), Asturian (2011; 2019) e Bombardelli (2016), destacam a proeminência da imprensa (e principalmente dos jornais) nos processos eleitorais, e especialmente no que se refere à utilização, de forma extensiva e intensiva, dos chamados *A Pedidos*, propagandas pagas mandadas publicar nestes jornais por políticos, partidos ou

apoiadores em geral, que serviam não apenas a promoção das candidaturas, mas também ao ataque as candidaturas adversárias.

As campanhas eleitorais de 1958 no Rio Grande do Sul, no que tange a esse conjunto de práticas de mobilização eleitoral, não fugiram à lógica do período e dos exemplos trazidos pelos autores acima citados. Em um balanço dessas eleições, Azevedo (1960, p. 270-271), elenca inúmeros aspectos desse pleito, os quais classifica como negativos, entre os quais encontram-se o excesso de propaganda eleitoral – seja através de faixas, cartazes, volantes, publicações na imprensa e espaços de rádios, além de extensos roteiros de viagens pelo Estado –, a plutocratização das campanhas eleitorais e as vultosas somas gastas, bem como o desvirtuamento dessa mesma propaganda –retaliação pessoal, difamação, intrigas. A campanha de Leonel de Moura Brizola, candidato ao governo do Estado nesse ano, encontra-se, portanto, em meio a esse conjunto de práticas.

Após meses de campanha eleitoral, Brizola sagrou-se governador do Rio Grande do Sul, com 670.003 votos, superando o candidato da Frente Democrática, Walter Peracchi Barcellos, que obteve 500.944 votos¹⁸⁷. Este resultado configurou-se como a maior votação obtida por um candidato ao governo estadual até então. Conforme dito anteriormente, grande parte dos trabalhos referentes a Leonel Brizola e à sua atuação política entre os anos de 1945 e 1964 privilegiam seus mandatos como governador do Rio Grande do Sul e deputado federal pela Guanabara, enfatizando, para além de sua atuação no Executivo e Legislativo, episódios como a Campanha da Legalidade e a formação dos Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas. Por sua vez, os pleitos nos quais concorreu (especialmente no período que antecede o seu mandato como governador do Rio Grande do Sul) são tratados pela historiografia de forma parcial, o que gera uma lacuna no que se refere a sua trajetória em processos eleitorais. Com base nesses breves apontamentos, buscaremos nas páginas que seguem tratar das seguintes questões: quais as estratégias e práticas eleitorais adotadas por Brizola durante a sua campanha em 1958? Como ocorreu o uso da imprensa por parte do candidato trabalhista? Como essas estratégias e práticas colaboraram para a ampla vitória obtida por Brizola ao final desse pleito? Para além dos conceitos de populismo ou carisma, como é possível explicar a vultosa soma de votos angariados pelo candidato trabalhista nessa eleição?

¹⁸⁷ Fonte: Ata das eleições de 1958. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

3.1 ROTEIROS DE VIAGENS, COMÍCIOS, PANFLETOS E SANTINHOS: A CAMPANHA ELEITORAL DE LEONEL BRIZOLA VAI ÀS RUAS

Em uma análise acerca das práticas eleitorais empregadas por candidatos e partidos políticos entre os anos de 1945 e 1964 no Rio Grande do Sul, que tem como base sua dissertação de mestrado, centrada na cidade de Canoas/RS, e sua pesquisa de doutorado, que aborda as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini no Estado (1947-1954), Angeli (2018a) identifica a realização de inúmeros eventos, cerimônias e festividades, que buscavam dar visibilidade aos candidatos e mobilizar seus correligionários e eleitores. Os comícios, cortejos e reuniões públicas, por exemplo, exerceram segundo o autor um importante papel no que se refere a relação entre candidatos e eleitores. Sua divulgação, tanto por meio da imprensa escrita e falada quanto por meio de panfletos, era de suma importância para a adesão de um grande público. As inaugurações de comitês, por sua vez, também possuíam extrema relevância para a capilarização das campanhas, uma vez que serviam como local de referência para reuniões, confraternizações e pontos de distribuição de propaganda dos candidatos (ANGELI, 2018a, p. 346-348). De forma direta, através da presença física dos candidatos nesses eventos, ou indireta, com abertura de comitês eleitorais nas mais variadas e distantes regiões dos municípios e do Estado, tais práticas proporcionavam uma aproximação dos profanos, que agora caracterizavam-se como um amplo e diverso eleitorado, que necessitava ser alcançado e convencido, com os profissionais da política.

Referentes ao âmbito municipal, tais práticas, em maior escala, podem ser percebidas também em nível estadual, tanto nas disputas pelo Executivo quanto pelo Legislativo. Entre os anos de 1945 e 1964, eram comuns, por exemplo, caravanas eleitorais que cruzavam o Estado, comandadas pelos candidatos aos cargos de governador e senador e acompanhadas por candidatos a deputado federal, estadual e outras lideranças partidárias. A campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo estadual não fugiu a esta regra. Ainda em meados de março de 1958, Brizola e Mondin deram início ao seu roteiro de viagens pelo Estado, que incluía desde cortejos e comícios até a inauguração de comitês e participação em churrascos oferecidos por apoiadores, entre outros eventos. Cabe aqui destacar a antecipação de Brizola e Mondin em face da campanha da Frente Democrática, tendo iniciado oficialmente suas viagens pelo interior em 16/03/1958¹⁸⁸, nas cidades de São Lourenço e Tapes, enquanto Walter Peracchi Barcelos e Brito Velho deram o pontapé inicial em seu roteiro de viagens apenas na metade de maio do mesmo ano, nas cidades de Pedras Altas, Pinheiro Machado e

¹⁸⁸ *Correio do Povo*, 15/03/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Piratini¹⁸⁹. A imagem abaixo é um registro dessa primeira viagem de Brizola, ao município de São Lourenço, publicado pelo jornal do *Correio do Povo*. Nela, Brizola caminha e distribui apertos de mão, sob o olhar atento de uma multidão múltipla, formada por homens, mulheres e crianças, que o cerca.

Figura 22 – Registro da visita de Leonel Brizola ao município de São Lourenço.



Fonte: *Correio do Povo*, 19/05/1957.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Vigente durante o processo eleitoral de 1958, a Lei nº 1.164 de 24 de julho de 1950, que instituiu o Código Eleitoral, em seu artigo 129, autorizava nos três meses de campanha a propaganda mediante a comícios, rádio e reuniões públicas até 48 horas antes do pleito¹⁹⁰. Sob esse aspecto, é possível verificar já no início da campanha de Brizola e Mondin atividades a margem da legislação eleitoral, bem como tentativas de “driblar” a mesma. Conforme publicação do *Correio do Povo* de 07/06/1958, Brizola e Mondin dariam início à etapa de comícios eleitorais apenas em 26/07/1958 (período no qual, por lei, comícios e reuniões públicas seriam permitidos), uma vez que, segundo declarações de ambos, apesar de estarem há meses em peregrinação pelo interior, até aquele momento haviam sido realizados apenas contatos com o eleitorado dessas regiões¹⁹¹. Contudo, um *A Pedido* publicado dois dias antes no mesmo periódico, por exemplo, dá conta de dois comícios/reuniões públicas, realizadas pelos candidatos da coligação PTB-PRP-PSP, desmentindo assim as afirmativas

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, 18/05/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁹⁰ Lei nº 1.164 de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

¹⁹¹ *Correio do Povo*, 07/06/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

dos dois candidatos. Em uma das imagens presentes na referida publicação, verifica-se um salão paroquial lotado, cedido pelo reverendo local para que Brizola e Mondin realizassem uma fala à população, no qual os candidatos (ausentes da imagem) falam à plateia. Na outra, Brizola, em uma tribuna improvisada sob um caminhão de carga, novamente discursa aos eleitores daquela localidade¹⁹².

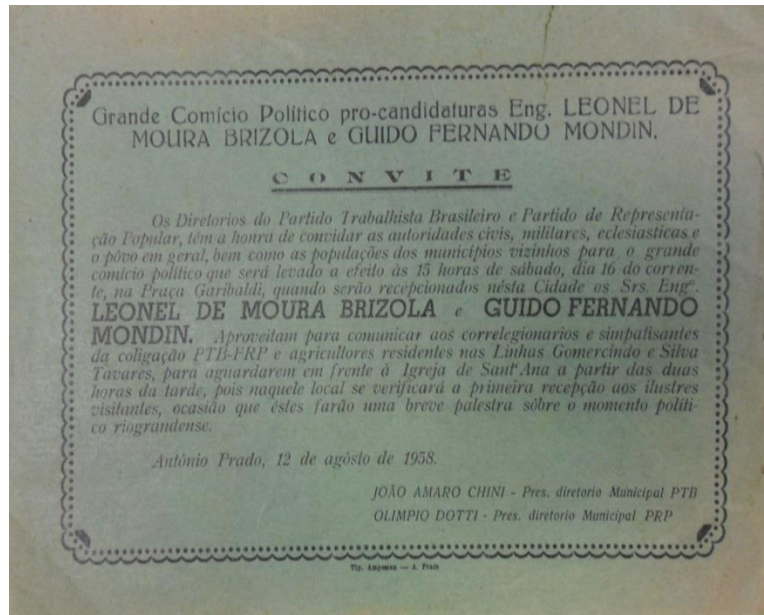
No decorrer dos meses que se sucederam, Brizola percorreu inúmeros municípios do Estado, especialmente do interior, acompanhado não apenas de Guido Mondin, mas também de Geraldo Lindgren, candidato à suplência do Senado pela mesma coligação, o deputado federal Fernando Ferrari, o vice-presidente da República e presidente nacional do PTB, João Goulart, entre outras lideranças da coligação PTB-PRP-PSP. Para isso, conforme é possível apurar por meio da imprensa, Brizola e Mondin fizeram uso de uma série de meios de transporte, tais como avião, carro e trem, que possibilitaram em um curto espaço de tempo não apenas um rápido deslocamento entre regiões distantes, mas também a participação em inúmeros eventos ao longo do mesmo dia, sendo comum a realização de dois ou mais comícios ao longo das manhãs, tardes ou noites.

Esta peregrinação dos candidatos pelo interior do Estado ocupou, de março a outubro, um espaço de destaque nas páginas de alguns principais jornais do Estado, como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. De forma prévia, os respectivos jornais divulgavam os roteiros de viagens dos candidatos, informando, na maioria dos casos, os dias, locais e horas das recepções, comícios, caminhadas, cortejos, jantares e etc. Quase que diariamente, os periódicos também repercutiam tais atividades, não apenas noticiando a realização desses eventos, mas também publicando uma série de *A Pedidos*, nos quais imagens e discursos, especialmente dos comícios, eram reproduzidos, servindo assim, como também nos mostra Angeli (2018a) em seus estudos, como importantes ferramentas na construção de uma imagem de popularidade desses agentes. Para além da imprensa escrita, as imagens desses eventos eram comumente reproduzidas em panfletos, assim como os discursos neles proferidos eram também reproduzidos através do rádio.

Além da difusão quase que diária pela imprensa, estes eventos contavam também com a divulgação em âmbito local, realizada, por exemplo, entre outras formas, através da distribuição de panfletos. Abaixo, segue dois exemplos desses materiais, através dos quais, em uma breve análise, é também possível vislumbrar um conjunto de práticas que antecediam os comícios e compunham esses roteiros de viagens.

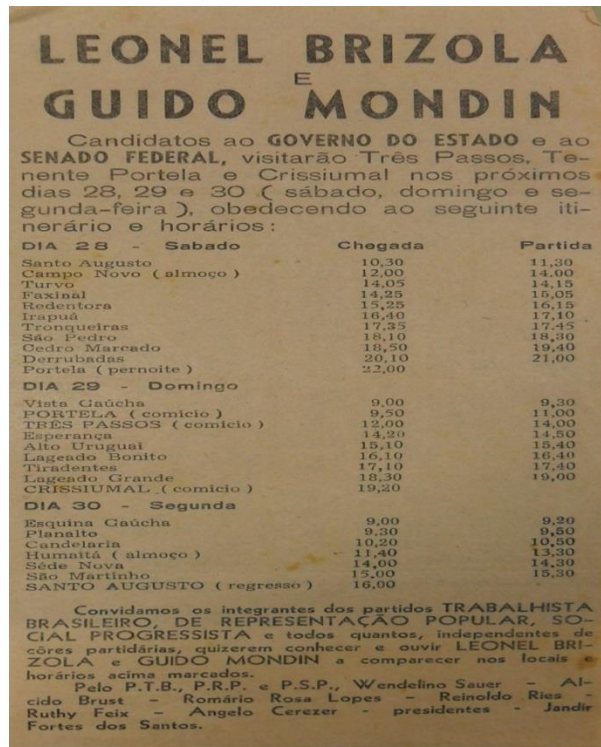
¹⁹² *Correio do Povo*, 05/06/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Figura 23 – Convite para o comício de Brizola e Mondin realizado na cidade de Antônio Prado.



Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Figura 24 – Roteiro de atividades realizadas por Brizola e Mondin durante sua visita as cidades de Três Passos, Tenente Portela e Crissiumal.



Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Na figura 23, temos um convite endereçado às autoridades militares, civis eclesiásticas, e à população em geral do município de Antônio Prado (bem como à população dos municípios vizinhos), assinado pelos presidentes dos diretórios municipais do PTB e PRP,

para um comício político a ser realizado por Brizola e Mondin naquela localidade. Além do comício, que aconteceria às 15h da tarde do dia 16/08/1958, o panfleto também convoca os correligionários e simpatizantes da coligação PTB-PRP, bem como os agricultores residentes nas Linhas e Silva Tavares, a recepcionarem os “ilustres visitantes” em frente à Igreja de Sant’Ana, às 14h do mesmo dia, na qual realizariam breve palestra sobre o momento político rio-grandense. Já na figura 24, também assinado por lideranças locais da coligação PTB-PRP-PSP, temos um panfleto de divulgação das atividades a serem desenvolvidas por Brizola e Mondin durante sua passagem pelos municípios de Três Passos, Tenente Portela e Crissiumal. De forma detalhada, tal panfleto informa os locais, os tipos de atividades que incluíam comícios, almoços e pernoites, bem como seus horários de início e fim, e convoca os integrantes dos partidos, assim como todos aqueles que quisessem conhecer os ilustres candidatos, a comparecerem nos locais e horários informados.

Como referido no subcapítulo 2.1 desta dissertação, algumas das hipóteses para a aproximação dos trabalhistas com relação aos perrepeistas dizem respeito tanto a uma tentativa de “transferência” de votos do PRP para o PTB nas regiões de colonização alemã e italiana, onde os trabalhistas possuíam uma histórica fragilidade eleitoral na disputa pelo Executivo gaúcho e onde o PRP obtinha suas maiores somas de votos, quanto a uma tentativa de “blindagem” do partido com relação à propaganda anticomunista, da qual havia sido alvo nos pleitos anteriores, devido especialmente ao caráter conservador e anticomunista do PRP. Com base nisto, é possível perceber, a partir de um balanço dos roteiros de viagens divulgados pela imprensa, a ênfase dada pela coligação PTB-PRP-PSP aos municípios das regiões de colonização. Em sua edição do dia 02/07/1958, por exemplo, o *Correio do Povo* destacou os 45 comícios realizados em apenas dois dias por Brizola e Mondin, na companhia de Wilson Vargas e Alberto Hoffmann, em alguns municípios destas regiões, como Tenente Portela, Crissiumal, Três Passos e Ijuí, que alcançaram os 41 distritos destas comunas, além das sedes municipais (roteiro de atividades ao qual se refere à figura 24, acima)¹⁹³.

Além do grande número de viagens e comícios realizados nas regiões de colonização italiana e alemã, cabe aqui também destacar os usos políticos feitos por Brizola da aliança com o PRP, e em especial da imagem Plínio Salgado, explorando seu amplo prestígio, ou seja, seu capital político de notoriedade e popularidade junto à população daqueles municípios durante sua peregrinação por essas localidades. Ao final do mês de julho, Plínio Salgado veio ao Rio Grande do Sul a fim de participar da campanha eleitoral de Brizola e Mondin. Sua

¹⁹³ *Correio do Povo*, 02/07/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

chegada foi precedida de inúmeros *A Pedidos*, mandados publicar em periódicos como o *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* pelos diretórios regionais do PTB e PRP, que conclamavam aos filiados e ao eleitorado gaúcho em geral para recepcionar o líder nacional do PRP em sua chegada ao aeroporto Salgado Filho, bem como a participar de uma sessão solene, a ser realizada na sede da coligação, na qual o mesmo discursaria na presença de outras lideranças, como Brizola e Mondin¹⁹⁴ (figura 25). Após esta solenidade, o líder perrepista desenvolveu intensa atividade política em solo gaúcho. Na companhia de Brizola e Mondin, Plínio participou de inúmeros comícios, realizados em cidades como Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Estrela, Flores da Cunha, Caxias do Sul, Ijuí, Três Passos, Crissiumal, Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Giruá, e Santo Ângelo¹⁹⁵, localidades nas quais, conforme citado anteriormente, o PTB havia obtido alguns de seus piores resultados eleitorais nas eleições de 1947, 1950 e 1954. Para além de sua presença física nesses eventos, seus discursos proferidos nessas ocasiões, especialmente trechos no quais conclamava o eleitorado a eleger Brizola, defendia a aliança entre PTB e PRP, e blindava a coligação contra o apoio oferecido por Luís Carlos Prestes, foram amplamente explorados, especialmente na imprensa, através da publicação de inúmeros *A Pedidos* pró-Brizola, que explorando o capital político de luta contra o comunismo detido por Plínio, eram direcionados não apenas ao eleitorado colonial, mas de todo o Estado.

¹⁹⁴ *Correio do Povo*, 17/07/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹⁹⁵ *Correio do Povo*, 20/07/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Figura 25 – Plínio Salgado discursando na sede da coligação PTB-PRP-PSP, em Porto Alegre (julho de 1958). À sua direita: ex-governador Ernesto Dornelles. À sua esquerda: João Caruso, Leonel Brizola, Guido Mondin, Geraldo Guimarães Lindgren, Juracy de Assis Machado e Rui Ramos.



Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Para além do interior do Estado, a cidade de Porto Alegre e arredores também compuseram os roteiros de viagens de Brizola e Mondin. Na capital gaúcha, aliás, ocorreu um dos ápices da campanha de Brizola, com o comício realizado em 20/09/1958, data na qual se comemora no Rio Grande do Sul a chamada “Revolução Farroupilha”. Ocorrido, no Largo da Prefeitura da capital, o evento contou, para além de Brizola e Mondin, também com a presença de figuras ilustres em nível nacional, como João Goulart, e o Brigadeiro Epaminondas dos Santos, do diretório nacional trabalhista e ex-Ministro da Aeronáutica. Além das falas destes oradores, foi transmitida também uma mensagem de Adhemar de Barros ao eleitorado gaúcho, em favor da candidatura de Brizola ao governo estadual, já citada no subcapítulo 2.2 dessa dissertação. Bem como os demais comícios de Brizola realizados até o final da campanha eleitoral, este também foi transmitido por uma ampla cadeia de emissoras, comandadas pelas rádios Difusora e Farroupilha¹⁹⁶. Além de Porto Alegre, outras cidades da região, como Canoas, Viamão e Gravataí foram visitadas pelos candidatos da coligação PTB-PRP-PSP ao longo desse período, realizando-se ali também inúmeros comícios.

Ainda em meados de agosto de 1958, a intensidade da campanha eleitoral de Brizola e Mondin já era destaque na imprensa gaúcha. “A maratona de Brizola e Mondin” foi o título de

¹⁹⁶ *Diário de Notícias*, 20/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

uma publicação do *Diário de Notícias* em sua edição do dia 10/08/1958, no qual o periódico destacou as atividades realizadas pela coligação PTB-PRP-PSP no interior do Estado, sem precedentes em velocidade e extensão – segundo observadores políticos – na história política do Rio Grande do Sul e do Brasil. Ainda conforme a publicação, faltando pouco menos de dois meses para o pleito, Brizola e Mondin já haviam percorrido um total de 105 municípios, distrito a distrito, faltando apenas 13 comunas as serem visitadas (em branco, conforme a imagem abaixo).¹⁹⁷

Figura 26 – Publicação intitulada “A maratona de Brizola e Mondin”.



Fonte: *Diário de Notícias*, 19/05/1957.
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ao longo da campanha eleitoral, os extensos roteiros de viagens de ambos os candidatos ao Executivo, e especialmente no que se refere ao interior do Rio Grande do Sul, repercutiram também no *A Hora*, sob a forma de diversas charges produzidas por SamPaulo. Abaixo, selecionamos um exemplo dessas. Nela, Brizola dirige-se a um homem do campo, que ao ouvi-lo, ri e afirma ter escutado de um “gordo”, referindo-se a Walter Peracchi Barcelos, as mesmas palavras, fazendo com que candidato do PTB “se morda” de raiva.

¹⁹⁷ *Diário de Notícias*, 10/08/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 27 – Charge representando o a intensa campanha dos candidatos a governador no interior do Estado.



Fonte: *A Hora*, 23/04/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Após meses viajando todas as regiões do Rio Grande do Sul, o encerramento do roteiro de viagens de Brizola e Mondin ocorreu, por fim, em Santa Maria, no dia 01/10/1958. Ao chegar à cidade por volta das 21h, os candidatos foram acompanhados do aeroporto de Camobi até a Praça Saldanha Marinho, local do comício, por um cortejo formado por cavalaria, automóveis, motocicletas e bicicletas. No comício, que se estendeu até às 2h da madrugada (também em desconformidade com a lei, que permitia propaganda eleitoral através de comícios até 48 horas antes do pleito), falaram, além de Brizola e Mondin, o vice-presidente da República João Goulart e o deputado federal Fernando Ferrari, entre outras personalidades políticas da coligação PTB-PRP-PSP.¹⁹⁸

Em sua já citada análise acerca das eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, Azevedo (1960, p. 271) destaca as inúmeras viagens e comícios realizados ao longo dos meses que antecederam o pleito. Em consonância com a análise realizada por este autor, reportagens, charges veiculadas pela imprensa, assim como depoimentos de políticos presentes especialmente na campanha trabalhista ao governo estadual, chamam a atenção para a intensidade das atividades desenvolvidas por Brizola e Peracchi Barcelos. Em reportagem intitulada “Candidatos viraram o Estado pelo avesso”, publicada no *Diário de Notícias* às vésperas do pleito, o periódico realizou um “balanço” das atividades desenvolvidas pelos

¹⁹⁸ *Diário de Notícias*, 02/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

postulantes ao governo estadual ao longo dos últimos meses. Segundo a reportagem, tanto Brizola quanto Peracchi realizaram uma verdadeira maratona, palmilhando centímetro a centímetro cada município, distrito ou vila, onde houvesse eleitores. Conforme a reportagem, ambos os candidatos visitaram todos os 118 municípios do Estado. Ao todo, foram 1534 comícios realizados pelo candidato trabalhista, contra cerca de 1400 realizados pelo candidato frentista, sendo inúmeros destes – por vezes, mais de uma dezena –, realizados no mesmo dia. Para isso, ambos precisaram estabelecer certas “regras” de conduta pessoal, tal como não beber álcool e dormir apenas em viagens, a bordo de carros, jipes, aviões, e trens.¹⁹⁹

Já no *A Hora*, esta intensa campanha desenvolvida por ambos os candidatos repercutiu, novamente, sobre a forma de charge, assinada por SamPaulo, e publicada em 25/09/1958. Indo ao encontro da reportagem acima, tal charge retrata a exaustão dos dois postulantes ao final do processo eleitoral. Nela, Brizola e Peracchi Barcelos aparecem sentados ao chão da rodoviária de Porto Alegre, com a língua de fora, ao lado de suas respectivas malas de viagem, apontando um para o outro. De forma irônica, uma legenda completa a respectiva charge, na qual ambos solicitam que, em 03/10/1958, o eleitorado gaúcho vote em seu adversário, pois, tamanho o seu cansaço, a partir daquele momento gostariam apenas de sombra.

Figura 28 – Charge representando a exaustão dos candidatos ao governo estadual ao final de seus respectivos roteiros de viagens.



Fonte: *A Hora*, 23/04/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

¹⁹⁹ *Diário de Notícias*, 02/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em dois momentos distintos, o então candidato ao Senado, Guido Mondin, também destaca a extensa e intensa peregrinação realizada juntamente com Leonel Brizola durante a campanha eleitoral de 1958. Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, publicada em sua edição do dia 02/10/1958, Mondin já mostrava-se confiante quanto à vitória, sua e de Brizola, no pleito do dia seguinte, afirmando que “nunca o Rio Grande conheceu campanha igual”, referindo-se ao roteiro de atividades cumprido por ele e pelo candidato ao governo estadual, que cobriu cada canto do Estado, no qual proferiu mais de 1500 discursos e pôde, de fato, aproximar-se do eleitorado sul rio-grandense²⁰⁰. Posteriormente, em entrevista ao Delfos, também recordou acerca das viagens ao lado de Brizola durante a campanha eleitoral de 1958, percorrida em grande parte, segundo o próprio depoente, a bordo de um pequeno avião de quatro lugares, pilotado pelo candidato trabalhista. Neste sentido, além da intensidade da campanha, Mondin ressalta o dinamismo de Brizola ao longo da disputa eleitoral: “Brizola é de um dinamismo assustador, vocês veem quando ele fala que ele não para de falar. E ele não... nós saindo de um comício exaustos, daqui um pouco ele “não, mas nós ainda temos que fazer mais dois comícios hoje”, era assim”.²⁰¹

Corroborando com a análise, a reportagem e a charge acima elencadas, bem como com os relatos de Guido Mondin, temos também os relatos de Sereno Chaise, então candidato a deputado estadual pelo PTB, registrados em seu livro de memórias políticas. Por fim, nele, Chaise relembra a intensidade da campanha eleitoral de 1958, na qual, segundo o próprio, trabalhou para si, mas, sobretudo, para Leonel Brizola.

Em resumo, a campanha de 1958 consumiu muita energia do PTB, mas se concluiu totalmente exitosa. Lembro que viajava muito, ia de jipe, a cavalo, de trem...[...] Anoitecia em Cacequi e amanhecia em Rio Pardo. Viajava para Montenegro e em Canoas estava diariamente. O mesmo ocorria nos outros municípios citados. Foi uma campanha muito bonita. (KLÖCKNER, 2007, p. 54)

Conforme já referido por Angeli (2018a), afora os roteiros de viagens, os comícios e as reuniões públicas, outro ponto central das campanhas durante a experiência democrática era a organização de comitês eleitorais. Tais comitês exerciam um papel de proeminência na capilarização das campanhas, pois serviam como ponto de referência para a realização de encontros, confraternizações e outros eventos, que visavam dar visibilidade aos candidatos e mobilizar seus correligionários, e também atuavam também na distribuição de propaganda

²⁰⁰ *Diário de Notícias*, 02/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁰¹ Depoimento de Guido Mondin. DELFOS – PUCRS.

eleitoral. Desta forma, de acordo com o autor, formavam tentáculos que, juntamente com os roteiros de viagens, eram capazes de aproximar as candidaturas do eleitorado, especialmente aquele de localidades mais afastadas dos grandes centros (ANGELI, 2018a, p. 246-248). Entre os anos de 1957 – quando Brizola ainda disputava com Loureiro da Silva o posto de candidato do PTB ao governo estadual – e 1958, é possível verificar por meio da imprensa a abertura de inúmeros comitês pró-Brizola em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Dentre esses, o de maior destaque foi “Comitê Central pró-candidatura de Leonel Brizola e Guido Mondin”, inaugurado na segunda metade do mês de junho, sob forte cobertura dos principais periódicos da capital. Na ocasião de sua inauguração, que contou com a presença de importantes figuras políticas da coligação PTB-PRP-PSP, como João Caruso Scuderi, Rui Ramos, Juracy de Assis Machado, Mario Maestri e Lamaison Porto, além de Leonel Brizola e Guido Mondin, o candidato trabalhista ao governo estadual proferiu um extenso discurso, no qual abordou algumas das principais diretrizes de sua campanha eleitoral, falou acerca de inúmeras propostas para os âmbitos econômico e social e realizou, como feito durante a campanha, a defesa da coligação PTB-PRP. Posteriormente, tal discurso foi publicado na íntegra em periódicos como o *Diário de Notícias*²⁰².

Em um de seus mais recentes trabalhos acerca das campanhas eleitorais ocorridas durante a experiência democrática brasileira, Angeli (2018b) busca refletir acerca de como se dava a propaganda eleitoral nos espaços públicos durante este período. Com base em documentos partidários, que continham recomendações acerca da propaganda, e também relatórios de campanha, o autor não apenas identifica uma série de práticas comuns nas campanhas dessa época, como a distribuição de santinhos e panfletos, a pintura de muros e a utilização de faixas e cartazes, mas também, por exemplo, as formas como se dava a obtenção das verbas de campanha, e os valores despendidos pelos partidos e candidatos em material de campanha e pagamento de pessoal (ANGELI, 2018b, p. 295-305).

No caso da campanha eleitoral de Leonel Brizola em 1958 no Rio Grande do Sul, um relatório pelo Diretório Dr. João Goulart²⁰³, comitê localizado na capital gaúcha, nos auxilia não apenas na compreensão do papel desempenhado por esses e outros comitês eleitorais, mas também de algumas das práticas promovidas pela campanha do candidato trabalhista, em diálogo com a lógica das disputas eleitorais de sua época. Assinado por Gabriel Fialho Camargo, “chefe da caravana” e Walmor Torelly, “chefe do pichamento”, este relatório

²⁰² *Diário de Notícias*, 22/06/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁰³ Relatório de campanha do Diretório Dr. João Goulart. Acervo particular Francisco de Paula Brochado da Rocha – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRIS).

continha um resumo das atividades desenvolvidas em 35 dias de campanha, entre os meses de abril e maio de 1958. Nota-se, bem como no dos comícios, uma antecipação das ações de campanha de Brizola ao que seria o “período oficial” da campanha eleitoral. Em suma, conforme o próprio relatório, seu objetivo era prestar contas e possibilitar que se calculasse o valor necessário para a continuidade dos trabalhos no período que ia de maio até outubro, quando ocorreria o pleito.

De acordo com o documento, entre as referidas datas as atividades desenvolvidas pelo comitê consistiram em caravanas (compostas pelos já citados Gabriel Fialho Camargo e Walmor Torelly, Elbio Adão Peixoto Lopes, encarregado de materiais, Ernani Pereira Torelly e Dorval Cardoso, pichadores, e Aglair Machado, motorista) a cidades do interior e distritos, nas quais foram realizados o pichamento noturno generalizado (que indica uma possível realização dessa atividade à margem da lei, uma vez que a Lei nº 1.164 permitia tais inscrições em muros e paredes apenas mediante a autorização do responsável pelo imóvel²⁰⁴) e distribuição de propaganda nos diretórios municipais e distritais, estradas, igrejas, colégios, associações civis e residências situadas nos distritos coloniais. Ao todo, foram percorridos, a bordo de um caminhão, 5.343 quilômetros, sendo os dias de trabalhos divididos da seguinte maneira: preparação para a viagem, 4 dias; período de viagem, 35 dias; estadia em Porto Alegre, 5 dias; dias de chuva, 8 dias; pichamento noturno, 13 noites. Nessas tarefas, houve inúmeros tipos de despesas, conforme nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 05 – Despesas do Diretório Dr. João Goulart.

Despesas de material	Cr\$ 73.223,70
Despesas e manutenção do caminhão	Cr\$ 11.032,00
Despesas de alimentação	Cr\$ 31.632,00
Despesas com farmácia	Cr\$ 680,50
Adiantamentos ao pessoal	Cr\$ 3.590,00
Total	Cr\$ 120.158,20

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Relatório de campanha do Diretório Dr. João Goulart. Acervo particular Francisco de Paula Brochado da Rocha – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

Este relatório, afora o montante total de despesas, acima elencado, informava de maneira detalhada acerca de gastos com itens específicos. No caso de despesas com material, verifica-se, por exemplo, gastos com uma série de utensílios, tais como camas, cobertores,

²⁰⁴ Lei nº 1.164 de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

acolchoados, talheres, pratos, canecas, panelas, velas, além de uma cafeteira, um fogareiro e uma bacia, entre outros, que indicam a montagem de uma espécie de “quartel general”, possivelmente no próprio comitê, no qual os indivíduos envolvidos na campanha dormiam e se alimentavam. Nota-se também gastos com roupas, tais como camisas, ceroulas, bonés, pulowers, macacões e alpargatas, que nos permitem pressupor o uso de “uniformes”, além de materiais próprios para a propaganda de rua, como tintas, pincéis, cola, grampos, martelos, pregos, alicates e picaretas. Um trecho do relatório confirma o uso desses materiais na propaganda: “Temos uma sobra de 30 galões de tinta e ½ saco de alvaiada que ainda nos permite fazer uma cobertura de 4 cidades, estradas e muitas vilas”.

A distribuição de propaganda eleitoral, incluindo panfleto e santinhos, como dito anteriormente, foi parte integrante das atividades desenvolvidas pelo referido diretório em suas viagens. Ao longo do relatório enviado a Brizola, este grupo sugere também uma maior distribuição de flâmulas e cartões postais, especialmente com o retrato do candidato trabalhista, deixando claro assim a relevância dessas práticas para o jogo político da época. No tocante a este tipo de material, inúmeros são os vestígios referentes ao processo eleitoral de 1958, e especialmente à campanha de Brizola, disponíveis nos acervos consultados. No que segue, buscamos elencar alguns exemplos destes materiais de campanha.

Figura 29 – Santinho de Leonel Brizola e Guido Mondin.



Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Figura 30 – Santinho com calendário de Brizola e Mondin (frente e verso).



Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Figura 31 – Panfleto da coligação PTB-PRP-PSP.



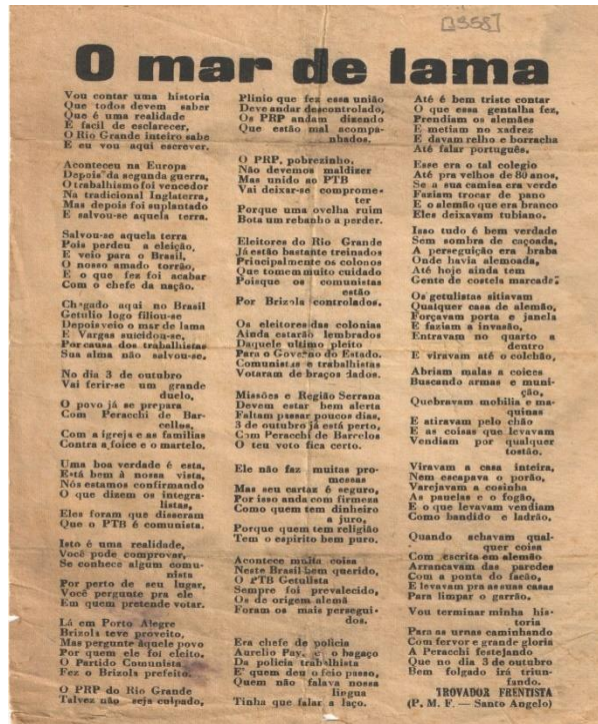
Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Em ambas as imagens elencadas, a candidatura de Brizola é associada ao PRP, seja na figura de seus postulantes ao Senado, à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa. Especialmente no caso da figura 31, em decorrência do número de candidatos do PRP, mas também do fato de adjetivar a coligação PTB-PRP-PSP como a “união das mãos calejadas”,

uma possível referência ao trabalho no campo, é possível tratar-se de um material direcionado especialmente à região colonial. Esta tentativa de associação pode ser compreendida a partir do já citado esforço empreendido por Brizola em captar votos das regiões de colonização italiana e alemã, uma das principais estratégias do candidato trabalhista para lograr sucesso nesse processo eleitoral. Afora isso, especialmente no caso da figura 29, inúmeros elementos saltam aos olhos e nos permitem uma análise mais rica desse material. Trata-se de um santinho de Leonel Brizola e Guido Mondin em forma de uma nota de cem cruzeiros, que de maneira direta associa ambas as candidaturas ao desenvolvimento econômico estadual. Ao centro, temos as imagens dos dois candidatos sob a forma de engrenagens, o que remete a ideia do voto casado, e de que a vitória e o mandato de um apenas funcionariam mediante a vitória do outro. Acima e abaixo das imagens dos candidatos, as inscrições “O Rio Grande precisa de Brizola” e “Brizola idealiza, planeja e constrói”, o que por sua vez remete a um capital de notoriedade e popularidade do candidato trabalhista, e especialmente a uma série de competências específicas de um administrador, já demonstradas em outras ocasiões, como na Secretaria de Obras Públicas e na Prefeitura de Porto Alegre.

Conforme já explicado por Bourdieu (2002, p. 171-172), para compreender uma tomada de posição, um programa, uma intervenção ou um discurso, é necessário conhecer o conjunto de tomadas de posição assumidas pelos demais agentes no interior do campo, uma vez ambas estão diretamente relacionadas, dependendo umas das outras. Ao analisarmos o material de campanha de Brizola, é possível perceber que o mesmo, em grande medida, possui relação com o que ao longo período eleitoral foi propagandeado pela Frente Democrática. Para além apenas da promoção da candidatura trabalhista, nota-se também que esta propaganda se propôs à defesa de Brizola e da coligação PTB-PRP-PSP, bem como a àquilo que podemos classificar como um “contra-ataque” à candidatura de Peracchi Barcelos. Abaixo, segue alguns exemplos desses materiais de campanha.

Figura 32 – Panfleto da Frente Democrática, intitulado “O mar de lama”.



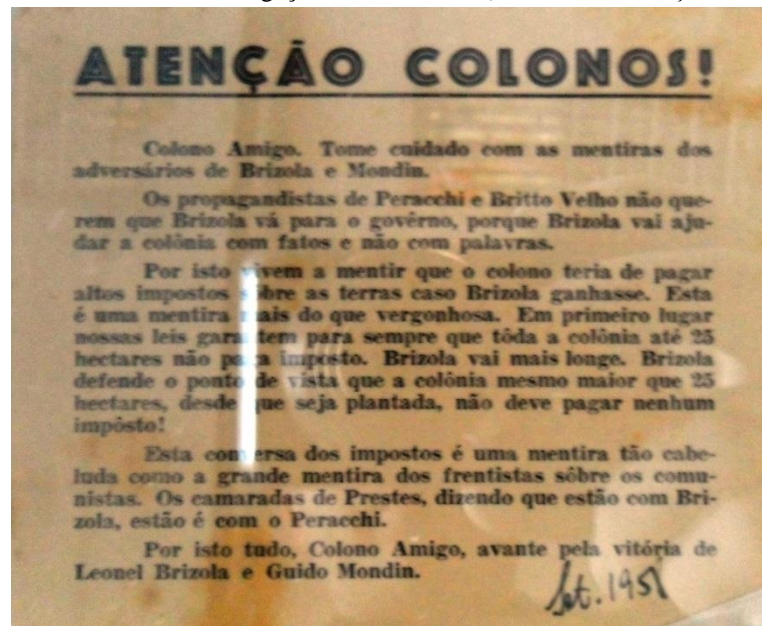
Acervo particular Walter Peracchi Barcelos – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Figura 33 – Panfleto com mensagem de Plínio Salgado aos integralistas do RS.



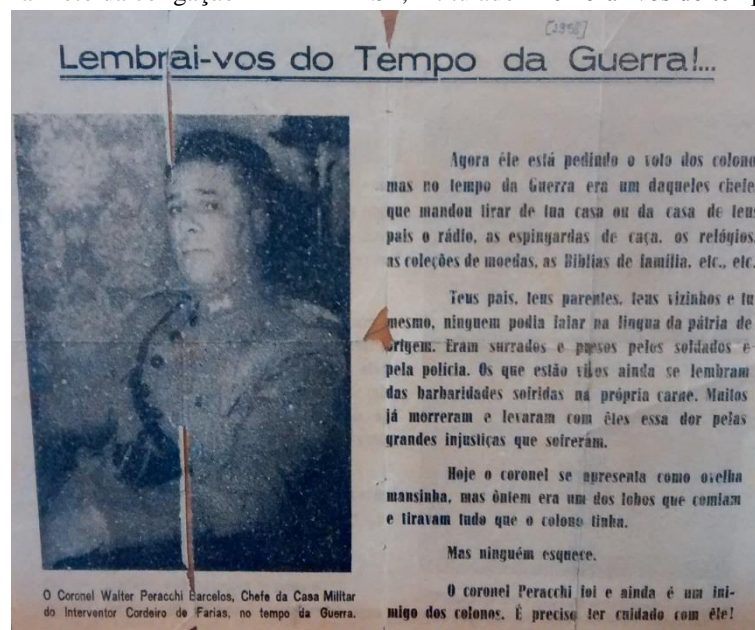
Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Figura 34 – Panfleto da coligação PTB-PRP-PSP, intitulado “Atenção colonos”.



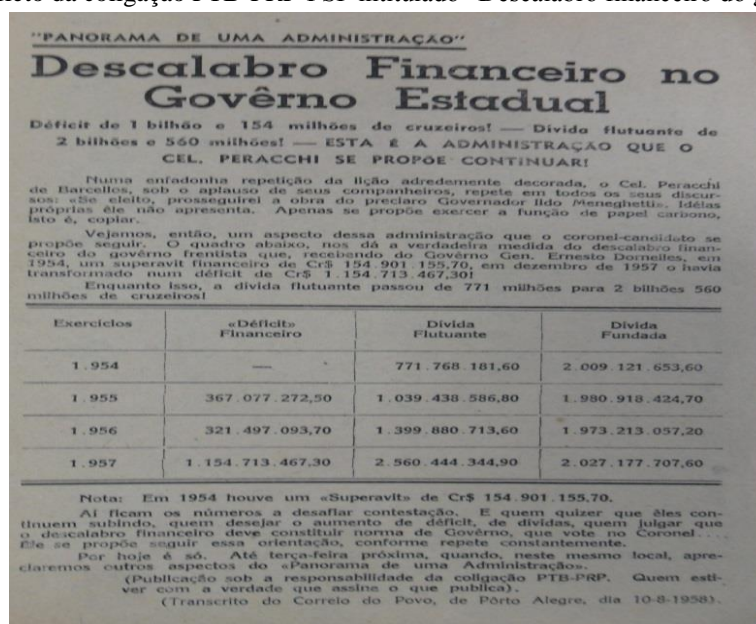
Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Figura 35 – Panfleto da coligação PTB-PRP-PSP, intitulado “Lembra-vos do tempo da guerra”.



Acervo particular Walter Peracchi Barcelos – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Figura 36 – Panfleto da coligação PTB-PRP-PSP intitulado “Descalabro financeiro do governo estadual”.



Acervo AIB/PRP – DELFOS – PUCRS.

Começaremos essa análise pela figura 32, um panfleto pró-Frente Democrática, intitulado “O mar de lama” (referência à expressão utilizada pelos opositores de Vargas para designar uma possível existência de corrupção em seu segundo governo). De cunho fortemente anticomunista, este panfleto, entre outras coisas, buscou associar Brizola e o PTB ao comunismo, apontando para as eleições de municipais de 1951 e estaduais de 1954, nas quais, segundo o panfleto, Brizola e Pasqualini, respectivamente, contaram com o apoio do PC. Desta forma, afirmou tratar-se o pleito de 3 de outubro de uma disputa não apenas entre Peracchi e Brizola, mas entre a Igreja e as famílias, aliadas do candidato frentista, e a foice e o martelo, símbolos comunistas, aliadas do candidato trabalhista. Além disso, tal propaganda procurou também não apenas deslegitimar a aliança entre PTB e PRP, apontando para o fato de ter sido uma decisão tomada não pelos integralistas gaúchos, mas por Plínio Salgado, como também colocar o eleitorado colonial contra Brizola e o PTB, associando-os ao Estado Novo, a Getúlio Vargas, principal referência política do partido, e ao processo de *brasilianização* ocorrido no período, que desencadeou uma forte repressão por parte do Estado brasileiro aos imigrantes italianos e alemães.

Em maior ou menor medida, é possível perceber, como já referido, uma relação da propaganda de Brizola, especialmente no caso das figuras 33, 34, 35 com o conteúdo da propaganda da Frente Democrática. Na figura 33, temos uma mensagem de Plínio Salgado aos integralistas do Rio Grande do Sul, localizados especialmente nas regiões de colonização.

Aqui novamente, bem como no caso do roteiro de viagens e da propaganda na imprensa (acerca da qual falaremos no subcapítulo 3.2 dessa dissertação), vemos o capital político do líder do PRP sendo mobilizado em prol da candidatura de Brizola. Neste panfleto, frente aos ataques que vinham sendo direcionados à coligação PTB-PRP-PSP tão logo a mesma foi anunciada (como é possível perceber em “O mar de lama” e em diversos outros *A Pedidos*, mandados publicar por indivíduos ligados tanto ao PRP quanto à Frente Democrática), e também à propaganda anticomunista contra a candidatura de Brizola, fomentada pela declaração de apoio de Prestes (também presente em “O mar de Lama” e em inúmeros *A Pedidos*), Plínio sai em defesa da aliança com o PTB, justificando-a sob vários aspectos e apontando afinidades entre os dois partidos, e também convoca o eleitorado perrepeista a votar no candidato trabalhista ao governo estadual, um político, segundo ele, dotado de “uma mentalidade nova e capaz de inaugurar um tipo de governo adequado às necessidades do nosso tempo”.

Nas figuras 34 e 35, novamente a propaganda dirige-se ao eleitorado colonial. O panfleto contido na figura 34, intitulado “Atenção colonos!”, alerta os eleitores da região contra as injúrias propagadas pela Frente Democrática contra Brizola, especialmente no que diz respeito a um possível aumento de impostos sobre a região colonial em caso de vitória do candidato trabalhista (como veremos no subcapítulo 3.2 desse trabalho, este foi um assunto que permeou inúmeros *A Pedidos* mandados publicar pela Frente Democrática ou longo da disputa eleitoral). Além disso, o mesmo também busca desmentir um eventual apoio de Prestes e do PC a Brizola (explorado pela Frente Democrática em panfletos, como “O mar de lama”, e em diversos *A Pedidos* mandados publicar nos principais periódicos do Estado), afirmando estarem “os camaradas de Prestes”, na realidade, com Walter Peracchi Barcelos contra a candidatura do PTB. Já o panfleto referente à figura 35, intitulado “Lembra-vos do Tempo da Guerra!...”, frente à tentativa de associação de Brizola e do PTB ao Estado Novo e ao processo de *brasilianização*, tendo como principal elo o ex-ditador e presidente Getúlio Vargas, principal nome do partido, lembra o eleitorado colonial acerca da atuação de Walter Peracchi Barcelos enquanto Chefe da Casa Militar do interventor Cordeiro de Farias, durante o Estado Novo, classificando-o como “um inimigo dos colonos”. Em decorrência dessa ligação, Cortés (2007, p. 253) afirma que Peracchi Barcelos foi alvo de uma forte oposição nas zonas de colonização, o que segundo o autor reverberou diretamente no resultado obtido pelo candidato situacionista naquela região e conseqüentemente contribuiu para a vitória de Leonel Brizola.

Ao longo do processo eleitoral, tanto a gestão de Ernesto Dornelles, enquanto governador do Rio Grande do Sul, quanto a de Brizola, enquanto prefeito de Porto Alegre, foram amplamente atacadas pela Frente Democrática, especialmente por meio de *A Pedidos*, como veremos no próximo subcapítulo. O panfleto referente à figura 36 pode ser entendido também como uma resposta a esses ataques e caracteriza-se não apenas como um ataque a Walter Peracchi Barcelos, mas também à gestão de Ildo Meneghetti, a qual o candidato frentista propunha-se a dar continuidade. Conforme o panfleto, tendo recebido de Ernesto Dornelles o Estado com um superávit de Cr\$ 154.901.155,70, a gestão de Meneghetti finalizou o ano com um déficit de Cr\$ 1.154.713.467,301, além de uma dívida flutuante de mais de 2, 5 bilhões de cruzeiros, sendo assim a continuidade de uma gestão da Frente Democrática, representada pela candidatura de Peracchi Barcelos, sinônimo de um “descalabro financeiro” para o Rio Grande do Sul.

Conjuntamente a viagens pelo interior, comícios, cortejos, inaugurações de comitês, entre outras atividades, a propaganda de rua, em suas mais variadas formas, foi parte vital da campanha eleitoral de Brizola. Como já citado, em sua análise das eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, Azevedo (1960, p. 270-271) chama a atenção para o excesso de propaganda eleitoral que tomou conta do Estado, bem como para os milhões de cruzeiros gastos em faixas, cartazes e santinhos, além das vultosas somas entregues a diretórios partidários e clubes, centros e organizações de propagandas. Assim como no caso dos roteiros de viagens, estas práticas eleitorais, e especialmente o seu excesso, repercutiram na imprensa também sob a forma de charges, publicadas por SamPaulo no *A Hora* ao longo dos meses que antecederam ao pleito. Abaixo, selecionamos três exemplos dessas publicações.

Figura 37 – Charge representando o excesso de propaganda de rua durante a campanha eleitoral de 1958.



Fonte: *A Hora*, 09/05/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

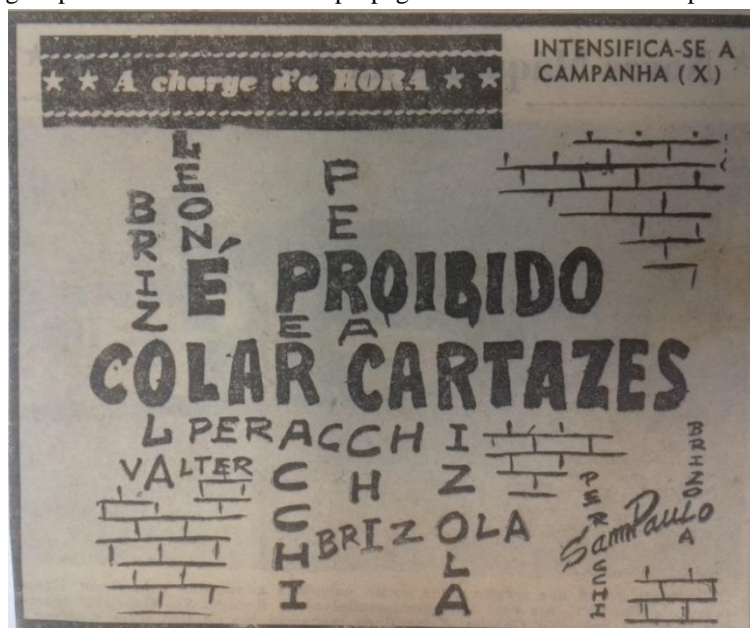
Figura 38 – Charge representando o excesso de propaganda de rua durante a campanha eleitoral de 1958.



Fonte: *A Hora*, 12/05/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Figura 39 – Charge representando o excesso de propaganda de rua durante a campanha eleitoral de 1958.



Fonte: *A Hora*, 27/05/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Na primeira charge, dois homens, rolando ao chão, trocam socos em uma encruzilhada, na qual os nomes de Brizola e Peracchi, pintados ao chão, se cruzam, disputando espaço na via pública. Já na segunda, uma mulher, ao retornar a um local que provavelmente é a sua casa, é recebida por um homem, provavelmente seu esposo, com cartazes dos candidatos ao governo estadual e ao Senado de ambas as coligações colados por todo o corpo. Por fim, na terceira charge, temos um muro no qual o aviso “é proibido colar cartazes” cruza-se com inúmeras pichações dos nomes de Brizola e Peracchi Barcelos. Tais charges, para além do excesso e do embate entre as candidaturas na via pública, retratam também, especialmente no terceiro caso, o já referido caráter ilegal que por vezes tais práticas assumiam, principalmente no que refere a colagem de cartazes e pichações não autorizadas.

Estas atividades, sejam elas referentes a roteiros de viagens ou propaganda de rua, exigiam dos candidatos e partidos vultosas somas monetárias, como nos mostrou o relatório anteriormente analisado. Mas afinal, de onde advinham tais receitas? Em seu já citado trabalho, no qual realiza uma análise de eleições municipais e estaduais no período da experiência democrática, Angeli (2018a, p. 353) ressalta a inexistência de elementos capazes de fornecer uma resposta satisfatória no que tange ao financiamento das campanhas eleitorais, em decorrência, entre outras coisas, da existência de uma prestação de contas oficial ou ainda de qualquer menção ao tema na legislação eleitoral. Contudo, com base em inúmeros vestígios de campanha, o autor verifica uma série de fontes de receita, que vão desde doações

realizadas por empresários já beneficiados ou em busca de benefícios por parte de um possível futuro governo, até contribuições de apoiadores, filiados, ou políticos dos respectivos partidos.

Bem como no caso dos processos eleitorais analisados por Angeli, não é possível fornecer uma resposta definitiva quanto à origem dos recursos despendidos na campanha eleitoral de Brizola em 1958. Contudo, com base em algumas fontes, é possível aventar algumas possibilidades no que diz respeito a esse financiamento, que vão de encontro ao detectado por esse autor em seus estudos. Em sua análise das eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, ao criticar o excesso de propaganda e a plutocratização das campanhas eleitorais, Azevedo (1960, p. 270) também questiona a origem do dinheiro empregado nas mesmas. Nela, como constatado também por Angeli (2018) em seus estudos, sugere a existência de grupos econômicos interessados na eleição de um ou de outro candidato, que teriam possivelmente financiado parte dessas campanhas. Além dessa possível fonte de receita, ao longo da disputa eleitoral é possível verificar na imprensa uma série de pedidos de cooperação financeira, mandados publicar pela direção regional do PTB, no qual solicitam auxílio para a manutenção e desenvolvimento da campanha eleitoral de Brizola. Esta arrecadação ocorreria por meio de uma Comissão de Finanças, instalada na sede do Diretório Regional, aberta diariamente a todos que desejassem contribuir²⁰⁵.

Bourdieu (2002, p. 164) nos explica que a partir dos embates travados pelos agentes políticos no interior do campo são gerados problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos. Uma análise da campanha eleitoral de Leonel Brizola em 1958, como se pôde verificar acima, traz á baila inúmeros desses produtos políticos, típicos do período que compreende os anos de 1945 e 1964. Na disputa com Walter Peracchi Barcelos, visando a mobilização do maior número de eleitores em prol de sua candidatura, a fim de, através da vitória no pleito de 3 de outubro, romper com a relação de forças que conferia ao campo a sua estrutura naquele momento, ou seja, o domínio da Frente Democrática sobre o Executivo gaúcho, Brizola adotou uma série de estratégias e práticas eleitorais (dentro e à margem da lei), tais como viagens pelo Estado, comícios, cortejos, inauguração de comitês, jantares, distribuição de panfletos e santinhos, colagem de cartazes e pichações, entre outras, que dialogavam com a lógica da experiência democrática, considerando tanto a ampliação e diversificação do eleitorado quanto a necessidade de conquista do mesmo, características marcantes desse período.

²⁰⁵ *Correio do Povo*, 26/04/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Sobre essas práticas, cabe aqui destacar algumas questões já apontadas ao longo do texto. Seja ao analisarmos os roteiros de viagens ou a propaganda eleitoral de Brizola, através dos quais se buscou mobilizar um capital político de Plínio e do partido em prol da candidatura trabalhista, é possível perceber o peso dado à aliança com o PRP e a consequente ênfase dada à região colonial. Além disso, afora a promoção da candidatura de Brizola a partir exploração de seu capital político de notoriedade e popularidade, é possível também verificar que tal propaganda buscou, naquilo que Bourdieu (2002, p. 179) classifica como o jogo das oposições e das distinções, responder ao que vinha sendo produzido pela coligação situacionista, tanto na forma de defesa da candidatura de Brizola e da aliança PTB-PRP, quanto na forma de ataques a Peracchi Barcelos e a Frente Democrática.

Contudo, a campanha eleitoral de Brizola não se reduziu apenas às práticas acima citadas. Também sob a lógica de seu tempo, a campanha do candidato da coligação PTB-PRP-PSP buscou, fazer uso de outro importante canal de mobilização eleitoral, a imprensa, seja em sua forma escrita ou falada, como veremos a seguir.

3.2 A IMPRENSA COMO MEIO DE CONSTRUÇÃO DE POPULARIDADE E CONQUISTA DE VOTOS

Tão logo encerrada a Convenção Regional do PTB, na qual foi escolhido como candidato do partido ao Governo do Rio Grande do Sul nas eleições 1958, paralelamente às viagens, comícios e propagandas de rua, citadas no subcapítulo anterior, Leonel Brizola deu início a uma intensa campanha também por meio da imprensa. Por inúmeras razões, torna-se impossível analisar aqui todas as nuances da propaganda trabalhista, tanto nos impressos quanto no rádio, nessa ocasião. Contudo, na sequência deste texto, buscaremos destacar alguns dos usos da imprensa feitos por Brizola na construção de sua popularidade e captação de votos.

Como referido no subcapítulo 1.1 deste trabalho, o rádio constituiu-se, especialmente durante a primeira metade de seu mandato como prefeito de Porto Alegre, enquanto um importante instrumento para a construção da popularidade de Brizola e de sua imagem enquanto postulante ao Executivo gaúcho no pleito que se aproximava. Entre outubro de 1957 e as eleições de 1958 não foi diferente, servindo como canal de manutenção desse capital político de notoriedade e popularidade, tanto por meio do acúmulo do mesmo capital como também por meio de um constante trabalho para evitar o descrédito. Em seu programa, realizado sob a forma de palestra e transmitido às sextas feiras à noite pela Rádio Farroupilha, Brizola, paralelamente aos assuntos relativos à administração municipal e outras questões políticas de âmbito estadual e nacional, procurou, entre outras coisas, dar visibilidade às suas atividades de campanha, como comícios e visitas ao interior; conclamar a população a contribuir com seu programa de governo e, posteriormente, divulgar suas propostas; defender-se do que caracterizou como “boatos e intrigas”, relacionados principalmente à importação de máquinas rodoviárias, ao aumento de impostos em Porto Alegre e ao já citado apoio oferecido por Luís Carlos Prestes; e delinear o perfil de um futuro governo, especialmente nos âmbitos econômico e social²⁰⁶. Como no caso dos roteiros de viagens, comícios e reuniões públicas, esta utilização antecipada do rádio para fins de campanha eleitoral também pode ser compreendida como à margem da lei, uma vez que, conforme já citado, a legislação eleitoral permitia o uso do rádio em campanha três meses antes do pleito²⁰⁷. Tais palestras, durante o

²⁰⁶ Levantamento realizado a partir da análise da propaganda publicada semanalmente no periódico *Correio do Povo*.

²⁰⁷ Lei nº 1.164 de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

período eleitoral, foram divulgadas semanalmente pelo *Correio do Povo*²⁰⁸ nos mesmos moldes da propaganda presente na figura 01, anteriormente elencada.

De acordo com Angeli (2018a, p. 344), já nas eleições estaduais de 1947, bem como nas que a sucederam, houve uma significativa utilização do rádio nas campanhas eleitorais, por parte de partidos como PSD, PTB, UDN, PL e PRP. Porém, conforme explica o autor, tais programas possuíam curta duração – em média de 5 a 15 minutos – e eram veiculados apenas alguns meses (ou semanas) antes do pleito. Para as eleições de 1958, o programa radiofônico da Frente Democrática não fugiu a esta lógica, tendo tido curta duração em todas as suas edições e sido veiculado tanto na Rádio Farroupilha quanto na Rádio Gaúcha apenas a partir do mês de junho de 1958²⁰⁹. Na comparação com os candidatos que o sucederam, incluindo os também trabalhistas Alberto Pasqualini e Ernesto Dornelles, e com seu adversário em 1958, Walter Peracchi Barcellos, o uso intensivo e extensivo deste meio de comunicação de massas como forma de propaganda eleitoral, realizado por Brizola desde 1956, ainda como prefeito de Porto Alegre, denota uma maior adaptação de Brizola à lógica da competição eleitoral e da necessidade de conquista do eleitorado, próprias da experiência democrática, e pode, conforme veremos subcapítulo 3.3 desta dissertação, ter sido um dos inúmeros fatores que explicam a ampla votação obtida pelo candidato trabalhista na ocasião.

Em uma análise dos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, para além do programa comandado por Brizola, é possível verificar inúmeros outros programas pró-coligação PTB-PRP-PSP, diferentes em seu formato do apresentado pelo Prefeito de Porto Alegre e transmitidos apenas durante o período eleitoral (a exemplo dos programas veiculados pelo PTB e por outros partidos em outras ocasiões). Tais programas, direta ou indiretamente, podem também ter auxiliado na promoção da candidatura de Brizola ao governo estadual, especialmente entre o eleitorado perrequista, um dos principais alvos do PTB nesta ocasião e que, como já referido, conduziram o partido à busca por uma aliança com o PRP. O primeiro desses programas, intitulado “A Palavra do PRP”, era transmitido de segunda as sextas-feiras na Rádio Gaúcha e aos sábados pela Rádio Farroupilha, e dedicava-se (segundo o anúncio do próprio programa) ao debate acerca de problemas políticos e administrativos²¹⁰. Em mais de uma ocasião, como é possível verificar também em propagandas publicadas na imprensa escrita, o mesmo transmitiu mensagens de apoio de Plínio Salgado às candidaturas de Leonel

²⁰⁸ Diferentemente do período pré-Convenção, quando os anúncios das palestras de Brizola foram verificados tanto no *Correio do Povo* quanto no *Diário de Notícias*, após outubro de 1957 os mesmos passaram a ser detectados apenas no primeiro periódico.

²⁰⁹ *Correio do Povo*, 03/06/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

²¹⁰ *Correio do Povo*, 27/04/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Brizola e Guido Mondin²¹¹. O segundo, intitulado “Uma administração em marcha, era produzido pela Aliança Populista Feminina”²¹² e transmitido diariamente pela Rádio Gaúcha. Bem como o programa comandado por Brizola, estes também eram divulgados semanalmente pelo *Correio do Povo*²¹³.

Afora os programas radiofônicos acima elencados, este meio de comunicação de massas exerceu outro papel de destaque na campanha eleitoral de Leonel Brizola, especialmente em sua reta final, com a transmissão de seus comícios. Nos pleitos estaduais anteriores, Angeli (2018a) já identifica o uso do rádio na transmissão desses eventos ou na reprodução posterior dos discursos proferidos nos mesmos. No pleito de 1958, contudo, a campanha de Brizola apresentou, bem como no caso de seu programa radiofônico, uma maior sistematização dessa prática. A partir da segunda metade do mês de setembro, os comícios de Brizola e Mondin passaram a ser transmitidos diariamente, em mais de um horário por dia, pela Rádio Farroupilha e pelas diversas emissoras por ela comandadas²¹⁴. Ao longo das semanas, anúncios referentes a essas transmissões foram também publicados diariamente nos principais jornais da capital. Este uso do rádio, aliado à divulgação realizada pela imprensa escrita, difere Brizola não apenas dos candidatos ao governo estadual nos pleitos anteriores, como também de seu opositor, Walter Peracchi Barcelos, acerca do qual, em uma análise dos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, não se identificou prática semelhante. Novamente aqui, o rádio apresenta-se como uma peça chave e um diferencial para a construção da popularidade de Brizola. Para além de apenas dar visibilidade a estes eventos, a transmissão em cadeia dos comícios de Brizola propiciou ao mesmo disseminar a população suas propostas para um futuro governo, como também difundir entre os ouvintes um sentimento de adesão popular à sua candidatura.

Aliada aos programas de rádio acima citados, bem como à transmissão diária de seus comícios durante a reta final da campanha, a imprensa escrita, serviu como um canal de difusão das atividades realizadas em campanha eleitoral pelo candidato trabalhista, assim como de promoção de seus feitos enquanto prefeito de Porto Alegre, atuando assim, bem como o rádio, como uma ferramenta para a expansão e para a manutenção do capital político de notoriedade e popularidade de Brizola. Neste sentido, adotou em sua campanha outra

²¹¹ *Correio do Povo*, 17/05/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

²¹² Grupo fundado para auxiliar nas campanhas eleitorais de Leonel Brizola e Guido Mondin. Em suma, suas atividades mais importantes eram o trabalho de qualificação eleitoral, o contato com pessoas das relações das integrantes, fundação de comitês e outros postos de orientação. Fonte: *Diário de Notícias*, 04/06/1958.

²¹³ *Correio do Povo*, 17/05/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Anúncios desta espécie, referentes a estes programas, não foram verificados em nenhuma das edições analisadas do *Diário de Notícias*.

²¹⁴ *Diário de Notícias*, 17/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

prática já presente nos pleitos de 1947, 1950 e 1954. Entre os meses de junho e outubro de 1958, quase que diariamente, foram publicados em alguns dos principais periódicos da capital vários *A Pedidos* compostos por fotos de comícios, cortejos e recepções a Brizola e Mondin nas mais diversas cidades do Estado, acompanhadas de textos acerca das mesmas, que ocuparam espaços de destaque nas páginas dos respectivos jornais. Abaixo, dois exemplos desta propaganda.

Figuras 40 e 41 – Exemplos de *A Pedidos* acerca dos comícios e viagens de Brizola e Mondin pelo Rio Grande do Sul.



Fontes: *Diário de Notícias*, 28/09/1958; *Diário de Notícias*, 30/09/1958.
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ao analisar as fotografias da campanha eleitoral de Alberto Pasqualini (1945-1954), Angeli (2017, p. 8-13) afirma que a produção das mesmas, especialmente durante suas viagens pelo interior do Estado e participações em comícios e cortejos, servia para a confecção de propaganda eleitoral, principalmente *A Pedidos* veiculados na imprensa, que, por sua vez, tinham como objetivo conferir um sentido de popularidade ao candidato e à sua campanha, classificando na maioria dos casos como triunfante, vibrante ou vitoriosa. A partir da análise dos títulos de muitas dessas propagandas pagas, publicadas no *Correio do Povo* e no *Diário de Notícias*, é possível verificar tal intenção: “Cada vez maior o apoio do interior as candidaturas vitoriosas de Leonel Brizola e Guido Mondin”; “Vibrantes manifestações no

interior do Estado as candidaturas Brizola-Mondin”; “Brizola e Mondin empolgam o interior”; “Consagradora recepção de Brizola e Mondin em Uruguaiana”; “Brizola e Mondin realizam no interior vitoriosa campanha”; “Torres e Viamão com Brizola e Mondin”; “Multidões aplaudem Brizola e Mondin”; “Assegurada também no interior a vitória de Brizola e Mondin”; “Brizola e Mondin aclamados em todo o Rio Grande”; “O interior apoia Brizola e Mondin para se libertar de um governo prometedora e inepto”; “Cidades do interior manifestam sua certeza na vitória de Brizola-Mondin”; e “Brizola-Mondin: vitória na capital, vitória no interior” são alguns exemplos dessas publicações.

Tais publicações retratam, em grande medida, um candidato popular, próximo do povo, assim como uma candidatura também popular, que é festejada e bem recebida por onde passa. As imagens abaixo, que compõe parte desses *A Pedidos*, são exemplos disso. Na figura 42, Brizola, juntamente com Neusa Goulart (à sua esquerda) e Mondin (à sua direita), é recepcionado com festa, sob aplausos, gritos e uma chuva de papéis picados, por um grupo de senhoras, mulheres e crianças de uma localidade não identificada do Interior do Rio Grande do Sul. Já na figura 43, referente ao comício de encerramento de sua campanha eleitoral, realizado em Santa Maria, Brizola, a bordo de um carro e ao centro do círculo, acena e é recebido por um mar de eleitores entusiasmados, que com braços estendidos, e mãos que seguram flâmulas, cartazes e bandeiras, buscam aproximar-se do candidato.

Figura 42 – Recepção a Brizola, Neusa Goulart e Mondin em uma localidade não identificada do interior do Estado.



Fonte: *Correio do Povo*, 14/09/1958.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Figura 43 – Recepção a Brizola e Mondin em Santa Maria, na ocasião do comício de encerramento de sua campanha.



Fonte: *Correio do Povo*, 01/10/1958.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Imagens dos comícios de Brizola também compuseram parte desses *A Pedidos*. Na sua maioria, tais publicações buscaram, assim como nos casos das figuras 42 e 43, transmitir um sentimento de adesão às candidaturas, de entusiasmo e envolvimento popular, bem como de proximidade do candidato com o povo. A figura 44 refere-se a um comício realizado em São Francisco de Paula, no qual o candidato ao governo estadual discursa e gesticula em um palanque improvisado sobre um caminhão, enquanto eleitores o ouvem atentamente. Para além da plateia, tal imagem dá destaque à capacidade de Brizola de se dirigir às massas e com elas dialogar, ou em outras palavras, o domínio daquilo que Bourdieu (2002) denomina como *habitus do tribuno*. O mar de espectadores e a atenção dos mesmos as palavras de Brizola e Mondin são retratados nas figuras 45 e 46, referentes às visitas dos candidatos as cidades de Uruguaiana e Erechim, respectivamente. Contudo, mais do que a atenção dos ouvintes, tais imagens destacam também o ânimo das massas com a presença dos dois candidatos. Nelas, é possível detectar feições de entusiasmo, gritos e braços erguidos que saúdam e festejam a Brizola e Mondin, além de cartazes, bandeiras, flâmulas que, empunhadas, compõe o cenário de festa às respectivas candidaturas.

Figura 44 – Comício de Brizola e Mondin em São Francisco de Paula.



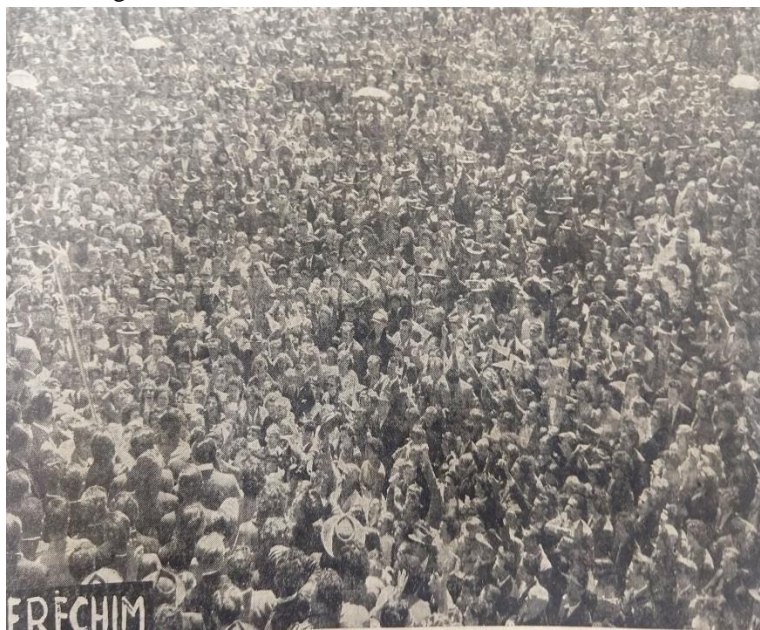
Fonte: *Correio do Povo*, 05/06/1958.
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Figura 45 – Comício de Brizola e Mondin em Uruguaiana.



Fonte: *Correio do Povo*, 27/07/1958.
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Figura 46 – Comício de Brizola e Mondin em Erechim.



Fonte: *Correio do Povo*, 28/09/1958.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Juntamente com as imagens das recepções, dos cortejos, das caminhadas e dos comícios, fotografias de Brizola ao lado de crianças, produzidas durante suas visitas pelo interior do Estado, foram amplamente exploradas nos *A Pedidos* mandados publicar pela coligação PTB-PRP-PSP. Conforme nos mostra Angeli (2017, p. 11-13), essa prática constituiu-se também enquanto uma das estratégias da mobilização da campanha eleitoral de Alberto Pasqualini em 1947, que, a partir das imagens, explorando a pureza própria da infância, buscou atribuir qualificativos positivos ao candidato e à sua candidatura. No caso da campanha eleitoral de Brizola em 1958, o mesmo pode-se perceber a partir de uma análise das fotografias abaixo e de suas respectivas legendas.

“A vibração do abraço dessa menina, descendente de colonizadores da progressista Caxias do Sul ao receber em sua cidade o candidato trabalhista é a expressão mais eloquente do caráter realmente invulgar que tem caracterizado a peregrinação de Brizola e Mondin. Esse entusiasmo que só a espontaneidade da infância permite, está sendo observado em todos os recantos por onde tem passado a caravana dos candidatos da coligação PTB-PRP-PSP.”

“Ó Dr. Brizola! Para o Senhor! Na simplicidade infantil do oferecimento destas garotas ao entregarem ao candidato o ramo de flores está simbolizada toda a sua esperança. Esperança de que um novo governo, com uma nova mentalidade administrativa, lhes propicie mais condições e tudo o mais que, em matéria de assistência, aspiram a infância e a juventude do Rio Grande.”

Figura 47 – A abraço entre Brizola e uma criança, em visita a Caxias do Sul.



Fonte: *Correio do Povo*, 14/09/1958.
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Figura 48 – Brizola ao lado duas crianças em visita ao interior do Estado



Fonte: *Correio do Povo*, 14/09/1958.
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Como já referido em trabalhos como o de Cánepa (2005, p. 235), ainda no início da campanha eleitoral, Brizola e o PTB, de forma inédita na história política do Rio Grande do

Sul, possibilitaram à população participar da elaboração do programa de governo trabalhista, endereçando ao comitê central de campanha, pessoalmente ou por meio de correspondência, queixas, ideias e sugestões. Aqui, novamente, a imprensa, escrita ou falada, exerceu um papel de proeminência. Conforme dito acima, Brizola utilizou de seu programa radiofônico para, entre outras coisas, conclamar a participação popular na construção de seu programa de governo. Na imprensa escrita, esta chamada à população foi reiterada de forma intensiva e extensiva, nos moldes do *A Pedido* abaixo, publicado a partir da segunda metade do mês de abril quase que diariamente no *Correio do Povo*²¹⁵. Nele, dentre outras coisas, Brizola questionava a população acerca dos maiores problemas enfrentados pelo Rio Grande do Sul, da forma como o futuro governo deveria atuar em relação a estes problemas, das necessidades específicas de cada região, além de abordar, de forma mais enfática, a questão da educação, vinculando-a especialmente ao desenvolvimento econômico do Estado.

Figura 49 – Convite para colaboração com o programa de Governo de Leonel Brizola

COLABORE

na elaboração do
programa adminis-
trativo do candi-
dato ao Govêrno
do Estado

ENG. LEONEL BRIZOLA

*Envie-nos suas idéias e sugestões,
mesmo sôbre os pequenos
problemas.*

OU AINDA, NA SUA OPINIÃO:

- * Como deveria atuar o futuro Govêrno em re-
lação a êste ou aquêle problema?
- * Quais os mais importantes problemas do Rio
Grande?
- * Como entara a necessidade de uma ampla
revisão de nossa política de desenvolvimen-
to econômico? E mais: aliando-se a um gran-
de esforço pela educação e preparo técnico
de nossos filhos, não seria o caminho certo
para elevar o padrão de vida de nossas fa-
mílias?
- * Quais as necessidades de sua região? Exis-
tem muitas crianças sem escola?

DATILOGRAFE, EM RESUMO, COM ASSINATURA OU NÃO
(conforme sua preferência), ENVIANDO PARA A CALXA POS-
TAL 991, PORTO ALEGRE.
(ESCRITÓRIO DE ESTUDOS PARA O PROGRAMA)

Fonte: *Correio do Povo*, 20/04/1958.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Após meses conclamando a população gaúcha a colaborar com as diretrizes de um possível futuro governo, veio a divulgação do referido programa, na qual tanto o rádio quanto

²¹⁵ Anúncios desta espécie não foram verificados em nenhuma das edições analisadas do *Diário de Notícias*.

a imprensa escrita exerceram um papel de destaque. Antes, porém, no intuito de gerar expectativa e interesse da população por seu conteúdo, diversos anúncios acerca de sua leitura (programada inicialmente para o dia 15 de agosto) foram publicadas nos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* ao longo das semanas que a antecederam. Às vésperas de seu lançamento, por exemplo, estampava as páginas do *Diário de Notícias* um *A Pedido* que dizia: “Os problemas do Rio Grande e suas soluções no plano de governo do Eng. Leonel Brizola: amanhã Leonel Brizola lançará sua plataforma”. Em 22 de agosto, isto é, uma semana após a data prevista, Brizola realizou via Rádio Farroupilha, durante 2h30, a leitura de seu programa. Nela, entre outras coisas, Brizola tratou de temas como trabalho e capitalismo, de sua peregrinação pelo Estado, da aliança entre PTB e PRP, além de apresentar suas propostas para as mais variadas áreas. Sob a forma de *A Pedido*, parte da fala de Brizola foi publicada no dia seguinte em jornais como o *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo*²¹⁶.

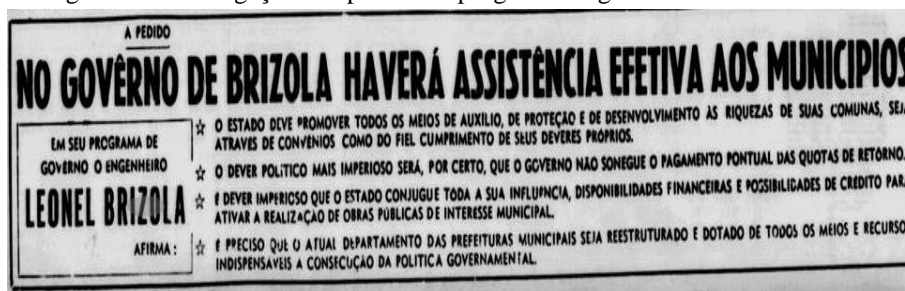
Até aqui, a divulgação do programa de Brizola seguiu o padrão dos pleitos anteriores. Conforme nos mostram autores como Bodea (1992), Cánepa (2005), comumente tais programas tinham sua leitura transmitida pelo rádio e, posteriormente, eram divulgados na íntegra nos principais periódicos do Estado. A própria campanha de Walter Peracchi Barcelos, candidato da Frente Democrática em 1958, obedeceu à esta lógica, tendo o seu programa de governo sido lançado em um comício na cidade de Santa Maria, transmitido pela Rádio Farroupilha²¹⁷, e publicado na íntegra, no dia posterior, no jornal *Correio do Povo*²¹⁸. Já o programa de Brizola, por sua vez, foi “diluído” e teve seus diversos temas como Educação, Orientação Administrativa, Planejamento e Execução, Política Financeira, Assistência Efetiva aos Municípios, Energia Elétrica e Desenvolvimento Econômico, publicados sob as mais variadas formas de *A Pedidos* nos periódicos *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* durante as semanas seguintes. Abaixo, três exemplos dessa propaganda.

²¹⁶ *Correio do Povo*, 23/08/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

²¹⁷ *Diário de Notícias*, 30/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²¹⁸ *Correio do Povo*, 23/08/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Figura 52 – Divulgação dos pontos do programa de governo de Leonel Brizola



Fonte: *Diário de Notícias*, 28/08/1958.
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Cabe salientar que esta propaganda de Brizola não diferiu-se apenas na forma como ocorreu, de maneira sistematizada na comparação com outros pleitos e com própria propaganda de Peracchi Barcellos, mas também em seu formato vide as imagens 50 e 51, que diferiam da diagramação do restante do jornal. Esta é uma característica da propaganda de Brizola já presente quando ainda era postulante a candidato pelo PTB e que viria a aparecer não apenas nesta, mas inúmeras outras publicações futuras. Tanto a maneira com que tais publicações ocorreram quanto o seu formato denotam, como já referido, uma intenção de Brizola de, frente à ampliação do eleitorado e à necessidade crescente de conquista do mesmo, estabelecer uma nova forma de propaganda e uma nova linguagem capaz de atingir estes eleitores.

Em seus estudos acerca das eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, Cánepa (2005) realiza uma extensa análise do programa apresentado por Brizola. Cabe aqui, de forma sucinta, com base no trabalho desta autora, citar algumas das propostas apresentadas pelo candidato trabalhista. No âmbito da educação, carro-chefe de sua campanha eleitoral e principal queixa apresentada pela população, Brizola aponta em seu programa para a necessidade de investimento de grandes recursos na área, a fim de superar o déficit escolar apresentado pelo Estado. Parcerias entre União, Estado, municípios e instituições particulares, aparelhamento, construções e conservação dos prédios e instalações escolares, criação de escolas técnicas agrícolas e industriais, contato com universidades, além do estímulo às iniciativas particulares e a valorização dos princípios cristãos estão entre as principais propostas apresentadas para a área. Energia elétrica, outra das necessidades mais enfatizadas pela população, está entre os pontos abordados pelo candidato do PTB. Conforme o programa de Brizola, o problema da energia elétrica apresenta-se como “o mais forte ponto de estrangulamento da nossa economia”. Neste sentido o candidato trabalhista propõe uma

revisão do plano de obras da CEE, o qual deveria passar a abranger Porto Alegre e Canoas; pleitear uma maior colaboração da União; o aproveitamento do potencial rio-grandense hidráulico e do carvão; além de investimentos na área, especialmente em regiões do interior (CÁNEPA, 2005, p. 239-240).

Outros dois pontos do programa trabalhista, destacados por Cánepa em sua obra, são a assistência efetiva aos municípios e o planejamento como forma de gestão. No que se refere ao primeiro tópico, identificado pela autora como uma área problema no Governo Meneghetti, o programa propõe: o fiel cumprimento dos deveres do Estado; o apoio à política emancipacionista, no intuito de acelerar o surto de desenvolvimento de inúmeras regiões, o aumento dos recursos financeiros aos municípios; e assistência técnica, jurídica e contábil aos municípios, a partir da reestruturação do Departamento das Prefeituras Municipais. No que tange ao segundo, aproveitando para criticar a desorganização do governo do Estado, Brizola propõe um planejamento centralizado com execução descentralizada, além da formação permanente de equipes técnicas (CÁNEPA, 2005, p. 238-239).

Entretanto, como já referido, não apenas de atividades de campanha ou propostas baseou-se a propaganda de Brizola na imprensa. Pelo contrário, boa parte dessa propaganda apoiou-se em um capital político de notoriedade e popularidade adquirido em sua trajetória como chefe do Executivo porto-alegrense. Se entre os anos de 1956 e 1957, a fim de construir-se enquanto postulante a candidato trabalhista nas eleições ao governo estadual, Brizola buscou dar destaque às suas realizações frente à Prefeitura de Porto Alegre, o uso de seus feitos enquanto administrador como propaganda eleitoral via imprensa intensificou-se no período que vai da Convenção Regional do PTB, em outubro de 1957, ao pleito de outubro do ano seguinte. Um dos lemas que sintetizou este tipo de propaganda foi o do *Planejamento*, um dos pontos-chaves do programa de Brizola. Já no início do mês de junho de 1958, é possível verificar na maioria dos periódicos do Estado, tais como *Diário de Notícias*, *Correio do Povo*, *A Hora*, *Folha da Tarde* e *Jornal do Dia*, o seu uso na propaganda eleitoral de Brizola, a exemplo do *A Pedido* que segue abaixo.

Figura 53 – Propaganda eleitoral de Brizola acerca do planejamento em sua gestão

A PEDIDO

PLANEJAMENTO



Administrar, nos dias atuais, exige do administrador uma série de requisitos, oriundos da própria complexidade da vida contemporânea. Nessa administração, tanto pública como, mesmo do caráter privado, o administrador deve reunir condições, que vão desde a capacidade de ação até a previdência e percepção de acontecimentos que possam ocorrer, no desenvolvimento de sua gestão.

Esta última condição, de um modo geral, quase não possuiam os administradores da coisa pública, nos anos passados. Na generalidade dos governos, independentemente de seus âmbitos, imperava, por assim dizer, uma política de improvisação e, mesmo, de improvisação. Quando uma medida era adotada, via de regra suas consequências e até mesmo as circunstâncias que a determinavam não eram devidamente observadas. Disto, como é natural, sempre resultou a incoerência das administrações à moda antiga, que se refletiu no emaranhado de providências tomadas a cego, desordenadamente e sem qualquer previsão.

O NOSSO PROBLEMA LOCAL

Examinando a questão de maneira local, a fim de que sejamos mais exatos e também para que as nossas assertivas tenham mais fácil comprovação qualquer pessoa conviva que o pouco êxito de certas administrações que passaram pelo Estado e pelo Município de Porto Alegre, decorreu, precisamente, da imprevidência e da improvisação. A ausência de qualquer programa de governo previamente estabelecido — determinando com objetividade e realismo a execução ordenada de melhoramentos nos serviços e obras públicas, especificando, também, as necessárias recursos — foi sem dúvida o "pivot" da inépcia demonstrada por muitas administrações improvisadoras.

SURGE UM NOVO CRITÉRIO

Embora pareça incrível a história do planejamento administrativo é bastante nova entre nós. Tanto assim, que ainda hoje se permanece pouco adotada.

Um novo e inovável êxito alcançou esta nova iniciativa do jovem e dinâmico administrador Leonel Brizola. Através o Plano de Obras, Serviços e Equipamentos — o programa administrativo que dispõe sobre o investimento de recursos num montante de 3 bilhões de cruzeiros — a atual administração realizou algo de verdadeiramente revolucionário em Porto Alegre. Mais do que tudo o que se poderia dizer, a base trapezoidal, pelas próprias realizações, são os 222 quilômetros de rede hidráulica implantada; a Hidráulica de São João, com capacidade para fornecer 80 milhões de litros de água, por dia; a ampla área alagada na margem do Guaíba (futura Avenida Beira-Rio); os 21 quilômetros de pavimentação da Avenida Assis Brasil; os 137 prédios escolares que sanaram o déficit de 30 mil matrículas; a solução para o problema dos transportes; a assistência e o incentivo aos produtores do Município, visando a melhoria das condições de abastecimento à população; a revitalização das finanças municipais e a reorganização administrativa dos serviços do Município.

Tudo isto são fatos concretos e palpáveis, que resultaram da orientação seguida pelo prefeito Leonel Brizola: a planificação como norma permanente de sua ação administrativa. E todo esse milagre administrativo foi realizado sem inaugurações, sem pedras fundamentais e sem promessas!

mente rodoviário do DAER, além de dezenas de outros em que se incluem a construção seriada de prédios escolares e de hidráulicas e implantação de redes de água e esgoto em municípios do interior.

As qualidades pessoais de um grande gestor da administração pública, demonstradas no exercício do cargo de Secretário das Obras Públicas, levaram, democraticamente, o eng.º Leonel Brizola à Prefeitura de Porto Alegre. Ali, novamente, reafirmou ser um administrador exercido pela vida pública atual. Possuidor de uma inovável capacidade de trabalho, o prefeito Leonel Brizola reorganizou, logo no início de sua gestão, com a planificação da atividade administrativa que desenvolveu na Prefeitura. Reuniu uma equipe de técnicos e, mais uma vez, elaborou tecnicamente o programa de seu governo, traçando as diretrizes, que orientariam sua ação, no sentido da total reestruturação dos serviços municipais. À base do que, empreendeu então a atividade realizadora. Esta firmou-se, assim, nos sólidos estílios da previsão e da coordenação das medidas que, numa sucessão, também previamente estabelecida, se concretizaram. Igualmente, se realizou a relevância, desde o Guaiaba, Aeroporto Salgado Filho, novos prédios para o Tribunal de Justiça e para o Colégio "Júlio de Castilhos", construção de vilas residenciais populares no interior, recuperação de vários e importantes melhoramentos de que carecia o Estado. Para citar os de maior relevância: ponte sobre o Guaíba, Aeroporto Salgado Filho, novos prédios para o Tribunal de Justiça e para o Colégio "Júlio de Castilhos", construção de vilas residenciais populares no interior, recuperação

Raramente, se tem conhecimento de que alguma administração, neste imenso Brasil, tenha elaborado um programa detalhado do trabalho a realizar. Continuando a observar a questão, vamos, mesmo a curta distância, encontrar algumas únicas iniciativas dessa convergência. E, não há como negar, ambas partidas de um engenheiro que se revelou para a vida pública, creditando-se como um administrador em que se reunem as condições exigidas para tal função, lançando e executando programas de governo que são, dentro do tempo, a base de sua ação administrativa.

PLANEJAMENTO: NORMA PERMANENTE

Foi quando ainda Secretário das Obras Públicas, que o atual prefeito Leonel Brizola lançou no Rio Grande do Sul um programa de investimentos públicos no montante de 3 bilhões de cruzeiros, que possibilitou, a

Fonte: *Correio do Povo*, 05/06/1958.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

As tomadas de posições assumidas pelos agentes políticos no interior do campo estão, como já referido algumas vezes ao longo do texto, diretamente ligadas as tomadas de posições assumidas por seus correntes no interior do mesmo campo, sendo assim necessário compreendê-las de maneira relacional (BOURDIEU, 2002, p. 171-179). Para além do que foi explicado por Cánepa (2005) e à luz do que nos explica Bourdieu (2002), uma análise do *A Pedido* acima elencado nos auxilia em uma maior compreensão desse *Planejamento* pregado por Brizola e do sentido que o candidato trabalhista buscou dar a ele em sua propaganda.

Tal publicação inicia tratando das características necessárias a um administrador moderno e da ausência de tais qualidades aos gestores da coisa pública, seja no âmbito nacional, estadual e municipal, durante os últimos anos. Em decorrência disso, imperava no meio público a política da imprevidência e das improvisações. Esta forma de gestão, segundo o *A Pedido*, foi o que vigorou na capital gaúcha durante as suas últimas administrações, marcadas pela ausência de um programa de governo previamente estabelecido e pela inépcia administrativa. Em oposição a essa maneira de gerir, a publicação coloca o que chama de “técnica do planejamento administrativo”, uma forma de gestão ainda pouco explorada pelos administradores brasileiros e que encontra no Rio Grande do Sul seus dois

principais “cases de sucesso”, ambos vinculados a Leonel Brizola. Primeiramente, em sua passagem pela Secretaria de Obras Públicas do Estado, na qual lançou um programa de investimentos de 3 bilhões de cruzeiros, que possibilitou a realização de inúmeras melhorias das quais o Rio Grande do Sul carecia na ocasião. Posteriormente, na Prefeitura de Porto Alegre, na qual, com o auxílio de técnicos, elaborou seu programa de governo e as diretrizes que orientariam a sua ação. Esta “administração planejada”, conforme explica a publicação, resultou no Plano de Obras, Serviços e Equipamentos, que dispôs sobre o investimento de 5 bilhões de cruzeiros e que permitiram, bem como no Estado, a realização de diversas melhorias na cidade de Porto Alegre.

Com isso, explorando um capital político de notoriedade e popularidade, de administrado, obtido por Brizola tanto na Secretária de Obras Públicas do Estado quanto na Prefeitura de Porto Alegre, este *A Pedido* descreve o candidato trabalhista como um político dotado de competências específicas a um administrador moderno, em contraposição as administrações anteriores da Frente Democrática, ineficazes de acordo com a publicação, tanto na capital quanto no Estado. A posse de tal expertise, juntamente com um programa de governo elaborado com o auxílio da população e, por isso, capaz de atender as suas necessidades e anseios, faziam de Brizola o único candidato capaz de, enquanto governador, modificar o quadro vivido pelo Estado, pelo qual responsabilizava seus opositores.

Contudo, para além do planejamento como forma de gestão e de seus resultados práticos, Brizola buscou dar também destaque individual às mais diversas áreas nas quais sua administração realizou investimentos, bem como a um suposto “progresso” obtido por Porto Alegre durante o seu mandato. Quase que diariamente, inúmeros *A Pedidos* referentes às obras e incentivos nos setores de Educação, Saúde, Transporte, Pavimentação, Urbanização, entre outros, foram publicados nos periódicos já citados. Abaixo, seguem alguns exemplos desta propaganda.

Figura 54 – Propaganda de Brizola acerca das obras realizadas em Porto Alegre durante a sua administração



Fonte: *Correio do Povo*, 20/09/1958.
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Figuras 55, 56 e 57 – Propaganda de Brizola acerca das obras realizadas em Porto Alegre durante a sua gestão.



Fonte: *Correio do Povo*, 06/06/1958; *Correio do Povo*, 08/06/1958; *Diário de Notícias*, 10/08/1958.
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho; Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.


Além das publicações centradas no *Planejamento* e nas obras realizadas pela gestão da capital, inúmeros tipos de *A Pedidos* foram publicados na imprensa durante os meses que antecederam o pleito. Tais publicações, em sua maioria, bem como as já comentadas, exaltavam a capacidade de Brizola enquanto gestor, faziam referência a posse de uma série de

competências específicas a um administrador, e o colocavam como a melhor opção ao governo estadual, frente aos problemas enfrentados por Ildo Meneghetti durante a sua gestão. É impossível aqui dar destaque ao total destas publicações. Contudo, no que segue, destacamos dois destes *A Pedidos*.

Figuras 58 e 59 – *A Pedidos* variados, mandados publicar pela coligação PTB-PRP-PSP.

A PEDIDO

BRIZOLA ROMPERÁ COM A INERCIA ADMINISTRATIVA



“Quisermos sempre com sérios comportamentos frente às questões que há tanto tempo desfilam a nossa capitalidade. “Quer o Rio Grande um Governo atuante, capaz de penetrar os mais profundos vícios dos nossos males, que finalmente se orientem de dois: INCAPACIDADE PARA APRECIAR OS PROBLEMAS EM CONJUNTO e sua mais íntima conexão, e INCAPACIDADE DE RACIONAR A LONGO PRAZO. “Em verdade, tudo se vê através de uma unilateralidade arbitrária, capotada e desorientada, sobre nenhum assunto se fazem pesquisas e se estabelecem planos de largo alcance”. “O Governo que se instalou e pelo qual pagamos, levará consigo este tipo capotado, entre planejamento, entre mentalidade. “Com a vitória de LEONEL BRIZOLA, irá o Rio Grande rompido com o fatalismo, com a inércia administrativa, a que temos sido entregues, sem coragem para enfrentar o futuro”.

Trechos do discurso proferido em 23-4-54, pelo comunista.

GUIDO MONDIN

Candidato a Senador pela Coligação PTB-PRP

PORQUE O POVO ELEGERÁ BRIZOLA

— Garantia de uma administração planejada e dinâmica

Muito do que nos dá a impressão de governante, o povo gaúcho vê desde o 3 de outubro, no desejo constante de um governo conservador e eficiente ou se preferir manifestar os benefícios de uma administração racionalmente planejada e dinâmica.

Terei de optar entre os que apenas querem o “poder pelo poder”, como nos tem o homem, e os que desejam ocupar cargos administrativos ou legislativos, como meio de trabalhar em benefício da coletividade.

E nesta campanha cívica, a povo gaúcho terá o prazer de se manifestar em favor de um candidato ao Governo do Estado que pode oferecer as vantagens de um planejamento administrativo, orientado em bases técnicas modernas e práticas. Um homem disposto de fazer grandes coisas pelo Rio Grande e de engrandecer o Brasil. Um homem de ideias novas.

Sem dúvida, em matéria de realizações no interesse público, fala mais alto o passado do administrador. E o Engenheiro LEONEL BRIZOLA pode apresentar uma bagagem de realizações, que o recomendam, indubitavelmente, a preferência do eleitorado.

Arribou-se a época em que os discursos floridos e bombásticos deixam célebre. Hoje, o povo quer saber se o candidato está disposto a construir escolas, estradas, hospitais, postos, extender linhas elétricas, etc.

E mais do que isso, o povo quer saber se o candidato que se apresenta aos comícios tem condições para promover o bem comum; se o administrador experimentado e capaz. Antes do mais, o povo quer saber o que ele fez.

O Engenheiro LEONEL BRIZOLA satisfaz perfeitamente tal exigência. Já deu prova cabal de sua extraordinária capacidade de administração.

Vamos citar apenas alguns dados de sua administração em seu Partido da Capital gaúcha. Em outra oportunidade enumeraremos detalhes e maiores dados.

BRIZOLA DEU ESCOLA PARA 25.000 CRIANÇAS!

Em pouco mais de dois anos, Leonel Brizola solucionou o déficit escolar de Porto Alegre, dando ensino a que mais de 25 mil crianças tiveram, em 1954, escolas para estudar.

ÁGUA PARA 30.000 PORTO-ALEGRENSES!

Sem falar em outras obras fundamentais no setor de água e saneamento, basta mencionar a construção da gigantesca HIDRÁULICA DE S. JOSÉ, que veio beneficiar os bairros operários da Capital e que possui a fabulosa capacidade de 78 milhões de litros diários. Mais de 200 mil pessoas passaram ao benefício desta obra, há muitos anos concluída e se agora realizada.

RECORDE EM PAVIMENTAÇÃO!

Nada menos de 25 GRANDES artérias de Porto Alegre sofreram, apenas neste ano de 1954, melhoria em seu sistema de calçamento.

Obedecendo a um planejamento técnico apurado, a administração Brizola levou todos os recursos de pavimentação da Capital. Em dois anos, foram pavimentadas cerca de 700 mil metros quadrados, sendo distribuídos participativos — 242.925 m²; pedras lavadas — 248.831 m²; adoço — 221.973 m²; concreto — 51.547 m².

AV. BEIRARDO TORNA-SE REALIDADE!

No setor de urbanização, citaremos apenas um aspecto a construção da Av. Beira-Rio, em andamento atualmente. Pode-se afirmar que ela se tornou realidade! É obra que, por si só, conseqüência uma administração. O futuro Bairro Artistas, que abrigará mais de 100 mil pessoas, é estudado há mais de meio século, e se agora a capacidade, a energia e a vontade imprevistas de Leonel Brizola o está transformando em realidade!

Foto são apenas alguns exemplos de que pode realizar uma administração planejada e dinâmica.

Foto são algumas das extraordinárias realizações de administração do Eng. LEONEL BRIZOLA.

Foto são alguns dos motivos que levaram o povo gaúcho a eleger LEONEL BRIZOLA o seu Governador. A ele devemos muito voto.

Fonte: *Diário de Notícias*, 10/08/1958; *Correio do Povo*, 15/08/1958; *Correio do Povo*, 27/08/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho; Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O primeiro destes *A Pedidos*, intitulado “Brizola romperá com a inércia administrativa”, traz trechos de um discurso de Guido Mondin, acerca da situação atual do Estado e de como seria um governo de Brizola. Segundo o candidato ao Senado pelo PRP, os problemas enfrentados pelo Rio Grande do Sul originavam-se tanto da incapacidade do governo vigente de apreciar os problemas em conjunto e também de raciocinar a longo prazo. A eleição de Brizola, neste caso, significaria uma mudança de pensamento e mentalidade, que romperia com o fatalismo e a inércia administrativa as quais os gaúchos estavam entregues durante o governo da Frente Democrática. Já no segundo, intitulado “Porque o povo elegerá Brizola”, a publicação destaca a oportunidade que, em 3 de outubro, a população gaúcha teria de, na contramão daqueles que desejam “o poder pelo poder”, eleger Leonel Brizola, um candidato capaz de oferecer as vantagens de um plano administrativo, orientado em bases técnicas modernas e práticas. Um político de ideias novas. Um homem com uma bagagem de realizações que o recomendam e com extraordinária capacidade administrativa. Um político que, enquanto prefeito, solucionou em inúmeros problemas da capital gaúcha e da mesma forma faria pelo Estado.

Ao longo da experiência democrática, a imprensa serviu não apenas como plataforma para a promoção de candidaturas, mas também, por meio das já referidas propagandas pagas, aos mais variados tipos de ataques às candidaturas adversárias. Inúmeras obras, recentes ou já consagradas, dão conta deste uso. Em sua dissertação (2011) e tese (2019), que trata das eleições de 1947, 1950 e 1954, por exemplo, Asturian destaca os embates ocorridos na imprensa entre os blocos capitaneados pelo PTB e pelo PSD, enfatizando especialmente o uso de propagandas pagas, os *A Pedidos*, no período que antecede ao pleito aqui analisado. Sem fugir à lógica de sua época, a campanha eleitoral de 1958, conforme já referido por Azevedo (1960), foi marcada por injúrias, difamações e retaliações pessoais. Neste sentido, a imprensa configurou-se como um campo de batalha entre os dois candidatos ao governo estadual e seus apoiadores, no qual emergiram acusações com inúmeros teores. Não nos interessa aqui realizar um balanço de todas essas publicações. Porém, no que segue, buscaremos elencar algumas das principais temáticas, bem como a forma como Brizola atacou, foi atacado e buscou defender-se através dessas publicações.

O primeiro e mais presente tema nesses embates envolveu acusações de ligação com o comunismo. Como já referido no subcapítulo 2.3 dessa dissertação, especialmente após as manifestações de apoio de Luís Carlos Prestes a Brizola, a Frente Democrática e seus apoiadores desenvolveram uma ampla campanha anticomunista contra o candidato trabalhista, já foi possível verificar no panfleto “O mar de lama” (figura 36), citado anteriormente. “Os problemas do comunismo e o candidato do P.T.B.”, “Jango faz profissão de fé comunista”, “Brizola-Mondin, candidatos do comunismo soviético”, “O comunismo de Prestes e o PTB de Jango e Brizola caminham juntos sob a mesma bandeira, contra a liberdade e o regime”, “Frente popular comuno-petebista”, “Luta aberta entre a família Vargas e Jango, acusado de ter feito pacto com comunistas para beneficiar e eleger seu cunhado Brizola”, e “Lutero Vargas acusa o cunhado de Brizola de pacto secreto com os comunistas de Prestes” são alguns exemplos desses *A Pedidos* que buscaram ao longo dos meses vincular Brizola e o PTB ao PC de Prestes. Outro exemplo é o *A Pedido* intitulado “P.T.B e o comunismo”, publicado no *Correio do Povo* em sua edição do dia 13/07/1958. Trata-se da reprodução de uma palestra concedida por Naio Lopes de Almeida, importante advogado e intelectual do período e que naquele pleito concorreu a Assembleia Legislativa pelo PSD, transmitida pela Rádio Farroupilha. Nela, em suma, Naio Lopes de Almeida realizou inúmeras comparações entre o PTB e o PC, elencando possíveis pontos em comum que, segundo ele, uniam o trabalhismo e o comunismo, tanto do ponto de vista doutrinário quanto estilo de ação, métodos de luta e estratégias de penetração nas massas, e apontando o trabalhismo como um instrumento do

comunismo, enquanto na ilegalidade, no Brasil. Além disso, o entrevistado tratou também do apoio de Prestes ao candidato do PTB no Rio Grande do Sul, afirmando que independentemente de repudiar o apoio líder do PC, os modos de ação de Brizola, suas práticas políticas e vocabulário o aproximavam do comunismo²¹⁹.

Naquilo que Bourdieu (2002) classifica como o jogo das oposições e das distinções, a coligação PTB-PRP-PSP não apenas buscou defender-se, mas também contra atacar a Frente Democrática, tanto no que se refere às acusações de ligação com o comunismo como contra outras investidas de seus adversários. Nesse sentido, diversos foram os *A Pedidos* mandados publicar pela coligação tanto no *Correio do Povo* quanto no *Diário de Notícias*. Um exemplo que ilustra bem essa tomada de posição da coligação PTB-PRP-PSP é o *A Pedido* abaixo, intitulado “Duas atitudes”, publicado no *Correio do Povo* em sua edição do dia 14/09/1958. Por um lado, tal publicação destacava o histórico de Brizola com relação ao PC, apontando para a sua luta desde estudante contra o comunismo, bem como para o repúdio ao comunista enquanto candidato à Prefeitura de Porto Alegre e agora enquanto candidato ao governo estadual. Por outro, destacava também uma possível ligação de Peracchi Barcelos e Brito Velho com o PR (que no Rio Grande do Sul, segundo o *A Pedido*, abrigava os comunistas) e o PSB, cuja essência era igual a do comunismo e por isso repudiada e condenada pelo Papa e pelos bispos de todo o mundo.

Figura 60 – *A Pedido* intitulado “Duas atitudes”, mandado publicar pela coligação PTB-PRP-PSP.

A PEDIDO	
DUAS ATITUDES	
<p>BRIZOLA REPUDIA O APOIO COMUNISTA</p> <p>O ENGENHEIRO LEONEL BRIZOLA, JÁ AO TEMPO DE ESTUDANTE, COMBATIA O COMUNISMO.</p> <p>QUANDO CANDIDATO A PREFEITO DE PORTO ALEGRE, AFIRMOU SEMPRE QUE NÃO ACEITAVA OS VOTOS COMUNISTAS.</p> <p>COMO CANDIDATO AO GOVERNO DO ESTADO, SE MANIFESTOU VÁRIAS VEZES CONTRA O COMUNISMO E AFIRMOU CLARA E PUBLICAMENTE QUE NÃO ACEITAVA O APOIO DOS VERMELHOS.</p> <p>AINDA AGORA PELO "JORNAL DO DIA" DE 10-9-58, REFUDIOU O APOIO QUE O LÍDER COMUNISTA OFERECERU À SUA CANDIDATURA.</p> <p>PORTANTO, A VIDA PÚBLICA DO ENGENHEIRO LEONEL BRIZOLA TEM SIDO UMA LINHA INDESVIAVEL NO COMBATE AO COMUNISMO.</p> <p style="text-align: center;">— —</p> <p>VEJAMOS, AGORA, COMO A ATITUDE DO SEU ANTAGONISTA É BEM OUTRA E DE COLABORAÇÃO COM OS COMUNISTAS E SOCIALISTAS (IRMÃOS GÊMEOS).</p>	<p>PERACCHI ACEITOU PRINCÍPIOS COMUNISTAS E O APOIO DOS SOCIALISTAS</p> <p>CONFORME NOTA OFICIAL, DO PARTIDO REPUBLICANO (PARTIDO QUE AQUI NO RIO GRANDE ABRIGA OS COMUNISTAS E É CHEFIADO PELO VEREADOR PEDRO ALVAREZ; PUBLICADA NO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" DE 5-6-58, O CORONEL-CANDIDATO CONCORDA PESSOALMENTE COM VÁRIOS PONTOS DA PLATAFORMA DO PR E, "SE FOR ELEITO, TERÁ PRESENTE OS PRINCÍPIOS FORMULADOS PELO PR."</p> <p style="text-align: center;">— —</p> <p>ALÉM DISSO, PERACCHI E BRITO VELHO FIZERAM ACÓRDO E RECEBERAM FESTIVAMENTE O APOIO DO PARTIDO SOCIALISTA, DO RUSSOPILO CÂNDIDO NORBERTO, QUE, EM ESSÊNCIA, É IGUAL AO PARTIDO COMUNISTA, RAZÃO PELA QUAL OS PAPAS E BISPOS CONDENAM O SOCIALISMO E OS QUE COM ELE COLABORAM -- VEJAMOS DOIS EXEMPLOS:</p> <p>PAPA LEÃO XIII — "NÃO USEM, SEJA DEBAIXO DE QUE PRETEXTO FOR, FILIAR-SE NA SEITA ABOMINÁVEL, NEM FAVORECER-LA".</p> <p>DOM VICENTE SCHERER, DEPOIS DE CONDENAR O COMUNISMO, DIZ: "O MESMO JULGAMENTO MERECE A FORMA MITIGADA DO MARXISMO, QUE É O SOCIALISMO"</p>

Fonte: *Diário de Notícias*, 14/09/1958.
 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²¹⁹ *Correio do Povo*, 13/07/1957. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Presente no *A Pedido* acima citado, a Igreja, e principalmente as declarações e posicionamentos de seus representantes, serviram como argumentos nas publicações de ambos os blocos. Por parte da Frente Democrática, possíveis declarações de Dom Jaime Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, ligando Jango, Brizola e o PTB ao PC, foram reproduzidas em inúmeros *A Pedidos* ao longo do mês de setembro. Um exemplo é a publicação intitulada “Dom Jaime Câmara confirma a trama sinistra”, publicada no *Diário de Notícias* em sua edição do dia 01/10/1958, no qual o cardeal arcebispo revelou um suposto pacto secreto entre o PTB e o PC, na figura de seus dois líderes máximos, João Goulart e Luis Carlos Prestes. Visando a eleição de Brizola no Rio Grande do Sul e posteriormente a eleição de Jango à Presidência da República no pleito de 1960, este acordo, segundo a publicação, envolveria pagamentos em dinheiro, a participação dos comunistas em postos-chave dos governos estadual e nacional, a participação dos comunistas na sucessão de JK, a volta do PC à legalidade, a anistia de comunistas expurgados do Exército, entre outras condições. No que tange a Brizola, a publicação classifica como mentirosas as suas declarações de repúdio ao comunismo, que em resumo teriam como objetivo apenas ludibriar o clero gaúchos e os cristãos de todo o Estado²²⁰.

Bem como no caso da Frente Democrática, vários *A Pedidos* foram mandados publicar pela coligação PTB-PRP-PSP, valendo-se de um posicionamento oficial de neutralidade da Igreja quanto à disputa pelo Executivo gaúcho, mas também de manifestações favoráveis a Brizola de algumas de suas principais lideranças. Um exemplo dessas publicações é o *A Pedido* intitulado “Palavras autorizadas, justas e definitivas”. Tal publicação (abaixo) consistia em trechos de correspondências, entrevistas e notas, com declarações de importantes lideranças do clero gaúcho, como o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, o bispo auxiliar diocesano de Caxias do Sul, Frei Candido, e o bispo de Pelotas, Dom Antônio Zatera, nas quais os mesmos manifestaram-se positivamente em relação às manifestações de repúdio ao apoio oferecido por Prestes à candidatura de Brizola.

²²⁰ *Diário de Notícias*, 01/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 61 – *A Pedido* intitulado “Palavras autorizadas, justas e definitivas”, mandado publicar pela coligação PTB-PRP-PSP.

A PEDIDO

**Palavras autorizadas,
justas e definitivas**

O Exz.^o Leonel Brizola recebeu a seguinte carta de Sua Excia. Reverendíssima, o Bispo de Pelotas:

“Esmo. Sr.
Eng. Leonel Brizola
M.D. Prefeito de Pôrto Alegre
Cordiais cumprimentos.

Recebi e agradeço a remessa que teve a gentileza de fazer-me do manifesto pelo qual repudia, mais uma vez, clara e desassombradamente o comunismo.

Que os corifeus do nefasto materialismo se convençam, de uma vez por todas, que suas torpes tramas não encontram guarida nos corações dos bons brasileiros.

Com a maior consideração, subscrevo-me atentamente.

(As.) D. ANTONIO ZATERA, Bispo de Pelotas
(Divulgação autorizada por Sua Excia. Reverendíssima)

Em Caxias do Sul, Sua Excia. Reverendíssima, Frei Cândido, distribui a seguinte nota:

“Acreditamos na palavra dos dirigentes do Partido Trabalhista, no que diz respeito ao combate aos princípios ateus e materialistas do comunismo. Por isso julgamos que os católicos podem dar livremente seu voto a qualquer dos candidatos a Governador do Estado”.

(As.) FREI CANDIDO, Bispo Auxiliar Diocesano de Caxias do Sul

“Merece meus aplausos, ao mesmo propósito, a corajosa reação que o sr. Leonel Brizola, candidato a Governador do Estado, ofereceu à coação moral que o mesmo sr. Luiz Carlos Prestes pretendeu criar-lhe dando-lhe publicamente o apêlo eleitoral do comunismo. No afã de destruir os fundamentos da sociedade civil (Leão XIII, Quod Apostolici Muneris), tais são as insidias daqueles que, com pele de ovelhas, sendo lobos rapaces, insinuando-se fraudulentamente, com aparência de piedade, sinceridade, de atividade e disciplina, penetram humildemente, captam com brandura, atam delicadamente e matam as ocultas” (Pio IX, Qui pluribus).

Pôrto Alegre, 13 de setembro de 1958.
(a) VICENTE SCHERER — Arcebispo Metropolitano de Pôrto Alegre.

(Texto referido ao Eng. Leonel Brizola, no Aviso publicado no Imprensa de P. Alegre em dia 14-9-1958).
(Mandado publicar pela Coligação PTB-PRP-PSP)

Fonte: *Diário de Notícias*, 01/10/1958.
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Afora o comunismo, outros temas permearam esta batalha de *A Pedidos* que envolveram as duas coligações. Um desses temas foi a própria coligação PTB-PRP. Por parte da Frente Democrática, a maioria das investidas se deu quando da já referida visita de Plínio Salgado ao Rio Grande do Sul, em meados de julho de 1958. Um exemplo dessas publicações é o *A Pedido* intitulado “O que pensa Brizola de Plínio e o PRP”, publicado no *Diário de Notícias* em sua edição do dia 20/07/1958. Tal publicação era composta por diversas declarações atribuídas à Brizola, contra o partido e seu principal líder, tais como: “Plínio – uma ofensa às nossas tradições. Salpicar de lama o Rio Grande do Sul”; “O PRP fez o seu eleitorado entre a gente tranquila e pacata através da demagogia e da mistificação”; “Tive a oportunidade de denunciar...o trabalho de desagregação da nacionalidade que vem realizando o PRP no interior do Rio Grande do Sul”; “O PRP de maneira alguma poderia formar uma aliança de caráter político com o PTB”, além de acusações de ligação entre Brizola e o PC²²¹. Tais publicações, contudo, não originaram-se apenas por parte da Frente Democrática. Outras,

²²¹ *Diário de Notícias*, 20/07/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

assinadas por facções do partido ou ainda por agentes isolados, descontentes com a formação dessa aliança, ocuparam espaço nas páginas de alguns dos principais periódicos gaúchos, como o *A Pedido* intitulado “Sigma-Foice-Martelo”, no qual o autor lamenta, após anos de luta partidária contra o comunismo, a união do PRP com o PTB, suposto aliado do PC, movida por barganhas eleitorais”²²²

Do lado da coligação PTB-PRP, a defesa da legitimidade da coligação iniciou-se tão logo anunciada. Conforme explica Cánepa, (2005, p.226), este caracterizou-se enquanto um dos principais temas em torno do qual girou a campanha eleitoral de Brizola no período que antecedeu o lançamento de seu programa de governo. Neste caso, destacamos duas ocasiões já citada ao longo desse capítulo, nas quais tanto Brizola quanto Plínio Salgado saíram em defesa da aliança entre os dois partidos, e cujas falas foram amplamente divulgadas em *A Pedidos* mandados publicar em jornais como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Durante sua viagem ao Estado para participar da campanha de Brizola e Mondin, Plínio realizou, como já citado, um extenso discurso na sede da coligação, em Porto Alegre, no qual buscou justificar, do ponto de vista doutrinário e das necessidades do mundo moderno, a aliança com o PTB, além defender Brizola das acusações de ligação com o PC, das quais vinha sendo alvo desde as manifestações de apoio de Prestes. Tal discurso, sob a forma de *A Pedido*, foi publicado no *Correio do Povo* em sua edição 17/07/1958, com o título “Plínio conclama o PRP a dar a vitória a Brizola e Mondin”²²³. Bem como Plínio, Brizola se utilizou de outro evento de repercussão, o lançamento de seu programa de governo, para tratar acerca da legitimidade da aliança com os perrepeistas. Na ocasião, Brizola procurou refutar aqueles que apontavam para antigos desentendimentos entre ele e seu partido com o PRP, afirmando terem ficado tais desavenças no passado e que a partir daquele momento ambos os partidos uniam-se em prol do Rio Grande do Sul e do Brasil. Além disso, buscou também defender o caráter democrático do PRP, contra aqueles que apontavam para as suas origens integralistas, bem como seu líder máximo, Plínio Salgado. Assim como com as declarações de Plínio, tal discurso, como já referido, foi publicado sob a forma de *A Pedido* no *Correio do Povo*, em sua edição do dia 23/08/1958²²⁴.

Por fim, outro tema presente nessa propaganda para das duas coligações faz referências às gestões de ambas, tanto em nível estadual como municipal. Como foi possível verificar anteriormente, as obras realizadas por Brizola durante sua gestão na capital gaúcha

²²² *Correio do Povo*, 19/01/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

²²³ *Correio do Povo*, 17/07/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

²²⁴ *Correio do Povo*, 23/08/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

caracterizaram-se como uma das suas principais bandeiras, tanto enquanto postulante a candidato trabalhista como enquanto candidato oficial do partido para as eleições de 1958. Também como já referido, Brizola buscou de inúmeras maneiras atacar a gestão de Ildo Meneghetti a frente do Rio Grande do Sul, apontando em inúmeras publicações na imprensa ou em panfletos (como no caso da figura 35, cujas informações também foram publicadas sob a forma de *A Pedido*), suas defecções, tanto ponto de vista econômico quanto social.

Já por parte da campanha de Peracchi Barcelos, os movimentos deram-se em dois sentidos. De um lado, buscou atacar a gestão de Brizola em Porto Alegre, principal fonte de capital político do candidato trabalhista, principalmente no que tange a um possível aumento de impostos ocorridos na capital gaúcha durante a gestão do PTB, acerca do qual foram publicados inúmeros *A Pedidos* em periódicos como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Tanto nos mesmos jornais quanto em panfletos (como no caso do panfleto referente à figura 33, distribuído na região colonial), Brizola buscou defender-se dessas acusações. Por outro lado, procurou também atacar a gestão de Ernesto Dornelles no Rio Grande do Sul, da qual Brizola foi secretário de Obras Públicas e também de onde emanava boa parte de seu capital político. Um exemplo disso encontra-se no *A Pedido* intitulado “Obras marcantes da Frente Democrática no Estado em contraste com o marasmo do P.T.B.!” que traz um balanço dos investimentos realizados por ambas as gestões em aeronáutica civil, saneamento, departamento de portos, telefonia, cadeias e foros, educação e cultura, silos e armazéns, e também rodovias²²⁵.

Na disputa travada no interior do campo entre Leonel Brizola, candidato da coligação PTB-PRP-PSP, e Walter Peracchi Barcelos pelo posto de governador do Estado, a imprensa configurou-se enquanto uma imprescindível ferramenta para reprodução de discursos, programas, comentários, análises e acontecimentos, originados do embate entre esses agentes políticos. Especificamente acerca de Brizola, tanto o rádio quanto os impressos caracterizaram-se como importantes ferramentas na construção de sua popularidade. Tanto em seu programa de rádio quanto por meio de *A Pedidos*, buscou novamente mobilizar um capital político de notoriedade e popularidade adquirido especialmente ao longo de sua gestão na capital gaúcha. Em um jogo de oposições e distinções, usou dessas ferramentas para distinguir-se de opositor, se defendendo de inúmeros ataques ao longo dos meses e também contra- atacando quando necessário. Inseridas na lógica de seu tempo, muitas das práticas empregadas por Brizola, como no caso do uso do rádio desde muito antes do período eleitoral,

²²⁵ *Correio do Povo*, 29/07/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

a abertura dada à população para colaboração em seu programa de governo e ainda a divulgação sistemática do mesmo através das mais variadas formas de *A Pedidos* diferenciaram Brizola dos candidatos que o antecederam assim como de seu adversário, Walter Peracchi Barcelos, podendo, como veremos a seguir, terem se constituído, especialmente no caso do rádio, como um fator decisivo para seu desempenho no pleito.

Após meses de intensa atividade eleitoral, veio a eleição, ocorrida em 3 de outubro. Analisadas as práticas eleitorais empregadas pela campanha de Brizola, interessa-nos agora uma análise dos resultados obtidos pelo candidato trabalhista e de possíveis fatores que possam ter contribuído para a sua já citada ampla vitória sobre o candidato situacionista.

3.3 O “FENÔMENO BRIZOLA”: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS ELEITORAIS E DOS POSSÍVEIS FATORES DA VITÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL EM 1958

Os dias que antecederam as eleições de 1958 no Rio Grande do Sul foram de intensa movimentação para partidos e candidatos. Nas ruas, grandiosos comícios, como o de Leonel Brizola e Guido Mondin em Santa Maria, marcaram o encerramento das atividades de ambas as campanhas eleitorais. Já na imprensa, *A Pedidos* com os mais variados teores, a exemplo dos já referidos no subcapítulo anterior, além de manifestações de apoio de grupos diversos, como militares, estudantes, motoristas, religiosos, entre outros, foram publicados em grande quantidade nos principais periódicos do Estado até o dia do pleito.

Ainda na imprensa, instruções acerca do pleito estamparam as páginas dos principais periódicos gaúchos. “Roteiro do eleitor: como votar no pleito de hoje”, era o título da matéria estampada na contracapa do *Diário de Notícias* em sua edição do dia 03/10/1958. Nela, constavam informações acerca do horário de início e final das votações, instruções acerca da utilização da cédula única (já em uso desde o pleito para presidente e vice-presidente da República, em 1955), além de informações diversas acerca da preferência na hora do voto e do voto para eleitores cegos. Afora isso, a matéria ainda trazia um passo-a-passo, no qual constavam todas as fases do ato de votar, pelas quais o eleitor deveria passar a fim de exercer seu dever cívico e direito intransferível de cidadão²²⁶. Já por parte dos partidos, é possível perceber também uma preocupação em instruir seus eleitores na hora voto, especialmente no que tange ao preenchimento da cédula única. Em *A Pedido*, sob a forma de cédula, intitulado “Como votar bem com a cédula oficial” e publicado nos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* nos dias que antecederam ao pleito, a coligação PTB-PRP-PSP buscou orientar seus eleitores acerca dos procedimentos que envolviam o ato de votar, e em especial do preenchimento da cédula, indicando aos mesmos, de forma didática, a marcação dos nomes de Brizola, Mondin e Lindgren²²⁷.

O período que precedeu ao pleito foi também de inúmeras previsões acerca de seus resultados, tanto por parte de políticos quanto da imprensa, especialmente no que se refere à disputa pelo governo do Rio Grande do Sul. Em sua edição do dia 28/09/1958, por exemplo, o *Diário de Notícias* publicou uma análise da disputa eleitoral que teria seu epílogo no dia 03/10/1958, intitulada “Quem será o novo governador do Rio Grande? Brizola ou Peracchi?”.

²²⁶ *Diário de Notícias*, 03/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²²⁷ *Diário de Notícias*, 26/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Conforme o periódico, dos 1.274.344 eleitores inscritos, a previsão de comparecimento nas urnas era de 1.100.000 votantes, com uma conseqüente taxa de abstenção de, no máximo, 15%. Sobre os candidatos, afirmou que ambos, em inúmeros aspectos, equivaliam-se: se Peracchi Barcelos havia começado mais cedo sua campanha eleitoral – o que, como vimos no subcapítulo 3.1 e 3.2 dessa dissertação, não confere com a realidade dos fatos –, Brizola, em uma intensa peregrinação por todo o Estado, havia, em menos tempo, percorrido os mesmos (e até mais) locais que seu adversário; se o candidato da Frente Democrática contava com o apoio da máquina estadual, o candidato da coligação PTB-PRP-PSP, por sua vez, contava com a ampla popularidade de sua candidatura, perceptível nas visitas e comícios realizados por ele em todo o Rio Grande do Sul. No campo dos números e com base nos resultados das eleições de 1954 e 1955, o periódico, em suma, apontou nessa análise para uma ampla possibilidade de vitória do candidato trabalhista, tanto em Porto Alegre e outros grandes centros urbanos, onde o PTB era hegemônico, quanto no interior, onde historicamente a Frente Democrática possuía um alto desempenho eleitoral, mas onde também, a partir da aliança com o PRP, os trabalhistas poderiam obter maioria²²⁸.

No meio político, como já referido, essas previsões também estiveram presentes. Semanas antes do pleito, Rui Ramos, em entrevista ao *Diário de Notícias*, já previa uma vitória de Brizola por cerca de 100.000 votos (50.000 mil na capital e 50.000 no interior), assim como também a vitória de Mondin, por igual ampla diferença de votos²²⁹. Por sua vez, horas antes do pleito, o candidato trabalhista, questionado acerca do possível resultado do pleito, preferiu manter-se reticente, afirmando ser necessário aguardar mais algumas horas para afirmar algo de forma concreta. Já o candidato frentista, Walter Peracchi Barcelos, na contramão das declarações de Brizola, mostrou-se confiante em uma ampla vitória de sua coligação, tanto no interior quanto na capital²³⁰.

Como esperado, o pleito ocorreu em 03/10/1958, sob forte cobertura da imprensa. Os dias que o sucederam configuraram-se como de extrema expectativa em torno do nome do futuro governador gaúcho. Diariamente, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* publicaram as parciais da votação, que desde o primeiro momento já apontavam para uma vitória do candidato trabalhista. As apurações da votação para governador, conforme é possível verificar em uma análise dos respectivos periódicos, encerraram-se apenas no dia 12/10/1958. Contudo, já em 07/10/1958, Brizola era dado como vencedor no pleito, concedendo inclusive

²²⁸ *Diário de Notícias*, 28/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²²⁹ *Diário de Notícias*, 27/09/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³⁰ *Diário de Notícias*, 03/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

uma entrevista como governador eleito, tamanha a distância em votos que separava os dois candidatos. Na referida entrevista ao *Diário de Notícias*, Brizola agradeceu a confiança do eleitorado gaúcho, colocando-se a partir daquele momento como um “escravo do dever”, a fim de honrar os votos recebidos. Além disso, prometeu levar a cabo o programa de governo que o elegera, assim como estar “sensível aos apelos dos humildes”. Questionado acerca do principal fator de sua vitória, Brizola destacou entre outras coisas, a identificação de sua campanha com as aspirações populares, assim como a sua grande penetração em centros urbanos e rurais²³¹.

A larga vitória de Brizola sobre Peracchi Barcelos repercutiu de forma intensa no meio político. Já esperada, tal vitória, em decorrência de seus números, surpreendeu a muitos, tanto no interior da coligação PTB-PRP-PSP quanto fora dela. Inúmeras foram às leituras feitas por políticos, analistas, e pela própria imprensa, que buscaram explicar o desempenho eleitoral do candidato trabalhista. No que segue, buscamos elencar alguns desses comentários. Também em entrevista ao *Diário de Notícias*, o senador recém-eleito pelo PRP, Guido Mondin, comentou acerca dos resultados das eleições. Questionado sobre os fatores que levaram a vitória da chapa Brizola-Mondin, o perrepista respondeu:

“Identificação dos candidatos com o povo, contatos pessoais e, principalmente, debate amplo e saudável, de princípios, de problemas e de soluções para esses. Em nossos comícios (1506), deixamos o povo a vontade. Nunca criamos nos comícios da coligação PTB-PRP-PSP um clima de tensão. As nossas reuniões a céu aberto eram verdadeiras festas cívicas. Nelas, muitas e muitas vezes deixamos o povo falar. [...] Mas acima de tudo [...] o que realmente deu a vitória à nossa causa foi o candidato Leonel Brizola. A sua maneira franca, objetiva, simples de falar, de abordar problemas e – o que é mais importante – de apontar soluções para os mesmos [...]”²³².

Outro que em entrevista ao mesmo periódico comentou acerca da vitória de Leonel Brizola foi o também recém-eleito deputado federal Rui Ramos. Dentre os fatores decisivos para o sucesso eleitoral do candidato trabalhista, Rui Ramos apontou a consolidação do PTB no Rio Grande do Sul, a capacidade administrativa demonstrada por Brizola à frente da Prefeitura de Porto Alegre, bem como os anseios dos municípios do interior por um governo que olhasse para todas as regiões e gerisse o Estado a partir de uma administração planejada,

²³¹ *Diário de Notícias*, 07/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³² *Diário de Notícias*, 07/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

e também do Rio Grande do Sul em geral, por um governador que reconduzisse o Estado a uma posição de destaque no cenário nacional²³³.

Afora esses, outras figuras de menor expressão do PTB foram também entrevistadas pelo *Diário de Notícias* e trataram de opinar acerca das razões que conduziram Brizola a uma ampla vitória. Rafael Martinez Risco, secretário geral da Executiva Regional do PTB, creditou a vitória trabalhista ao alto grau de amadurecimento e politização do povo gaúcho. Por sua vez, Oldemar Maboni, assistente de Brizola, apontou para o passado de trabalho e de lutas do candidato trabalhista. Já Domingo Spolidoro, deputado estadual pelo PTB, destacou a inépcia da condução da campanha eleitoral realizada pela Frente Democrática. Por fim, Daniel Ribeiro, secretário de Obras e Viação de Porto Alegre, creditou tal êxito ao passado de realizações e de administrador de Leonel Brizola, tanto na Secretaria de Obras Públicas do Estado quanto na Prefeitura de Porto Alegre.²³⁴

Por parte dos derrotados, uma das mais importantes manifestações foi a do candidato da Frente Democrática, Walter Peracchi Barcelos. Sobre as razões da ampla vitória de Brizola, Peracchi Barcelos disse ainda não ter encontrado, até aquele momento, explicações, apontando, contudo, para alguns fatores que somados pudessem explicar o resultado das urnas: a) a preferência do eleitorado pelos candidatos populistas; b) o alistamento maciço realizado pelo PTB muitos meses antes, tanto no interior quanto na capital; c) o pronunciamento de Dom Vicente Scherer elogiando o candidato trabalhista quando do repúdio ao apoio comunista; d) a propaganda realizada pelo PTB na região colonial, acusando-o de ter perseguido os colonos da região no tempo da guerra; e) e o desencantamento do eleitorado do interior com os governos que, durante muito tempo, olharam apenas para os grandes centros.²³⁵

Para além das repercussões, temos ainda, no bojo dos desdobramentos da vitória de Leonel Brizola no pleito de 3 de outubro, o desfecho do caso Mariante. Dias após as eleições, no decorrer das apurações, o *A Hora*, em charge assinada por SamPaulo, ironizou o casal que, como referido no subcapítulo 1.3 dessa dissertação, ao longo dos últimos meses havia buscado a impugnação da candidatura trabalhista ao governo estadual. Na charge, Guilherme e Alzira Mariante encontram-se sentados à mesa com um semblante irritado, enquanto no rádio surgem notícias acerca da apuração, que de forma antecipada, como vimos anteriormente, já dava conta de uma possível vitória de Brizola. Contudo, mais relevante do

²³³ *Diário de Notícias*, 07/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³⁴ *Diário de Notícias*, 07/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³⁵ *Correio do Povo*, 07/10/1958. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

que aqueles que se encontram infelizes nesse momento é aquela que sorri: a empregada, que, em um exercício de imaginação, podemos deduzir que morasse em uma região suburbana e que votou em Brizola na ocasião. Tal imagem, por sua vez, revela uma percepção do chargista acerca da eleição, ou mais especificamente sobre Brizola, como o candidato que foi capaz de atingir essa ampla camada da população gaúcha.

Figura 62 – Charge representando o casal Mariante no momento do anúncio da vitória de Brizola.



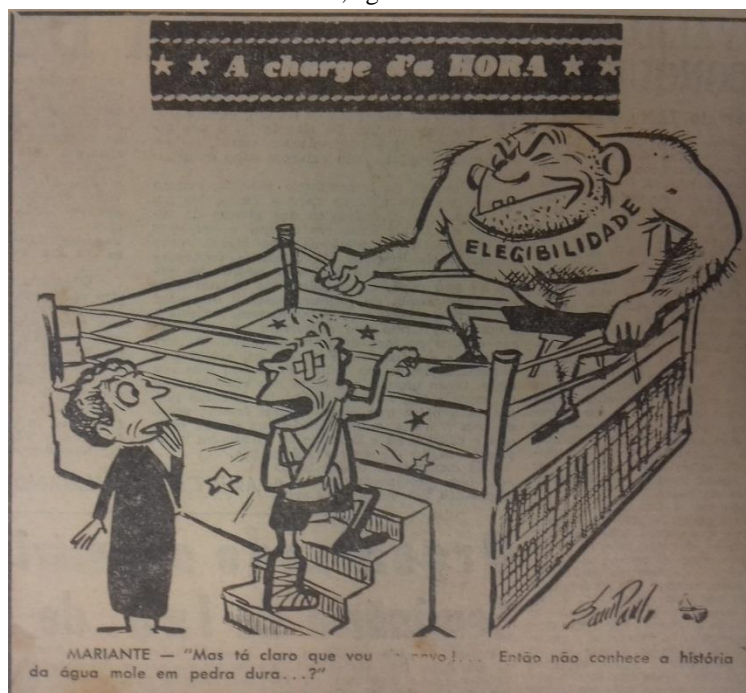
Fonte: *A Hora*, 10/10/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Como referido anteriormente, as investidas do casal Mariante contra a candidatura – agora já vitoriosa – de Brizola não se encerraram após a decisão do TSE, em agosto de 1958. Em sua edição do dia 31/10/1958, o *Diário de Notícias* informou acerca de um recurso extraordinário de Guilherme Mariante junto ao Superior Tribunal Federal (STF), referente ainda à decisão do TSE, e também outro recurso contra a diplomação de Leonel Brizola junto ao TSE²³⁶. Esta nova tentativa dos Mariante de impedir a posse de Brizola repercutiu novamente no *A Hora* sob a forma de charge assinada por SamPaulo. Nela, vemos um Guilherme Mariante já “surrado”, voltando a um ringue para enfrentar seu adversário: a elegibilidade de Brizola. Atônita, Alzira o observa do lado de fora, enquanto o marido a lembra do dito popular: “água mole em pedra dura...”.

²³⁶ *Diário de Notícias*, 31/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 63 – Charge representando a última investida de Guilherme Mariante contra a candidatura de Brizola, agora no STF.



Fonte: *A Hora*, 16/10/1958.

Acervo SamPaulo – DELFOS – PUCRS.

Diferentemente da tentativa de impugnação da candidatura de Brizola junto ao TRE-RS e ao TSE, não foi possível ter acesso aos documentos referentes ao recurso extraordinário de Mariante junto ao STF, bem como ao recurso contra a diplomação de Brizola no TSE, por parte do mesmo autor, sendo possível acessar o seu conteúdo apenas por meio daquilo que foi noticiado pelos periódicos gaúchos. Contudo, correspondências presentes no acervo particular de Francisco Brochado da Rocha não apenas ratificam a existência de tais recursos, como também confirmam uma ampla mobilização da já citada equipe jurídica montada por Brizola em torno de ambos. Em correspondências expedidas a San Tiago Dantas e a Hugo Mosca, datadas de 12 de dezembro de 1958, Francisco Brochado da Rocha mostra-se otimista quanta à decisão do STF, que segundo ele consideraria não apenas as deliberações do TRE-RS e do TSE, mas também a decisão tomada pelo povo nas urnas em 3 de outubro. Nelas, ainda, solicita o auxílio de ambos para que não lhes falte elementos à defesa. Já em correspondência enviada para Rafael Azambuja, Brochado da Rocha solicita ao mesmo que esteja atento ao recurso referente à diplomação de Brizola, com o qual pouco se importaram até aquele

momento devido à sua improcedência, mas que por tratar-se de um assunto de Justiça, merecia o devido cuidado²³⁷.

Ao analisarmos os periódicos *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Dia*, não foi possível verificar quaisquer notícias acerca do um desfecho referente ao recurso extraordinário de Mariante junto ao STF. Entretanto, sabe-se que o mesmo foi positivo em favor de Brizola, uma vez que o então eleito governador assumiu o cargo ao final de março de 1959²³⁸. No que se refere ao recurso contra a sua diplomação, o TSE, em meados de janeiro de 1959, decidiu negar provimento ao pedido de Guilherme Mariante, encerrando-se assim os recursos possíveis²³⁹.

Debrucemo-nos agora sobre os números da eleição de Brizola. Conforme já referido, após dias de apuração, foram divulgados os resultados finais do pleito. Nessa ocasião, compareceram às urnas 1.214.094 dos 1.274.344 eleitores inscritos, registrando-se assim uma abstenção de 4,7%, a menor desde o início do período democrático. Esta queda brusca na abstenção, bem como o irrisório aumento do eleitorado inscrito pode ser explicado, conforme Lima Junior (1983, p. 52), pela renovação dos títulos eleitorais realizada pouco antes do pleito de 1958, que excluiu das listas eleitorais os títulos de eleitores falecidos após 1945. Abaixo, os números da votação para governador do Rio Grande do Sul em 1958.

Gráfico 09 – Votação para governador do Rio Grande do Sul 1958 (%).

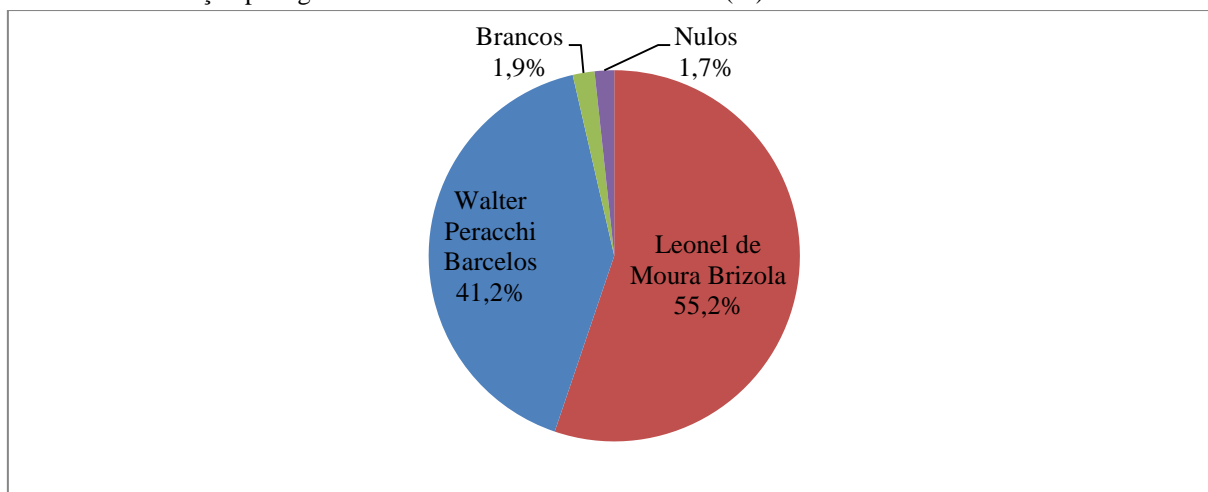


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Ata das eleições de 1954 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

²³⁷ Acervo Francisco Brochado da Rocha – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.

²³⁸ *Diário de Notícias*, 23/03/1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³⁹ *Diário de Notícias*, 12/01/1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No montante, Brizola angariou um total de 670.003 votos, contra 500.944 votos do candidato da Frente Democrática, uma diferença que girou em torno de 14%, conforme nos mostra o gráfico 09. A votação obtida pelo candidato trabalhista foi a maior alcançada por um postulante ao Executivo gaúcho até então. Contudo, para além dos números totais, esta se caracterizou também como a maior diferença percentual entre os dois primeiros – e nesse caso, únicos – candidatos ao governo estadual desde que se iniciaram as eleições para o cargo no Rio Grande do Sul, em 1947.

Gráfico 10 – Votação dos candidatos a governador do Rio Grande do Sul (1947-1958).

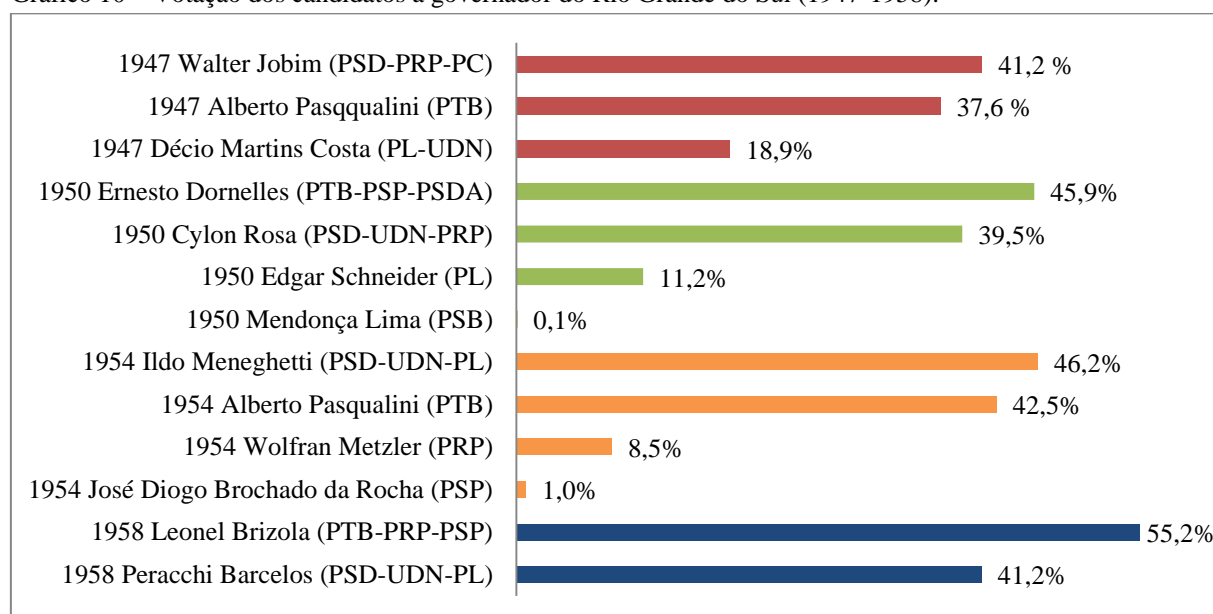


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Ata das eleições de 1954 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

Nota-se, a partir do gráfico 10, uma ampla diferença entre o percentual de votos que separou Brizola e Peracchi Barcelos dos percentuais registrados entre os primeiros e segundos colocados nos pleitos anteriores: em 1947, a diferença entre Jobim e Pasqualini foi de 3,6%; já em 1950, o percentual de votos que separou Dornelles e Cylon Rosa foi de 6,4%; por sua vez, em 1954 a diferença entre Meneghetti e Pasqualini foi de apenas 3,7%. Para além dos demais candidatos, interessa-nos nesse momento uma análise comparativa entre os candidatos trabalhistas. O gráfico abaixo, que apresenta a evolução do eleitorado inscrito, dos votos válidos e das votações obtidas pelos candidatos do PTB a governador entre os anos de 1947 e 1958, nos auxilia nesse sentido.

Gráfico 11 – Evolução do eleitorado inscrito, votos válidos e votação obtida pelo PTB nas eleições para governador do Rio Grande do Sul (1947-1958).

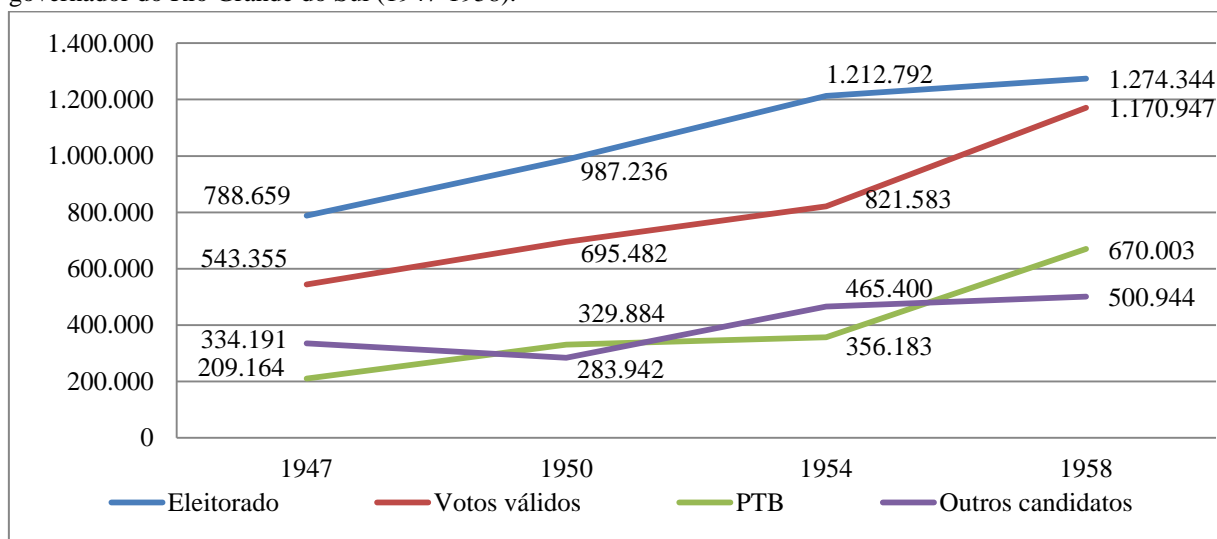


Gráfico elaborado pelo autor. Fontes: Anuário Estatístico do Brasil, 1936/1960 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Estatísticas do século XX; Atas das eleições de 1947 a 1958 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

Ao observarmos o gráfico 11, é possível percebermos que as votações obtidas por Pasqualini em 1947, por Dornelles em 1950, por Pasqualini novamente em 1954, bem como por Walter Jobim, Dornelles e Ildo Meneghetti, respectivamente, acompanharam proporcionalmente a expansão do eleitorado e dos votos válidos. Contudo, verifica-se em 1958 um aumento na votação obtida por Brizola amplamente superior, em proporção, ao aumento dos votos válidos (neste caso, desconsideramos o eleitorado inscrito em decorrência da já explicada renovação dos títulos eleitorais e do reflexo da mesma sobre as listas): enquanto os votos válidos aumentaram em 42,52%, a votação de Brizola, em relação à obtida por Pasqualini, deu um salto de 88,11%. Como explicar tal diferença?

Noll e Trindade (1995, p. 97-99), ao analisarem os resultados do pleito de 1958, identificaram a vitória de Brizola sobre o candidato da Frente Democrática em 78 dos 118 municípios existentes na época. Em 1954, por exemplo, Pasqualini angariou mais votos em apenas 26 dos 92 municípios gaúchos. Se tomarmos, por exemplo, o mesmo Pasqualini, perceberemos não apenas vitórias de Brizola em um maior número de cidades, mas também um aumento no percentual obtido em cada uma, inclusive naquelas onde Pasqualini obteve os seus melhores resultados em 1954, conforme nos mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 12 – Votação válida Pasqualini (1954) x votação válida Brizola (1958) por cidade (%).

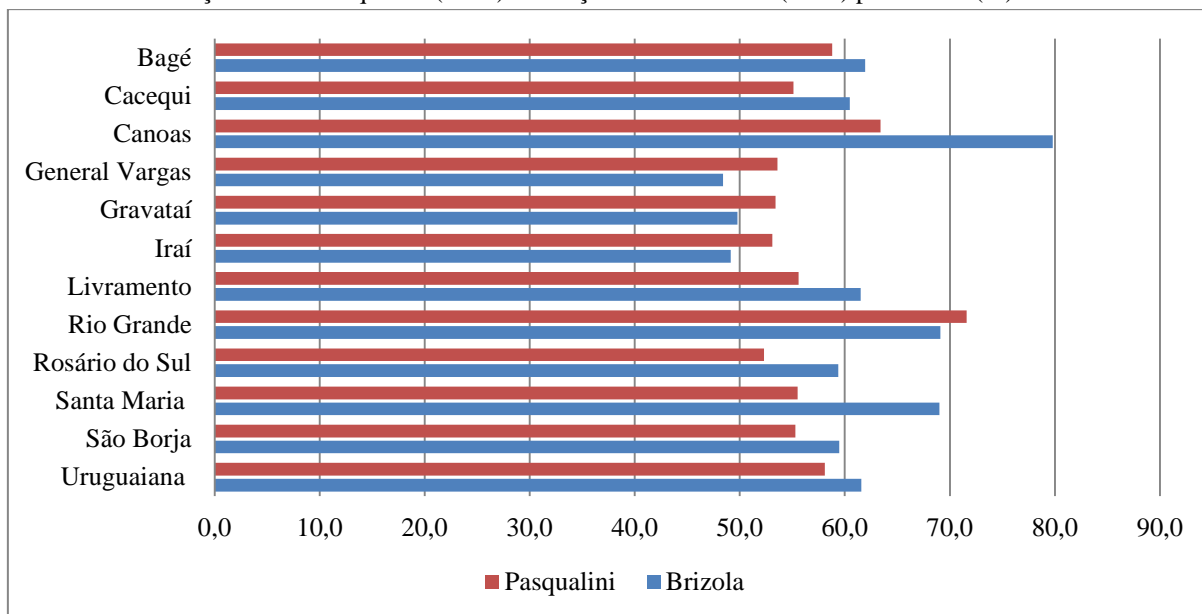


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL, TRINDADE, 1995).

Das doze cidades onde Pasqualini obteve seus melhores resultados percentuais em 1954, Brizola não o superou em apenas quatro (Rio Grande, Iraí, Gravataí e General Vargas), obtendo em alguns casos resultados muito maiores que os de Pasqualini: em Bagé a diferença entre os dois foi de 3,1%; em Cacequi, de 5,4%; em Canoas, de 16,4%; em Livramento de 5,9%; em Rosário do Sul, de 7,1%; em Santa Maria, de 13,5%; em São Borja, de 4,2%; por fim, em Uruguaiana, a diferença que separou os dois candidatos trabalhistas foi de 3,5%. Em um primeiro momento, pode-se imaginar que essa diferença tenha ocorrido devido a uma possível transferência de votos do PRP para o PTB nessas localidades. Contudo, ao analisarmos os percentuais de votos válidos obtidos pelo PRP nessas cidades em 1954, veremos que os mesmos são amplamente inferiores à diferença que separou Pasqualini de Brizola: em Bagé, o PRP obteve 0,7% dos votos em 1954; em Cacequi, 0,6%; em Canoas, 5,8%; em Livramento, 0,1%; em Rosário do Sul, 0,1%; em Santa Maria, 1,6%; em São Borja, 0,3%; em Uruguaiana, por sua vez, o PRP obteve 0,6% dos votos válidos. Como, então, explicar essa diferença?

Voltemo-nos agora para a zona de colonização. O gráfico abaixo se refere aos resultados eleitorais da coligação PTB-PRP-PSP e da Frente Democrática nas regiões de colonização alemã e italiana. Nele, temos as 12 cidades em que o PRP obteve os seus melhores resultados percentuais em 1954, entre as quais se encontram algumas cidades nas quais Pasqualini obteve alguns de seus piores desempenhos eleitorais naquele pleito.

Gráfico 13 – Votação válida para governador em cidades da região colonial em 1958 (%).

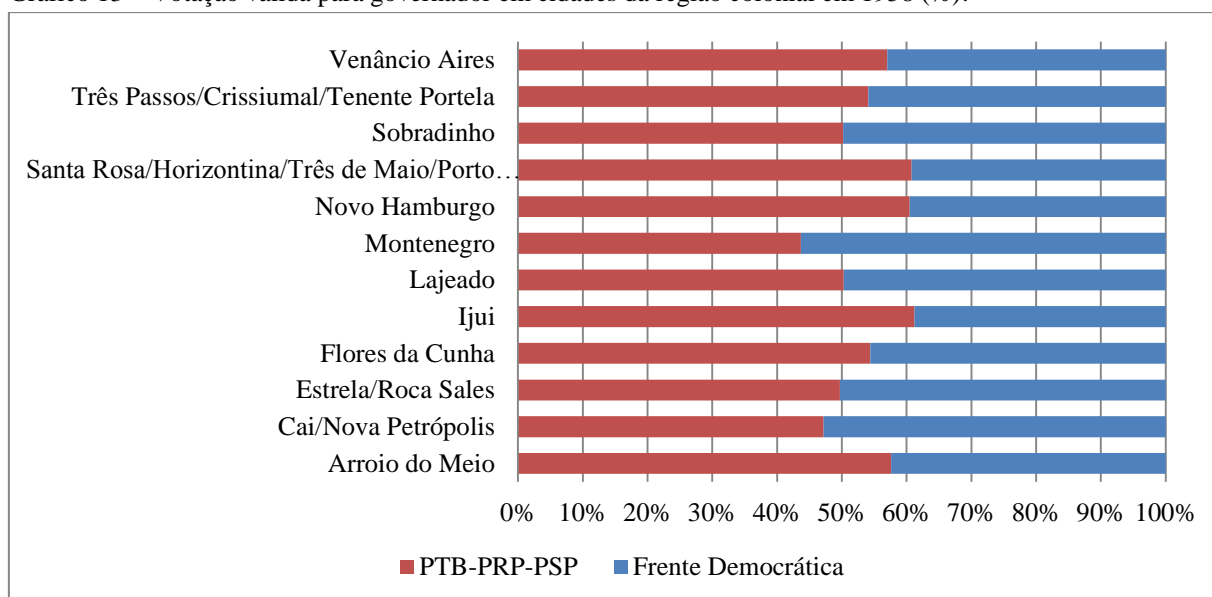


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL, TRINDADE, 1995).

Superado em todas essas cidades no ano de 1954, seja pela Frente Democrática ou pelo PRP, em 1958 o PTB não se sagrou vencedor em apenas três dessas doze localidades (Caí/Nova Petrópolis, Estrela/Roca Sales, e Montenegro). Em todas, mesmo nas quais foi derrotado por Peracchi Barcelos, Brizola obteve um resultado amplamente superior ao de Pasqualini, sendo a diferença percentual entre os dois trabalhistas nessas cidades muito próxima do percentual de votos obtidos pelo PRP em 1954 (conforme o gráfico 14). Tal fato evidencia uma transferência parcial – e em alguns casos quase total – de votos do PRP para o PTB nessas localidades, tornando assim bem sucedida a estratégia dos trabalhistas de aliarem-se aos perrepistas, cuja uma das motivações, conforme aventado no subcapítulo 2.1, era justamente a captação de votos na região colonial.

Gráfico 14 – Diferença % de votos entre Brizola x votação do PRP em 1954 (cidades da região colonial).

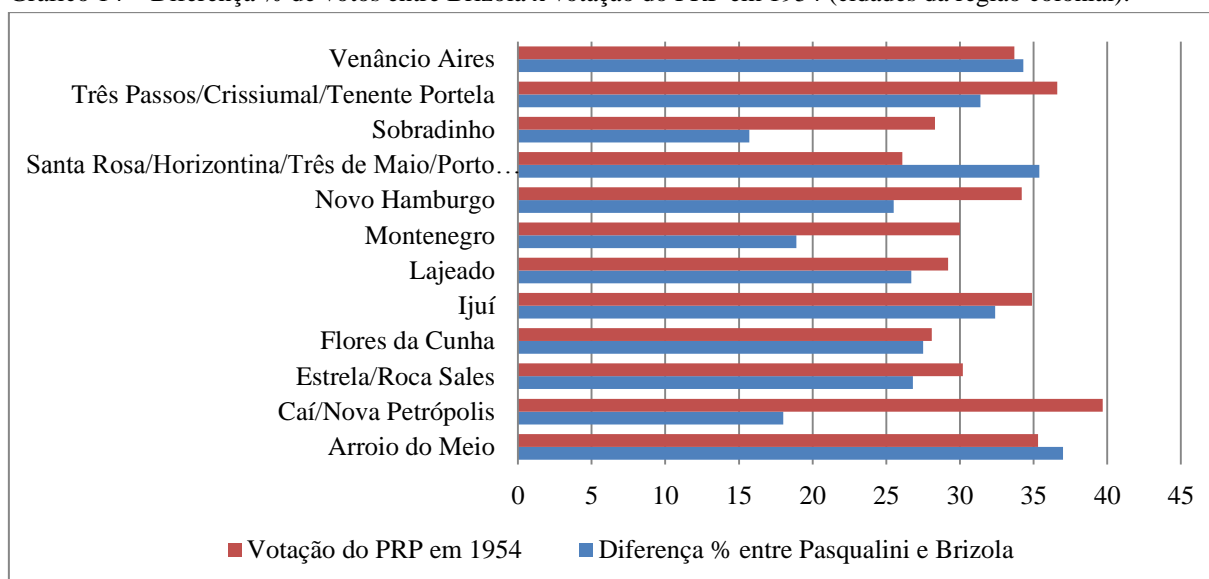


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL, TRINDADE, 1995).

Ainda sobre as alianças políticas: se uma das razões aventadas para a formação da aliança com o PSP, bem como para um possível acordo nos bastidores com o PC – ainda que repudiando publicamente o apoio oferecido por Prestes –, foi não dividir o eleitorado dos grandes centros urbanos, tal estratégia foi exitosa, uma vez que alguns desses grandes centros e maiores colégios eleitorais do Estado o PTB obteve alguns de seus melhores desempenhos na ocasião: em Porto Alegre, maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul, obteve 67,8% dos votos; em Canoas, 79,9%; em Pelotas 59,0%; em Novo Hamburgo, 61,1%; em São Leopoldo/Esteio/Sapiranga, 60,2%; por fim, em Rio Grande, angariou em torno de 69,0% dos votos.

Conforme a já citada entrevista de Clay Hardman de Araújo (1984), uma das principais preocupações de Brizola e do PTB em relação comunistas, e que fez com que se buscasse uma aliança informal com estes, dizia respeito a uma possível divisão do eleitorado urbano a partir do lançamento de um candidato próprio via partidos como o PR. Hipoteticamente acordados com o PC acerca da candidatura de Brizola ao governo, os comunistas lançaram ao Senado, pelo PR, o candidato Gabriel Pedro Moacyr. Segue abaixo os resultados da votação para senador.

Gráfico 15 – Votação para senador pelo Rio Grande do Sul em 1958 (%).

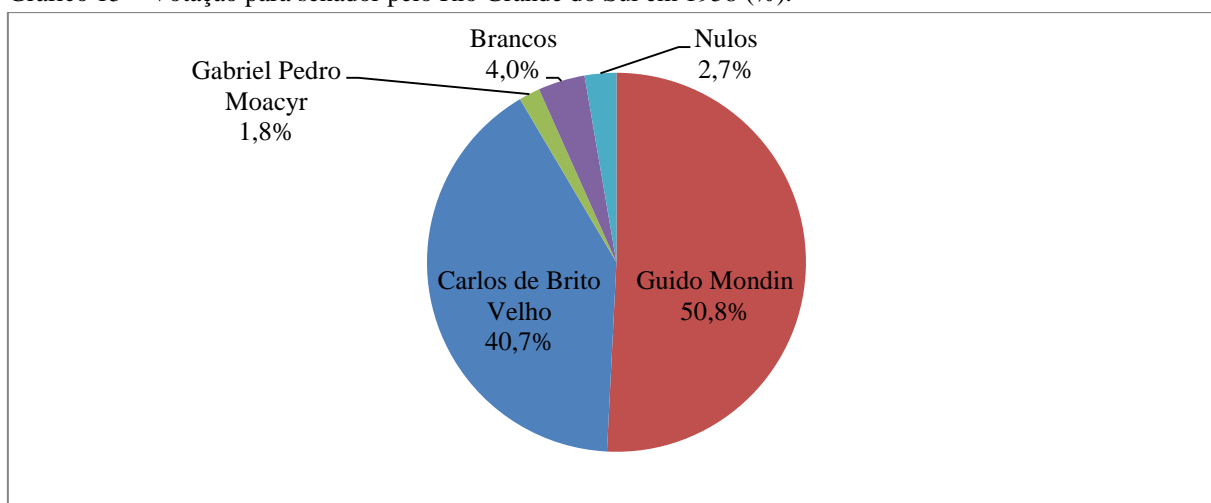


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Ata das eleições de 1954 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

Como já referido, Guido Mondin sagrou-se vencedor na disputa pelo Senado, superando também por uma ampla margem de votos os candidatos da Frente Democrática e do PR. Cabe, contudo, atentar aqui para os 21.237 votos obtidos pelo candidato do PR/PC em todo Estado. Se, de fato, como afirma Cánepa (2005, p. 258), tal candidato foi apoiado pelos comunistas devido a uma resistência destes ao candidato do PRP, tudo nos leva a crer que tais votos migrariam eventualmente para um candidato dos comunistas lançado ao governo do Estado pela mesma legenda. Considerando o equilíbrio estabelecido até então entre os dois blocos, vide a diferença de pouco mais de 30 mil votos que separaram Meneghetti e Pasqualini em 1954, ou ainda a busca incessante por uma aliança com o PRP e os cerca de 70 mil votos dos quais dispunha no Estado, uma possível “aliança informal” com o PC nessa ocasião pode ser entendida como racional e, em grande medida, bem sucedida.

Exitosas, seja do ponto de vista da transferência de votos na região colonial ou da não divisão do eleitorado urbano, as alianças com o PRP, PSP, e possivelmente com o PC, não explicam, contudo, em sua maior parte, a ampla vitória de Brizola sobre o candidato da Frente Democrática. Para além desses, que outros fatores podem ter contribuído para essa vultosa soma de votos?

Pode-se aventar enquanto outra hipótese para o sucesso eleitoral de Brizola em 1958 a soma de fatores como a aliança com o PRP, o não envolvimento da LEC no que tange à disputa pelo Executivo estadual, o posicionamento de neutralidade por parte do alto clero gaúcho acerca desse embate, além de manifestações favoráveis a Brizola, como a concedida por Dom Vicente Scherer poucas semanas antes do pleito, que juntos podem ter neutralizado a

vasta propaganda anticomunista produzida pela Frente Democrática contra a candidatura trabalhista. A declaração de Dom Vicente Scherer parabenizando Brizola pelo repúdio ao apoio comunista, aliás, aparece na entrevista concedida como um dos fatores que, na opinião do candidato derrotado, contribuíram para a vitória de Brizola. Como dito anteriormente, o PRP caracterizava-se como um partido de caráter altamente conservador e anticomunista, enquanto a Igreja Católica, através da LEC, exerceu um papel de proeminência nos pleitos de 1947, 1950 e 1954, especialmente devido ao seu caráter anticomunista, tendo sido, conforme nos mostram alguns estudos, um dos fatores que contribuíram para a derrota de Pasqualini nas eleições anteriores. Na região colonial, estes elementos podem ter potencializado uma transferência “natural” de votos do PRP para o PTB, que como vimos anteriormente, concretizou-se em sua quase totalidade. Já nas demais localidades, e em especial nos grandes centros urbanos, podem ter sido fatores determinantes para a captação de votos de um eleitorado flutuante, o que explicaria o alto desempenho eleitoral obtido nesses locais.

Contudo, avaliamos que apenas as alianças partidárias ou o posicionamento de neutralidade da Igreja/LEC quanto à disputa entre Brizola e Peracchi Barcelos, embora sua relevância, também não são elementos suficientes para explicar a expressiva votação obtida pelo candidato trabalhista, o que nos abre caminho para outra hipótese. Como já referido, registrou-se em 1958 uma taxa de abstenção de 4,7%, a menor do período no Rio Grande do Sul (em 1947, a taxa de abstenção foi de 30%; em 1950, de 27%; em 1954, de 31,5%; em 1962, por sua vez, registrou-se uma taxa de abstenção de 13,28%). Como dito anteriormente, não desconsideramos que a queda de parte dessa abstenção tenha se dado em decorrência da renovação dos títulos eleitorais, realizada pouco antes do pleito de 1958, o que excluiu das listas eleitorais os títulos de eleitores falecidos depois de 1945. Contudo, ao olharmos para o número de votantes em 1958, percebemos, paralelamente à queda na abstenção, um aumento substancial dos mesmos (44,92%), bem acima da média registrada entre os pleitos anteriores. Eleitores que, em grande medida, ou votaram pela primeira vez em 1958, ou por alguma razão não compareceram às urnas em 1954, e que, neste pleito, em sua maioria, optaram por Brizola, vide o aumento percentual dos votos obtidos pela Frente Democrática entre 1954 e 1958 (como já referido, Brizola obteve um aumento de 88,11% em relação à votação atingida por Pasqualini, enquanto Peracchi Barcelos obteve um aumento de 29,50% na comparação com Meneghetti), bem abaixo do aumento do número de votantes. Sendo assim, aventamos, ao lado das alianças eleitorais e do posicionamento de neutralidade da Igreja, a hipótese de que a expressiva votação obtida por Brizola em 1958 esteja ligada também à sua capacidade

de mobilização eleitoral, bem como aos meios através dos quais buscou atingir esse eleitorado.

Como visto ao longo dessa dissertação, várias foram as estratégias visando a construção de uma popularidade perante o eleitorado e mobilização eleitoral empregadas por Brizola entre os anos de 1956 e 1958. Durante a sua gestão na Prefeitura de Porto Alegre, tanto os jornais quanto o rádio caracterizaram-se como importantes ferramentas para a divulgação de seus feitos enquanto administrador da capital gaúcha e para a construção de sua candidatura ao governo estadual. Já enquanto candidato trabalhista, Brizola aderiu a uma série de práticas eleitorais – dentro e à margem da lei – típicas da experiência democrática, como comícios, cortejos, jantares, inaugurações de comitês, distribuição de panfletos, santinhos, flâmulas, colação de cartazes e pichações, além do uso do rádio e de propagandas pagas, os *A Pedidos*, nos principais jornais gaúchos. Práticas essas que o permitiram não apenas manter, mas expandir a sua popularidade.

As fontes analisadas nesse trabalho não fornecem elementos que nos permitam dimensionar ou quantificar o peso de cada uma dessas ferramentas de mobilização e construção de popularidade sobre o desempenho eleitoral de Brizola em 1958. Contudo, algumas dessas fontes evidenciam a proeminência do rádio, já abordado nos subcapítulos 1.1 e 3.2 dessa dissertação, que pode ter se configurado como um elemento chave para a compreensão da vitória do candidato trabalhista. No já referido relatório de atividades enviado pelo Diretório Dr. João Goulart a Brizola, este meio de comunicação aparece como um elemento chave para a grande aceitação das candidaturas trabalhistas, tanto ao Executivo quanto ao Legislativo, no interior do Estado:

“Bom acolhimento da candidatura Trabalhista ao Governo do Estado, quanto nos demais cargos do legislativo, há candidatos que, embora desconhecidos pessoalmente, são acolhidos com simpatia, graças as palestras semanais de V. Excia., que consideramos uma grande propaganda, face da boa aceitação que constatamos e da imensa capacidade de penetração de que dispõe”.²⁴⁰

Em sua já citada entrevista, concedida logo após ser dado como vencedor na disputa pelo Executivo estadual, Brizola destacou enquanto um dos principais fatores de sua vitória a ampla penetração de sua campanha, tanto nos centros urbanos quanto no interior. Essa ampla penetração, a exemplo da aceitação da campanha trabalhista no interior, citada no relatório

²⁴⁰ Relatório de campanha do Diretório Dr. João Goulart. Acervo particular Francisco de Paula Brochado da Rocha – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

acima, pode ter sido potencializada, em grande medida, pelo rádio, conforme nos mostra uma pesquisa de opinião, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) no Rio Grande do Sul em junho de 1958, isto é, já durante a campanha eleitoral. Por sua vez, o cruzamento dessas informações com os resultados eleitorais de 1954 e 1958, realizado no gráfico abaixo, pode nos auxiliar na compreensão da importância desse meio de comunicação para o desempenho eleitoral de Brizola.

Gráfico 16 – Votos válidos do PTB em 1954 x audiência do programa de Brizola x intenções de voto em Brizola x votos válidos do PTB em 1958

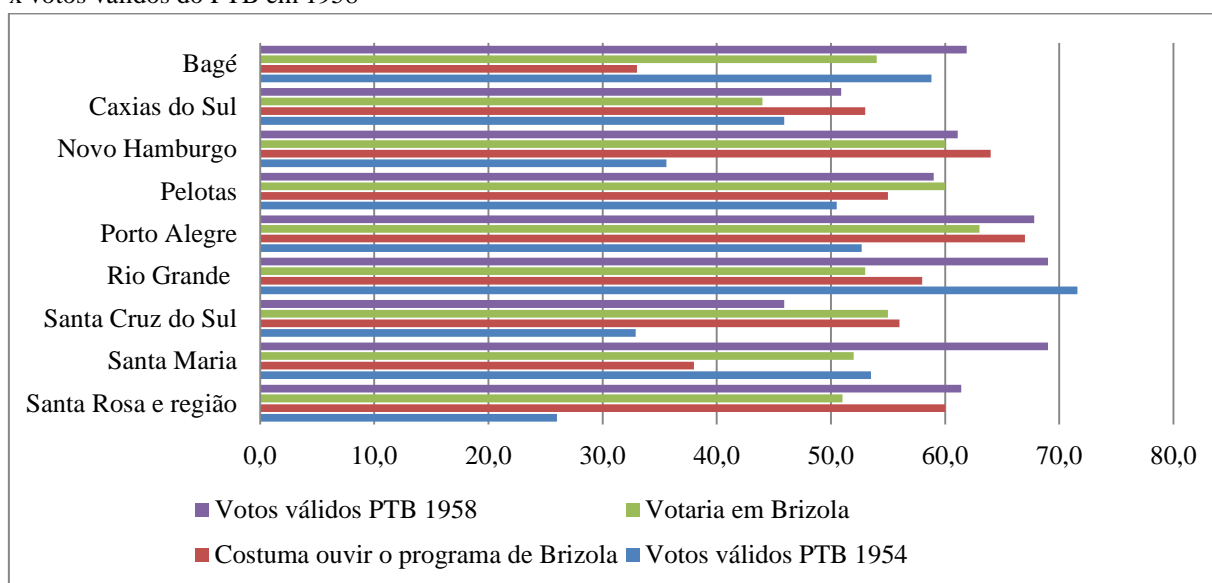


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE – Pesquisa de opinião pública, 06/1958; *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul* (NOLL, TRINDADE, 1995).

O gráfico 16 apresenta cidades das mais variadas regiões do Estado. Em Santa Rosa e arredores, pertencentes à região de colonização, o PTB havia obtido 26% dos votos válidos em 1954. Nesta cidade, de acordo com a pesquisa de opinião realizada, o programa de Brizola possuía um percentual de audiência de 60%, enquanto o candidato trabalhista possuía ali em torno de 61% das intenções de voto. Tanto a audiência quanto a intenção de votos são amplamente superiores ao resultado do pleito anterior e aproximam-se muito do total de votos válidos angariados por Brizola em 1958, que ficou em 61,4%. O mesmo pode ser observado em outras cidades da região colonial analisadas, como Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul (onde apesar de derrotado, obteve uma votação amplamente superior a de Pasqualini). Já em Porto Alegre, onde havia obtido 52,7% dos votos válidos em 1954, a audiência e a intenção de votos em Brizola ficavam, segundo a pesquisa, em torno de 67% e 63%, respectivamente. Em 1958, Brizola obteve 67,8% dos votos na cidade. Este aumento do

percentual de votos de entre 1954 e 1958, bem como os altos índices de audiência e intenção de votos em Brizola, podem ser percebidos também na maioria das outras cidades pesquisadas, como Santa Maria, Bagé, Rio Grande e Pelotas. Desta forma, o rádio pode ser compreendido como uma importante ferramenta para a captação de votos, tanto em localidades em que o PTB possuía historicamente um baixo desempenho eleitoral, como a região colonial – soma-se aqui a aliança com o PRP, já citada –, como também em cidades onde o partido era hegemônico – Porto Alegre, Rio Grande, Bagé, Pelotas –, vide os resultados de 1954, nas quais Brizola não apenas manteve, mas foi capaz de ampliar o percentual de votos na comparação com o pleito anterior.

Indo ao encontro dos relatos do Diretório Dr. João Goulart, da entrevista de Brizola e também da pesquisa de opinião e resultados eleitorais acima expostos, Azevedo (1960, p. 259-260), em sua análise acerca das eleições de 1958, afirma que o rádio constituiu-se como peça-chave para a construção da popularidade do candidato trabalhista, bem como para aquilo que classifica como “Fenômeno Brizola”, referindo-se à expressiva vitória obtida pelo mesmo na disputa governamental. Conforme Azevedo, Brizola soube, de forma incansável, madrugar através de uma extensa fala radiofônica, semanalmente, durante anos, “usando de uma linguagem tosca, de sofredor, injustiçado, perseguido pelos poderosos, na sua sempre apregoada luta em defesa dos desprotegidos da fortuna”, remetendo todo o tempo às suas origens de homem do povo. Com isto, passou a ser, todas as sextas-feiras, como “uma das pessoas da casa” em inúmeros lares do Rio Grande do Sul.

Tal como dito por Azevedo (1960) acerca do rádio, a questão da linguagem utilizada por Brizola aparece também na já citada entrevista de Guido Mondin ao *Diário de Notícias*, na qual analisou os fatores da vitória da chapa PTB-PRP-PSP. Conforme Mondin, a vitória da coligação passou pela relação estabelecida entre os candidatos e o povo, por meio de comícios, contatos e do debate amplo e aberto, mas também, e sobretudo, pela figura de Leonel Brizola e a sua maneira franca, objetiva e simples de falar com as massas, apontando problemas e ao mesmo tempo soluções para os mesmos²⁴¹. Presente tanto nas suas falas no rádio quanto em comícios e no “corpo-a-corpo” com o eleitorado, o “fator linguagem” materializou-se também na propaganda de Brizola veiculada na imprensa. Como foi possível verificar ao longo dessa dissertação, em diferentes momentos, tanto em seu formato (combinando imagens e palavras de diferentes formas daquelas presentes nos periódicos), quanto na maneira como tais publicações ocorreram (de forma diluída e didática, como na

²⁴¹ *Diário de Notícias*, 07/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

divulgação de seu programa de governo), a propaganda eleitoral de Brizola denota uma intenção do candidato e daqueles que coordenavam a sua campanha de estabelecer uma nova linguagem, capaz de atingir um número maior de eleitores.

Com base nesses apontamentos, é possível inferir que essa popularidade adquirida por Brizola diante do eleitorado e a sua capacidade de mobilizá-lo, que o permitiram obter sucesso no interior do campo político, sejam fruto do domínio daquilo que Bourdieu (2002, p. 169) denomina como um *habitus* político, ao qual qualquer possibilidade de sucesso no jogo político está condicionada. Esse *habitus*, conforme já explicado pelo autor, consiste tanto em um conjunto de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas e dados econômicos) e capacidades gerais, como o domínio de uma linguagem e de uma retórica política, a qual o autor divide e classifica como do *tribuno* (vital nas relações com os profanos) e do *debater* (imprescindível na relação com os profissionais), quanto em um tipo de *iniciação* (uma série de provas e ritos de passagem), que tende a revelar ao profissional a lógica do campo político e impor a ele uma submissão aos valores, hierarquias e censuras inerentes ao campo, bem como aos seus constrangimentos e formas de controle.

Para fins de uma análise comparativa, tomemos como exemplo novamente Alberto Pasqualini, candidato petebista derrotado em 1954. Pasqualini e Brizola pertenciam a gerações distintas. Isso não diz respeito somente à idade, mas, com efeito, a formações políticas distintas, a experiências com padrões de competição eleitoral distintos e, especialmente, a acontecimentos distintos que, para ambos, marcaram seus ingressos no campo político, ou seja, a sua *iniciação*. No caso de Brizola, o fim do Estado Novo e a formação do PTB foram eventos marcantes e que propiciaram essa entrada na política. Se Pasqualini, que teve a sua formação política nas décadas de 1920 e 1930, foi uma liderança que precisou adaptar-se à experiência democrática, Brizola constituiu-se enquanto liderança política no seio dessa experiência, o que lhe proporcionou uma maior inculcação acerca da lógica política que marcou esse período.

Com base no que foi exposto até aqui, fica evidente, por parte de Brizola, o domínio de um *habitus* do *tribuno*, essencial na relação com os profanos. Sendo apadrinhado por políticos de gerações anteriores, como Vargas e Pasqualini, Brizola dominava os códigos e a linguagem necessária para lidar com seus pares, mover-se nos meandros de seu meio e nele constituir-se enquanto liderança, ou seja, o *habitus* do *debater*. Sua vantagem, com relação a agentes políticos de gerações anteriores e da sua própria – trabalhistas, como Loureiro da Silva e Pasqualini, ou não trabalhistas, como o próprio Walter Peracchi Barcelos – pode ter sido a capacidade de dominar tanto os códigos e as linguagens necessárias à construção de

uma popularidade perante esse eleitorado crescente e diversificado, quanto as ferramentas pelas quais essa popularidade foi construída. Isso fica evidente se olharmos para as estratégias de mobilização eleitoral empregadas por Brizola em sua campanha ao governo do Estado em 1958. Em grande medida, tais estratégias disseram respeito a um conjunto de práticas próprias desse período, como comícios, cortejos, distribuição de panfletos e santinhos, etc. Contudo, como foi mostrado ao longo desse trabalho, em inúmeros momentos e de diferentes formas, especialmente no que tange a imprensa escrita e ao rádio, Brizola buscou inovar, frente tanto ao equilíbrio de forças que imperava no Estado quanto a um eleitorado que, de uma forma geral, expandia-se e diversificava-se pleito após pleito.

Ao analisar os fatores que conduziram à ampla vitória de Brizola, Azevedo (1960, p. 259-260) credita-a ao seu “corte excepcional de populista” e ao seu senso de conquista do eleitorado. Sobre esse populismo “tipo-Brasil-III-República”, o autor afirma não tratar-se de demagogia ou manipulação – embora as mesmas estejam presentes em alguns casos –, mas sim de “técnica de conquista do eleitorado, modo de se conduzir perante este, habilidade de atraí-lo” ou ainda “aproximação direta e pessoal à massa, e falar, tanto quanto possível, na sua linguagem, aos seus sentimentos”. Vale lembrar que, conforme nos explica Ferreira (2001, p. 115-116), ser um “líder populista” neste período, tal como Vargas e Jango, não significava utilizar como recursos a mentira, a demagogia e a manipulação. Do contrário, a expressão pode ser traduzida para os dias atuais como “líder popular”, aquele que representa os “anseios políticos populares” ou dos “movimentos populares”. A análise de Azevedo foi produzida nesse contexto, antes do populismo torna-se um conceito, vinculado à demagogia, à manipulação, e em especial ao PTB de Brizola, já refutado por trabalhos citados anteriormente. Frente à sua inoperacionalidade enquanto chave-explicativa para a relação estabelecida entre políticos e eleitores ao longo da experiência democrática, sugerimos aqui, enquanto alternativa ao abandono do conceito de populismo, pensar a atuação e o sucesso de determinados agentes no interior do campo durante esse período, e em especial de Brizola, objeto de análise dessa dissertação, a partir do já citado domínio de um *habitus* político, que os permitiram tornarem-se populares perante o eleitorado.

Ao longo da já referida análise das eleições de 1958, ou mais especificamente daquilo que chamou de “Fenômeno Brizola”, Azevedo (1960, p. 259) afirma que Brizola caracteriza-se como um “político de vocação”, um “político nato”, ou, em outras palavras, alguém nascido para a política, destinado a grandes feitos e à liderança, dotado, portanto, daquilo que Weber (2002) chama de *carisma* (dons pessoais e extraordinários de um indivíduo). Contudo, como se pôde ver ao longo desse trabalho, a ascensão de Brizola e seu sucesso no interior do

campo não são “orgânicos”. Do contrário, são frutos de um longo trabalho de acúmulo, conversão e manutenção de capitais, tanto delegado quanto de notoriedade e popularidade, que associados ao domínio de um *habitus* político o permitiram, em um curto período de tempo, ascender da ala-moça do PTB ao posto de governador do Estado do Rio Grande do Sul e de liderança regional/nacional de seu partido. Dessa forma, reiteramos não ter se tratado de uma popularidade *a priori*, de carisma, mas sim de uma popularidade construída diante das necessidades apresentadas pelo aumento e diversificação do eleitorado, característicos da experiência democrática brasileira. Da mesma maneira, salientamos que, como ficou demonstrado ao longo desse trabalho, múltiplos são os fatores que explicam a ascensão e eleição de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958.

CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos anos, conforme já mencionado no início dessa dissertação, diversos trabalhos no âmbito da pós-graduação em História foram produzidos acerca da atuação política de Leonel de Moura Brizola durante a chamada experiência democrática brasileira (1945-1964). Contudo, tais trabalhos, já relacionados anteriormente, concentram-se, em grande medida, nos mandatos de Brizola enquanto governador do Rio Grande do Sul – incluindo o episódio da Campanha da Legalidade – e deputado federal pelo Estado da Guanabara – o que inclui também a formação dos chamados Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze no período que antecedeu ao golpe civil-militar de 1964. Dessa forma, a fim de contribuir para os estudos acerca de Leonel Brizola, do PTB e do período que compreende os anos de 1945 e 1964, buscamos nesse trabalho, para além de seus mandatos e em um período que precede ao contemplado por essas recentes obras, analisar a atuação de Leonel Brizola enquanto candidato, ou mais especificamente os fatores colaboraram para a sua ascensão política e eleição ao governo do Rio Grande do Sul em 1958.

Desse objetivo geral, desdobraram-se ao longo do trabalho algumas questões. A primeira diz respeito a como se deu a escalada política de Brizola, da ala-moça do PTB a candidato ao governo do Estado, tanto no interior de seu partido quanto no contexto sul-riograndense, em um contexto de disputas internas pelo controle do PTB, ocorridos após o suicídio de Vargas. Como pretendemos demonstrar em um primeiro momento, tal ascensão ocorreu especialmente a partir de um longo trabalho de acúmulo, conversão e manutenção de capital político. A entrada de Brizola na política da experiência democrática/campo político ocorreu a partir de um capital cultural e social adquirido junto à Faculdade de Engenharia, convertido em capital político de notoriedade e popularidade. Uma vez inserido no campo político, Brizola foi capaz de ascender no interior do mesmo, tanto a partir de um capital social convertido em capital político delegado, oriundo do casamento com Neusa Goulart e da proximidade com Getúlio Vargas e João Goulart, quanto de um capital político de notoriedade e popularidade acumulado especialmente ao longo de suas gestões à frente da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul e da Prefeitura de Porto Alegre. Especialmente no decorrer de sua administração na capital gaúcha, a imprensa – rádio e periódicos – caracterizou-se como uma ferramenta primordial para a ampliação e manutenção desse capital político de notoriedade e popularidade, que o permitiu construir-se enquanto postulante a candidato do PTB ao governo estadual.

Inserida no contexto do trabalhismo pós-1954, essa ascensão política de Brizola, acarretou em embates com outras lideranças no interior da seção gaúcha do PTB, como no caso da disputa com Loureiro da Silva pelo posto de candidato trabalhista no pleito de 1958. Liderança histórica do PTB gaúcho, Loureiro exerceu um papel de proeminência na estruturação do partido no Rio Grande do Sul, tarefa esta que lhe foi incumbida pelo próprio Vargas. Entretanto, apesar de sua relevância para o partido no Estado, foi preterido nas eleições de 1947, 1950 e 1954, por outros postulantes a candidato do PTB ao governo do Rio Grande do Sul, como Dornelles e Pasqualini. Após 1954, no já referido contexto de embates pelo domínio da máquina partidária, pelas redefinições do trabalhismo e pelo legado do carisma de Vargas, Loureiro vinculou-se a um movimento em nível nacional, capitaneado por Fernando Ferrari, de oposição ao domínio exercido por João Goulart sobre o partido, ao qual Brizola vinculava-se em nível estadual.

Se Jango e Brizola detinham o poder sobre a máquina partidária em nível nacional e estadual, respectivamente, Loureiro, a exemplo de Ferrari, buscou mobilizar recursos que giravam em torno de um “trabalhismo ideológico”. Se, como já referido, a fim de construir-se enquanto candidato trabalhista ao governo estadual, Brizola lançou mão tanto de um capital político delegado quanto de um capital político de notoriedade e popularidade, Loureiro buscou valer-se também dessas espécies de capital, acumulado no decorrer de sua administração em Porto Alegre durante o Estado Novo, no caso do capital político de notoriedade e popularidade, ou obtido quando de sua nomeação, por parte do próprio Vargas, para a Prefeitura de Porto Alegre, para a Direção do Banco do Brasil, ou ainda para a estruturação do PTB no Estado, no caso do capital político delegado. Ao fim dessa disputa, especialmente em decorrência de um controle sobre os diretórios municipais (fruto de sua inserção na executiva estadual do partido, de sua gestão à frente da Secretaria de Obras Públicas do Estado, da eleição de João Caruso Scuderi a primeiro vice-presidente do diretório regional e também do longo afastamento de Loureiro da Silva da política partidária estadual), Brizola foi escolhido, em Convenção Regional, candidato trabalhista ao governo estadual para o pleito de 1958, consolidando de vez seu domínio sobre a seção gaúcha do PTB.

Além dessa disputa interna com Loureiro da Silva, cabe destacar também outro embate envolvendo dissidentes trabalhistas (que já em 1954 demonstravam-se contrários ao domínio de Jango e Brizola sobre a máquina partidária), como Guilherme Mariante e o movimento por ele capitaneado, o MDPTB, que, bem como no caso de Loureiro, entendemos inserir-se no contexto do PTB pós-Vargas, neste caso não pelo domínio da legenda, uma vez que os mesmos já haviam sido expulsos da agremiação, mas pelo direito de falar em nome do

trabalhismo. Em um processo que se estendeu de março de 1958 a janeiro de 1959, Guilherme e Alzira Mariante buscaram em todas as esferas jurídicas possíveis (TRE-RS, TSE E STF), impedir a candidatura e posteriormente a posse do governador eleito, sem sucesso.

Outra questão abordada ao longo desse trabalho diz respeito às estratégias de mobilização e construção de popularidade empregadas por Brizola durante a sua campanha eleitoral. Tais estratégias envolveram diversas práticas eleitorais próprias do período, já citadas ao longo desse trabalho. Contudo, envolveram também alianças partidárias, oficiais e extraoficiais, costuradas entre os anos de 1956 e 1958. Ao longo dessa dissertação, procuramos aprofundar algumas hipóteses já colocadas por outros autores, assim como algumas questões abordadas parcialmente pela historiografia, referentes às razões que conduziram o PTB à formação de alianças com o PRP e o PSP, aos benefícios dessas alianças para os partidos envolvidos, aos caminhos que levaram as mesmas e também ao repúdio – ao menos público – de Brizola e do PTB ao apoio oferecido pelo PC, na figura de Luis Carlos Prestes.

Em resumo, tais tomadas de posições por parte do PTB obedeceram à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número de eleitores, podendo ser compreendidas como “estratégias de racionalidade política contextual”. No caso do PRP, as fontes indicam que tal aliança foi buscada tanto em decorrência da força desse partido na região colonial, local onde historicamente o PTB possuía baixo rendimento eleitoral e onde os perrepeistas detinham aproximadamente setenta mil votos (uma vez que a diferença entre o candidato da Frente Democrática e do PTB em 1954 foi de cerca de trinta mil votos), quanto pelo fato de tal aliança poder servir como uma espécie de “blindagem” contra propagandas anticomunistas, das quais o partido já havia sido alvo anteriormente, especialmente no pleito de 1954. Já o PRP, frente à polarização política na disputa pelo governo estadual e à sua incapacidade de eleger sozinho um senador, buscou valer-se da força eleitoral de PTB, oferecendo o seu apoio na disputa pelo Executivo gaúcho em troca da possibilidade de lançar um candidato ao Senado em uma chapa com os trabalhistas, entre outros benefícios, como secretarias em um futuro governo.

Por sua vez, no que se refere ao PSP, aventamos a hipótese de que essa aliança possa ter sido almejada pelo PTB com base no bom desempenho obtido por Adhemar de Barros no Rio Grande do Sul nas eleições presidenciais de 1955, especialmente nos grandes centros urbanos do Estado, podendo assim ser entendida como uma medida preventiva, a fim de evitar a divisão do eleitorado dessas localidades, tanto no caso de uma aliança dos pessepeistas com a Frente Democrática quanto no caso do lançamento de um candidato próprio pelo PSP.

Por parte do PSP, diante de sua incapacidade de eleger um candidato ao executivo estadual, utilizou seu apoio no Rio Grande do Sul para obter o apoio dos trabalhistas a Adhemar de Barros em São Paulo, além também de diversos outros benefícios, como postos na administração de Brizola em Porto Alegre, a presidência da Assembleia Legislativa e secretarias em um futuro governo trabalhista.

Já no que tange ao PC, a hipótese aventada é de que o repúdio público ao apoio dos comunistas tenha sido uma estratégia de Brizola e do PTB considerando os esforços empreendidos em prol de uma aliança com o PRP, uma vez que aceito ou não repudiado, tal apoio poderia fazer com que parte ou a totalidade desses setenta mil votos migrassem para a Frente Democrática. Contudo, fez-se necessário também um acordo extraoficial com o PC, uma vez que uma campanha agressiva dos comunistas contra os trabalhistas poderia reverter votos para a coligação situacionista, assim como o lançamento de um candidato comunista por outra legenda, como o PR, poderia, bem como no caso do PSP, dividir o eleitorado dos grandes centros urbanos. Ao PC, excluído ao menos oficialmente do jogo eleitoral, um acordo com o Brizola e com o PTB garantiu ao partido liberdade de ação e uma série de reivindicações atendidas durante o governo trabalhista.

Contudo, com base nas fontes analisadas, é possível concluir também que os motivos que fizeram o PTB buscar o apoio do PRP e do PSP extrapolaram questões propriamente eleitorais. Como buscamos demonstrar ao longo do texto, a aliança com ambos visou também a formação de uma maioria na Assembleia Legislativa, que tinha como objetivo aprovar a Reforma Administrativa do Estado ainda em 1958.

Paralelamente à formação das alianças partidárias, Brizola deu início à sua campanha ao governo estadual. Neste sentido, aderiu à uma série de práticas eleitorais – dentro e à margem da legislação vigente – típicas do período que compreende os anos de 1945 e 1964: comícios, cortejos, jantares, inaugurações de comitês, distribuição de panfletos, santinhos, flâmulas, pichações, colação de cartazes, além da utilização da imprensa, em especial dos jornais, através das propagandas pagas e do rádio. Contudo, em uma análise mais aprofundada dessas práticas, é possível verificar em inúmeras delas, especialmente no uso dos *A Pedidos* e do rádio, uma tentativa de Brizola de inovar, de diferenciar-se tanto de seu oponente, Walter Peracchi Barcelos, quanto dos políticos, trabalhistas ou não trabalhistas, que o antecederam. Tal tomada de posição pode ser compreendida com base na ampliação e na diversificação do eleitorado, próprias da experiência democrática, que conduziram o candidato trabalhista à busca por formas de ampliar a sua popularidade frente a esse eleitorado que necessitava ser

conquistado, seguindo com isso a lógica da mobilização do maior número de profanos, que é também a lógica da conquista do poder.

Ao final da disputa eleitoral, Brizola foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul, com a maior votação obtida até então por um candidato ao Executivo estadual e também a maior diferença percentual sobre o segundo colocado desde o início do período democrático. Numa comparação com os candidatos trabalhistas que o antecederam, a votação conquistada por Brizola, além de superior em números, foi também amplamente superior ao aumento do eleitorado inscrito e ao número de votantes entre o pleito de 1954 e 1958, enquanto a votação dos demais candidatos nas ocasiões anteriores acompanhou o aumento dos mesmos. Ao tomarmos como exemplo Alberto Pasqualini, candidato trabalhista derrotado em 1954, a superioridade eleitoral de Brizola fica ainda mais evidente. Na comparação com seu antecessor, Brizola venceu em mais cidades, superou Pasqualini mesmo nos municípios onde o mesmo havia conquistado os seus melhores resultados em 1954 e ainda superou o candidato da Frente Democrática em grande parte das cidades da região de colonização, onde Pasqualini obteve alguns de seus piores desempenhos eleitorais.

Os fatores que explicam a vitória eleitoral de Brizola sobre Peracchi Barcelos e a sua superioridade sobre os candidatos dos pleitos anteriores, especialmente os trabalhistas, são múltiplos. A aliança com o PRP, como já referido, permitiu ao PTB converter parte dos cerca de setenta mil votos detidos pelos perrepistas nas zonas de colonização em prol da candidatura de Brizola. Uma aliança com o PSP e – de maneira extraoficial – com o PC, por sua vez, evitou a divisão do eleitorado dos grandes centros urbanos, onde Brizola conquistou uma parcela significativa de seus votos. Já o posicionamento de neutralidade da Igreja, através da LEC, quanto à disputa pelo Executivo gaúcho, e as declarações de alguns dos líderes católicos do Estado, favoráveis a Brizola, associadas à aliança com o PRP, podem ter neutralizado a propaganda anticomunista produzida pela Frente Democrática contra a candidatura de Brizola, potencializado a transferência “natural” de votos do PRP para o PTB na região colonial e ainda auxiliado na captação dos votos do eleitorado flutuante dos grandes centros urbanos estaduais, onde como já referido, Brizola obteve um alto desempenho eleitoral.

Todavia, apesar de sua relevância, avaliamos que tais fatores não dão conta, sozinhos, de explicar a votação obtida por Brizola em 1958, o que nos abre caminho para outra hipótese, que tem em seu cerne a capacidade de mobilização eleitoral do candidato trabalhista. A partir da análise realizada ao longo dessa dissertação, é possível inferir que o sucesso de Brizola no interior do campo político, que nesse caso consistiu na sua eleição ao governo do

Rio Grande do Sul, esteja ligado ao domínio de um *habitus* político. Diferentemente de políticos de gerações anteriores e com formações políticas distintas, como o já citado Pasqualini, Leonel Brizola teve a sua *iniciação* e constituiu-se enquanto liderança política no seio da experiência democrática brasileira, o que por sua vez lhe proporcionou uma maior inculcação acerca da lógica política do período. Dotado de um *habitus* do *debater*, decorrente das relações estabelecidas com políticos de gerações anteriores, Brizola distinguiu-se desses e também de políticos da sua própria geração pelo domínio de um *habitus* do *tribuno*.

A partir dessa hipótese, buscamos oferecer outra chave-explicativa para o a capacidade de interpelação das massas populares e o consequente triunfo eleitoral de Brizola em 1958. Para além de *populismo* ou *carisma*, compreendemos que o seu sucesso no interior do campo político, tanto nessa eleição quanto ao longo da experiência democrática, tenha sido decorrente do domínio dos códigos e linguagens necessárias à construção de uma popularidade e também das ferramentas por meio das quais esta popularidade era construída, e que, com isso, não se tratou de uma popularidade *a priori*, mas de uma popularidade construída diante das necessidades apresentadas pelo aumento e diversificação do eleitorado que marcaram o período que compreende os anos de 1945 e 1964 em nosso país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. **Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)**. [Dissertação de mestrado]. Passo Fundo: UPF, 2007.

ANGELI, D.S. **Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral no Rio Grande do Sul**. [Dissertação de mestrado]. São Leopoldo: UNISINOS, 2015.

ANGELI, D. S. O candidato do povo: imagem, mobilização e popularidade nas campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini (1947-1954). In: XXIX Simpósio Nacional de História (ANPUH), 2017, Brasília/DF. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501625839_ARQUIVO_ArtigoLauraeAnpuhrevisado.pdf>. Acesso em: 10/01/2020.

ANGELI, D.S. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, D.S. (Org). **Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018a.

ANGELI, D.S. A propaganda nas ruas: notas sobre as campanhas eleitorais e suas práticas (1945-1964). In: IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras, 2018, Passo Fundo. **Anais do IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras - volume 1**. Passo Fundo/RS, 2018b. p. 294-304. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Tdzn0OGAnoJxgOJjJesFXKtn6MinzVw/view>>. Acesso em: 08/01/2020.

ANTUNES, Clarissa. **Brizola: um percurso na imprensa do norte do Rio Grande do Sul (1961-1964)**. [Dissertação de mestrado]. Passo Fundo: UPF, 2013.

ASTURIAN, Marcos Jovino. **Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)**. [Dissertação de mestrado]. Passo Fundo: UPF, 2011.

ASTURIAN, Marcos Jovino. **O Rio Grande do Sul dividido: conflitos político-eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1946-1954)**. [Tese de doutorado]. São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v.8, p. 255-278, 1960.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul**. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victória. **O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. **A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao “trabalhismo renovador” (1945-1960)**. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

BOMBARDELLI, Maura. O PTB e as eleições estaduais de 1954 e 1958 no Rio Grande do Sul: disputas internas, novas lideranças e mudanças na agenda do partido. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: ZOUK, 2007.

BRAGA, Kenny, et al. (Org.). **Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

BRUST, Hari Alexandre; NASCIMENTO, Nilton. **Leonel Brizola – uma biografia política: o fio da história (1922-1964)**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2016.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1964: cães de guarda da ordem burguesa**. [Tese de doutorado]. Niterói: UFF, 2005.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 516-543.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945-1965)**. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **Processos Eleitorais no Rio Grande do Sul - o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962**. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

CRUZ, João Batista Carvalho da. **Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul**. [Dissertação de mestrado]. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DE GRANDI, Celito. **Loureiro da Silva, o Charrua**. Porto Alegre, Literalis, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB, do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2009

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo**, Porto Alegre, n. 13, 1995, p. 19-29.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. **A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953**. [Dissertação de mestrado]. Seropédica/RJ: UFRRJ, 2013.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart – uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 23-52.

FLACH, Ângela. **“Os vanguardeiros do anticomunismo”**: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: _____. (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo. **Varia Historia**, nº 28, p. 55-68, 2002.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al]. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-310.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Estudios del Ishir**, v. 8, p. 53-74, 2018.

GRILL, Igor Gastall. **“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul**. São Luis: EDUFMA, 2008.

HARRES, Marluza Marques. **Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio**. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto da Costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)**. [Dissertação Mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

KLÖCKNER, Luciano. **O diário político de Sereno Chaise**. Porto Alegre: AGE, 2007.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Os Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edição do autor, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 358-402.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. **“O preço da liberdade é a eterna vigilância”**: a UDN no Rio Grande do Sul. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul**: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

PANDOLFI, Dulce Chave. Rasgando a fantasia: história e memória do PCB. [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro: UFF, 1994.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. **Veritas**: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, p. 221-227, jun. 1996.

REIS, Daniela Görgen dos. **Imagens do Poder**: as fotografias da legalidade pelas lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

RÉMOND, René. As eleições. In: _____ (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 37-56.

RIGHI, Graziane Ortiz. **Leonel Brizola**: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964). [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global, 1982.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo**. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SENTO SÉ, João Trajano. Prefácio. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-16.

SILVA, Marco Antonio Medeiros da. **A última revolução**: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

SOARES, Gláucio A.D. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 17, p. 95-124, 1964.

SOUSA, Vivaldo de. **As coligações partidárias**: período 1986-94 versus 1954-62. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil** (1930 a 1964). São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SZATKOSKI, Elenice. **O jornal Panfleto e a construção do brizolismo**. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

TAVARES, Tânia dos Santos. **Grupo dos onze**: a esquerda brizolista (1963-1964). [Dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

TORRES, A.V. **Os vereadores do PTB em Canoas/RS**: radicalização e disputa política (1961-1964). [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. **As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul**: partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 1980.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br